



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio

Patrimônio Arquivístico em Museus:

**Reflexões sobre seleção e priorização de
conservação-restauração de documentos em
suporte papel**

Ozana Hannesch

UNIRIO / MAST - Rio de Janeiro, junho de 2013.

FOLHA DE APROVAÇÃO

**Patrimônio Arquivístico em
Museus:**
Reflexões sobre seleção e
priorização em conservação-
restauração de documentos em
suporte papel

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio desenvolvido em parceria entre a Universidade federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por:

Prof. Dr. Marcus Granato (orientador)

Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá

Profa. Dra. Maria da Conceição Lopes Casanova

Rio de Janeiro, junho de 2013.

FICHA CATALOGRÁFICA

H244 Hannesch, Ozana

Patrimônio Arquivístico em Museus: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel/ Ozana Hannesch.-- Rio de Janeiro, 2013.

Orientador: Professor Doutor Marcus Granato

xvi, 229p.

Inclui anexos.

Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013.

1. Museologia. 2. Patrimônio científico. 3. Acervo arquivístico - Conservação. 4. Acervo arquivístico - Restauração. I. Granato, Marcus. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDU: 930.25

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

Cora Coralina

Dedico este trabalho
aos meus filhos Lucas e Lívia,
ao meu companheiro Celso
e a meus pais Antonio e Marluci (*in memoriam*).

Agradecimentos

Muito tempo se passou desde o esboço as primeiras linhas escritas, e neste momento, refletir sobre todos aqueles a quem se deve agradecer, causa o medo do esquecimento. Por toda a dissertação, tive dificuldade em escrever na terceira pessoa do singular. Felizmente aqui posso fazê-lo na primeira pessoa e tomo a liberdade de ser menos formal.

Em meus agradecimentos não há uma ordem, todos tiveram uma participação igualmente importante na ajuda para elaboração e conclusão deste trabalho, porque me deram força para seguir adiante em qualquer circunstância. Porém, eu inicio agradecendo a meu Deus, a Jesus e a Nossa Senhora da Conceição, a quem sou devota, por me darem a perseverança e a fé para acreditar que eu estava no caminho certo e que todos os obstáculos têm um propósito, ainda que não consigamos entender o porquê, no momento que eles acontecem. Agradeço, ainda, a minha família, a qual já dediquei esta dissertação, pelo amor, carinho e companhia, vocês são o motivo da minha vontade de me tornar uma pessoa melhor. Amo muito vocês. Sou grata, também, aos meus sogros, que me apoiaram, olhando por meus filhos nos fins de semana que não pude estar com eles; ganhei uma mãe generosa e doce.

Aos meus colegas de LAPEL, Antonio, Ana Cristina, Alessandro, Nazareth, Assis e a minha querida comadre Mônica Coelho, sou muito agradecida pelo convívio e pela aceitação de minhas presenças em *stand by* e das minhas ausências. Gostaria que soubessem que é muito bom poder compartilhar com vocês diariamente, e ver que o nosso setor conta, hoje, com uma equipe permanente, com energia para fazê-lo crescer. Aos meus colegas da CDA, obrigada pelo respeito ao meu trabalho e, em especial, à Maria Celina, pelo empréstimo de livros, à Luci Meri, pelas imagens, à Monica Viol, pela atenção no acesso e na consulta aos documentos do arquivo e pela ajuda na pesquisa sobre o uso do acervo CFEACB, à bolsista Marcia, e às “meninas” da Biblioteca do MAST, Telma, Tina e Eloisa pela localização e pronta atenção na solicitação dos artigos, reproduções e livros. Eloisa me ajudou, ainda, elaborando a ficha catalográfica e me orientando no acerto das referências bibliográficas que mais tive dificuldades.

Não posso deixar de dizer que sou grata também aos meus colegas do Grupo Carioca de Conservação Preventiva, pela confiança no meu trabalho e pela compreensão por meu afastamento e, especialmente, à Professora Millagros Vaillant Callol, pelo exemplo e “torcida” para que eu concluísse com êxito esta dissertação. Aos colegas de turma do Programa de PPG-PMUS, com os quais tive a oportunidade de compartilhar, em especial, minha carinhosa amiga Elizabeth Edelvita, que tive a oportunidade de conhecer, obrigado pelas conversas e ânimo nos momentos de cansaço, e a Bianca, pelas conversas de carona,

que me divertiam e que, sem ela saber, me davam a sensação de que o que é para ser vencido está dentro de nós mesmos. Um particular agradecimento vai para Paul Arenson, da Biblioteca do ICCROM, a quem recorri para solicitar artigos e que me demonstrou que a presteza e a atenção são qualidades importantes para quem escolhe a profissão de bibliotecário. A admiração se estende às “meninas” aqui da Biblioteca do MAST e aos meus professores ao longo da vida, juntos, eles me proporcionaram os meios para a construção desta dissertação e meu crescimento acadêmico e pessoal.

Assim, tenho de agradecer, também, ao meu orientador, Marcus Granato, que aceitou a árdua tarefa de me colocar na direção certa e me dar segurança e tranquilidade para que eu pudesse desenvolver uma reflexão crítica mais amadurecida. Eu tinha expectativas de colocar o universo dos meus vinte e cinco anos de trabalho dentro de algumas cento e vinte páginas, e ele soube como me possibilitar alcançar esta proposta, me permitindo escrever algo mais, ao mesmo tempo em que me questionava onde eu queria chegar e pedia para encerrar. O tempo foi meu principal inimigo, pois tenho dificuldade de pensar sob pressão e travei muitas vezes por cansaço, de noites e dias debruçada sobre os textos, sem conseguir o resultado que eu almejava. Por isso, agradeço também aos professores Ivan Coelho e Conceição Casanova, da minha banca de avaliação, por não desistirem de apreciar o meu trabalho e por terem a compreensão nos adiamentos que tiveram de ser feitos. Espero, sinceramente, que tenha valido a pena e que eu possa corresponder às expectativas e à proposta que fiz.

Por fim, posso dizer então que sou grata a todos os amigos pessoais que fui fazendo no dia a dia em minha vida, sejam eles meus parentes, meus colegas de trabalho, de profissão e de curso já citados, que acompanharam de longe nas minhas tristezas, alegrias e avanços nestes últimos oito meses e entenderam as minhas ausências, torcendo para eu tivesse sucesso e pudesse voltar à convivência por muito tempo negada. Neste sentido, quero nomear dois deles, sem os quais a minha vida não seria a mesma nestes últimos três anos de dedicação: minha chefe, Lucia Lino, e meu, quase, irmão Fabiano Cataldo. Para vocês, não há como colocar em palavras o quanto lhes admiro por seu caráter, energia e capacidade de empreender, e sou grata por sua amizade, coleguismo e confiança. Espero que vocês sempre possam estar presentes na minha vida, pois lhes tenho um amor muito grande.

Deixo, ainda, um agradecimento e uma lembrança especial para Araci Gomes Lisboa, uma pessoa querida, a quem sempre tive um carinho imenso. Fomos sempre parceiras de conversa nos corredores, no café e nas demoras de saída no final de expediente, onde falávamos de tudo um pouco: do trabalho arquivístico, do relacionamento humano e sobre a importância, atenção e cuidados com a família. Obrigada por poder compartilhar contigo, sinto saudades da sua presença aqui.

HANNESCH, Ozana. Patrimônio Arquivístico em Museus: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2013. 229p. Orientador: Marcus Granato.

Resumo

Este estudo buscou traçar o percurso do patrimônio arquivístico no tempo, focando nas políticas e ações de proteção e de conservação de documentos em suporte papel. Tem por especificidade realizar uma leitura sobre o conceito de acervos arquivísticos em museus e analisar duas ferramentas de seleção e priorização de documentos, com vistas ao estabelecimento de procedimentos para sua conservação-restauração. Na fundamentação teórica foram discutidos os conceitos arquivos “de” museus e arquivos “em” museus e documentação, bem como, delineada a construção do campo teórico-conceitual da preservação e da conservação-restauração de documentos. Neste sentido, procurou-se identificar instrumental que auxiliasse na compreensão dos parâmetros de análise envolvidos na seleção e na aplicação de duas ferramentas mencionadas – a abordagem materialística e o gerenciamento de riscos – no Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, sob custódia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Na metodologia foram adotados: o método histórico, na abordagem da trajetória dos arquivos e da disciplina Conservação; o método descritivo, na abordagem empírica de apresentação do objeto de estudo; e os métodos estatístico e comparativo, no auxílio às análises das ferramentas estudadas. Como principal resultado, foram identificadas as variáveis necessárias à implementação para uso de uma das ferramentas, com sugestão de adaptação, pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel do MAST.

Palavras-Chave: Patrimônio Arquivístico; Arquivos de Museu; Preservação de acervo arquivístico; Conservação de Documentos Gráficos.

HANNESCH, Ozana. Archival Heritage in Museums: reflections about the selection and prioritization for conservation/restoration of paper documents. 2013. Dissertation (Master's) – Postgraduate Programme in Museology and Heritage, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2013. 229p. Supervisor: Marcus Granato.

Abstract

The aim of this study is to describe the trajectory of archival heritage over time, focusing on the policies developed and actions taken to protect and conserve paper documents. More specifically, it investigates the concept of document archives in museums and analyses two tools for selecting and prioritizing documents with a view to establishing procedures for their conservation and restoration. In the theoretical framework section, the concepts of documentation and museum archives vs. archives *in* museums are discussed, and the formation of the theoretical and conceptual field of the preservation, conservation and restoration of documents is described. Approaches that could inform the appraisal of the analysis parameters used in the selection and application of the two aforementioned tools are identified – materialistic approach and risk management – for the archives of the Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, under the custody of Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). The methodology includes: historical method, for the trajectory of the archives and the discipline of conservation; descriptive method, for an empirical approach to the presentation of the object of study; and statistical and comparative methods, for use in the analyses of the tools under study. The main result is the identification of the variables needed for implementing one of the tools, with suggested adaptations, by the Laboratório de Conservação e Restauração de Papel at MAST.

Key-words: Archival Heritage; Museum Archives; Preservation of Archival Collection; Graphics Documents Conservation.

Lista de figuras, gráficos e tabelas

LISTA DAS FIGURAS	p.
Figura 1 – Organograma do MAST a partir de 2007	1125

LISTA DAS TABELAS	p.
Tabela 1 – Dados referentes ao uso do acervo CFEACB nos últimos 5 anos	180
Tabela 2 – Dossiês da Série 1 com maior consulta entre os anos de 2008 e 2012	182

LISTA DOS GRÁFICOS	p.
Gráfico 1 – Percentual de documentos consultados (ou não) do arquivo CFEACB entre os anos de 2008 e 2012.	181
Gráfico 2 – Percentual de consulta dos últimos 5 anos em dossiês, considerando as séries documentais do arquivo CFEACB	181
Gráfico 3 – Percentual que define o tipo de papel constituinte do arquivo CFEACB	185
Gráfico 4 – Distribuição percentual de documentos referentes às condições de amarelecimento identificadas nos suportes do arquivo CFEACB	186
Gráfico 5 – Distribuição percentual de documentos referente às condições de fragilidade identificadas nos suportes do arquivo CFEACB	186
Gráfico 6 – Distribuição percentual de gramaturas de papel identificadas em documentos do arquivo CFEACB	187
Gráfico 7 – Percentual da existência de escritos em tintas metaloácidas nos documentos do arquivo CFEACB	188
Gráfico 8 – Quantidade de documentos da amostra segundo o estágio de degradação identificado para tintas ferrogálicas	189
Gráfico 9 – Quantidade de documentos da amostra do arquivo CFEACB, que apresentam danos físicos, segundo percentual de área comprometida	190
Gráfico 10 – Percentual de danos físicos encontrados nos documentos da amostra do arquivo CFEACB, excetuando a variável 'perfurações'	191
Gráfico 11 – Volume de manchas nos documentos da amostra do arquivo CFEACB, segundo percentual de área comprometida	192
Gráfico 12 – Percentual de documentos de arquivo CFEACB, segundo seu estado de conservação	193

Abreviaturas utilizadas

ABA – Associação Brasileira de Astronomia

a.C. – antes de Cristo

AHC – Arquivo de História da Ciência

AN – Arquivo Nacional do Brasil

BIB – Serviço de Biblioteca, atual Serviço de Informação e Documentação Científica

CDA – Coordenação de Documentação e Arquivo

C&T – Ciência e Tecnologia

cf. – conforme

CFE – Conselho Federal de Educação [Brasil]

CFEACB – Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CMD – Coordenação de Museologia e Difusão

CMU – Coordenação de Museologia

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas, atualmente denominado: Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONARq – Conselho Nacional de Arquivos

CPBA – Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos

CPD – Coordenação de Pesquisa e Documentação

CPDOC – Coordenação de Pesquisa e Documentação

DAD – Divisão de Arquivo e Documentação

DBI – Divisão de Biblioteca e Arquivo

DID – Departamento de Informação e Documentação

DOC – Departamento de Informação e Documentação

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (de 02/01/1946 a 12/11/1979)

DPq – Departamento de Pesquisa

DSA – Divisão de Suporte Administrativo

EUA – Estados Unidos da América

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

g/m² – gramatura (gramas por metro quadrado de papel)

GMA – Grupo de Memória da Astronomia

ICC – Instituto Canadense de Conservação

ICCROM - Centro Internacional de Estudos de Preservação e Restauração de Bens

Culturais

- ICN** – *Institute for Cultural Heritage of Netherlands* (Instituto Holandês do Patrimônio Cultural)
- ICOM** – Conselho Internacional de Museus
- ICOMOS** – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- ICR** – Instituto de Conservação de Roma
- IFLA** – Federação Internacional de Bibliotecas Associadas
- IIC** – International Institute for Conservation of Historical and Artistic Works (Instituto Internacional de Conservação - Londres)
- IMPA** – Instituto de Matemática Pura e Aplicada
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (de 27/07/1970 a 12/11/1979 e de 08/12/1994 até (atual))
- LAPEL** – Laboratório de Conservação e Restauração de Papel
- MAC** – Museu de Astronomia e Ciências Afins (antiga sigla do MAST)
- MAC/SP** – Museu de Arte Contemporânea de São Paulo
- MAST** – Museu de Astronomia e Ciências Afins
- MCN** – Museu Canadense da Natureza
- MCT** – Ministério da Ciência e Tecnologia
- MCTI** – Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- MFAH** – Museu de Belas Artes de Boston
- MHN** – Museu Histórico Nacional
- MinC** – Ministério da Cultura
- NARA** – *National Archive Record Administration* (Arquivo Nacional e Administração de Documentos)
- NARS** – *National Archive and Record Service* (Arquivo Nacional e Serviço Documental)
- NBS** – *National Bureau of Standards* (Agência Nacional de Normas Técnicas)
- NHC** – Núcleo de História da Ciência
- OEA** – Organização dos Estados Americanos
- OI** – Ordem Interna
- ON** – Observatório Nacional
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PMAC** – Projeto Memória da Astronomia no Brasil e Ciências Afins
- PMM** – Programa Memória do Mundo
- PNC** – Plano Nacional de Cultura
- PPG PMUS** – Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio

PRO – *Public Record Office* (Escritório de Documentos Públicos)

Pró- Documento – Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica

Pró-Memória – Fundação Nacional Pró-Memória

RAMP – *Records and Archives Management Programme* (Programa de Estudos em Administração de Arquivos e Documentos), da Divisão de Informação Geral da UNESCO

RCE – *Cultural Heritage Agency of the Netherlands* (atual Agência do Patrimônio Cultural da Holanda)

RE – Resolução Executiva

RN – Resolução Normativa

SAHC – Serviço de Arquivo de História da Ciência

SArq – Serviço de Arquivo

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SBPF – Sociedade Brasileira de Pesquisas Físicas

SEC – Secretaria da Cultura

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (de 30/11/1937 a 01/01/1946) e Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (de 13/11/1979 a 03/09/1990) (mudança em função das subordinações, com manutenção da mesma sigla, em períodos distintos)

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP – Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

ITEM	PÁG.
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ACERVOS ARQUIVÍSTICOS COMO PATRIMÔNIO: uma abordagem preliminar sobre as práticas e teorias	16
1.1 A Trajetória dos Arquivos como Lugar de Patrimônio	18
1.2 O Patrimônio Arquivístico e os Marcos de sua Preservação	37
1.2.1 As políticas de preservação do patrimônio arquivístico no Brasil	53
CAPÍTULO 2 – DOCUMENTOS DE ARQUIVO SOB A LUZ DA CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO	66
2.1 A Produção de Papel e sua Qualidade	70
2.2 Os Elementos Sustentados e suas Qualidades	74
2.3 As Políticas de Conservação-Restauração de Papel	76
2.4 Princípios e Critérios da Teoria e da Prática da Conservação- Restauração e sua Influência sobre o Patrimônio Documental	88
2.4.1 A documentação como forma de proteção	96
CAPÍTULO 3 – ACERVOS ARQUIVÍSTICOS EM MUSEUS: patrimônio a ser preservado	101
3.1 Os Arquivos dentro de Instituições Museológicas	105
3.1.1 Caracterizando os arquivos “de” museus	110
3.1.2 Caracterizando os arquivos “em” museus	113
3.2 O Museu de Astronomia e Ciências Afins e seus Arquivos	115
3.2.1 Antecedentes e constituição do acervo	116
3.2.2 O Arquivo de História da Ciência do MAST e o tratamento dos acervos arquivísticos	125
3.2.3 O Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFEACB	131
3.3 O Programa Memória do Mundo – PMM: reflexões sobre um patrimônio documental	137
CAPÍTULO 4 – SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: ferramentas e avaliação em conservação- restauração	147
4.1 A Abordagem Materialística	151
4.2 O Gerenciamento de Riscos	156
4.3 O Valor Patrimonial e o Valor Arquivístico: considerações	162
4.4 O Diagnóstico Técnico para a Tomada de Decisão	170

4.4.1 A normalização da terminologia do diagnóstico	172
4.5 Análise Prospectiva dos Documentos Arquivísticos do CFEACB	175
4.5.1 Arquivo do CFEACB e seu contexto	175
4.5.2 As condições de uso e conservação do arquivo CFEACB	178
4.5.2.1 O diagnóstico técnico do Arquivo CFEACB	182
4.6 Analisando o Uso das Ferramentas de Seleção e Priorização no CFEACB	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS	207
ANEXOS	222
Anexo 1 – Escala ABC (MANUAL, 2009)	223
Anexo 2 – Escala de Magnitude de Risco (MANUAL, 2009)	224
Anexo 3 – Relação dos dossiês mais consultados da Série 2 – CFEACB	225
Anexo 4 – Desenho da estante de caixas de armazenagem do Arquivo CFEACB	227
Anexo 5 – Formulário de Consolidação de Dados de Diagnóstico (CUNHA, 1988)	228

INTRODUÇÃO

“Nada há como começar, para ver como é árduo concluir.”

Vitor Hugo

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o conceito de patrimônio foi sendo modificado, e na atualidade se apresenta como um dos definidores de uma cultura. Para Gonçalves (2007, p. 109), patrimônio é uma categoria de pensamento e, como tal, tem característica de transformar-se em função de uma temporalidade e de uma espacialidade. Enquanto categoria identifica-se ou é mais bem definida pelos atributos que lhe são juntamente agregados. Entretanto, segundo Fontal Merillas,

ainda que os múltiplos adjetivos que acompanham o substantivo patrimônio sejam de fácil compreensão, não é igualmente simples haver uma concordância quanto a uma classificação de caráter geral. Ao alimentar este desacordo, [estes adjetivos] contribuíram para as legislações dos diferentes países europeus e para as orientações de caráter mundial, que não parecem compartilhar os mesmos critérios com respeito ao que são seus bens e valores culturais e, menos ainda, àqueles que merecem sua proteção¹ (2003, p. 25 – tradução da aluna).

No Brasil, o patrimônio cultural brasileiro é definido pela Constituição Federal de 1988, no Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção II - Da Cultura,

Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, **nos quais se incluem:**

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços **destinados às manifestações artístico-culturais;**

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º **O poder público**, com a colaboração da comunidade, **promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários,**

¹ No original: “aunque los múltiples adjetivos que acompañan al substantivo patrimonio son de fácil comprensión, no resulta igualmente sencillo acordar una clasificación de carácter general. A alimentar este desacuerdo han contribuido las legislaciones de los diferentes países europeos y las ordenaciones de carácter mundial, que non parecen compartir los mismos criterios respecto a los que son bienes y valores culturales y, menos aún, aquellos que merecen su protección”.

registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º **Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.**

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5.º Ficam **tombados** todos os **documentos** e os sítios **detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos**² (BRASIL, 1988 – grifo da autora).

Tendo esta perspectiva, é possível extrair deste trecho os seguintes entendimentos: os documentos com finalidade de servir a manifestações artísticas e culturais constituem patrimônio cultural, assim como a documentação governamental, de responsabilidade da administração pública, destinada ao acesso do cidadão, e os documentos referentes aos antigos quilombos. Estes últimos ainda têm a peculiaridade do tombamento³ compulsório.

Assim, verifica-se que o texto constitucional, apesar de não ser direto na sua expressão direcionada a acervos arquivísticos, permite inferir que os arquivos públicos e os privados estão inseridos no âmbito da ação de proteção do Estado brasileiro, sendo considerados patrimônio cultural. E que a ação de proteção pode ser exercida por meio de “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, art. 216).

Pode-se, então, afirmar que a aquisição ou custódia de arquivos por instituições museológicas caracteriza uma forma de acautelamento e preservação, formalizada por um processo de doação ou de custódia legal, que lhe insere no patrimônio da União. Por conseguinte, o colecionamento de arquivos em instituições museológicas tem relação com suas atividades finalísticas e com os esforços de abrangência de fontes para estudo, uso e complementação de suas referidas coleções e ações.

Ao pesquisar sobre acervos arquivísticos como patrimônio cultural, foi possível identificar outra forma de expressar sua inserção nas políticas de proteção, quando os órgãos internacionais, como a UNESCO, e instituições brasileiras da década de 1980, como a Fundação Pró-Memória, através do Programa Pró-Documento, instituíram o que

² Disponível em:

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/01_02_2010_13.39.05.85b72235f860536bcb82c3463914f15d.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

³ Tombamento “é um ato administrativo realizado pelo Poder Público nos níveis federal, estadual ou municipal. [...] O objetivo é preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e também o valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens”. (referência: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id+17738&sigla+Institucional&retorno+paginaInstitucional>).

foi denominado como políticas de proteção ao patrimônio documental ou políticas de preservação de acervos documentais.

Para alguns autores, o termo patrimônio ou acervo documental não é julgado correto, quanto se considera a noção de documento estabelecida por Suzanne Briet⁴, cuja definição é: “qualquer traço concreto ou simbólico preservado e registrado com o propósito de representar, construir ou comprovar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951 *apud* PINHEIRO, 2008, p. 84). Do mesmo modo, o termo patrimônio documental identifica-se com a característica de valor de evidência, inerente a qualquer patrimônio. Contudo, na década de 1980 no Brasil, esse termo referia-se à tipologia de documentos gráficos, cartográficos e iconográficos, sejam eles manuscritos, impressos e encadernados de valor histórico e artístico.

Assim, também de acordo com Le Goff, os métodos históricos, introduzidos na segunda metade do século XX, alteram o sentido de uso do termo documento, dando-lhe um conteúdo enriquecido e ampliado. Então, para ambos os autores (Briet e Le Goff), o termo documento não está restrito ao conceito coloquial, que se define por “qualquer texto escrito usado para consulta, estudo ou prova” (AURÉLIO, 2005, p. 327). Estes autores utilizam a noção ampliada do conceito de documento.

Considerando estas distintas visões, para esta dissertação, o conceito de documento é apoiado em uma definição estabelecida por Núñez Contreras, cujo sentido se apresenta de forma mais limitada, referindo-se a uma “representação ou manifestação escrita de relações políticas, jurídicas, sociais e administrativas estabelecidas entre os homens, tanto em nível particular como no oficial”⁵ (1981, p. 33 *apud* GALENDE DÍAZ; GARCÍA RUÍPEREZ, 2003, p. 20-21). Sob esta perspectiva, o termo documento ou acervo documental tem em seu significado uma estreita relação com a tipologia dos documentos gráficos, sejam eles manuscritos ou impressos, avulsos ou encadernados. Incrementa-se esta abordagem com a inclusão das iconografias e cartografias, dos audiovisuais e sonoros, registros, dados, e etc. Neste sentido, o conceito remete de modo limitado à forma escrita ampliada pela historiografia da década de 1960, conforme informa Le Goff (1984a, p. 14 e 15).

Seguindo esta abordagem, os documentos de arquivo são aqueles “que foram produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou moral, e por qualquer serviço ou organismo público ou privado, no exercício da sua actividade” (CONSEIL, 1984, p. 137 *apud* ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 137).

⁴ Este conceito Briet aprimorou a partir de Paul Outlet.

⁵ No original: “la representación o reflejo escrito de las relaciones políticas, jurídicas, sociales, administrativas establecidas entre los hombres tanto en el nivel particular como en el oficial”.

Por certo, parte do elemento fundamental da noção de documentos de arquivo ainda é ser evidência, por essência, de um fato, fenômeno ou atividade humana, embora hoje (2013) enquanto patrimônio cultural lhe seja agregados novos aspectos qualitativos (atributos de valor), que resultaram “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1984b, p. 103). Tal circunstância promoveu uma revolução no âmbito das instituições de memória, cujos reflexos resvalaram e refletiram no aporte de atributos também ao patrimônio arquivístico.

Então, para se tornar patrimônio, os bens precisam de um reconhecimento, que parte de uma atribuição de valor. Assim, outro aspecto a ser mencionado, diz respeito aos valores culturais nos quais se pautou o texto constitucional brasileiro: o histórico, o paisagístico, o artístico, o arqueológico, o paleontológico, o ecológico e o científico (BRASIL, 1988). Embora não explicitado, pode-se afirmar também que o valor de informação encontra-se implícito no parágrafo 2º, do artigo 216, quando se aponta a relação documento governamental e acesso ao cidadão.

Desta forma, ao delimitar esta dissertação no âmbito do patrimônio arquivístico, constituinte do patrimônio cultural brasileiro, deslocando o foco para os documentos de arquivo sob a guarda de museus e, mais especificamente, de museus da ciência e tecnologia, está se caracterizando o âmbito deste estudo, que tem vinculação com a linha de pesquisa 2, Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento Sustentável, do curso de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Tal identificação verifica-se na perspectiva de contribuição da pesquisa com reflexões sobre aspectos relacionados à preservação do patrimônio cultural, especialmente, na esfera das ações de conservação-restauração de acervos arquivísticos sob a guarda de museus. Por outro lado, como particularidade do estudo, dedica-se aqui atenção às ações definidas e estabelecidas em função da institucionalização da proteção por acautelamento dos documentos arquivísticos por um museu e como resultado do reconhecimento do valor destes documentos por parte do governo, da instituição e da sociedade.

Contudo, é possível observar que os documentos de arquivo, apesar de hoje, em 2013, terem seu reconhecimento como patrimônio cultural, não possuem o apelo dos monumentos de ‘pedra e cal’, nem tão pouco das obras de arte. Tal condição se deve ao fato dos arquivos serem sempre valorizados por sua informação administrativa e histórica, sendo, muitas vezes, tratados, ainda e apenas, como memórias auxiliares à gestão e consolidação governamental, arraigados aos trâmites burocráticos e jurídico-legais.

Assim, ao iniciar a pesquisa, uma das primeiras certezas foi de que o assunto patrimônio arquivístico tem sido pouco explorado, tanto no universo da Conservação, quanto no dos Arquivos e dos Museus. Uma das razões para isto, talvez, seja que, apenas em décadas recentes, os documentos textuais, impressos, cartográficos, iconográficos, audiovisuais e sonoros, assim como os multimeios que constituem os arquivos, tenham ganhado um olhar mais abrangente de valorização no contexto das ações de conservação do chamado patrimônio cultural, principalmente na esfera dos governos (políticas públicas). Esta ampliação deve-se a agregação de outros valores ou, como nos indica Gonçalves (2007), atributos conferidos a estes bens.

O embrião dessa mudança de olhar tem uma origem anterior, em dois grandes movimentos do final do século XIX e início do século XX, que contribuíram para ampliar os limites do conceito de patrimônio cultural de tal maneira, que modificaram também a potencialidade de uso dos arquivos e a sua inserção no âmbito das políticas culturais: 1) a utilização de sua informação em todos os níveis (ultrapassando seu caráter puramente administrativo e histórico); e 2) a crítica à história positivista do século XIX, fundada em documentos que se impõe por si próprios (cf. LE GOFF, 1984a, p. 96), que favorece o uso de outras fontes informativas.

Neste universo, contribuíram também o crescimento exponencial das novas formas de registro da memória individual e coletiva (meios analógicos, eletrônicos e digitais, entre outros), que passaram a permear todas as atividades humanas, bem como a ampliação do conceito de cultura (trazido pela Antropologia). Em acréscimo, verifica-se a importância da constatação da 'finitude' dos suportes, o medo do esquecimento ou desaparecimento, a busca de identidade e o desejo de lembrança. Este contexto foi se consolidando a partir da segunda metade do século XX, devido, especialmente, às destruições relacionadas com as duas grandes guerras mundiais e à abertura para o acesso à informação, proporcionado pela ascensão dos regimes democráticos.

Nas duas últimas décadas, no Brasil, foram feitos alguns estudos acadêmicos, em grau de mestrado e doutorado, sobre o tema da preservação de documentos em suporte papel, como os seguintes trabalhos: Clarimar de A. Valle (UNB, 1991), sobre subsídios para elaboração de políticas de preservação e conservação para bibliotecas universitárias brasileiras; Sérgio C. de Albite da Silva (UFRJ, 1998), sobre políticas públicas de preservação, com foco no Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros; Neide A. Gomes (UNB, 2000), sobre o ensino de conservação, preservação e restauração de acervos de documentos no Brasil; Ísis B. Elias (USP, 2002), sobre conservação-restauração de obras de arte em papel; Solange S. G. de Zuñiga (UFRJ,

2006), sobre os documentos vistos como objeto de políticas públicas de preservação e acesso; Ingrid Beck (UFF, 2006), sobre o ensino da preservação de documentos e a perspectiva de formação dos novos profissionais de arquivo e biblioteca; Adriana C. Hólos (UNIRIO, 2006), sobre as possibilidades da preservação de documentos no Arquivo Nacional do Brasil; Maria Celina Soares de Mello e Silva (USP, 2007), sobre arquivos de laboratório, no recorte que considerou o cientista e a preservação de documentos; Aloísio A. N. de Castro (UFJF, 2008), sobre a trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil; e Ana Paula C. de Carvalho (UNIRIO/MAST, 2010), sobre a conservação-restauração de plantas arquitetônicas em processo cianótipo. Entretanto, estes estudos versaram sobre o ensino e formação, as políticas públicas de preservação e as ações restritas às instituições de Arquivo e Bibliotecas, focados, em sua maioria, no campo da Ciência da Informação e da História. A única exceção talvez seja a dissertação de Ana Paula C. de Carvalho (UNIRIO/MAST, 2010), que tratou da conservação do acervo cartográfico no âmbito de um museu. Esta constatação faz com que muitas lacunas ainda necessitem ser preenchidas no campo da Conservação e da Museologia.

Assim, ao realizar um estudo sobre o tema da priorização para a conservação-restauração do patrimônio arquivístico em museus, têm-se duas questões iniciais a serem respondidas: o que tratar? E, como tratar?

Responder a estas perguntas parece muito fácil a uma vista ingênua; basta apenas que se diga: restaura-se o que estiver em pior estado e conserva-se o que está em melhor estado, e preserva-se tudo que se guarda. Entretanto, o contexto destas perguntas tem implicações nas respostas e, no que se refere aos documentos de arquivo sob a custódia de museus, observa-se que: a) os arquivos adquiridos são pequenos, porém vem de diferentes origens, o que representa terem problemas de conservação específicos e distintos; b) há ausência de ações de conservação anteriores à sua aquisição, ou quando existem, muitas vezes foram inadequadas, comprometendo sua conservação; c) podem ser constituídos de documentos de múltiplos formatos, formas e tipos, exigindo um conhecimento mais ampliado e experiente; e d) a necessidade de respeito à relação orgânica estabelecida pelo conjunto, o que é uma característica própria aos documentos de arquivo, que dificulta pensar em abordagens individualizadas, mesmo em ações de conservação-restauração.

De outra parte, documentos de arquivo, em geral, diferentemente dos materiais bibliográficos, são considerados únicos, embora se aceite que, em sua maioria, possam ser reproduzidos para fins de uso e preservação. Contudo, essa circunstância implica no

aceite que a informação é mais importante do que a base material na qual está circunscrita, possibilitando o surgimento de outra afirmação simplória: o que não está em condição de ser utilizado, deve ser reproduzido.

Entretanto, as escolhas do que será conservado ou restaurado em arquivos não devem ser, e não o são, apenas definidas pelo estado de conservação do material ou por sua possibilidade de reprodução. Nestas decisões somam-se outros critérios e variáveis: o valor em grau de importância do acervo; o seu uso em uma exposição; a perspectiva de existência de exemplares ou da mesma informação em diferentes formatos; entre outras.

Por outro lado, os conceitos de preservação, conservação e restauração também precisam estar claros, a fim de que se possa estabelecer e planejar de forma adequada as ações a serem empreendidas, os custos, a necessidade de pessoal, a capacidade de execução na própria instituição, entre outros. Conforme escrevem Hannesch e colaboradores (2012) como uma disciplina em fase de consolidação, a Conservação-Restauração ainda hoje enfrenta uma terminologia difusa no seu uso. Os verbos preservar, conservar e restaurar aparecem em diferentes contextos e épocas, às vezes como sinônimo, às vezes como excludentes. Se considerarmos a adoção do termo conservação preventiva e sua definição mais recente no evento de VANTAA (2000), é possível perceber que ainda se está longe de chegar a um acordo nestas conceituações, especialmente quando recordamos o questionamento de Muñoz Viñas (2003) que defende que, por definição, toda conservação já embute uma ideia de prevenção, sendo redundante afirmá-lo.

Neste sentido, se apresentam aqui algumas das definições propostas por autores que dedicaram seu trabalho ao patrimônio documental, a fim de esclarecer a abordagem dada a estes termos ao longo desta dissertação.

Crespo e Viñas (1984) definem a conservação abarcando duas áreas diferenciadas e complementares, isto é, uma em que se adotam medidas para evitar a deterioração (como medidas preservacionistas ou preventivas); e outra efetivada pelo tratamento direto nas peças afetadas (medidas curativas ou restauração). Neste sentido à conservação abrangeria a preservação.

De outra parte, o Programa Memória do Mundo possui algumas diretrizes para o conceito adotado de preservação e conservação, nas seguintes bases (MEMÓRIA, 2002, p. 10 – tradução da aluna)⁶:

⁶ No original: “preservación es la suma de las medidas necesarias para garantizar la accesibilidad permanente – para siempre – del patrimonio documental [...] conservación es el conjunto de medidas precisas para evitar un deterioro ulterior del documento original y que requieren una intervención técnica mínima”.

- a) preservação: é a soma das medidas necessárias a garantir a acessibilidade permanente do patrimônio documental;
- b) conservação: é o conjunto de medidas necessárias para evitar uma deterioração do documento original e que requer uma intervenção técnica.

É importante comentar que, o verbo 'evitar', utilizado na definição do conceito conservação, remete a uma ideia de que é possível impedir uma deterioração. Contudo, apesar de existirem barreiras possíveis de serem criadas para alguns agentes de degradação, atualmente seria mais correto utilizar os termos minimizar, desacelerar ou retardar, posto que alguma degradação esteja ocorrendo.

No âmbito das definições destacadas daquele Programa, pode-se observar que a preservação, então, está relacionada com a disponibilidade de uso do acervo, atual e futuro. E a conservação é relacionada com a ação de manutenção do documento por meios de intervenção no ambiente e sobre ele próprio. No PMM informa-se, ainda, que para alcançar a correta condição de preservação devem ser seguidos os princípios do controle e documentação cuidadosa dos acervos; o atendimento das condições adequadas de armazenagem, manuseio, segurança e transporte, específicas para cada tipo de suporte; a conservação do documento original; e a reprodução do documento para novo formato, especialmente pensando no acesso (MEMÓRIA, 2002). Neste sentido, verifica-se que o conceito de preservação abrange a conservação.

Para Philip Ward (1986, p. 67) a diferença em relação aos conceitos pode ser explicada pelo uso distinto dos termos em função da terminologia adotada por países de fala inglesa e de fala francesa e espanhola, e que, em por esta razão, em meados da década 1980 (data do texto) os organismos internacionais utilizavam conservação-restauração para abranger ambas as atividades. Pode-se afirmar que o estabelecimento de uma terminologia comum, apesar de ser decorrente de um acordo entre os profissionais do campo, encontra muitos obstáculos na sua adoção, não sendo eles menores que o idioma. Neste sentido, está se apontando aqui que a amplitude do campo acadêmico e profissional que envolve o patrimônio e os seus acervos é, de fato, um grande desafio para a consolidação da linguagem de especialidade. Por outro lado, agregado a isto está o fato de que os significados destes termos virem sendo ampliados, reduzidos e reinterpretados à medida que se dá o desenvolvimento da disciplina Conservação.

Tendo em vistas estas circunstâncias, o termo conservação, da forma como foi utilizado nesta dissertação, considera as ações empreendidas no âmbito da disciplina de mesmo nome, que tem por objetivo tanto a ação direta, quanto indireta de minimizar e

retardar a deterioração do suporte e, conseqüentemente, prevenir a perda da informação. Tais ações efetivam-se tanto por ações preventivas, de adoção indireta no ambiente e acervo, como por ações curativas, de aplicação direta sobre o documento.

O termo preservação, de outra parte, é utilizado referindo-se a todas as ações que têm relação com a garantia de proteção, manutenção e utilização dos documentos/acervos, visando sua longevidade e acesso e a salvaguarda da informação da perda. Assim, inclui: a legislação, a segurança, a reprodução, a conservação, a disseminação ou divulgação, e mesmo a pesquisa e documentação (POLÍTICA, 1995).

A noção de restauração utilizada nesta dissertação refere-se às intervenções diretas em documentos individualizados, com o intuito de restituição da integridade física, estética e simbólica ou devolver-lhe a capacidade funcional de uso, que por algum motivo foi perdida ou está ameaçada de perda, como é o caso dos documentos em avançado estado de degradação pela corrosão das tintas ferrogálicas. Por este motivo, algumas vezes foi mantido o termo conservação-restauração, quando os limites das ações de conservação e restauração não são bem delineados.

Sendo o objetivo geral da pesquisa, que orientou a elaboração dessa dissertação, refletir teoricamente sobre as práticas da conservação e restauração do patrimônio arquivístico sob a guarda de museus, busca-se subsidiar uma análise crítica de duas ferramentas direcionadas à seleção e priorização de tratamentos interventivos sobre documentos em suporte papel: a abordagem materialística e o gerenciamento de riscos. Como objetivos específicos, procurou-se: i) realizar uma revisão sobre as correntes teóricas do campo da Conservação de Patrimônio Cultural, buscando sua relação com as práticas interventivas em documentos em suporte papel e, em especial, nos patrimônios arquivísticos; ii) fazer uma reflexão sobre o papel dos acervos arquivísticos dentro das instituições museológicas, caracterizando os tipos de arquivo encontrados; iii) analisar duas ferramentas de seleção para preservação e conservação de acervos, buscando verificar sua aplicabilidade na priorização para a conservação-restauração de documentos de arquivo; iv) identificar e apresentar as categorias de valor que estão envolvidas na seleção e priorização para acervos arquivísticos de Ciência e Tecnologia; e v) utilizar o acervo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas – CFEACB, como objeto de estudo na análise das ferramentas escolhidas para o exercício de seleção e priorização de ações de conservação-restauração de fundos arquivísticos do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Assim, a pesquisa se insere no âmbito do projeto de pesquisa “Valorização do Patrimônio

Científico e Tecnológico Brasileiro”, vinculado à linha 2 de pesquisa do PPG-PMUS, já mencionada.

O MAST é uma instituição de pesquisa subordinada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, que tem como missão “ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos, divulgação e história da ciência e da tecnologia no Brasil” (PLANO, 2010, p. 11).

Como museu, o MAST possui uma atuação voltada à aquisição, pesquisa, conservação e comunicação dos acervos de cientistas e instituições que contribuíram, a seu tempo, com a estruturação e desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil. Neste sentido, uma de suas vertentes é a aquisição de acervos, que viabiliza sua atuação institucional e promove a preservação do legado histórico-científico brasileiro.

Em sua maioria, os fundos arquivísticos produzidos ou adquiridos pelo MAST, estão sob a responsabilidade do Arquivo de História da Ciência – AHC, cuja atribuição é reunir, organizar, manter, preservar e dar acesso aos arquivos oriundos de cientistas e instituições que tiveram participação na produção e desenvolvimento da ciência no Brasil. Estes, na forma de custódia, integram os acervos do MAST, sendo, portanto, considerados parte do ‘patrimônio cultural brasileiro’.

Com esta perspectiva, o MAST buscou implementar políticas de preservação que, ao mesmo tempo que favorecessem o acesso aos documentos e garantissem a sua conservação em longo prazo. Assim, foram estabelecidos parâmetros para a melhoria das áreas de guarda e de consulta, a reprodução digital para disponibilização das informações sem prejuízo do original, bem como as ações de conservação necessárias à estabilização da deterioração intrínseca ou do entorno do acervo. No entanto, no sentido de aprimorar a metodologia de trabalho do Laboratório de Conservação e Restauração de Papel – LAPEL⁷ foi proposto este estudo em nível acadêmico, cujas consequências projetam desdobramentos práticos nas ações de intervenção junto aos acervos arquivísticos.

Procurou-se, nesta perspectiva, analisar como se dão as escolhas para conservação e restauração dos documentos em suporte papel que constituem os patrimônios culturais sob a guarda dos arquivos. O intuito foi, por meio de uma reflexão teórica que, por inclusão, avalia o método, trazer para o campo da conservação-restauração do patrimônio arquivístico uma contribuição para possíveis respostas às dúvidas que vêm sendo enfrentadas diariamente nas rotinas de trabalho dos laboratórios

⁷ Laboratório ligado à Coordenação de Documentação e Arquivo do MAST.

de conservação-restauração de acervos semelhantes e que, nem sempre, passam pelo tempo de amadurecimento necessário ao julgamento idôneo.

Considerando estes aspectos, vislumbra-se discutir o tema da noção de valor relacionada ao patrimônio arquivístico, particularizando para os acervos de ciência e tecnologia sob a guarda do MAST, o que irá contribuir para o entendimento e estabelecimento das ações necessárias à sua preservação e, em especial, nas decisões de conservação-restauração para os acervos desta instituição.

Outra contribuição desta pesquisa é discutir o papel desempenhado pelos acervos arquivísticos de museus, e as relações que estes estabelecem na proteção do patrimônio institucionalizado. Verifica-se que este assunto é pouco estudado e de relevante contribuição em nível interdisciplinar.

Para os fundamentos teóricos foram utilizados os autores Gagnon-Arguin, Armando Malheiros Silva, Jean-Yves Rousseau, Carol Couture e Theodore Schellenberg, no campo dos Arquivos, os quais permitiram o estabelecimento da rede conceitual e estrutural dos arquivos enquanto patrimônio. A abordagem empírica apoiou-se na análise das práticas de conservação apresentadas nos manuais arquivísticos de Muller, Feith e Fruin (1898); de Jenkinson (1922), de Casanova (1928) e de Schellenberg (1956)⁸, de modo a caracterizar sua inserção nas ações empreendidas pelos arquivos na medida em que estes foram se consolidando enquanto patrimônio cultural.

Para o estudo da relação Arquivo-Museu foram utilizadas como aporte conceitual e estrutural as abordagens realizadas por Przybyla (2004), Tessitore (2002), bem como por Wythe (2004), Carlin (1999), Ferrez (1994) e Bruno (1996), que tratam dos documentos produzidos e recebidos pelas instituições museológicas.

No campo conceitual e filosófico, a preservação, conservação e restauração foram tratadas a partir dos teóricos Viollet-Le-Duc (2000), Camilo Boito (2002), Alois Riegl (1987) e Cesare Brandi (2004), bem como por autores recentes como Salvador Muñoz Viñas (2003) e Barbara Appelbaum (2009). Outros autores que refletiram sobre os critérios de intervenção sobre o patrimônio cultural também foram utilizados, de forma mais pontual.

Serviram ainda de base conceitual e de regulação das práticas de conservação, as Cartas Patrimoniais e Recomendações⁹ internacionais e nacionais de organizações da

⁸ Utilizada, nesta dissertação a versão publicada em pelo Arquivo Nacional do Brasil, em 1974.

⁹ Disponível em :

<http://portal.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao> . Acesso em 06 de junho de 2012.

área de proteção do patrimônio, assim como os autores Demb (2004), Avrami, Mason e Torre (2000), Berducou (2007), no tema que trata de valor.

Para compreensão do contexto institucional do MAST e do acervo estudado, utilizaremos o método de abordagem descritiva de caráter empírico, tendo como referência os Planos Diretores, Regimento Interno e outros documentos regulamentadores, bem como o inventário sumário do Arquivo CFEACB e o Guia de Fundos do Arquivo de História da Ciência – AHC do MAST. As análises a serem realizadas nas fontes obtidas tomam em conta os métodos científicos: histórico, indutivo e estruturalista referenciados por Marina Marconi e Eva Lakatos (2005).

Para execução da análise, foi escolhido como objeto de estudo o acervo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artística e Científicas no Brasil – CFEACB, que se encontra na responsabilidade do AHC do MAST. O acervo do CFEACB é um arquivo constituído por um conjunto de documentos textuais, impressos, iconográficos e cartográficos sobre diversas áreas do conhecimento, envolvendo temas relacionados com a natureza, a ciência (especialmente botânica, zoologia e antropologia), o controle do território nacional e a exploração geológica do país. Em 2008, o arquivo de CFEACB foi avaliado e selecionado para ser incluído no Programa Memória do Mundo – PMM e, por isso, inscrito no Registro Internacional de Patrimônio Documental, como um dos acervos representantes do Brasil nesse programa da UNESCO. O acervo possui cerca de 10 mil documentos textuais (aproximadamente 13 metros lineares de acervo), 257 fotografias e 22 mapas; o suporte é papel e o período de produção se encontra entre 1933 e 1968, o que nos informa que seu suporte é de celulose de madeira, cujo processo de fabricação é ácido. Os elementos sustentados também são variados: tintas ferrogáficas, nanquim, hidrossolúveis e esferográficas, como também tintas gráficas e lápis grafite e de cera (cor).

Por amostragem aleatória, a classificação do estado de conservação geral desse conjunto de documentos foi estabelecida no nível de ‘alerta’, o que no Manual de procedimentos do LAPEL/CDA/MAST significa: documento passível de entrar em estado de prioridade de tratamento em curto e médio prazo, necessitando de uma ação de estabilização seja química ou de suporte, ou recuperação de sua proteção (ex.: capa) (MANUAL, [2010]). Estes documentos são constantemente consultados, segundo a estatística de uso e consulta do Arquivo de História da Ciência – AHC, alguns dossiês numa taxa bem maior que outros. No momento (2013), este acervo aguarda a fase de preparação para ser digitalizado.

Tendo-se estas referências, almeja-se definir priorização de tratamentos de conservação e de restauração para cada um de seus documentos/dossiês, o que representa não apenas observar seu estado de conservação ou mesmo seu uso, mas especialmente, refletir sobre o valor dos documentos do e sua implicação na definição do tipo de tratamento a que serão submetidos e de suas priorizações.

Em atendimento aos requisitos de um trabalho acadêmico, esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos, além da introdução, elementos pré-textuais, conclusão e elementos finais (anexos). O Capítulo 1 apresenta uma trajetória sumária dos arquivos de modo a caracterizar o panorama conceitual e teórico que a definiu. Relaciona, brevemente, as ações e práticas empreendidas no âmbito da preservação e da conservação de documentos, dando foco a quatro manuais arquivísticos e a legislação de proteção e as recomendações produzidas em eventos realizados no âmbito internacional e nacional, que permearam os discursos sobre o patrimônio documental no século XX. Inclui, ainda, uma revisão do tema das ações e políticas de preservação implementadas no Brasil, a partir do final do século XIX, de modo a evidenciar como as políticas internacionais influenciaram na atuação governamental sobre o patrimônio arquivístico brasileiro até o início do século XXI.

O Capítulo 2 foca no tema da conservação e restauração de documentos em suporte papel, a partir do final do século XIX, buscando relacionar os estudos empíricos sobre os problemas do suporte e elementos sustentados. Neste Capítulo foi realizada, também, uma revisão das teorias e práticas do campo da Conservação e Restauração do sobre o patrimônio documental, em especial relacionado-as e articulando-as aos princípios e às práticas arquivísticas implementadas junto a estes materiais, a fim de traçar os caminhos de análise pelos quais a dissertação foi desenvolvida.

O Capítulo 3 traz uma reflexão sobre o papel dos arquivos dentro das instituições museológicas, correlacionando suas funções no contexto de simbiose e de complementaridade institucional. Apresenta, ainda, uma caracterização dos arquivos “de” e “em” museu, definindo o potencial do trabalho arquivístico nas múltiplas funções realizadas pelos museus, especialmente aquelas voltadas ao colecionismo de acervos, isto é, como patrimônio histórico-cultural a ser preservado. Assim, aborda os arquivos, como fonte de pesquisa e resultado de trabalho dos museus, no entendimento de suas coleções e no da trajetória da própria instituição, relação esta que define e é definida pelo perfil institucional traçado. Apresenta o exemplo do MAST e de seus arquivos, bem como, identifica o arquivo do CFEACB como um constituinte do patrimônio arquivístico

brasileiro, por meio do seu reconhecimento no denominado Programa Memória do Mundo da UNESCO.

O Capítulo 4 apresenta duas ferramentas de seleção e priorização de ações de preservação, com a finalidade de elaborar uma análise crítica sobre sua aplicabilidade na definição de priorização para a conservação-restauração de acervos arquivísticos em suporte papel, que se encontram sob a guarda do MAST, especialmente frente aos arquivos custodiados. Neste sentido, são também identificadas e contextualizadas as noções de valor envolvidas na aplicabilidade dessas ferramentas e dirigidas ao reconhecimento do patrimônio cultural, a fim de analisar a possibilidade de seu uso no objeto de estudo, o fundo CFEACB do MAST. Faz-se, ainda, uma análise sobre o tema do diagnóstico técnico e sobre estado de conservação e uso deste acervo, a fim avaliar sua contribuição e configuração frente às ferramentas analisadas. Descrevem-se, ainda, as variáveis encontradas nesta documentação, que permitiram identificar os interferentes na tomada de decisão, por meio de uma articulação do tema com os três capítulos anteriores, tornando possível verificar as dificuldades e facilidades encontradas. Como resultado, por fim, traz contribuições para a reflexão do método proposto na rotina de trabalho do Laboratório de Conservação e Restauração de Papel do MAST.

Finalmente, nas Considerações Finais, é realizada uma revisão das informações tratadas na pesquisa e dos argumentos utilizados, assim como as conclusões alcançadas referentes ao tema estudado, buscando relacioná-lo ao objeto de estudo. Finalmente, serão apresentadas algumas perspectivas de continuidade de estudos nessa área.

CAPÍTULO 1

ACERVOS ARQUIVÍSTICOS COMO PATRIMÔNIO: uma abordagem preliminar sobre as práticas e políticas de preservação

“Somos incapazes de ver alguma coisa simplesmente porque ela está sempre diante de nossos olhos. [...] deixamos de ser impressionados por aquilo que, uma vez visto, é o que existe de mais impressionante e forte”.

Peter Stallybrass

1. ACERVOS ARQUIVÍSTICOS COMO PATRIMÔNIO: uma abordagem preliminar sobre as práticas e políticas de preservação

Em português a palavra arquivo pode assumir diferentes significados. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, o conceito de arquivo contempla quatro significados distintos, conforme o objeto de apreciação e circunstância considerada. Assim, tanto pode ser: **a)** o conjunto de documentos que, independentemente da sua natureza ou suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas; **b)** a entidade administrativa responsável pela custódia, tratamento documental e pela utilização dos arquivos(a) sob sua jurisdição; **c)** o edifício ou depósito onde são guardados os arquivos(a); e **d)** o móvel destinado à guarda de documentos (CAMARGO *et al.*, 1996, p. 5). Com esta definição pode-se perceber que, mesmo no uso da linguagem técnica, o termo pode ter sentido diverso. Na legislação arquivística brasileira, o arquivo é definido como:

um conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de exercício de atividades específicas, bem como por uma pessoa física, qualquer que seja a natureza do suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Portanto, o arquivo não se define pela forma dos documentos ou por sua origem, mas pela razão para que foram criados e por sua forma de acumulação orgânica. Para Schellenberg (1974, p. 15-17) os elementos que definem os arquivos podem ser resumidos em três fatores que são abstratos: o primeiro é a finalidade pela qual os materiais foram produzidos e acumulados; o segundo é pelos valores pelos quais os arquivos são preservados; e o terceiro tem relação com o que Jenkinson (1922) denominou como “custódia ininterrupta”. Sobre este ponto, o autor esclarece que teriam qualidade para serem denominados de “arquivo”, os conjuntos de documentos que não podem ser questionados na sua autenticidade, não apenas legal, mas evidencial, quando

estes foram constituídos por meio de uma trajetória ininterrupta de custódia responsável (JENKINSON, 1922, p. 10 e 11).

Neste capítulo, ao tratar o tema dos acervos arquivísticos enquanto patrimônio, buscou-se apresentar uma abordagem historiográfica da trajetória da institucionalização dos arquivos e de suas práticas, a fim de proporcionar uma visão conjugada aos conceitos envolvidos no campo disciplinar da Arquivologia, que implicam na compreensão de suas atividades e no papel desempenhado pelos arquivos no âmbito da representação, que lhes insere no contexto do patrimônio cultural. Por outro lado, houve necessidade de identificar as práticas que nortearam a preservação e conservação-restauração em documentos arquivísticos em suporte de papel a partir do século XIX, de forma a relacioná-las à trajetória das ações de preservação e conservação de patrimônio cultural.

Acrescenta-se nesse estudo, a observação das ações e orientações em conservação-restauração que, produzidas no âmbito internacional e nacional (brasileiro), estabeleceram os marcos, conceitos e princípios que nos ajudam a compreender o universo dos arquivos enquanto patrimônio cultural, bem como as peculiaridades e as influências que as teorias da conservação-restauração tiveram sobre manutenção e preservação dos documentos arquivísticos, à medida que a disciplina Conservação foi sendo consolidada.

Como será possível observar, ao longo desta dissertação, não foi feita a distinção do significado do termo arquivo ao longo do texto, porque se entende que fica claro o seu sentido nas frases discursivas nas quais o termo foi adotado.

1.1 – A Trajetória dos Arquivos como Lugar de Memória

Ao tratar do tema da preservação e sua consolidação no campo do patrimônio arquivístico e cultural, considera-se importante pontuar a trajetória da instituição Arquivo, que está imbricada à própria origem do documento escrito, e este, pelo que Le Goff afirma, tem relação com “uma transformação no âmbito da memória coletiva dos povos” (1984b, p. 16). Esta mudança se produziria, segundo o autor, de duas formas: a primeira, junto à memória referente à comemoração, realizada pela celebração de um momento memorável, onde o documento funcionaria como ato (lembrança); e a segunda, relativa ao próprio documento escrito, que serviria como fato (testemunho) (LE GOFF, 1984b, p.16, 17).

Na análise de Gagnon-Arguin, verifica-se uma abordagem que manifesta um ponto de vista mais político desta relação, quando a autora afirma que: “a criação dos

documentos constituiu uma *necessidade para o exercício do poder*” (1998, p. 32). Entretanto, a própria Gagnon-Arguin admite que os documentos possam desempenhar distintos papéis – no reconhecimento de direitos, como registro da memória e como elemento de utilização futura – em função das necessidades e preocupações de diferentes épocas (1998, p. 35).

Corroborando com estas assertivas, Silva e colaboradores complementam que “a origem dos arquivos dá-se, pois, naturalmente, desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade humana” (2002, p. 45) e, por ser um fenômeno espontâneo, aconteceu em várias partes ao mesmo tempo. Estes autores concluem, entretanto, que é difícil apontar onde surge pela primeira vez “a idéia de reunir e organizar os suportes escritos, com objetivos práticos” (SILVA *et al.*, 2002, p. 45), o que nos dias atuais possibilita afirmar serem, os arquivos, de origem remota e estabelecer sua relação com uma função social desde o início de sua praxe.

Franck B. Evans, prefaciando o livro de Rousseau e Couture, afirma que a escrita foi um instrumento que assegurou o registro de dados, informação e conhecimento para fins de comunicação e preservação, acrescentando que: “o que se seguiu foi que os documentos escritos permitiram aos mercadores, aos sacerdotes e aos reis consolidar e alargar o seu poder e sua influência através das instituições que eles próprios criaram” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 15). Esta perspectiva aponta para uma abordagem política utilitária dos arquivos, onde os aspectos jurídico, administrativo e informacional estão bem presentes, e onde são reforçados, também, os argumentos do papel político e social desempenhado por estas instituições.

Muitos eram os textos escritos pelas civilizações mais antigas referentes a relatos, oráculos, estelas funerárias, listas léxicas, glossários, textos religiosos e literários, bem como outros de ordem administrativa, contábil e jurídica, que receberam importância para preservação. Alguns deles podem hoje ser associados ao que se denomina de acervos bibliográficos, porém outros vêm sendo definidos como acervos arquivísticos. Para Rousseau e Couture, a distinção ocorre “com o valor de prova ou de evidência que o documento [de arquivo] tem, e que o fundamento primeiro que justificava, na origem, a criação e conservação de numerosos documentos [em arquivos] era essencialmente de natureza jurídica” (1998, p. 156). Esta afirmação está estreitamente relacionada à função primeira para a qual os textos escritos foram produzidos, envolvendo propósitos de administração governamental, civil e econômicos.

Por certo, na Antiguidade, as instituições que reuniam documentos (palácios e templos) ainda não possuíam uma delimitação clara quanto às suas funções, que podiam

ser cumulativas e combinadas. Contudo, Silva e colaboradores afirmam que, no contexto dos arquivos, já era possível constatar “sua distinção relativamente às bibliotecas” (2002, p. 55), com o que autores como Le Goff e Posner parecem também concordar, quando descrevem que no palácio real de Ugarit (século XVII a.C.) já havia três depósitos de arquivo e uma biblioteca (LE GOFF, 1984b, p.18; POSNER, 2003, p. 53-54).

Para Le Goff (1984b, p.18), os textos escritos estabeleceram não apenas uma relação com a organização do saber, mas também com a organização de um poder novo. Conforme uma citação de Vernant, Le Goff expõe que na Grécia já era possível perceber a evolução da apreensão da memória coletiva, para “a conquista progressiva pelo homem do seu passado individual, como a história constitui para o grupo social a conquista do seu passado coletivo” (VERNANT, 1965, p. 55-56 *apud* LE GOFF, 1984b, p. 19). Neste sentido, a abordagem de Le Goff aponta para um entendimento do arquivo como lugar de guarda da memória coletiva, já nos primórdios da civilização grega ou, como nos coloca Posner (2003, p. 65), para uso em narrativas históricas, de caráter mais utilitário.

Com a entrada no período grego-romano, pode-se verificar a importância dada à reunião de documentos oficiais em diferentes espaços e âmbitos sociais (civis, governamentais e religiosos). Segundo informa Gagnon-Arguin (1998, p. 40), os documentos, na Grécia antiga, necessitavam ser depositados no *Archeion*, a fim de que ganhassem o caráter de autênticos e pudessem também ser consultados. Neste sentido, o valor de prova é apontado pela autora como associado ao caráter de autenticidade. O valor de prova era assumido pela característica de autenticidade atribuída ao documento, que era depositado no *Archeion*, o que, de certa forma, consolidou a “fé pública” dos documentos sob a guarda governamental.

Na Roma antiga, era no *tabularium* que se reuniam os documentos oficiais. E, especialmente à época do Imperador César, por “nele se guardarem os *secreta* do Imperador (correspondência privada, papéis de família, rascunhos, obras literárias, etc.), o *tabularium* ficou igualmente conhecido como *scrinium* ou *sanctuarium Caesaris*” (SILVA *et al.*, 2002, p.63), firmando uma ideia de sacralidade aos documentos de governantes. Entretanto, esta não foi uma regra, pois, no período do Imperador Cláudio, os documentos do *tabularium* podiam ser acessados pelo cidadão, que os utilizava para reclamação de direitos e como garantia de prova, sendo o acesso, porém, condicionado à permissão do Imperador. (SILVA *et al.*, 2002, p. 63)

A partir de tais relatos é possível afirmar que os sistemas de arquivo, ainda que embrionários, já existiam desde a Antiguidade, como também havia a preocupação em

mantê-los em condições adequadas de uso e guarda, por serem estes documentos reunidos para funções de ordem administrativa e comprobatória, e para servir de fonte na produção de relatos históricos.

No fim do Império Romano, com as inúmeras mudanças na vida econômica, social e política na Europa, iriam emergir novas forças de poder no domínio dos senhorios e reis e da Igreja. Gagnon-Arguin (1998, p. 40) afirma que, neste período, houve uma diminuição da escrita na vida cotidiana e tradições administrativas passaram a ser itinerantes, justificando que a razão para isso devia-se à mobilidade dos soberanos, resultante das guerras e conflitos territoriais.

Ribeiro reforça esses argumentos quando escreve:

O valor atribuído à “palavra dada” (o sistema de prova assentava sobretudo no testemunho, no juramento, na fé) em detrimento da “palavra escrita” – que era apanágio apenas de uma reduzida camada social – também não favoreceu a organização arquivística. Não admira, pois, que exista um grande vazio de conhecimentos sobre o processo arquivístico até quase à Época Moderna e que os arquivos alti-medievais sejam pouco abundantes e mal conservados, constituindo exceção alguns casos de arquivos eclesiásticos (RIBEIRO, 1998, p. 26).

Moreno (2004, p. 82) afirma que o abandono do documento escrito e a substituição de seu caráter probatório pela palavra e demonstração testemunhal produziram na disciplina, em vias de formação, um retrocesso nas práticas de organização administrativa desenvolvidas até aquela época.

Assim, durante o período medieval, a concentração dos documentos estabeleceu-se mais nas mãos dos mosteiros, do que nas dos governos. Em parte, o medo de falsificações também fez com que muitos reis e nobres passassem a copiar ou depositar documentos nos mosteiros ou cartórios eclesiásticos, naquela época, considerados lugares seguros. A prática do depósito nestes locais produziu, também, uma mescla entre bibliotecas e arquivos. Assim, muitas bibliotecas reuniram arquivos, e muitos arquivos reuniram bibliotecas¹⁰.

É neste período também que foram introduzidos novos suportes (os códices e o papel) e tintas (as metaloácidas), que provocaram uma diversificação na terminologia utilizada nos arquivos (SILVA *et al.*, 2002, p. 71). É possível observar também um

¹⁰ Em parte da Idade Média, verifica-se que esta delimitação fica comprometida. Segundo Silva e colaboradores (2002, p. 71), ao longo do período medieval, esta distinção volta a tornar-se clara. A distinção entre Arquivos e Bibliotecas era de ordem puramente prática: os documentos administrativos correspondiam ao arquivo e os documentos literários, relatos e entre outros eram destinados às bibliotecas. Entretanto, ocupando o mesmo espaço, infere-se que alguns documentos fossem submetidos ao olhar diferenciado em termos de tratamento da informação. Neste caso, muitos arquivos, quando organizados sob a perspectiva biblioteconômica, perdem a característica de conjunto orgânico e sistêmico, ganhando importância os itens individualizados e a descrição item por item.

direcionamento para as preocupações quanto às falsificações e à segurança dos documentos (CASTRO, 2008, p. 18). Chama-se atenção, também, para o fato que as locomoções constantes, a partir no período medieval até a consolidação dos reinos na Europa, generalizaram o uso de arcas e cofres como unidades de guarda de documentos, o que facilitou, por um lado, sua individualização e, por outro, sua mobilidade quando necessário (SILVA *et al.*, 2002, p. 77).

Berwanger e Leal acrescentam que, para dar conta das situações de extravio de títulos e privilégios, recorria-se, algumas vezes, à produção de um novo original, chamado de ‘renovação’ ou ‘neo-original’, que “era entregue ao destinatário e outro fixado à praça pública ou às portas do mercado” (1991, p. 21). Neste sentido, a renovação correspondia à produção de um novo documento, gozando das mesmas prerrogativas do que fora destruído ou perdido, comparado ao que, atualmente, é denominado de segunda-via.

Para Gagnon-Arguin (1998, p. 31), a dificuldade de uma língua comum, nos territórios ocupados, foi sendo superada pelas conquistas dos reinos e constituição de novas estruturas administrativas, antecipando a formação de Estados. Segundo Silva e colaboradores (2002, p. 75), o valor da escrita e dos arquivos é retomado neste período.

Entre os séculos XII e XVII, com a conquista e junção de territórios e fusão de reinos observa-se ações de migrações e incorporação de acervos, que levaram à concentração de muitos documentos públicos, de diferentes procedências e tipologias, em depósitos e locais não apropriados (GAGNON-ARGUIN, 1998; SILVA *et al.*, 2002). Para Moreno: “é evidente, por exemplo, o desmantelamento documental e arquivístico da Alta Idade Média, frente ao florescimento alcançado pela cultura greco-romana” (2004, p. 77). Constata-se, a partir de então, uma dificuldade de o governo gerir arquivisticamente¹¹ estes volumes de documentos, do mesmo modo como irá acontecer em períodos posteriores e em épocas mais recentes.

As ações empreendidas naquele período, entretanto, tiveram seus prós e contras: se de um lado, promoveram a reunião e a proteção dos conjuntos documentais, privando-os da perda e da eliminação aleatória, por outro lado, isto possibilitou também alguma perda, devido à suscetibilidade dos materiais, à dissociação de conjuntos, aos

¹¹ Apenas no final do século XVI aparecem as primeiras regulamentações arquivísticas europeias, especialmente na Espanha, que tratam do vínculo de origem administrativa da documentação; a concepção jurídica do serviço; a noção de que ele é fonte de informação, inclusive servindo de memória do passado; e, finalmente, o caráter privado do acervo, cujo acesso dependia diretamente do soberano (SILVA *et al.*, 2002, p. 88). Outra constatação foi referente à necessidade de se possuir um quadro de pessoal adequado para execução das funções arquivísticas e para manutenção adequada às boas condições do Arquivo.

extravios, bem como à perda da organicidade pelo acúmulo sem método. Os grandes incêndios e as pragas também tiveram sua parcela de efeito.

Além disso, seleções acríticas por diferentes motivações trouxeram prejuízos ao entendimento do conjunto documental, enquanto potencial informativo, histórico e etc. (SILVA *et al.*, 2002, p.80-81). Ribeiro afirma que, entre a Idade Média e a época Moderna, os arquivos não eram percebidos como sistemas de informação ou fonte de novas percepções sociais, mas tinham sua noção atrelada ao poder e ao conhecimento e uso restritos, o que tornavam as práticas para exercer seu controle uma maior prioridade (RIBEIRO, 1998). Do mesmo modo Bandeira (1995, p. 89) indica que, na impossibilidade de leitura dos documentos em letra antiga, muitos foram considerados inúteis e relegados ao descuido.

Assim, durante a Idade Média, o arquivo se constitui em um depósito de informação administrativa e de poder para uso do Rei e não do reino (SILVA *et al.*, 2002, p.77). Moreno (2004, p. 82), ao fazer uma análise sobre as etapas e períodos da história da Arquivística, afirma que até os séculos XVI e XVII, os procedimentos arquivísticos tinham uma tradição com finalidade administrativa, utilizando-se de uma prática empírica indutiva e racional.

A ampliação das cidades e o surgimento de novas municipalidades, entre os séculos XVII e XVIII, proporcionaram o desenvolvimento administrativo das atividades sociais, o que possibilitou a criação de inúmeros arquivos, cartórios e instituições, corroborando para o aparecimento de novas tipologias¹² documentais. Segundo Berwanger e Leal (1991, p. 12), no século XVII, a ampliação da necessidade de cópias e de guarda adequada impulsionou também a busca por formas de proteção e de garantia da autenticidade, que posteriormente tornaram-se uma preocupação crescente, devido ao aumento de documentos falsificados. Tal fato passou a exigir um trabalho maior da Diplomática para elucidá-los (pela complexidade), bem como favoreceu o uso de originais múltiplos¹³ e de *vidimus*¹⁴ e o aparecimento de pseudo-originais¹⁵. Especialmente na Alemanha, Itália, França e Inglaterra foram geradas controvérsias e polêmicas sobre

¹² No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia: designação dos tipos de documentos segundo o aspecto de sua representação nos diferentes suportes: textuais, audiovisuais, iconográficos e cartográficos. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9578: arquivos: terminologia, Rio de Janeiro, 1986. (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 132)

¹³ Quando um original, por razões de sua finalidade necessita ser produzido em igual teor e forma, quando existe mais de um interessado no exemplar de valor jurídico (BERWANGER; LEAL, 1991, p. 21).

¹⁴ Refere-se ao acréscimo do que o autor da confirmação está vendo sobre o documento que foi transcrito: cor do papel, letra, integridade do selo, etc. (BERWANGER; LEAL, 1991, p. 22).

¹⁵ Berwanger e Leal (1991, p. 20) explicam que são os originais autênticos, que são historicamente falsos, isto é, documentos que foram adulterados por interesse, ambição, adulação ou ameaça, e que foram lavrados por autoridade competente, voluntária ou ludibriada. Neste sentido, explicam esses autores, o documento é original, embora seja falso do ponto de vista histórico, e mesmo jurídico.

documentos de direito feudais e eclesiásticos, favorecendo o surgimento da Paleografia, cujas bases foram lançadas no terreno da crítica diplomática¹⁶ (BERWANGER; LEAL, 1991, p. 12).

No fim do século XVII, observa-se a ampliação dos cartórios de domínio privado, o que promove uma valorização dos arquivos notariais. Gagnon-Arguin (1998, p.49) indica que este fato possibilitou o aparecimento dos livros de registro de atos, que substituíram, para a grande maioria dos documentos, a emissão da 'cópia de arquivo', o que resultou, conseqüentemente, numa diminuição do volume de documentos em depósitos. Como nos esclarecem Berwanger e Leal (1991, p. 23): os registros ou cartulários¹⁷ são uma cópia escrita integral ou parcial dos diplomas ou documentos expedidos ou publicados, que foram transcritos em um códice ou livro referente a um determinado assunto, lugar ou negócio.

Assim, é possível concluir que, no decorrer da Idade Média até a Moderna, os arquivos aumentaram não só em número, e em diversidade de formatos e formas documentais, mas ampliaram também a perspectiva jurídico-administrativa e patrimonial dos documentos. Ribeiro (1998, p. 27) reforça esta afirmação quando escreve que os documentos de natureza privada, como os eclesiásticos e os familiares, também passam a ser valorizados. Pode-se afirmar, entretanto, que esta visão patrimonial ainda está associada à posse e ao legado de caráter privado e, conforme nos colocam Silva e colaboradores,

o grande desenvolvimento dos arquivos privados [...] atinge um nível de qualidade que rivaliza com a administração pública. E o motivo é o mesmo: fazem fé nos respectivos documentos, como testemunhos da sua atividade e como instrumentos de defesa dos seus direitos (2002, p. 95).

Também é possível perceber que o uso dos arquivos está relacionado com uma concepção que privilegiou o valor utilitário dos documentos de natureza pública probatória e histórica.

É no século XVIII que surge um novo uso político para os arquivos: servir de instrumento para construção de identidades e garantia de cidadania. Segundo Silva e

¹⁶ Entre os conceitos de diferentes autores, define-se Diplomática com uma análise crítica realizada no texto, a fim de determinar sua autenticidade por meio da avaliação dos seus elementos formais e solenes. Esta ciência surgiu, provavelmente, no século XII, com o Papa Inocêncio III. A Paleografia, que teve suas origens no século XVII, de forma complementar, trata do estudo dos manuscritos, na sua forma física, isto é, no conhecimento dos materiais e instrumentos da escrita, bem como na evolução das letras, visando sua leitura e compreensão (cf. BERWANGER; LEAL, 1991, p. 15, 10, respectivamente).

¹⁷ Como são chamados os códices ou livros contendo transcrições ou reunião de documentos expedidos, conservados para fins jurídicos e históricos. Foram importantes por terem salvado muitos documentos, cujos originais foram perdidos. Aparecem no século IX, sendo mais difundidos a partir do século XII (BERWANGER; LEAL, 1991, p. 18 e 23).

colaboradores, as circunstâncias mencionadas anteriormente foram parte de um processo “atravessado por um verdadeiro terremoto político e cultural, que deitou por terra os alicerces do Antigo Regime, na generalidade dos países europeus e com reflexo na própria América” (2002, p, 100): a Revolução Francesa.

Para Gagnon-Arguin (1998, p. 31), a perspectiva de novo uso político do arquivo se traduziu tanto na capacidade de criar, a partir dele, uma identidade nacional, com os argumentos de fornecer garantias de livre acesso ao cidadão de toda informação depositada, sendo isto enfatizado como uma importante missão dos governos. Na França, esta Revolução deu um novo sentido à noção de Estado, especialmente fundado na igualdade de direitos.

Na França de então, o documento de 18 de Brumário¹⁸, publicado em 9 de novembro de 1789, instituiu o patrimônio cultural francês. E a Assembleia Nacional constituída cria, em 12 de setembro de 1790, os Arquivos Nacionais franceses, que, juntamente com a Lei de 7 Messidor, ano II (publicada em 25 de junho de 1794), estabeleceu uma rede de arquivos e um depósito central de documentos (FLIEDER; DUCHEIN, 1993, p. 33-34). Gagnon-Arguin (1998) informa que a centralização dos arquivos não é caracterizada fisicamente, mas administrativamente.

Por outro lado, segundo Silva e colaboradores

a Lei de 7 Messidor irá prescrever que todos os manuscritos confiscados que pertencessem à história, às ciências e às artes ou que pudessem servir à instrução, [sic.] deviam ser depositados na Bibliothèque Nationale e nas bibliotecas de cada distrito. As cartas geográficas, astronômicas ou marítimas, por sua vez, deviam seguir para um depósito geral a estabelecer em Paris. Em suma, começa aqui a distinguir-se dois tipos de acervo: os indispensáveis para a administração e aquele que, sendo desnecessário a esta, apenas se conserva por mero interesse histórico-cultural (2002, p. 101).

Fica claro que a ligação do arquivo com a Administração é estreitada neste período, e a ênfase passa a ser dada ao registro dos documentos e à gestão dessa informação, com finalidade de acesso (RIBEIRO, 1998, p. 714), objetivando o cumprimento da lei. Para Gagnon-Arguin (1998, p. 46) é importante observar que se inicia uma separação entre o arquivo visto como apoio ou base informativa da administração e o arquivo histórico, subsídio para construção da história, fonte de informação, de memória. Esta noção¹⁹ irá emergir e consolidar-se, apenas, em décadas

¹⁸ O Decreto de 18 de Brumário institucionalizou vários serviços do Estado, criando inúmeras instituições, como por exemplo, o Museu do Louvre.

¹⁹ A visão dicotômica entre arquivos da administração e arquivos históricos só foi suplantada quando é introduzida a teoria das três idades do arquivo, cuja novidade foi a percepção de da trajetória de continuidade

posteriores, com o surgimento do movimento da Nova História, como será apresentado em páginas seguintes.

As concepções arquivísticas francesas influenciaram a dinâmica de inúmeros países, não só na Europa, mas também na América. O acesso aos documentos passou a ser afirmado como direito do cidadão, forçando uma mudança nas práticas da organização arquivística, numa tentativa de retomar a qualidade técnica anterior de suporte às decisões legais e de gestão e como prova.

Observa-se no período pós Revolução Francesa a incorporação compulsória de arquivos de distintas procedências no Arquivo Nacional francês, o que fez surgir inúmeros depósitos em diferentes locais, bem como favoreceu a dispersão de conjuntos. Segundo Silva e colaboradores, o problema das incorporações de arquivos torna-se agravado por ocasião da expansão dos ideais para a revolução da burguesia; quando à

expropriação dos bens do clero e da nobreza arrastou consigo a necessidade de nacionalizar os cartórios onde se conservavam os respectivos títulos de posse e a documentação indispensável à administração das propriedades confiscadas. Assim, assistimos em vários países a um movimento de incorporações em massa de arquivos privados, nos depósitos do Estado [...], e a uma reordenação geral dos documentos, misturando-se cartórios diversos sob uma ordem geral cronológica e/ou temática. Trata-se de uma espécie de aculturação iluminista e mesmo já positivistas dos arquivos, em que valores culturais e ideológicos determinam os procedimentos arquivísticos, em detrimento da organização original (SILVA *et al.*, 2002, p. 105).

No livro de Silva e colaboradores (2002, p. 101) e no *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, doravante mencionado como manual dos arquivistas holandeses²⁰ (MANUAL, 1973, p. 37-38) encontram-se relatos de que os atos de incorporação resultaram, contudo, na eliminação de vários documentos sem critérios específicos, e desconsiderando os princípios da organicidade arquivística, especialmente daqueles documentos cuja origem se relacionava aos títulos feudais.

Assim também se refere Ribeiro:

As nacionalizações dos bens das anteriores classes dominantes acarretaram consigo a natural apropriação dos respectivos cartórios, pois aí se conservavam os títulos de posse e a documentação indispensável à administração das propriedades confiscadas. Assistimos, portanto, a um novo movimento de incorporações em massa de arquivos privados

dos documentos e inclusão da figura do arquivo intermediário, como depósito mediador das ações de guarda e avaliação dos documentos, visando sua destinação final (guarda permanente ou eliminação).

²⁰ Foi utilizada nesta dissertação a tradução em português do manual de Muller, Fruin e Feith, conhecido como manual dos arquivistas holandeses, de 1898. Conforme já explicitado, será feito a menção ao manual dos arquivistas holandeses, no texto, e Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, na referência.

nos depósitos do Estado, os quais passaram a ter a designação de “Archives Nationales” (1789, Decreto de 18 Brumário) e a ter funções de conservação e manutenção dos documentos oficiais em que passava a assentar o novo regime. Estas medidas não deixaram de ser marcadas por factores de carácter ideológico, como o do expurgo de documentos relativos a títulos puramente feudais ou outros desprovidos de interesse para a gestão dos bens do Estado. [...]

Em nome destas concepções, inúmeros cartórios foram deslocados e transferidos para a posse do Estado e deu-se a desagregação de muitos deles, por força de interesses e valores político-ideológicos estranhos aos próprios arquivos (1998, p. 25-26).

No final do século XVIII, pode-se inferir a partir dos textos lidos, que se inicia a noção de arquivo, não só como garantia de direitos, mas dentro de um contexto patrimonial²¹ de construção de identidade, de legado social e de fonte de informação para construção histórica (ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SILVA *et al.*, 2002; LEMOS, 1997). Moreno (1994, p, 82) identifica ser, entre os séculos XVII e a primeira metade do século XVIII, o período em que os arquivos possuem como tradição uma doutrina jurídico-administrativa e patrimonial, apoiada nos bens, e como fontes da História. Neste sentido, pode ser citado: Documento: Monumento.

Gagnon-Arguin (1998, p. 31) afirma que o surgimento do nacionalismo e do movimento Romântico proporcionou ao documento um tratamento como de valor de evidência na efetivação da reconstrução da história. Fruto deste movimento registra-se a criação da *École des Chartes*²², fundada em fevereiro de 1821, tendo como um dos seus principais objetivos a formação e a capacitação de profissionais para atuar nos documentos arquivísticos e bibliográficos confiscados pela Revolução Francesa. Esta escola teve destaque em instituir a figura do *Conservateur des Manuscrits et du Garde des Archives* (MARTIN, 1972).

O interesse cultural e os ideais sociais de igualdade vão impondo a concretização efetiva do acesso público às fontes documentais, a publicação de coletâneas de textos antigos, repertórios e índices e a reprodução de inúmeros originais inéditos. Conforme relatam Silva e colaboradores (2002, p.114 e 216), foi na segunda metade do século XIX, que os arquivos tornam-se “laboratórios do saber histórico”, figurando como uma disciplina auxiliar da História, com a designação de Arquivologia. Neste período, verifica-se que já havia uma revalorização da pesquisa em fontes originais, que foi buscada pelo entendimento do contexto de sua produção. Agregam-se,

²¹ A noção patrimonial ligada à cultura só irá ser percebida mais tardiamente, a partir de meados do século XX, dentro de uma abordagem holística e integral.

²² Ao longo do século XIX, esta escola contribuiu para o com a pesquisa e o desenvolvimento de métodos arquivísticos que se tornaram padrão não só na França, mas em outros países europeus e da América. Ainda hoje é uma referência em estudos arquivísticos, em especial, sobre administração do patrimônio arquivístico.

ainda, as contribuições da Paleografia e da Diplomática, que ganharam impulso naquele período.

Entretanto, o final do século XIX marca uma nova forma de administração dos arquivos: aquela que busca acompanhar uma visão crítica da história (cf. LE GOFF, 1984a). Esta nova circunstância se apresenta quando a Historiografia emancipa-se das suas fontes tradicionais, e intelectuais e acadêmicos passam a utilizar novos tipos de documentos para reflexões críticas sobre as políticas públicas e a sociedade, sobretudo após o advento da *École des Annales*²³ e a integração de novas disciplinas como a estatística, a sociologia, e economia, entre outras (cf. LE GOFF, 1984a, p. 102, 104; SILVA *et al.*, 2002, p.124-25). Nos arquivos, esta nova fase vai repercutir com uma crise na instituição, que se volta mais para apoiar a história do que a administração, o que irá representar um distanciamento dos arquivistas das atividades que geram arquivos (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 46). Com a intensificação do uso dos arquivos surgem as primeiras salas de consulta, um requisito imposto pelas necessidades da Historiografia (SILVA *et al.*, 2002, p. 102).

Schellenberg (1974, p. 32) expõe que as diferenças nas práticas e, conseqüentemente, na literatura arquivística variaram de um país para outro, naquele período, diferindo também os princípios e a terminologia. Por exemplo, na França, os documentos compulsoriamente acumulados até o final do século XVIII, em muitos casos, foram tratados mais como itens individualizados do que tendo uma relação orgânica entre si e com as atividades e funções que os originaram. Essas práticas foram um reflexo das concepções teóricas herdadas da racionalidade iluminista e do enciclopedismo, que buscaram organizar o conhecimento em bases científicas. Neste sentido, em parte dos conjuntos de arquivos, o contexto de criação foi desfigurado. Na Alemanha e na Inglaterra, onde também se implementou a reunião de documentos nos Arquivos Nacionais, Centrais ou Gerais (segundo foram denominados), os métodos de classificação foram, contudo, distintos, como o sistema *registratur* (Alemanha, Europa Central) e o *non registratur* (França, Bélgica, Holanda, Inglaterra ou Espanha). Segundo Silva e colaboradores,

no primeiro caso, verifica-se a existência, na administração, de classificações arquivísticas *a priori*, segundo as quais se organizam os

²³ Marota afirma que as transformações ocorridas no século XIX foram radicais nos aspectos teórico-metodológicos de todas as ciências, ainda baseadas na exatidão positivista. No caso da História, a perspectiva historiográfica é alterada a partir da Escola Francesa, com a publicação da Revista Internacional *Annales*, cujos fundadores, Marc Block e Lucien Febvre, trabalham numa linha historiográfica mais holística, onde se busca um olhar mais abrangente da sociedade com a inserção de novos métodos para estudar os grupos sociais e eventos que não haviam sido privilegiados por se tratarem do cotidiano, dos desprovidos de posse, etc. (MAROTA, 1991, p. 9, 11, 16, 35).

documentos desde a sua origem, sendo registrados com base numa tabela metódica ou aktenplan; no segundo caso, os sistemas administrativos baseiam a ordenação das séries tipológicas de documentos, sobretudo em critérios cronológicos, sem uso de qualquer sistema de classificação (2002, 104).

Em relação ao século XIX, Silva e colaboradores (2002, p. 95-96) consideram que, com a intensificação da procura pelos arquivos, devido às pesquisas históricas e às prospecções acadêmicas, novas circunstâncias serão moldadas: 1) a oposição à ideia redutora do conceito jurídico e administrativo dos arquivos; e 2) as classificações metódicas de outra natureza que não orgânica, que provocaram deturpações na organização dos documentos. Vários autores afirmam que o arquivo, durante aquele século, distanciou-se da forma natural de acumulação para se tornar um serviço especializado, cuja função foi fazer acessível qualquer informação a quem a procure (SCHELLENBERG, 1974; SILVA *et al.*, 2002; ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Assim, observa-se que, buscando responder a esta necessidade de acesso aos documentos, instituições arquivísticas de diferentes países passaram a privilegiar a organização física de seus acervos, por meio de métodos cronológicos (por ordem de data) e tipológicos (por tipo de documento – por exemplo: correspondências, ofícios, etc.). Estas ações foram reforçadas, em parte, nos documentos em fase corrente, o que provocou alterações no arranjo orgânico e na ordem de acumulação natural dos arquivos (antes, considerando sua ordenação estruturada na função, atividade ou assunto).

No caso dos documentos em depósito, em função das grandes massas documentais acumuladas²⁴ compulsoriamente, se observam problemas quanto à ausência de fundamentação e critérios de organização, que considerassem o contexto de acumulação de cada arquivo na sua forma original, e respeitassem o conjunto documental como um ordenamento distinto. Como solução para este problema surge, na França, em 1841, um novo caminho metodológico: o princípio de respeito aos fundos ou princípio da proveniência²⁵ (pertinência, cf. GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 49), que vem de encontro às junções de arquivo utilizadas até então. Segue-se a este, em 1867, o princípio do respeito à ordem original²⁶, que propunha um novo procedimento, considerando a ordem de acumulação natural dos documentos para estabelecimento do plano de classificação do conjunto documental.

²⁴ O conceito de massa documental refere-se ao conjunto de documentos de grande proporção, sem qualquer tipo de tratamento ou preocupação quanto à sua organização, guardadas em depósitos, porões, corredores, com o único propósito de atender a legislação ou devido à ciosidade de funcionários ou, ao contrário, ao seu descaso e desconhecimento.

²⁵ Atualmente este princípio é considerado basilar para os arquivos. É o princípio segundo o qual o arquivo, produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família, não deve se misturado aos de outras entidades produtoras (ARQUIVO, 2005, p. 136). Foi descrito por Natalis de Wailly.

²⁶ Este princípio foi introduzido, em 1867, por Francesco Bonaini (cf. Ribeiro, 1998, p. 27).

Estes princípios buscavam a manutenção do conjunto de documentos de uma mesma origem e procedência em um mesmo fundo²⁷, fazendo-o, portanto, separado de outro, e tratando cada fundo como uma unidade coesa. Dirigiu-se mais à garantia do acesso e à consulta, contudo, refletiram na conservação do acervo, posto que os documentos seriam preservados dentro do contexto em que foram criados, e não como itens individualizados. Houve uma necessidade de trabalhos intensivos nos arquivos. Esta situação pode ser observada nas preocupações relatadas pelo Manual dos Arquivistas Holandeses (MANUAL, 1973).

O princípio da ordem original reforçou, no início do século XX, o tema do contexto no qual os documentos foram produzidos e o respeito à ordem de acumulação natural como um dos focos da atenção dos profissionais de arquivo, o que resultou na estruturação de uma teoria disciplinar própria (MORENO, 2004, p. 86). Assim, a noção de preservação ligada aos arquivos configurou-se também na manutenção do contexto da produção orgânica dos documentos (cuja importância e valorização foram se tornando cada vez mais claras, durante o século XX) e não mais na reunião de um conjunto dos documentos per si (rearranjados por outros métodos como o tipológico, por exemplo). Porém, para Silva e colaboradores (2002, p. 122), a aplicação deste princípio arquivístico não foi completamente adotada pelas instituições de arquivo, podendo ser encontradas organizações seguindo uma classificação temática.

Pelas mesmas razões de acesso, a partir da metade do século XIX, o tema da avaliação dos documentos também passou a ser objeto de debate constante, com vistas à redução do volume, para favorecer uma gestão arquivística mais controlada. Em consequência dos diferentes processos de organização, a avaliação foi promovida sem uma unicidade de procedimentos entre os países.

Sob o aspecto da eliminação e descarte de documentos, Jenkinson (1922, p. 118) pondera que, até 1840, não havia uma crítica sobre a destruição de documentos, porque as necessidades de preservação tinham um propósito muito prático, relacionado, com maior ênfase, ao uso administrativo. Por certo, é possível observar que nas indicações feitas no manual dos arquivistas holandeses, os primeiros critérios descritos de avaliação relacionam-se com o fato dos documentos preservados serem originais de “natureza formal” (os quais jamais devem ser destruídos) ou relacionados à ideia de

²⁷ O conceito de fundo refere-se a um conjunto de documentos de uma mesma proveniência (ARQUIVO, 2005, p. 97).

antiguidade²⁸; acrescentando, entretanto, que qualquer documento somente poderia ser descartado se houvesse um parecer de peritos (MANUAL, 1973, p. 74 e 75).

Tanto no manual de Jenkinson (1922) quanto no livro de Casanova (1928), o tema da eliminação de documentos tem destaque. Jenkinson (1922, p. 115), e igualmente Schellenberg (1974, p. 113), esclarecem que na Inglaterra, a regulamentação sobre a seleção de documentos públicos para guarda permanente ocorreu com a publicação do *Public Record Act*, em 1877. Schellenberg (1980, p. 113) complementa, contudo, que a lei inglesa conferiu, inicialmente, apenas ao Arquivista-Mor, a responsabilidade de formulação das regras de descarte e eliminação dos documentos depositados no *Public Record Office* – PRO.

Schellenberg (1974, p. 114) informou, ainda, que nos Estados Unidos a regulamentação sobre o descarte de documentos foi instituída pela lei de 16 de fevereiro de 1899, elaborada pelo Congresso americano, na qual se previa a eliminação por meio do processo de preparo de listas de descarte. Entretanto, foi apenas em 1943, com a publicação da *Record Disposal Act*, que se consolidaram as normativas e técnicas de auxílio à decisão quanto à destinação de documentos públicos naquele país (SCHELLENBERG, 1974, p. 115; 1980, p. 105-106).

Na Itália, Casanova (1928, p. 163-166) informa que, já na primeira década do século XX, foi regulamentada a eliminação de documentos cuja conservação era considerada inútil, utilizando-se para isso critérios regulados pelo Estado, por meio de leis nacionais, a juízo de uma comissão especial de descarte. Na França, foram os arquivistas que decidiram sobre a eliminação ou permanência de documentos nos arquivos, também por meio de leis específicas. E, na Alemanha, os primeiros princípios de avaliação foram estabelecidos pelo Arquivo Privado do Estado da Prússia, em 1901 (SCHELLENBERG, 1974, p. 156), embora tenham sido debatidos também nos encontros anuais de classe dos profissionais arquivistas (SILVA *et al.*, 2002, p. 130).

É possível assim afirmar que, nas primeiras décadas do século XX, ainda há certa subjetividade na seleção e avaliação e descarte dos documentos arquivísticos, posto que dependessem, meramente, da ciosidade e dos critérios de classe e dos profissionais que se encarregavam ou eram nomeados para tais tarefas, especialmente daqueles que se referiam aos documentos de caráter histórico²⁹.

²⁸ A noção de antiguidade aqui se refere a uma data limite no passado, a partir da qual todo documento será considerado permanente até aquela data.

²⁹ Sobre esta afirmação, verificar as observações de Rousseau e Couture (1998, p. 157).

Verifica-se, então, que durante todo o século XIX, a aproximação dos arquivos com a disciplina História trouxe uma revitalização à compreensão destes como instrumento de ligação com o passado, embora, a construção histórica utilizada fosse de valorização dos grandes personagens e marcos históricos, no intuito de construir, em muitos países, a identidade da nação.

O método histórico, entretanto, não reduziu a matriz jurídico-administrativa inerente ao que se chamou de Arquivística, pelo contrário, lhe agregou novas perspectivas. Segundo Gagnon-Arguin, reforçou-se o papel do arquivo como construtor de memória, mas não apenas aquela necessária ao uso imediato, mas a que seria útil também para uso futuro (1998, p. 34). Ao considerar esta afirmação, percebe-se mais um alargamento da função dos arquivos na sociedade: a noção de uso pelas gerações futuras. Esta nova abordagem atingirá seu auge quando os arquivos forem incorporados, definitivamente, ao patamar de patrimônio cultural, numa visão integral, que acontece apenas na segunda metade do século XX.

No intuito de tudo guardar, verifica-se a intensificação no uso de espaços provisórios para guarda das aquisições impostas pelo cumprimento das legislações, o que fez surgir uma descentralização de depósito. Tal situação descortina, nas primeiras décadas do século XX, arquivos públicos de diferentes proporções e diversos tipos, ao mesmo tempo, observa-se também a dispersão dos conjuntos em vários espaços (SILVA *et al.*, 2002, p. 123).

Como consequência das incorporações de novos suportes e novas tecnologias de cópia, surge um novo problema de conservação, que não mais era respondido pela duplicação e transcrição ou reparo, fazendo urgente, pois, a necessidade uma seleção adequada do que deveria ser preservado ou eliminado e o que precisava ser tratado. Um exemplo desta situação é relatado por Bandeira (1995, p. 79-81) quando a autora faz uma abordagem abrangente sobre os arquivos em Portugal entre os séculos XVIII-XIX.

Inferre-se, assim, que o Estado não tivesse recursos financeiros suficientes para manutenção de todo e qualquer documento guardado nos arquivos, nem recursos humanos necessários para gerir os grandes volumes documentais dispersos acumulados. Acrescenta-se também o fato de que as condições inadequadas de guarda e de compactação de documentos intensificaram os problemas de ataques biológicos (por micro ou macro-organismos), dificuldades de manutenção e limpeza (do espaço e acervo), danos físicos, sinistros, roubos, entre outros (BANDEIRA, 1995, p.80). Tal situação foi muito semelhante nos diferentes países europeus e, inclusive, no Brasil.

Segundo Silva e colaboradores, “na transição do século XIX para o século XX e durante os primeiros anos deste século, assiste-se a uma consolidação definitiva das ideias originárias da Revolução Francesa, quanto ao modelo arquivístico” (2002, p. 115). Para o autor, esta consolidação representa o aparecimento em muitos países de um ‘órgão coordenador’ da política relativa aos arquivos (SILVA *et al.*, 2002, p. 120). Por outro lado, começa um debate³⁰ em nível internacional sobre vários aspectos do “fazer” arquivístico, como as intervenções de reparo nos documentos, as legislações sobre a eliminação, e a formação arquivística.

Verifica-se um período de latência de preocupações com o patrimônio na Europa, com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Avaliadas as perdas, observa-se uma motivação de produção dos primeiros textos e manuais reunindo os princípios e práticas arquivísticas e chamando atenção para o papel exercido pelos arquivos na construção da identidade, da memória e da garantia de autenticidade para história, entre as publicações encontram-se o manual de Jenkinson (1922) e o de Casanova (1928).

Em 1931, se estabeleceu um novo marco na trajetória de valorização dos documentos arquivísticos, quando a Sociedade das Nações³¹, por meio da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual³², criou um Comitê Consultivo de Especialistas em Arquivos, embrião do que posteriormente tornar-se-ia o Conselho Internacional de Arquivos – CIA, cuja principal ação foi realizar um estudo sobre a terminologia³³ utilizada pelos arquivos, visando uma unificação e equivalência.

A Segunda Grande Guerra (1939-1945) eclode, trazendo devastações maiores. Sociedades e grupos refletindo sobre as perdas generalizadas aderem ao conceito de patrimônio universal, e consolidam as ações de manutenção do patrimônio por meio de órgãos internacionais de representação como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO³⁴ e, posteriormente, pelas entidades específicas como o Conselho Internacional de Museus – ICOM³⁵, o Conselho

³⁰ São alguns exemplos: o Congresso Internacional de Arquivistas, realizado em 1899, o Congresso Internacional de Bibliotecários e Arquivistas, em 1910, entre outros.

³¹ Criada em junho de 1919, foi precursora da Organização das Nações Unidas – ONU, criada em 1945.

³² Instituída em 1921, foi precursora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

³³ Criado em 1928, conforme relato de Silva e colaboradores (2002, p. 128), foi sob a presidência de Eugenio Casanova, no Conselho Consultivo Permanente de Arquivos, que se propôs a unificação da terminologia arquivística e a publicação de um léxico.

³⁴ Instituída em 1945, com o término da guerra, somente em 1946 a Constituição do organismo passou a vigorar após assinatura dos países membros fundadores.

³⁵ O órgão criado foi criado em 1946, e tem como principais atividades: cooperação e intercâmbio profissional; difusão de conhecimentos e aumento da participação do público em museus; formação de pessoal; prática e promoção de ética profissional; atualização de padrões profissionais; preservação do patrimônio mundial e combate ao tráfico de bens culturais (fonte: www.icom.org).

Internacional de Arquivos – CIA, Federação Internacional de Bibliotecas Associadas – IFLA, Centro Internacional de Estudos de Preservação e Restauração de Bens Culturais – ICCROM³⁶. Este movimento espalhou-se pelos países Latino-Americanos, influenciando nas políticas de proteção do patrimônio cultural, como ser apresentado em páginas seguintes do item 1.2 desta dissertação.

Após o 2º Congresso Internacional de Arquivos, em 1953, surgem na França e Alemanha iniciativas de reforma nos processos de organização, classificação e, mesmo, conservação dos documentos arquivísticos, buscando implementar uma ação mais racionalista e tendo uma preocupação com as uniformizações em nível internacional (SCHELLENBERG, 1974). Neste evento, reforçaram-se os debates para criação uma diretriz para problemas comuns do patrimônio arquivístico nos vários países-membros, especialmente os relacionados ao tratamento de grandes massas documentais acumuladas e às transferências de acervos ocorridas por toda a Europa.

A mudança teórico-metodológica, promovida na abordagem arquivística a partir da década de 1950, se refletiu na organização do arquivo corrente e do permanente e acompanhou a consolidação do arquivo intermediário, introduzido pelo campo disciplinar da Arquivologia por meio da teoria das “três idades”³⁷. A figura do arquivo intermédio, surgida por razões de ordem prática e técnica, passou a responder por uma função própria. Seu conceito se apoia no princípio de que o documento passa por três fases desde sua produção até sua destinação final: a fase de uso corrente, onde é constantemente utilizado como recurso para uma ação ou decisão; a fase intermediária, em que o documento passa a ter um uso semiativo e aguarda sua destinação (recolhimento ou eliminação); e a fase permanente, na qual documento deve ser preservado em definitivo, quando reconhecida a sua importância e valor. Para Moreno (2004, p. 88), esta divisão representou o entendimento da concepção global do documento arquivístico – da gestão de sua produção até sua conservação definitiva nos arquivos permanentes, por meio do reconhecimento do seu valor.

De fato, a criação dos depósitos intermediários rompeu com a prática natural de tramitação e de guarda dos arquivos mantida até então. Entretanto, verifica-se que ao mesmo tempo em que isto criou um fluxo encadeado e a sistematização dos

³⁶ É uma organização não-governamental, vinculada a UNESCO, criada em 1956, com o propósito de estudar e aperfeiçoar os métodos de restauração do patrimônio cultural. (Fonte: http://www.iccrom.org/eng/00about_en/00_03history_en.shtml . Acesso em 20 de fevereiro de 2013).

³⁷ É o princípio teórico que define as fases pelas quais passa o documento em diferentes momentos de sua utilização, representando uma importante ferramenta de origem metodológica para o controle da circulação, acumulação e destinação dos documentos, do início de sua produção até sua fase final de vida, onde se decide por sua eliminação ou permanência. (CAMARGO *et al.*, 1996, p. 359). Diz-se da teoria segundo a qual os arquivos são considerados correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com sua frequência de uso pelas unidades produtoras e a identificação de seus valores primário ou secundário (ARQUIVO, 2005, p. 160).

procedimentos de guarda e destinação, também favoreceu o distanciamento entre os arquivos históricos (*archive*) e os arquivos administrativos (*records*), como se tratassem de duas realidades diversas: os primeiros, a serviço da História e da Cultura, os segundos a serviço das administrações (SCHELLENBERG, 1974). Esta visão, ainda hoje é existente e uma das razões refere-se às exigências diferenciadas das técnicas e métodos de trabalho, que resultam em profissionais com vocações distintas.

O impacto das novas formas de produção e reprodução de documentos criou um novo paradigma nos arquivos, que é chamado por alguns autores de “explosão documental” (cf. GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 112). Os novos suportes utilizados tornaram-se mais claramente associados aos sistemas de tratamento da informação, e foram notadamente direcionados ao “recurso” da pesquisa e do acesso (WYTHE, 2010). Tal circunstância é favorecida pela nova abordagem implementada inicialmente nos Estados Unidos e de aplicação em inúmeros países a partir da segunda metade do século XX, qual seja: a teoria das três idades, incluída aí a chamada *records management*³⁸.

O fato é que a visão trazida pela Arquivologia pensada de forma integrada vem ao encontro da inclusão dos documentos de arquivo como patrimônio cultural, especialmente frente às considerações relativas ao aspecto de sua materialidade (o documento) e imaterialidade (o contexto ou representação).

No final do século XX ocorrem alterações e a agregação de funções dos arquivos na sociedade. Ainda assim, não há como não reconhecer que muitos dos documentos, que nos chegaram até hoje, são resultado da ausência de políticas, da ausência de seleção e de iniciativas individualizadas de proteção. Eles representam, neste sentido, o que “sobreviveu”, por um lado, do descaso e do sinistro, e por outro lado, da legislação ou da conscientização de alguns poucos profissionais que, não concordando com as eliminações propostas ou trabalhando dentro da legislação existente, preservaram inúmeros conjuntos documentais que hoje são considerados importantes, como veremos no exemplo tido como estudo de caso, tratado no sub-item 3.2.3 desta dissertação. Nas palavras de Lisboa, fazendo uma referência a Bourdier:

Fala-se de descarte de documentos como se fosse um dado muito natural e esquece-se que, às vezes, somos conformados com o estabelecido e não fazemos uma reflexão mais profunda de nossas certezas. E, esquecemos que essas certezas são construções sociais do real, ou seja: “princípio coletivo da construção da realidade coletiva”. Princípio esse socialmente construído, sendo um dos elementos

³⁸ Este termo define o modo de gestão que se direciona ao tratamento e estudo dos documentos de uso corrente, isto é, aqueles que se encontram ainda na fase de produção, circulação e guarda pelos setores produtores (SCHELLENBERG, 1974, p. 51).

constitutivos do nosso *habitus*, uma estrutura mental que nos foi inculcada por meio de um trabalho de socialização que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social, contribuindo, desta forma, para criar a realidade que evocam (LISBOA, 2006, p. 83).

A autora (2006) direciona a atenção para aqueles documentos ditos administrativos, fazendo uma crítica a que sejam vistos apenas pelo aspecto jurídico-legal, e menos por uma abordagem histórica. Sugere, assim, uma reflexão sobre 'o fazer' desta seleção nomeadamente apoiada por Tabelas de Temporalidade³⁹ e Códigos de Classificação de Documentos de Atividades, isto é, apenas considerando leis e procedimentos metodológicos, sem a realização de uma investigação e uma apreciação mais profunda do conjunto/documento por si. Lisboa (2006, p. 82 e 83) reforça que no caso do arquivo do CFEACB e do CNPq, que se encontram sob a guarda do MAST, foi fundamental uma crítica da equipe, a fim de que esta documentação fosse preservada, o que se tornou possível para garantir o entendimento do papel social, científico e cultural destes órgãos na construção do Estado brasileiro e das políticas públicas de ciência e cultura.

Ao final século XX, verifica-se a consolidação dos arquivos como espaços de exercício de cidadania e de memória, ingressando formalmente no rol dos patrimônios culturais. O documento que o consagra é a Declaração Universal sobre Arquivos⁴⁰, aprovada na Assembleia Geral do CIA, em 17 de setembro de 2010. Foi uma etapa importante no reconhecimento do seu papel junto à sociedade, porque ampliou e redimensionou toda a sua trajetória, permitindo encontrar muitos indícios de que esta consolidação tem seu início nos ideais da Revolução Francesa. Schellenberg (1974, p. p.14-15) aponta que nas definições formuladas sobre o termo arquivo, em manuais como os de Muller, Feith, Fruin (MANUAL, 1973), Jenkinson (1922), Casanova (1928, 2. ed.), já há uma relação estabelecida com fatores concretos, que o autor caracteriza como material, e com fatores abstratos, que ele indica como imaterial. E é no imaterial que Schellenberg (1974, p. 15) afirma estarem os elementos essenciais de caracterização do arquivo. Assim, esse autor escreve sobre o conteúdo e a representatividade do arquivo enquanto elemento definidor e identificador de símbolos, que irão interferir no processo de valorização do mesmo, sendo o principal aporte utilizado para esta assertiva o fato dos arquivos refletirem o contexto.

³⁹ Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, refere-se ao instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos (ARQUIVO, 2005, p. 159). Também denominada Tabela de Seleção.

⁴⁰ Disponível em : <http://www.ica.org/download.php?id=1484> . Acesso em: 6 de janeiro de 2013.

Pode se verificar, com estas referências europeias e americanas, que foram muitas as iniciativas de adoção de princípios, métodos e práticas, que tiveram desdobramentos sobre o que foi ou não preservado nos arquivos públicos e privados daqueles países. Este resumo é um pequeno exemplo da complexidade de inter-relações entre a proteção e preservação e as ações de conservação de documentos arquivísticos.

1.2 – O Patrimônio Arquivístico e os Marcos de sua Preservação

No final do século XVIII e início do século XIX assiste-se a florir as primeiras legislações em países europeus sobre proteção de acervos arquivísticos no âmbito de uma base teórica ainda embrionária e decorrente de motivações distintas. Identifica-se na transição da perspectiva patrimonial-administrativa para a ênfase na perspectiva historicista-social, uma mudança de paradigma que irá se refletir nas práticas e na formulação teórica, tanto da Arquivologia quanto da Conservação de documentos.

A primeira legislação de proteção de patrimônio no âmbito de governo surge com a Revolução Francesa, onde os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade transformam os direitos de acesso à informação por meio da “bandeira” da cidadania. No campo arquivístico, segundo Schellenberg (1974, p.5), a mudança ocorrida pode ser resumida em três realizações importantes: a primeira, a criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; a segunda, o estabelecimento do princípio do acesso público aos arquivos; e a terceira, o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, que são do passado. Para Gagnon-Arguin, “a Revolução Francesa reconhecia assim, de maneira oficial, que a conservação dos seus atos e a sua acessibilidade constituíam uma parte importante da missão de um governo” (1998, p. 44).

Nas iniciativas francesas de criação de acervos nacionais e centralização administrativa evidenciaram-se, nos arquivos, os problemas de uma incorporação compulsória e da reunião de diferentes arranjos e classificações de documentos. Esta situação foi observada em outros países da Europa a partir do século XVII, entre outras, em função das guerras e das conquistas de território. Como visto no item anterior, uma das respostas a tal situação foi a elaboração do primeiro princípio metodológico de respeito à manutenção e à integridade dos fundos, conhecido como princípio do respeito aos fundos, cuja função foi possibilitar a preservação e a gestão administrativa dos arquivos em bases adequadas, principalmente na Europa.

É possível observar que até a primeira metade do século XIX, as medidas de preservação dos documentos arquivísticos são definidas tanto por técnicas empíricas e

pelas práticas adotadas e reproduzidas pelos serviços de arquivo e conservação, quanto por uma legislação de proteção propriamente dita. Assim, identifica-se que as iniciativas de conservação no âmbito do patrimônio arquivístico tiveram duas abordagens principais neste período. A primeira, uma preocupação com a normatização da administração dos documentos públicos, efetivada pela criação dos Arquivos de Estado (denominados pelos países de Arquivo Central, Geral ou Nacional) e pela promulgação de leis que buscaram regulamentar a eliminação ou recolhimento de documentos públicos. A segunda, referente aos estudos e recomendações sobre a qualidade dos materiais de produção de documentos e orientações sobre preservação e conservação de documentos.

No primeiro aspecto, Schellenberg (1974, p. 5) fez uma pequena revisão sobre as legislações de institucionalização dos arquivos na França, Inglaterra e Estados Unidos, onde informa que, no caso francês, o Decreto de 25 de junho de 1794 veio ao encontro da necessidade de proteção dos direitos públicos, concorrentemente com a necessidade fundamentada na manutenção de uma antiga sociedade, sob novas bases. Na Inglaterra, aponta outra razão para a institucionalização do *Public Record Office* – PRO, em 14 de agosto de 1838: motivações de ordem administrativa e cultural, tendo em vista que a preservação da prova de privilégios adquiridos já vinha ocorrendo desde o século XIII naquele país. Os Estados Unidos, seguindo o exemplo inglês, também iniciou, ainda no século XIX, as primeiras atitudes de mapear a situação de seus arquivos, identificando problemas não só referentes à segurança, mas também à conservação. Tal iniciativa foi implementada pelo reconhecimento da importância histórica dos arquivos e caracterizou-se por uma particularidade americana: a criação, entre os anos de 1800 e 1850 de inúmeras sociedades e associações históricas. Segundo Schellenberg (1980, p. 21-22), estas instituições promoveram a valorização de documentos públicos e privados, através de uma atuação na constituição de arquivos de suas entidades e no incentivo à publicação de guias, repertórios e inventários de arquivos.

No segundo aspecto (sobre a qualidade dos materiais constituintes dos documentos), verifica-se que as primeiras iniciativas surgem na França, ainda em 1739, e na Alemanha (CASANOVA, 1928, p. 79). Neste caso, as ações tiveram como propósito estabelecer uma regulamentação para a melhoria da qualidade de produção do papel, que passou a ser tema, naquela ocasião, de estudos pela indústria papelreira (devido ao aumento da demanda e à falta de matéria-prima).

Casanova (1928, p. 83) informa que foi em 28 de maio de 1888 que surgiu, na Prússia, a primeira instrução governamental sobre o uso de critérios de escolha de papéis apropriados para a produção de documentos. A instrução prussiana distingue

duas classes de papéis que poderiam ser utilizadas para a tomada de decisão quanto ao uso para documentos de caráter permanente: a primeira tinha relação com a composição da massa e a segunda com a gramatura/espessura, a partir das quais se qualificava o papel para adoção pelo governo (CASANOVA, 1928, p. 83).

O tema da melhoria da qualidade do papel teve uma aproximação, ainda, com as práticas de classificação e destinação dos documentos. Isto porque, segundo Casanova (1928, p. 83) se cogitou prescrever a escolha quanto ao uso de papéis com características de permanência como fator de auxílio para uma pré-definição de documentos a serem eliminados ou conservados, tendo isto ocorrido na Prússia e na França.

Na sua tese de doutorado, denominada “*De artífice à cientista: evolução da Conservação e do estatuto profissional do conservador-restaurador de documentos gráficos no Arquivo Histórico Ultramarinho (1926-2006)*”, Casanova (2011, p. 63) selecionou alguns manuais de referência sobre conservação e restauração de artes e de encadernação, visando comparar e analisar a apropriação destes procedimentos em documentos de arquivo e biblioteca, tendo como recorte o século XIX e a primeira metade do século XX. Em seu estudo, a autora constata a mudança de paradigma no tratamento dos documentos gráficos quando da introdução dos conhecimentos da química e do advento do especialista, ambas as situações verificadas no final do século XVIII (CASANOVA, 2011, p. 63).

Recorre-se aqui à análise de alguns manuais e livros de referência, para buscar traçar um quadro das iniciativas de preservação do patrimônio arquivístico, que tem relação com o que hoje é identificado como conservação preventiva. Os manuais escolhidos foram aqueles de maior referência na área de Arquivologia, e um livro que, apesar de não ser um manual, é referido como tal, quais sejam: o *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven* (Manual de Descrição e Arranjo de Arquivos), de Sammuël Muller, J. A. Feith e R. Fruin, publicado em 1898⁴¹; o *A Manual of Archive Administration*, de Hilary Jenkinson, publicado em 1922; o livro *Archivistica*, de Eugênio Casanova, publicado em 1928; e o livro *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, de Theodoro R. Schellenberg, publicado em 1956⁴². Em complemento, apresentam-se algumas das “cartas patrimoniais” internacionais que contribuem para o entendimento relativo ao tema.

⁴¹ Reforça-se que nesta dissertação foi utilizada a tradução em língua portuguesa, publicada pelo Arquivo Nacional do Brasil, em 1973 (MANUAL, 1973).

⁴² Sendo aqui utilizada a segunda triagem da edição brasileira de 1974.

Como foi apresentado no item 1.1 deste Capítulo, no período do final do século XVIII até meados do século XIX, é possível verificar uma alteração de paradigma da justificativa de conservação dos documentos de arquivo: diminuem as razões primárias de natureza jurídicas e ampliam-se aquelas de valor secundário, quais sejam: para pesquisa e reconstituição históricas. Cook (2000, p. 14, 28) assim assinala: as mudanças deslocam-se de uma justificativa jurídico-administrativa, para uma justificativa sócio-cultural, sendo a primeira, até então, no âmbito mais restrito do Estado, e a segunda, a partir de então, definida pelas políticas e usos públicos dos acervos. Esta nova perspectiva altera a forma de gestão dos documentos arquivísticos e vai influenciar nas orientações descritas nos manuais com diretrizes sobre procedimentos arquivísticos como um todo.

Tomando-se referência tais manuais, verifica-se que foi Jenkinson (1922) o primeiro a apresentar práticas de conservação em um manual arquivístico, tendo feito uma descrição bastante completa sobre muitos aspectos da preservação. Como exemplo pode ser citado o tema das condições necessárias aos edifícios para o alcance da salvaguarda de documentos. Este autor escreveu sobre a importância de se definir e seguir recomendações quanto à garantia de solidez da construção e de seu isolamento de outros imóveis na proximidade (JENKINSON, 1922, p. 47). Esta última preocupação, complementou o autor, responderia aos problemas de segurança contra sinistros, principalmente incêndios, o que tornava importante também a existência de equipamentos de combate e alarmes, e comunicação telefônica com o corpo de bombeiros, bem como realização de treinamentos e simulações com a equipe (JENKINSON, 1922, p. 47). Do mesmo modo, Jenkinson (1922, p. 48) tratou também do tema da acessibilidade e da disposição adequada das áreas de serviço, que refletisse na segurança dos documentos e na diminuição de sua circulação, numa clara preocupação com a funcionalidade da edificação.

O tema da qualidade do ar também foi abordado por Jenkinson como pressuposto para a melhor conservação do acervo, inclusive indicando que a intensidade de iluminação seria prejudicial às encadernações de couro expostas, e que o dano referente à sujeira diferiria de intensidade conforme a situação de manutenção do depósito, sendo menor se os documentos estivessem acondicionados (1922, p. 47-48).

Casanova, ao tratar deste mesmo tema, seis anos depois, abordou mais detalhadamente as preocupações que se deveria ter com a construção de edifícios, direcionando o foco para orientações sobre a observação das condições do solo e do subsolo, do relevo e disposição da construção em função dos ventos e da iluminação,

explicando que esta atenção deveria ser igualmente observada quanto ao peso relativo aos papéis compactados (1928, p. 34-36). Verifica-se, assim, que apesar de a construção não ser uma responsabilidade do profissional de arquivo, este deveria estar ciente destas necessidades para requerer o cumprimento das exigências de adequação da edificação.

Observa-se que o tema dos locais e prédios de armazenagem é recorrente na trajetória dos arquivos, pois quase sempre se necessita de grande espaço para guarda e de boas condições para garantir a salubridade dos documentos. Geralmente as soluções preventivas demonstravam preocupações com os insetos, a umidade e os incêndios (cf. POSNER, 2003; FLIEDER; DUCHEIN, 1993; CASTRO, 2008). No período medieval, por exemplo, identifica-se que algumas perdas de acervo podem ser reputadas não só à qualidade dos materiais, mas às situações de incêndio causadas por confrontos, guerras e pelo uso de iluminação a base de lamparinas e velas, agravado pelo fato de que muitas das construções eram de madeira.

Casanova (1928, p. 37-42) faz menção também à necessidade de preocupação quanto ao acesso e a ligação entre as áreas de serviço e depósito e público, explicitando sua relação com a segurança, ao mesmo tempo em que se proporcionaria o equilíbrio dos espaços para as diferentes funções, em consonância com as recomendações de Jenkinson (1922). Contudo, Casanova acrescentou um item específico sobre ar e iluminação, onde tratou da importância de se ter um ambiente bem ventilado e iluminado, chamando atenção, inclusive, para situações que deveriam ser evitadas e outras que deveriam ser promovidas, como: o aproveitamento da luz natural difusa, o uso de claraboias ou de iluminação elétrica de complementação (1928, p. 43 e 44).

As referências apontadas acima se situam dentro de um contexto mais amplo de tomada de consciência da responsabilidade dos profissionais de diferentes áreas dentro de um quadro mais geral de profissionalização. É possível constatar, assim, que o tema da melhoria de condições ambientais dos espaços construídos, por exemplo, tratado no 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, realizado em novembro de 1933, em Atenas, de certo modo veio ao encontro desta abordagem, neste caso de preocupação com a construção e adequação de espaços urbanos (CURY, 2004, p. 21).

Apesar da Carta de Atenas de 1933 ser vista como um marco no tratamento do urbanismo, sob um olhar mais atento observa-se que estas mesmas afirmações podem ser relacionadas à perspectiva de conservação dos inúmeros patrimônios culturais sob a guarda das instituições-memória. Por exemplo, como já apresentado acima, Jenkinson já descrevia algumas recomendações, em 1922, e no manual *Archivística*, no capítulo sobre

Archiveconomia, é possível encontrar outras indicações sobre recomendações quanto à luz e o ar⁴³:

Tal como acontece com todo ser humano, até mesmo documentos precisam de ar e luz. [...] a entrada de ar e, em seguida, a ventilação [são] muito necessárias ao local do arquivo por remover o ar velho e a condensação de vapor de água que penetra a partir das paredes, e, em seguida, o perigo de um fungo e deterioração do mobiliário⁴⁴. (CASANOVA, 1928, p. 43 – tradução da aluna).

Assim, a ausência de condições adequadas de aeração e iluminação natural vai causar mal estar e doenças nos habitantes, do mesmo modo que aos arquivos; a ausência de insolação e ventilação vai favorecer o aparecimento de agentes biológicos daninhos e a degradação por efeitos químicos. É particularmente interessante identificar como estas constatações da Arquitetura podem ter influenciado a melhoria dos acervos em períodos anteriores e posteriores a estas recomendações (cf. expõem RIBEIRO, 1998; BANDEIRA, 1995) e como estes debates, realizados no âmbito da profissão de arquiteto, foram tratados sob a forma de orientações e debates dos profissionais em arquivos, bibliotecas e museus de então. Chama-se aqui atenção para o fato de que o texto do Congresso de Atenas sobre urbanismo (1933) (CURY, 2004, p. 21) foi produzido sete anos depois do livro de Casanova (1928).

No que se refere ao tema dos agentes de deterioração biológica, é possível apontar que Casanova (1928) tratou do problema dos insetos e microrganismos de forma mais explícita do que Jenkinson (1922). Nota-se inclusive uma quase ausência do tema neste último autor. Casanova (1928, p. 72-77), por sua vez, destacou o tema das pragas, dividindo-as em duas classes: flora e fauna, cujos tratamentos de eliminação poderiam aplicar-se por meio mecânico (limpeza), biológico (predadores), físico (aquecimento ou resfriamento) e químico (uso de produtos aromáticos, irritantes e tóxicos). Este autor fez, ainda, recomendações sobre a higienização e manutenção dos espaços e mobiliários, como forma de prevenir problemas de preservação, citando ainda a necessidade de uma área de recepção destinada aos arquivos recém recolhidos (CASANOVA, 1928).

O problema dos agentes biológicos, como os insetos biodeterioradores de papel, é observado como um dos que acompanham a trajetória da guarda de acervos de documentos arquivísticos. Tendo esta consideração como referência, é sintomático

⁴³ Nestas preocupações verifica-se que Casanova (1928) identifica na 'figura' do Arquivista o papel de Conservador ou gestor da preservação.

⁴⁴ No original: "Come per ogni essere umano, anche le carte hanno bisogno di aria e di luce. [...] E questo sistema d'impannate è, secondo noi, da preferire perché permette di regolare l'ingresso dell'aria e quindi la ventilazione necessarissima ai locali d'archivio per eliminare l'aria viziata e il condensamento di vapori acquei che potessero trasudare dalle pareti, e quindi il pericolo d'ammuffimento e di deteriorazione della suppellettile".

questionar a falta de alguma nota sob este tema no manual de Jenkinson (1922), deixando uma possibilidade para exploração e aprofundamento posterior a este estudo sobre as razões que o levaram a isso. Por outro lado, é possível informar que Casanova (1928) não só incluiu informações sobre os dois tipos de agentes patológicos de deterioração como também descreveu as possibilidades de tratamento, indicando suas vantagens e desvantagens.

As orientações de Jenkinson (1922) e de Casanova (1928), entretanto, não se limitaram aos aspectos referentes ao ambiente e ao edifício, foram também desenvolvidas sobre o uso do acervo. Assim, estes autores escreveram sobre o homem como agente de deterioração, em decorrência do manuseio e uso inadequados e dos aspectos da segurança, reprodução e dissociação de documentos. Observa-se que as abordagens feitas por Jenkinson (1922) tem um direcionamento mais contundente de indicar que estas tarefas eram de responsabilidade do profissional encarregado pelos documentos arquivísticos. Já Casanova (1928) apresenta o tema mais como recomendações a serem seguidas e em âmbito informativo.

Nos manuais de Jenkinson (1922), Casanova (1928), e no de Schellenberg (1974), bem como no manual dos holandeses de 1898, o tema da armazenagem e do acondicionamento como aspecto da conservação é observado como uma forte presença, o que também pode ser verificado nas conferências e congressos de Arquivologia realizados no período do final do século XIX e início do século XX, como serão apresentados, em páginas seguintes, nesta dissertação.

No item em que tratou dos invólucros, Jenkinson (1922, p. 50 e 51) descreveu a confecção de algumas embalagens, sugerindo utilização de cartões robustos e a padronização do tamanho e de formatos a fim de que pudessem ser produzidas em grandes quantidades. Casanova (1928, p. 48-57), por seu lado, dedicou-se mais em descrever sobre a qualidade e os tipos de mobiliários de armazenagem, especialmente estantes, sendo muito detalhista. No manual de Schellenberg (1974, p. 201) o assunto do armazenamento e acondicionamento é pouco explorado, tendo o autor feito apenas algumas recomendações sobre características relativas a equipamentos para depósito, tais como a adoção de mobiliário específico para arquivo, que fosse conversível, permitisse a flexibilidade de uso e protegesse os documentos. Porém, em outro livro, editado em 1963⁴⁵, intitulado '*Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*', Schellenberg (1980, p. 172) abordou este tema com mais cuidado, considerando que o acondicionamento teria a função de proteção física dos documentos, objetivando separá-

⁴⁵ Utilizou-se, nesta dissertação, a segunda edição publicada no Brasil em 1980.

los de seus agentes agressores – que lhes diminuí o tempo de vida. Neste sentido, o autor definiu o invólucro como uma barreira, chamando atenção para sua importância e, como consequência, requerida qualidade.

Observa-se que Muller, Feith e Fruin (MANUAL, 1973, p. 64), por outro lado, fizeram uma estreita relação dos sistemas de guarda com o arranjo dos arquivos, cuja estrutura era e vinha sendo definida pelas necessidades de proteção e acesso dos documentos. Assim, os autores holandeses apresentaram a prática da encadernação, tanto como a utilização de mobiliários do tipo escaninho, armários fechados e gavetas, como forma de proteção, organização e guarda que respeitariam o formato dos documentos (MANUAL, 1973, p. 64). Jenkinson (1922, p. 50) fez a mesma afirmação, considerando a inter-relação do arranjo com o acondicionamento, apontando, por outro lado, para a dificuldade de se conciliar a proteção com a necessidade de ventilação/aeração dos documentos, para ele, de aspecto fundamental.

Ao tratar da encadernação como prática de proteção, Jenkinson (1922, p. 52) mostrou concordância com os autores holandeses (MANUAL, 1973), sendo esta assertiva compartilhada também por Casanova (1928, p. 86), quando este último autor afirmou que, durante anos, a encadernação foi vista como um cuidado especial de preservação de atos importantes, e que muitos papéis avulsos foram considerados menos necessários, por não estarem encadernados. Foi ainda no século XIX que, segundo Schellenberg (1980, p. 175) a encadernação recebeu a atribuição de elemento de proteção. Entretanto, para o autor, eram ilusórias as vantagens desta proteção, visto que as caixas podiam, em igual modo, garanti-la e talvez até mais, pois seriam mais eficientes no que se refere a amortizar os efeitos prejudiciais do calor, umidade e poluição atmosférica (SCHELLENBERG, 1980, p. 175).

A partir desta revisão, pode-se observar que os manuais já mostram o momento embrionário de introdução dos princípios da conservação preventiva de documentos arquivísticos, e também que os autores mantinham-se na vanguarda deste movimento dentro de sua área (JENKINSON, 1922; CASANOVA, 1928; SCHELLENBERG, 1974). Reconhecem-se, nestes textos, aspectos da gestão de conservação que podem ser verificados pela inclusão de temas como: requisitos para construção de edifícios de arquivo e armazenagem de documentos, referências quanto a métodos e produtos de desinfestação de acervos e de orientações sobre a atenção e escolha de materiais de qualidade para uso na produção e no acondicionamento de documentos arquivísticos de importância administrativa e histórica.

A posição de Hilary Jenkinson coloca o profissional de arquivo com o dever de conhecer os problemas de conservação, a fim de buscar as melhores soluções para os problemas de proteção dos documentos arquivísticos. Entretanto, no que se refere à encadernação, pode-se inferir que, tanto Hilary Jenkinson quanto Eugênio Casanova consideravam-na uma tarefa para especialistas.

É importante notar que algumas orientações e informações não caducaram, se apresentando como práticas atuais em ações de preservação e de conservação preventiva de acervos descritas em livros mais recentes⁴⁶. Contudo, ao distanciar das recomendações propriamente ditas e analisar o conteúdo de tais relatos, é possível verificar que há, nos manuais, uma preocupação quanto à prospecção (à sua época) de procedimentos e normativas especialmente sobre práticas de conservação, observada pelas referências de textos de ordem científica referente à compreensão dos fenômenos de degradação, por exemplo: Jenkinson (1922, p. 59, 62, 136), Casanova (1928, p. 71, 72, 80, 81, 90), e Schellenberg (1974, p. 203, 205).

Nos textos de Schellenberg (1974; 1980) a afirmação acima pode ser ratificada, quando o autor informa que nos Estados Unidos, os primeiros estudos sobre agentes externos e internos de deterioração surgem a partir da constatação pelo *National Bureau Standards* – NBS (EUA), em 1931, quanto à precariedade de conservação das principais bibliotecas daquele país. Schellenberg escreve que no relatório do NBS, publicado em 1937, este órgão já identificava a poluição atmosférica e a umidade e temperatura desfavoráveis como elemento de degradação, recomendando providências no sentido de limpeza dos documentos e espaços e acomodação apropriada (1974, p. 200 e 202). Este autor se refere, também, aos métodos de intervenção de laminação adotados por algumas instituições americanas, como a Biblioteca do Congresso, apontando, porém, que o *Public Record Office* (Inglaterra) questionava a garantia de permanência dos materiais e dos procedimentos utilizados.

Importa assinalar que a maioria das informações publicadas por Jenkinson (1922) e Casanova (1928) demonstra a circulação e o conhecimento contemporâneos (de sua época) em preservação, ainda que explicitadas a partir de métodos, procedimentos e relatos. Observa-se, também, que os referenciais de Jenkinson (1922) são, principalmente, os estudos de Charles Johnson (1919), de Douglas Cockerell (1910) e os relatórios da *Royal Commission* dos anos de 1912 e 1914 do *Public Records Office* (cf. SCHELLENBERG, 1974; JENKINSON, 1922; JOHNSON, 1919). As referências de

⁴⁶ Em nível internacional pode ser citado: La pratique archivistique française (FAVIER; NEIRINCK, 1993). E no Brasil: Recomendações para a Construção de Arquivos (CONARq, 2000), Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf . Acesso em: 20 de fevereiro de 2013, para apresentar apenas dois exemplos.

Casanova (1928) são mais amplas e incluem, além de Jenkinson (1922), Johnson (1919) e o manual dos arquivistas dos holandeses de 1898, várias outras publicações em italiano, alemão e inglês.

Assim, em torno do início do século XX, pode-se afirmar que já havia uma massa crítica de profissionais arquivistas e conservadores atuando nos arquivos. Isto pode ser verificado por meio da circulação de distintas revistas especializadas, e por ocasião dos programas e os trabalhos apresentados em eventos como a Conferência de San Gallo, 1898⁴⁷; a Conferência dos Arquivistas, em Dresden, 1899; o Congresso de Arquivistas, em Düsseldorf, em 1906; Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, em Bruxelas, 1910⁴⁸; entre outros. Infere-se que a partir do período citado o desenvolvimento e intercâmbio científico foi acelerado, o que repercutiu também nas práticas de conservação dos documentos de arquivo, como será apresentado em seguida.

Um pouco mais de um século depois da França institucionalizar o patrimônio e, com isto, reconhecer os arquivos como parte deste, realizou-se em 30 de setembro de 1898, na Abadia de San Gallo, a primeira Conferência Internacional sobre Conservação e Restauração de Manuscritos, um marco nas iniciativas internacionais de promoção do tema da conservação em arquivos e bibliotecas. A Conferência de San Gallo, como ficou conhecida, trouxe para o debate as reflexões do Cardeal Franz Ehrle sobre o estado de conservação de muitos documentos danificados por tintas ácidas e o uso de procedimentos interventivos danosos para “reavivar” escritas esmaecidas (BELTRAME, 2000, p. 21).

Dentre os argumentos motivadores do evento foram apresentados: as necessidades de estudos sobre os agentes patológicos dos acervos; a sensibilização dos responsáveis pelos acervos para o problema da degradação e da restauração utilizando métodos perigosos; e discussões em torno de técnicas de tratamento. Estavam presentes dezoito representantes de treze governos e foi a primeira vez que, segundo Beltrame (2000, p. 23), foi introduzido o tema da necessidade de uma abordagem científica e interdisciplinar.

Outro exemplo da nova fase que se inicia no limiar do século XX, pode ser constatado pelos trabalhos discutidos no I Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, realizado em Bruxelas, em 1910. Sob a presidência de Samuel Muller, este

⁴⁷ Infelizmente não houve meios de conseguir acesso à publicação do evento, tendo-se trabalhado com fontes secundárias sobre a Conferência, como CASTRO (2008) e BELTRAME (2000).

⁴⁸ Texto pode ser localizado no sítio: <http://extranet.arch.be/congres1910/menu.html> . Acesso em 24 de maio de 2012.

evento chamou a atenção para temas como: a necessidade de legislação de proteção dos acervos, a construção de depósitos resistentes, os problemas de conservação e restauração inadequadas, a preparação de inventários para acesso aos arquivos e a educação profissional.

Por certo, as regulamentações e orientações sobre os princípios básicos que envolvem a preservação e a conservação de acervos arquivísticos nos textos publicados no início do século XX, de forma implícita ou explícita, foram resultados de um trabalho de compilação, pelos arquivistas e profissionais correlatos, não só de procedimentos e métodos, mas de produção científica efetiva, visando, de forma particular responder às demandas de acesso e uso dos arquivos administrativo e histórico emergentes neste período.

O surgimento de debates e publicações especializadas, envolvendo o tema da conservação sob inúmeras formas, foi determinante para a inserção da preservação como um aspecto da gestão de arquivos sob responsabilidade dos profissionais da área, assim como o foram nas bibliotecas e museus. No caso dos arquivos, entretanto, observa-se que já havia uma nítida separação entre as ações ao encargo dos arquivistas, daquelas – por exemplo, (re)encadernações, intervenções diretas no documento e uso de produtos químicos para controle de pragas – mencionadas como de responsabilidade de profissionais especializados, geralmente denominados encadernadores e/ou conservadores (cf. CASANOVA, 1928).

Esta mudança, no sentido de formação de uma percepção autônoma, trouxe embutida uma abordagem mais estruturada de gestão do acervo arquivístico não só administrativa, mas também na área de conservação. Ainda que não claramente apresentada na forma de gestão da conservação, visto que esta pressupõe a estruturação de políticas e programas, verifica-se que sua caracterização já se encontrava presente.

Observa-se que o reconhecimento dos documentos arquivísticos enquanto patrimônio e de sua conseqüente necessidade de conservação dentro de ações criteriosas vai se construindo aos poucos, a partir do século XIX, na medida em que a Conservação vai se afirmando como campo disciplinar e vai sendo influenciada pelas políticas de proteção e ações reguladoras das práticas de manutenção e intervenção do patrimônio cultural.

Neste quadro, vão sendo consolidados, durante o século XX: a mobilização de associações de profissionais responsáveis pelos de arquivos; a instituição de legislações para os procedimentos de descartes e recolhimentos de documentos públicos (visando

selecionar o que deveria preservado); os debates metodológicos sobre procedimentos arquivísticos e de conservação de documentos e a autonomia dos profissionais da conservação-restauração.

A Primeira Grande Guerra (1914-1918) traz novos rumos aos trabalhos de conservação-restauração em função do confisco e desaparecimento de inúmeros documentos e do alto nível de destruição ocorrido por toda a Europa. Exigia-se, assim, uma nova postura de trabalho: ressaltava-se a importância quanto à proteção e salvaguarda do patrimônio das nações e à inserção dos métodos científicos de abordagem para com os documentos. Segundo Kathpalia (1973, p. 19), a disseminação de uma consciência dos problemas de conservação, entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, resultou em pesquisas e cooperação entre instituições e indivíduos, indicando que, nesta época, foram desenvolvidos novos processos e técnicas de trabalho na Inglaterra, Estados Unidos, Itália, França, Rússia, Suécia, Alemanha e Índia.

Especialmente a partir da segunda metade do século XX, pós Segunda Guerra Mundial, as ações de conservação-restauração passaram a sofrer influência de recomendações globalizantes e padronizadas, instituídas com o surgimento de organismos como a UNESCO, o CIA e o ICOM. Estas entidades tiveram grande papel no debate e formulação de políticas de proteção e na ética de preservação em âmbito internacional, reforçando a necessidade de formalização de legislações de gestão nos países e promoção do patrimônio cultural com uma abordagem mundial⁴⁹.

Assim, apenas a partir do final da década de 1940, assiste-se à disseminação de ações preservacionistas tanto por parte dos diferentes profissionais de campos autônomos do patrimônio, como de cientistas de diferentes áreas de atuação, que se debruçaram sobre os problemas de degradação de materiais e sobre a ação dos agentes agressores. Segue-se, nas décadas posteriores, uma crescente realização de eventos internacionais e publicação de livros e revistas especializadas, e movimentos de migração⁵⁰ temporária de profissionais de países onde não há formação para os com formação e pesquisa mais consolidados, o que vem acontecendo até a presente data (2013).

⁴⁹ O patrimônio passa a ser visto como algo de direito de cada nação e que este entendimento faz parte de uma visão mais ampla de humanidade, iniciando a sedimentação da ideia de cultura universal (FONTAL-MERILLAS, 2003).

⁵⁰ No Brasil, podem ser citados como exemplo o museólogo Mario Barata, que com uma bolsa de estudos internacional, foi se aperfeiçoar em Paris (NASCIMENTO; CHAGAS, 2008, p. 38); o professor Edson Mota, que foi para os Estados Unidos com uma bolsa de dois anos (entre 1945 e 1947) de estudos da Fundação Rockefeller na Universidade da Pensilvânia, e no *Fogg Art Museum*, da Universidade de Harvard (SÁ, 2012, p. 18), bem como o prof. Jair Afonso Inácio, que iniciara seu aprendizado com o prof. Edson, e cumprira estágio no Instituto Real do Patrimônio Artístico – IRPA, em Bruxelas (CASTRO, 2008).

Em 1956, como parte das políticas internacionais, foi debatido na 9ª Conferência Geral das Nações Unidas o tema das descobertas de objetos arqueológicos e a necessidade de se regulamentar o comércio e a evasão de antiguidades (CURY, 2004, p. 69). O documento, que ficou conhecido como Recomendação de Nova Delhi, trouxe atenção para a necessidade de regulamentação das atividades de pesquisas históricas em sítios arqueológicos, a propriedade de objetos/acervos, a repressão às pesquisas clandestinas e às exportações ilícitas e a colaboração internacional para fazer conhecer às autoridades qualquer oferta suspeita de comercialização de bens culturais. Neste sentido, recomendava aos estados-membros a identificação e publicação sobre toda e qualquer aquisição de 'antiguidade' e a colaboração mútua para a repatriação do que fosse reconhecido como transação ilícita. Tais discussões também vieram influenciar e aprofundar debates sobre o patrimônio arquivístico, conforme se exemplifica nos parágrafos escritos a seguir.

Assim, a Recomendação de Nova Delhi (CURY, 2004, p. 69) trouxe uma reflexão sobre as ações empreendidas de incorporação de espólios de guerra e conquistas ocorridos em muitos países durante a formação das nações e as grandes guerras, bem como às expedições de pesquisa e exploração de campo, ocorridas por todo o século XVIII e primeira metade do século XIX, e que contribuíram na formação de coleções públicas e privadas, ao mesmo tempo em que chamam a atenção para o tráfico ilegal⁵¹ de objetos e documentos naquele período. A situação era delicada e o tema foi tratado em eventos e questionamentos junto à UNESCO e à ONU, sendo até os dias atuais um assunto polêmico e de difícil complexidade.

Na mencionada Conferência foi proposta, ainda, a criação do Centro Internacional de Estudos de Preservação e Restauração de Bens Culturais – ICCROM. A instituição foi instalada em Roma, em 1959, tendo primeiro Diretor o Dr. Sc. H. J. Plenderleith. Esta nova organização proporcionou uma rede de conexão entre profissionais e instituições de conservação e restauração de diferentes tipos de patrimônio cultural por todo o mundo, tornando-se um centro de documentação, formação e pesquisa, tendo desenvolvido também ações de proteção e projetos interdisciplinares de colaboração técnica em preservação (ICCROM, 20-?).

A conjuntura de 1960 (explosão e extrema valorização do patrimônio cultural) e a enchente do Rio Arno, em Veneza, acarretaram a constatação da insuficiência de recursos técnicos e humanos para a recuperação de enormes quantidades de documentos danificados, oriundos de arquivos e bibliotecas (ZUÑIGA, 2005, p. 40 e 41;

⁵¹ Podgorny escreveu um artigo interessante sobre a circulação de manuscritos ibero-americanos, na primeira metade do século XIX, onde trata deste tema (2011, p. 47-60).

HÓLLOS, 2006, p. 35; BECK, 2006). Neste quadro, a conservação passou a ser vista sob duas vertentes: a reparadora ou curativa (associada à restauração); e a preventiva, que abarca a administração da preservação e a conservação preventiva⁵² propriamente dita.

Em 1964, ainda sob os efeitos do drama de Veneza, a Europa vê-se frente à ampliação do conceito de patrimônio cultural, definida por meio da Recomendação de Paris (CURY, 2004, p. 97), fruto da 13ª Conferência Geral da UNESCO. Este texto definiu o que são bens culturais, ampliando o conceito de patrimônio cultural e considerando este como elemento importante à compreensão e aprendizado sobre um povo. Pela primeira vez em uma recomendação da UNESCO, os arquivos e bibliotecas foram explicitamente incluídos como constituintes do patrimônio cultural. Entretanto, observa-se que os acervos são qualificados tendo por critério o nível de importância. Assim, não é todo arquivo e toda biblioteca que se entende como patrimônio cultural, mas aqueles que se justificam pela sua importância, sendo esta definida a partir do aspecto do valor de excepcionalidade (CURY, 2004, p. 98).

É possível considerar, entretanto, que o texto da mencionada Conferência de Paris de 1964 (como ficou conhecido o evento), para além das ideias iluministas e ocidentais, legitima o modelo hierárquico de preservação, isto é, reconhece a existência de acervos que devam ser valorados e outros que não tem importância que justifique a sua preservação (CURY, 2004, p. 98). Este modelo reflete a ideia de estruturação dos valores em alto, médio ou baixo, que será apresentada no estudo das ferramentas de seleção não apenas sobre o que preservar, mas também, de priorização e decisão de ações de conservação-restauração, como será visto no Capítulo 4 desta dissertação.

No que se refere ao patrimônio documental, a partir da segunda metade do século XX, viu-se emergir também os problemas da diversidade de formas e tipos de documentos e as iniciativas de uso de meios de reprodução da informação, para o acesso e a preservação. Assim, o conhecimento que os diferentes processos fotográficos exigiram condições atmosféricas mais controladas, o que se traduziu na busca de soluções de conservação, para além do arranjo físico dos locais, e direcionando-se, novamente, ao espaço, mas agora de uma forma mais integrada. Surgem os primeiros estudos sobre a climatização de áreas de guarda de acervo, que culminam na publicação do livro *The Museum Environment* de Garry Thomson, em 1978 (THOMSON, 1986).

⁵² O termo conservação preventiva hoje tem seu uso consolidado, sendo mantido e reafirmado na 15ª Conferência Trienal do ICOM-CC, realizada em Nova Delhi, entre 22 e 26 de setembro de 2008 (Disponível em: <http://ceroart.revues.org/2794?file=1> . Acesso em 06 de fevereiro de 2013). Entretanto, Muñoz Viñas (2003, p. 23) pondera o quanto a noção pode ser redundante, considerando-se que toda ação de conservação é implicitamente preventiva. Neste sentido, penso que na linguagem de especialidade tenta-se buscar uma coesão para esta disciplina, o que ainda não foi plenamente alcançado.

Segundo Valle (1991), no período entre 1950 e 1980, verifica-se também a produção de investigações referentes ao comportamento dos materiais em diferentes temperaturas, umidades, sobre o efeito cumulativo da luz e dos poluentes, bem como sobre a identificação dos processos de degradação dos materiais de suporte e tintas, agora determinados mais por bases científicas do que nas observações empíricas do período do final do século XIX e início do XX.

A Declaração de Amsterdã, em 1975, trouxe dois importantes aspectos referentes à participação e ao diálogo com o público nas políticas que envolvem a proteção, o uso e as intervenções sobre o patrimônio cultural e à noção de conservação integrada (CURY, 2004, p. 199). Segundo o texto, estes temas deveriam ser considerados nas ações de salvaguarda e proteção, o que trouxe para foco as complexas relações que vão se instaurando a partir de meados do século XX e início do século XXI, que dizem respeito ao caráter humanista, científico e social do patrimônio.

No âmbito da UNESCO, surgem, a partir de 1977, as publicações dos estudos do *Records and Archives Management Programme* – RAMP, que têm o propósito de auxiliar os países em desenvolvimento a resolverem problemas na esfera da administração de acervos de arquivo e biblioteca e à gestão de documentos arquivísticos. Este programa compunha-se de projetos e estudos com o objetivo de apresentar e fornecer informações sobre os agentes de degradação, bem como sobre os métodos, práticas e instrumentos para ações em nível nacional (dos países-membros). Propunha, ainda, fomentar a uniformização da capacitação e formação dos profissionais para o cuidado com o patrimônio documental.

Durante os dez anos seguintes à criação do RAMP, foram publicados em torno de 150 textos⁵³ produzidos por profissionais especializados de variados países, textos estes que abrangeram desde o tratamento de arquivos pessoais e cartográficos, até a restauração de documentos; desde o planejamento de formação em preservação, conservação-restauração, até a identificação das necessidades de organização de serviços especializados de reprodução de documentos.

Nos Estados Unidos, na década de 1980, as preocupações se voltam para a constatação, pela comunidade de conservadores de arquivos e bibliotecas, de que a maior parte dos documentos em suporte de papel nas Américas estava sustentada sobre papel ácido de curta duração (VALLE, 1991, p. 39; ZUÑIGA, 2006, p. 41 e 42). Beck avalia que esta alarmante notícia “trouxe a constatação de que uma enorme quantidade

⁵³ Os textos encontram-se listados e disponíveis no sítio do ICCROM: http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=21989&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Último acesso em 10 de fevereiro de 2013.

de livros e documentos com informação essencial poderia se perder em curto período de tempo” (2006, p. 38). Esta situação suscitou, por um lado, a pesquisa de novos métodos de tratamento em larga escala, denominados “tratamento em massa”, como também uma estratégia de duplicação de inúmeros documentos, especialmente em papel jornal e em documentos produzidos depois de 1850, por microfilme, processo considerado mais estável.

Nesse mesmo ano, é elaborada, em nível internacional, a Carta de Burra, no âmbito do ICOMOS (CURY, 2004, p. 247). Este texto tratou, especialmente, do bem arquitetônico de significação cultural (valor social, científico, estético, etc.), de sua essência e dos objetivos da sua conservação e manutenção, diferenciando essas ações da reconstrução. Este texto traz para o debate a significação cultural como a possibilidade de fazer retornar a um lugar conhecido do passado, momento em que se pode ter maior número de informações sobre o bem cultural (CURY, 2004, p. 247). Assim, é interessante do ponto de vista filosófico e teórico, pois trata de aspectos singulares a serem considerados nas tomadas de decisão/seleção para preservação ou para conservação, e na análise das ferramentas utilizadas nesta dissertação.

Verifica-se que, em sua maioria, os documentos internacionalmente produzidos e os eventos representam um panorama dos debates que vem se travando no campo da Preservação e Conservação do patrimônio, onde se pode estabelecer um cenário das ideias e dos contextos que têm influenciado o momento político de vários países na tentativa de apreensão, controle e proteção do patrimônio cultural, e menos especialmente, do patrimônio arquivístico.

Silva (2006), ao traçar a perspectiva das políticas de preservação de arquivos em nível internacional, a partir do final da década de 1990, verificou que muitos arquivos nacionais “consideravam que a existência de legislação de arquivos em seus países ou até mesmo a simples existência de uma instituição de arquivo era prova de que alguma política de preservação havia sido implementada” (SILVA, 2008b, p. 77). Fez, ainda, um levantamento sobre políticas de preservação na Holanda, Hungria e em artigos sobre países de clima tropical da Ásia e Ilhas do Pacífico, no qual propôs identificar a existência ou não de políticas de preservação em arquivos e suas consequências nos países a partir da constatação desta situação. O autor chama a atenção para o fato de que, em alguns locais, a terminologia e os conceitos sobre preservação são reconhecidos como um problema na área de arquivos, por não haver consenso. Informa, também, sobre um novo termo que vem sendo utilizado por Teugeler e colaboradores: a preservação indireta

ou preservação de substituição e reformatação, cujas funções são “geral e amplamente aceitas como elementos de tópicos da conservação preventiva” (SILVA, 2008b, p. 84).

Dentro do âmbito do Conselho Internacional dos Arquivos – CIA, entre os anos de 1990 e 2000, pode-se verificar a ênfase no tema de acesso à informação, com uma grande discussão sobre a necessidade de tratamento dos acervos acumulados, a criação de base de dados informacionais e a reprodução visando a difusão e o acesso. Por outra parte, observa-se o início de um estudo que culminou em 1996 do Código de ética⁵⁴ do profissional de arquivo, que foi aprovado pelo Comitê Executivo do CIA, no XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Beijing, em setembro de 1996.

Em 1992, foram iniciados os primeiros estudos para o estabelecimento do Programa Memória do Mundo, nos mesmos moldes do Programa Patrimônio Mundial da Humanidade, instituído em 1972, pela UNESCO. O Programa Memória do Mundo publicou as primeiras normativas em 1995 (MEMORIA, 2002, p. 4), propondo-se a reconhecer o patrimônio documental de significância internacional, regional e nacional; mantendo registros dele e lhe conferindo uma logomarca que o identifica (MEMORIA, 2002, p. 5).

No âmbito do CIA, conforme já foi mencionado, quando na Assembleia Geral (realizada durante da 42ª Conferência da Mesa Redonda de Arquivos – CITRA) foi aprovada e publicada a Declaração Universal sobre os Arquivos, cujo teor reconhece os arquivos com patrimônio único e insubstituível, e declarando que “o livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida” (DECLARAÇÃO, 2010).

1.2.1 – As Políticas de Preservação do Patrimônio Arquivístico no Brasil

Ao fazer uma revisão sobre o cenário de institucionalização do patrimônio documental no Brasil, verifica-se que há diferentes perspectivas quanto ao início das preocupações e políticas de proteção do patrimônio brasileiro.

No caso do patrimônio arquivístico, o advento do Arquivo Nacional, instituído em 1824⁵⁵, é um marco importante, apesar de ele ter sido formalmente regulamentado apenas em 2 de janeiro de 1838, através do Regulamento nº 2. Na ocasião, o papel desta instituição foi apenas o de promover a guarda do original de toda a lei assinada pelo Imperador. Segundo Mattar (2003, p. 16), sua função era de servir ao Estado, do ponto de vista jurídico, permanecendo assim por quase um século. Hollós (2010, p. 14)

⁵⁴ Disponível em: <http://www.ica.org/download.php?id=561> . Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

⁵⁵ Por meio do art. 70 da Constituição do Império do Brasil (MATTAR, 2003, p.16).

reforça que, à época de sua criação, a instituição tinha por função a custódia dos documentos jurídico-administrativos necessários à consolidação de um Estado independente. Porém, esta situação começou a ser alterada, segundo a autora, quando, em 1874, o AN inaugurou sua ‘Sala de Consultas’, cujo objetivo era despertar o interesse de pesquisadores, estudiosos, políticos e a administração pública para os documentos (HÓLLOS, 2010, p. 15-16).

Em sua tese intitulada ‘Documentos como objeto de políticas públicas em preservação e acesso à informação: o caso das bibliotecas e arquivos’, Zuñiga (2005, p. 73) afirmou que a preocupação com a proteção de belezas naturais e do patrimônio histórico e artístico brasileiro foi muito anterior à Constituição de 1934⁵⁶, haja vista que um Aviso do Império de 1855 tinha por objetivo renovar a preocupação de resguardar o acervo histórico do país, a exemplo da legislação portuguesa⁵⁷. Ao apresentar as ações do governo brasileiro relacionadas à noção de cultura, esta autora aponta para a criação de três instituições⁵⁸ que antecederam o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN: a Real Biblioteca, em 1910; o Arquivo Público Imperial, em 1838, e o Museu Histórico Nacional, em 1922 (ZUÑIGA, 2005, p. 74).

Segundo Sá (2012, p. 13), no Brasil foram feitos avanços significativos na proteção ao patrimônio entre as décadas de 1920 e 1930 se consideradas as propostas de criação órgãos estaduais como as para o Pernambuco, em 1923 e 1928; Minas Gerais, em 1924; e para a Bahia, em 1927 e 1930. Por outro lado, os autores Nascimento e Chagas (2008, p. 36) e Rangel (2010, p. 119), ao fazerem um panorama dos museus e políticas públicas para museus no país, traçaram, por exemplo, o histórico das primeiras iniciativas de institucionalização da proteção do patrimônio, a partir da publicação do Decreto de 24.735, de 14 de julho de 1934, que criou a Inspetoria dos Monumentos Históricos, no âmbito do Museu Histórico Nacional. Para Rangel, seria este um dos principais antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, tendo em vista que a Inspetoria de Monumentos Históricos, ao ser responsável pelo trabalho de identificação, conservação e restauração de bens culturais, tornar-se-ia o primeiro órgão, em nível federal, voltado à proteção do patrimônio monumental brasileiro (RANGEL, 2010, p. 119 e 120). Contudo para Sá (2012, p. 14) esta preocupação já se

⁵⁶ A Constituição Federal de 1934, em seu artigo 10, atribuía aos Estados e à União a competência concorrente para: item III – proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico e artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte (BRASIL, 1934), apoiando-se, ainda, em uma ideia de monumentalidade.

⁵⁷ Sobre este tema também é interessante consultar o artigo de (SANTOS, Maria Célia Teixeira. Política Cultural e os Museus no Brasil: tentando desvelar e entender para estabelecer um novo ponto de partida. In: ÇADERNOS de Sociomuseologia, v. 7, n. 7, 1996, p. 23-97).

⁵⁸ É interessante notar que cada uma das instituições citadas é criada em um período distinto de governo, sendo a primeira no Período Monárquico, a segunda no Período Imperial e a terceira no período Republicano.

encontrava na ideia de Gustavo Barroso quando este cria, em 1932, o Curso de Museus dentro do Museu Histórico Nacional – MHN e estrutura a disciplina Técnica em Museus a partir dos “estudos mais recentes em termos de museologia, patrimônio e preservação”.

Sob outra perspectiva, Lisboa (2004; 2006, p. 80) refere-se à criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFEACB, já em 1933, como uma das primeiras instituições voltadas para a proteção e/ou fiscalização do patrimônio nacional relativo à natureza e à ciência (especialmente, botânica, zoologia e antropologia), bem como ao controle do território e à exploração geológica, entre outros⁵⁹. Para a autora, nesta criação já se podia verificar as preocupações quanto à salvaguarda do patrimônio brasileiro (LISBOA, 2004, p. 110 e 111).

Esses autores, ainda que tenham introduzido o tema de forma diferenciada, parecem concordar que, apesar de não haver uma política estruturada de preservação do patrimônio cultural brasileiro até o início do século XX, afirmam já existir instituições que assumiram, no seu âmbito, o papel de responsáveis por ações de proteção.

Assim, é a partir da Constituição Federal de 1934, em seu Artigo 10, que passou a ser atribuição dos Estados e da União, a competência concorrente de: “item III – proteger as belezas naturais e os monumentos e os objetos de valor histórico e artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, 1934). Tal abordagem, entretanto, ainda estava apoiada no conceito de excepcionalidade da obra, objeto e monumento.

Em 1937, surge o Decreto-lei 25, de 30 de novembro, que institui a regulamentação sobre o patrimônio histórico e artístico nacional e as ações do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (COLETÂNEA, 2006). Esta lei, segundo Zuñiga, abandonou o patrimônio documental, e ela conjectura que isto tenha ocorrido mais pelo momento político e pelo corpo técnico diretivo do órgão recém-criado, do que pelo “estado de degradação em que se encontrava a maioria do patrimônio edificado por todo o país” (2005, p. 92). Um olhar mais atento na mencionada lei, permite observar que o conjunto de bens móveis e imóveis era vinculado a fatos memoráveis da história do Brasil, sendo relacionado ao excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937b, art. 1). Neste sentido, o patrimônio arquivístico não era contemplado (quando muito, o foram itens documentais isolados) e o bibliográfico tinha seus limites na excepcionalidade.

⁵⁹ Duas observações devem ser feitas sobre este tema. A primeira refere-se ao fato de que o Brasil, já em 1932, havia regulamentado a fiscalização de expedições artísticas e científicas em território nacional, cujo foco era a proteção do patrimônio arqueológico e natural (flora, fauna e minérios); porém, é em 1961 que se institui uma lei brasileira que dispõe sobre a guarda e proteção pelo Poder Público dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos, regulando as ações neste campo.

Entre os anos de 1940 e 1960, destacam-se: o Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941 (BRASIL, 1941a), que dispôs sobre a desapropriação por motivo de utilidade pública, em seu Artigo 5, letra K) a preservação e conservação de monumentos históricos, artísticos e de proteção de paisagens e, letra L) para a preservação e conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico e artístico; e o Decreto-Lei 8.543 de 3 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946a) e Decreto 20.303, também de 2 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946b), que estabeleceram, respectivamente, a ampliação dos instrumentos de preservação sobre monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país, e a competência da Divisão de Estudos e Tombamento de realizar um inventário continuado de textos manuscritos e impressos de valor histórico e artístico.

Nota-se que, a partir dessas leis, que o termo “documentos” e mesmo o termo “arquivos” passam a ser incluídos, provocando uma inserção na proteção e possibilitando a inclusão de um patrimônio de origem arquivística, nas políticas públicas governamentais naquele período.

Recorda-se que na década de 1950, em nível internacional, foi discutido o tema da valorização dos bens móveis, com a conseqüente preocupação quanto a roubos e sua comercialização ilícita, que culminaram nas recomendações da UNESCO, expostas em Delhi, em 1956 (ver item 1.2 desta dissertação). No país, conforme afirmou Lisboa (2004), a primeira legislação referente à proibição e ao controle quanto à saída de objetos de espécimes botânico, zoológico, mineralógico e paleontológico do país, foi instituída com a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFAECB, em 1933, como já mencionado.

Entretanto, no que se refere à proteção, em caráter mais abrangente, uma nova lei só seria sancionada no país em 1961, quando o tema da saída e transferência de bens culturais encontra-se em debate no exterior. Ao regulamentar a Lei n. 3.924 de 26 de julho de 1961 (COLETÂNEA, 2006), o governo brasileiro buscava proibir a transferência ao exterior de qualquer objeto que apresentasse interesse arqueológico ou pré-histórico, numismático ou artístico sem licença da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, verificando-se, em parte, uma sobreposição de funções desta com o CFEACB, a partir deste período.

Em 1965, o governo brasileiro, sob a presidência de Humberto Castelo Branco, publica outra lei, a de n. 4.845 de 19 de novembro, onde proíbe:

a saída do país de obras de arte e ofícios tradicionais produzidos no Brasil até o fim (sic.) do período monárquico [...]. Fica vedada outrossim

(sic.) a saída de obras de pintura, escultura e artes gráficas que, embora produzidas no estrangeiro no decurso do período mencionado nos artigos antecedentes, representem personalidades brasileiras ou relacionadas [com a] história do Brasil, bem como paisagens e costumes do país (COLETÂNEA, 2006, p. 43-44)

e aquelas que por ventura viessem a ser apreendidas, por constituir processo ilícito, seriam destinadas aos museus relacionados, ampliando uma ação do Estado sobre outros tipos de bens. A esta nova lei seguiram-se outras sobre o mesmo tema. Em 1968, o Presidente Arthur da Costa e Silva sanciona a Lei n. 5.471 de 9 de julho, onde estabelece a proibição de “exportação de bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas nos séculos XVI e XIX” (COLETÂNEA, 2006, p. 45). Os bens apreendidos nos processos ilícitos seriam destinados ao proveito público após consulta ao Conselho Federal de Cultura. O aspecto que marca esta lei foi o de valor de antiguidade. O Decreto nº 65.347, de 13 de outubro de 1969, regulamentou e instruiu normas para comercialização dos livros antigos e conjuntos bibliográficos definidos pela Lei nº 5.471, de 1968, acrescentando a eles o caráter de uma obra rara, e aplicando este conceito às obras de bibliotecas, arquivos e museus (COLETÂNEA, 2006).

Em paralelo a tais fatos, acrescentam-se também as observações de Sá, quando este coloca que é a partir do final da década de 1960 que o Conselho Federal de Educação – CFE começa a se interessar em implementar cursos de nível superior no Brasil. Assim, no aporte deste processo, o antigo Curso de Museus do MHN é reestruturado e, dentro dele, os temas da conservação e restauração continuam a ter espaço garantido no âmbito da matéria Técnicas e processos artísticos, permanecendo na matriz curricular de formação do profissional de museus, voltado a obras de arte.

Verifica-se, então, que na década de 1960, uma das preocupações em termos de legislação do patrimônio cultural brasileiro relacionou-se à prevenção da transferência e saída ilegais de obras que tivessem atributos relativos à antiguidade e à excepcionalidade/raridade. Observa-se, ainda, que a preservação relativa ao patrimônio arquivístico não é explícita, sendo mesmo tangenciada. Rousseau e Couture (1998, p. 159), ao analisar o tema da legislação e regulamentação em termos de arquivo, afirmaram que, em muitos países, existia uma lacuna em termos de organização, proteção e utilização, ainda em 1991. E que havia casos onde o legislador deixou ao encarregado da instituição de arquivo a prerrogativa desta regularização por normativas, ou simples administração.

Como pôde ser observado, apesar das ações descritas terem sido promovidas por presidentes brasileiros distintos, é possível reconhecer que o aparelho do Estado

possuía articulação no sentido da proteção do patrimônio nacional, desde a década de 1930. E que a nova Constituição Brasileira de 1967, confirmada pela Emenda Constitucional de 1969, em seu Artigo 180 – parágrafo único, renovava a responsabilidade do Poder Público sobre a proteção dos “documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas” (BRASIL, 1969).

Para Sá (2012, p. 19) é a partir do final da década de 1960 que o Conselho Federal de Educação começa a se interessar em implementar cursos superiores no Brasil. No bojo deste processo, o antigo Curso de Museus do MHN é reestruturado e, dentro dele, os temas da Conservação e Restauração continuam a constar dentro da matriz curricular, inseridos na matéria “Técnicas e Processos Artísticos”.

Na década de 1970, iniciou-se no Brasil uma nova fase de mobilização política para preservação e reconhecimento da importância do patrimônio documental do país: acontece o Primeiro Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, realizado em Brasília. Este evento foi promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, em abril daquele ano. Desta reunião resultou o documento denominado Compromisso de Brasília. O texto foi resultante de um estudo sobre as medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, onde constavam resoluções aprovadas para serem adotadas por todas as autoridades subscritas (CURY, 2004, p. 137).

O documento recomendou que o acervo arquivístico fosse defendido, a fim de evitar a destruição de documentos e promover sua conservação adequada por meio da colaboração do Arquivo Nacional (do Brasil). Contudo, o texto indica que havia ausência, no país, de técnicos especializados nas ações de tratamento do patrimônio histórico e artístico nacional, inclusive no âmbito dos arquivos, e enfatiza a importância de uma maior atuação na tarefa de proteção (CURY, 2004, p. 139). Para tal, os participantes reconheceram a necessidade de criação de cursos de nível superior e se comprometeram a criá-los “visando à formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, **arquivologistas**⁶⁰ e museólogos de

⁶⁰ Observa-se que, somente no final da década de 1970, a profissão de arquivista é reconhecida como de nível superior no Brasil, por meio da Lei 6.546 de 04 de julho de 1978. Precede este reconhecimento, a existência de três cursos de Arquivologia em nível universitário: um deles criado no Arquivo Nacional, em 1972 – que passa a funcionar, em 1977, nas dependências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO –, o segundo na Universidade Federal de Santa Maria, em 1977, e o terceiro na Universidade Federal Fluminense, em 1978 (MARQUES; RODRIGUES, 2008, p. 7-8). A formação de conservadores-restauradores em suporte papel, neste período, limita-se a disciplinas isoladas oferecidas nos cursos de Museologia e de Belas Artes, e aos treinamentos no âmbito de instituições no estrangeiro.

diferentes especialidades, orientados pelo (sic.) [Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –] DPHAN e pelo Arquivo Nacional [...]” (CURY, 2004, p. 138 – grifo nosso). Sugeriram, ainda, que as universidades entrassem em acordo com bibliotecas e arquivos públicos nacionais e com arquivos eclesiais e de instituições de alta-cultura, a fim de promover o incentivo às pesquisas para conhecimento do passado e o preparo de inventários de bens regionais (CURY, 2004, p. 139). Registra-se que, no âmbito político, este evento ampliou o reconhecimento da necessidade de preservação do patrimônio documental, especialmente o arquivístico.

A esta primeira reunião seguiu-se outra, em 1971, cujo Compromisso foi renovado na cidade Salvador/Brasil, onde o tema debatido incluiu também a necessidade e a definição da origem dos recursos para implementação das recomendações sugeridas (CURY, 2004, p. 143). Nota-se que esses eventos não tiveram continuidade, apesar de marcarem o início da década de 1970 no âmbito político. Novas inserções irão advir vinte anos mais tarde, com a publicação da Lei 8.159 de 1991, como será apresentado mais adiante nesta dissertação.

Outro aspecto que marca a década de 1970 foi o início da realização dos congressos brasileiros de Arquivologia, pela Associação dos Arquivistas Brasileiros⁶¹ – AAB. O primeiro foi realizado entre os dias 15 e 20 de outubro de 1972, no Rio de Janeiro, e contou com a inscrição de cerca de mil e trezentos participantes, entre arquivistas, administradores, bibliotecários, museólogos, historiadores, professores, estudantes e outros profissionais (CONGRESSO, 1979a, p. XII).

Destaca-se neste evento uma mesa que tratou de Arquivos de Museus do Brasil, onde Fernanda Camargo e Almeida e Lourdes Rego Novaes apresentaram o Projeto MUSAS e o Projeto Pandora. O primeiro seria uma reunião de dados sobre museus para auxílio na pesquisa e mapeamento destas instituições no país, nos moldes do Centro de Documentação do ICOM. O segundo seria um sistema de informação com o uso de textos e imagens recolhidas em arquivos, bibliotecas e museus, a serem utilizadas pelos museus como auxiliar nos projetos educativos (CONGRESSO, 1979a, p. 452 e 464, respectivamente). Pelos trabalhos apresentados no evento, é possível inferir que o entendimento do conceito de arquivos de museus referia-se à constituição de um Centro de Documentação sobre museus e para uso de museus, composto basicamente de um sistema automatizado de registro de dados (base de dados).

⁶¹ Esta Associação foi fundada em 20 de outubro de 1971, e desde o ano de 1972, realiza regularmente o Congresso Brasileiro de Arquivologia, e editando, ainda, a publicação Arquivo e Administração. A AAB tem por missão dignificar a profissão do Arquivista e contribuir para o desenvolvimento da Arquivologia Brasileira. Disponível em: <http://www.aab.org.br/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

Outro ponto de destaque foi o Painel sobre Conservação e Restauração de Documentos, que contou com palestras de dois expositores: o Professor Fernando Barreto e o engenheiro José Augusto Irigon. O Professor Barreto discorreu sobre o tema da 'Climatologia e suas consequências nos arquivos e bibliotecas' e o Doutor Irigon sobre o 'Expurgo e manutenção como métodos de controle dos agentes biológicos que atacam os documentos'. Nos Anais do evento, as informações sobre estes painéis são muito básicas (CONGRESSO, 1979a).

Por ocasião do III Congresso Brasileiro de Arquivologia⁶², realizado entre os dias 17 e 22 de outubro de 1976, aconteceu o Primeiro Seminário de Conservação e Restauração de Documentos. Entre os palestrantes estavam: Frazer G. Poole, Assistente da Biblioteca do Congresso dos EUA; George Martin Cunha, Diretor do Centro de Conservação de Documentos de Massachussets; Vicent Viñas Torner, do Arquivo Nacional da Espanha; Luiza Rodrigues Contardo, Assessora da Biblioteca Nacional (do Brasil); Hâmida Rodrigues Helluy, administradora do Departamento Técnico de Arquivamento da Organização Ruf S.A.; e Aristides Barreto Nascimento, Diretor da Divisão de Obras do Ministério da Fazenda (CONGRESSO, 1979b, p. 385). Sobre a presidência de Edson Motta⁶³, a Sessão Plenária teve como temas: planejamento de edifícios de arquivos e bibliotecas; a prevenção de danos e a conservação-restauração de documentos; o projeto de microfilmagem da Biblioteca Nacional do Brasil; e critérios de preservação e de restauração (CONGRESSO, 1979b, p. 385-438).

Verifica-se que o campo da preservação do patrimônio arquivístico brasileiro, entra na sua fase de consolidação, quando procurou desenvolver debates e troca de informações tanto sobre os problemas de preservação, quanto de conservação-restauração de documentos, atualizando os profissionais de arquivo, não só no que hoje se identifica como conservação preventiva, mas também nas ações interventivas sobre os documentos danificados. Neste sentido, é possível fazer referência, ainda, à criação dos cursos de nível superior com disciplinas voltadas ao ensino da conservação-restauração⁶⁴, e à publicação, dos livros: '*O Papel: problemas de conservação e restauração*', de Edson Motta e Maria Luiza Guimarães Salgado (MOTTA; SALGADO, 1971) e '*Conserve e restauro seus documentos*', de Lindaura Alban Corujeira (CORUJEIRA, 1971).

⁶² Os textos do II Congresso da AAB não foram publicados, nem disponibilizados em internet, conforme pode ser verificado no sítio: http://www.aab.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=132%3Adocumentos-digitalizados-sumario-anais&catid=30%3Atextos&lang=pt&Itemid=68.

⁶³ Foi pintor, restaurador e professor, em 1944 foi convidado para organizar o Setor de Recuperação de Obras de Arte, do SPHAN, permanecendo lá, como chefe, até 1976.

⁶⁴ Sob este aspecto, verificar a dissertação de Clarimar A. Valle (1991), Ingrid Beck (2006) e de Aloísio Arnaldo N. de Castro (2008).

É importante também referenciar que, no campo da Museologia, os primeiros debates em torno do patrimônio nacional foram iniciados com a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, e da Inspetoria de Monumentos Históricos em 1934. No, entanto, ao observar um histórico da trajetória da constituição de museus no Brasil, pode-se afirmar que a preservação de parte de nosso patrimônio arquivístico também se encontra abarcada pela criação de instituições museológicas, a partir do final do século XVIII, como o

Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), do Museu do Exército (1864), da Sociedade Filomática (1866) – que daria origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi – do Museu da Marinha (1868), do Museu Paranaense (1876) e do Museu Paulista (1895).

Este breve esboço da constituição da imaginação museal no Brasil permite compreender que, mesmo antes do surgimento das universidades e dos institutos públicos de preservação do patrimônio cultural, os museus já exerciam as funções de pesquisa, preservação, comunicação patrimonial, formação e capacitação profissional (BRASIL, 2007, p. 14).

Os movimentos realizados em torno das ações preservacionistas em torno do patrimônio cultural na década de 1970, no Brasil, culminaram na criação da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais – ABRACOR, que foi fundada em 30 de maio de 1980, por um grupo de profissionais atuantes tanto nas universidades quanto em museus, bibliotecas e arquivos. Muitos deles tinham formação em Museologia, em História da Arte, em História e em Arqueologia. A proposta da ABRACOR foi de dignificar e proteger, como órgão de classe, os profissionais conservadores/restauradores de bens culturais, congregando técnicos, organizando eventos para o aperfeiçoamento e divulgação dos trabalhos da área, bem como incentivando o intercâmbio e os meios adequados para o desenvolvimento das técnicas interventivas nas distintas especialidades.

Por outro lado, a partir da década de 1980 se fez explicitada pela primeira vez em uma regulamentação a extensão da noção de patrimônio arquivístico brasileiro, para aqueles conjuntos de documentos de origem privada (particular), que passam a ser inseridos no patrimônio cultural nacional. Assim, surge no âmbito da então Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, um programa denominado Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica – Pró-Documento, subordinado à Fundação Nacional Pró-Memória (FUNDAÇÃO, 1984). Infere-se que a proteção dos documentos arquivísticos públicos estava garantida pelas ações implementadas no âmbito de responsabilidade do Arquivo Nacional, de bibliotecas, dos museus e do SPHAN.

O Pró-Documento visava “preservar, em todo território nacional, os acervos documentais privados de valor permanente” (FUNDAÇÃO, 1984, p. 3), reconhecendo a importância destes para a memória e identidade nacionais e para a pesquisa e cultura do país. Faz menção ao Decreto-lei n. 8.534 de 02 de janeiro de 1946, reafirmando a competência do SPHAN na atuação sobre o patrimônio documental.

Ao instituir o Pró-Documento, o governo brasileiro pretendia realizar uma articulação dos níveis municipal, estadual e federal, prevista nas *‘Diretrizes para operacionalização da Política Cultural do Ministério da Educação e Cultura’*, publicada em 1981 (cf. FUNDAÇÃO, 1984, p. 10-11). Cabe ainda mencionar que o documento de criação do programa Pró-Documento afirma que o valor da documentação histórica privada se manifesta apenas quando é dada a conhecer e se “torna disponível para os diversos usos culturais” (FUNDAÇÃO, 1984, p. 12), para isso, conforme os argumentos do documento, seria necessário que os detentores destes acervos fossem sensibilizados quanto à sua responsabilidade e participassem nos esforços de implantação do programa, no sentido de dar maior resposta à comunidade interessada.

É importante explicitar a situação de desvalorização descrita no texto do programa, em particular sobre a forma como os documentos eram vistos por seus proprietários:

o interesse destes registros cessa tão logo cumpram a função administrativa para a qual foram produzidos. Um sem-número de documentos, como livros de atas, livros contábeis livros de registros de empregados, correspondência comercial e epistolar etc., foram destruídos – e continuam sendo – depois que termina o seu uso corrente ou prescreve o seu valor probatório (FUNDAÇÃO, 1984, p. 19).

Verifica-se, assim, que este programa foi uma tentativa do Estado de ampliar a visão geral de entendimento dos documentos de arquivo, não apenas em função de ordem administrativa, mas como um conjunto de informações de interesse para a educação, cultura e identidade dos povos. Tecnicamente o Pró-Documento atuaria em determinados grupos documentais de arquivos privados, escolhidos em função de critérios operacionais, divididos conforme a seguinte estrutura: documentação eclesiástica; documentação empresarial; documentação corporativa; documentação sanitária; documentação científica; e documentação educacional, prevendo, entretanto, a criação de outros grupos, se verificado necessário, nacional e regionalmente. No caso de documentação científica, foi escrito que esta

reúne informações sobre a história da produção científica e tecnológica nacional, abrangendo a produção das universidades e institutos de pesquisa, arquivos e coleções de cientistas e de associações civis de indiscutível relevância nacional como a Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência – SBPC e a Sociedade Brasileira de Pesquisa Física (SBPF), parte do acervo tecnológico de algumas empresas ligadas às origens da indústria brasileira – em especial, os ramos têxteis, químico-farmacêutico e alimentício. Ela constitui-se, portanto, num acervo de inestimável importância para as ciências exatas, a tecnologia e as ciências humanas no Brasil (FUNDAÇÃO, 1984, p. 23).

Ao fazer um relato sobre o diagnóstico dos arquivos das instituições científicas e tecnológicas privadas, a fim de subsidiar ações preservacionistas do Pró-Documento, Elizabeth C. Coaxa identificou que não havia critérios de avaliação, em relação a prazos de guarda e eliminação, não existindo, portanto, arquivos intermediários. Com isso, verificou-se que os documentos ou estavam em uso corrente ou estavam em um depósito de documentos com características de arquivo, decorrendo disso uma quase inexistência de instrumentos de pesquisa e de microfilmagem (CONGRESSO, 1986, p. 68)⁶⁵. Apesar de ter sido diagnosticado o potencial de uso de pesquisa deste acervo, segundo a autora, esbarrava-se na ausência de pessoal responsável especializado por sua guarda e manutenção.

Como é possível perceber, apenas pelo grupo de documentação científica, a tarefa ao encargo deste programa era enorme, sendo cada grupo constituído com a participação de uma equipe especializada de técnicos. Neste sentido, identifica-se a necessidade de um grande aparato burocrático e técnico que, apesar de buscar abrangência para participação mais idônea, colocou-se como uma estrutura bastante pesada dentro do aparelho do Estado. As propostas redigidas no documento mostram um amadurecimento por parte do Estado brasileiro quanto às políticas de preservação do patrimônio nacional direcionadas aos acervos arquivísticos e bibliográficos particulares, especialmente no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. Entretanto, a partir de 1990, estas articulações foram desestabilizadas com a Reforma Liberal e implantação do Estado mínimo no governo do Presidente Fernando Collor de Melo, onde a Pró-Memória e, conseqüentemente, o Pró-Documento foram extintos e seus servidores redistribuídos por diferentes órgãos do governo.

Data de 8 de janeiro de 1991, a Lei n. 8.159 que tratou sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, imputando como responsabilidade do Poder Público “a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (COLETÂNEA, 2006, p. 69). Esta lei estabelece como permanente o conjunto de documentos de valor histórico, probatório e informativo, que devem ser

⁶⁵ Disponível em: http://www.aab.org.br/digitalizacao/anais/6_cong_86.pdf . Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

preservados à posteridade, sendo inalienáveis e imprescritíveis (cf. art. 10 desta lei). Apesar desta assertiva, os documentos públicos de arquivo devem passar por uma avaliação em sua fase de guarda intermediária, que definirá por sua eliminação ou guarda permanente. A autorização para eliminação apenas pode ser realizada por instituição pública competente na esfera pública específica.

No caso dos documentos privados, a Lei 8.159/91 prevê que os mesmos podem “ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional”, conforme artigo 12 desta lei, e que os mesmos não podem ser alienados com dispersão e perda da unidade documental, nem transferidos ao exterior (COLETÂNEA, 2006, p.71).

Entretanto, ao disciplinar a organização e administração de instituições arquivísticas públicas, por meio do Conselho Nacional de Arquivos – CONARq, instituído pelo Decreto 1.173 de 29 de junho de 1994⁶⁶, concluiu-se um ciclo de proteção do patrimônio arquivístico nacional, junto ao qual estão aqueles de origem privada e aqueles que se tornaram públicos quando adquiridos ou que se encontram sobre a custódia de museus, bibliotecas, centros culturais públicos e privados em todo o país (BRASIL, 1994).

O ano de 1999 tem como marco uma iniciativa de Ingrid Beck, Coordenadora de Preservação do Arquivo Nacional, e de Solange Sette Garcia de Zuñiga, da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE: o Projeto Interinstitucional Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, conhecido como Projeto CPBA. Reconhecendo a dificuldade de produção técnica e de acesso à literatura estrangeira sobre conservação de acervos arquivísticos e bibliográficos, e com apoio da *Andrew Mellow Foundation*, o Projeto CPBA propôs selecionar e traduzir 53 textos⁶⁷ de interesse dos profissionais e instituições participantes, cujo critério de eleição foi possuir informação atualizada e de referência em Conservação. Os temas escolhidos versavam sobre: controle de agentes biológicos, monitoramento ambiental, administração da preservação, microfilmagem, acondicionamento, preparo para emergência, degradação e preservação de acervos fotográficos e tratamentos de conservação curativa. Em paralelo à tradução e primeira edição, publicada em 2000, foram realizados cursos de curta duração em diferentes estados brasileiros, no intuito de formar agentes multiplicadores de informação sobre conservação preventiva, tendo por base os textos escolhidos pelo projeto. O CPBA

⁶⁶ Este Decreto foi revogado em 2002 pelo Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, mantendo quase todos os artigos iniciais, conforme pode se observar em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&inoid=137&sid=54> .

⁶⁷ Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/cpba/> . Acesso em 23 de março de 2013.

reuniu, ainda, um Banco de Dados e um Mapa da Preservação⁶⁸ sobre arquivos e bibliotecas brasileiras das diferentes esferas e subordinações governamentais, tendo produzido um relatório sobre o panorama da conservação dessas instituições em 2001.

Cabe ressaltar, por fim, que o CONARq, em 25 de julho de 2003, publicou uma regulamentação no âmbito dos arquivos privados: a Resolução nº 17, sobre os procedimentos relativos à 'declaração de interesse público e social' de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Esta resolução (CONARq, 2003), permite ao CONARq, através de uma comissão de análise técnica, composta por representantes do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a indicação de inclusão como patrimônio arquivístico, de arquivos privados de interesse público e social.

No âmbito da política implementada pelo CONARq e destinadas aos membros natos e conveniados ao Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, podemos destacar, entre outros⁶⁹: o Programa de Assistência Técnica, para auxílio na resolução de problemas de organização, preservação, reprodução e acesso de documentos; a definição de procedimentos⁷⁰ relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas e jurídicas; e a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital⁷¹, de 6 de junho de 2004.

Tais ações vão definindo o patrimônio arquivístico considerado digno e representante do patrimônio cultural de nosso país, que, entretanto, ainda carecem de uma legislação apropriada à sua conservação-restauração. Verifica-se, também, a iniciativa dos governos brasileiros (a partir da década de 1920) de implementação de políticas que contemplaram o patrimônio arquivístico, especialmente após a década de 1970. Contudo, os valores considerados para a seleção inicialmente definiram-se pela excepcionalidade, antiguidade e raridade. Sob outros aspectos, estes foram apresentados a partir do enfoque do valor histórico e artístico. Posteriormente incluíram-se novas perspectivas: como fontes para o desenvolvimento científico ou para a cultura. Infere-se que estas últimas estão no âmbito da visão ampliada do arquivo enquanto patrimônio e do seu potencial de uso.

⁶⁸ Disponível em: http://www.arqsp.org.br/cpba/prj_mapa.htm . Acesso em 23 de março de 2013.

⁶⁹ Uma panorâmica das ações do CONARq pode ser verificada no site: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>.

⁷⁰ Esta se refere à Resolução n.17, de 25 de julho de 2003, que revogou a Resolução n. 2, de 7 de dezembro de 1999. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis/res_con_cp.htm . Acesso em: 7 de março de 2006.

⁷¹ Disponível em :

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/cartapreservpatrimarqdigitalconarq2004.pdf> . Acesso em 7 de março de 2006.

CAPÍTULO 2

DOCUMENTOS DE ARQUIVO SOB A LUZ DA

CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO

2. DOCUMENTOS DE ARQUIVO SOB A LUZ DA CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO

É possível verificar, como já apresentado, que a conservação dos documentos de arquivo respondeu inicialmente a uma necessidade de acesso e uso dos documentos considerando sua função primária, no sentido utilizado por Schellenberg (1974). Pode-se afirmar que, até o final da Idade Média, a conservação de suportes da escrita se fez, preferencialmente pela manutenção e proteção em boa guarda dos documentos, por meio de acondicionamento e armazenagem em sacos, caixas, armários, arcas e cofres e o uso de pó repelente de insetos, bem como pela produção de cópias e transcrições. Conforme sugere o manual dos arquivistas holandeses (MANUAL, 1973, p. 75), os originais de natureza formal, quando muito danificados, deveriam ser duplicados na forma de *vidimus* ou de cópia autêntica. Orienta-se, no manual, caso fosse efetivada esta opção, que o original não fosse destruído, tendo em vista ser ele uma prova autêntica do ato e uma evidência irrefutável da sua existência (MANUAL, 1973, p. 75).

As indicações do manual holandês são todas no âmbito do conceito de preservação, com orientações referentes à guarda, segurança, acondicionamento ou sistema de armazenagem, reconstituição de dossiês, acesso e controle.

Estas práticas de preservação foram adotadas em diferentes períodos e civilizações, como apresentado no item 1.2. desta Dissertação, sendo iniciativas que podem ser referenciadas como procedimentos de proteção e conservação de documentos no intuito de promover sua longevidade.

Segundo afirma Núñez Contreras:

Todo documento possui uma estrutura constituída pela matéria mediante a qual a representação se faz percebida (pedra, pergaminho, etc.), como pelo meio que se adota para fixar nessa matéria a representação (signos gráficos) e pelo conteúdo mesmo do documento. Os elementos que compõem a estrutura do documento seriam, pois, a matéria, o meio e o

conteúdo⁷² (1981, p. 32 *apud* GALENDE DÍAZ; GARCÍA RUÍPEREZ, 2003, p. 29 – tradução da aluna).

Como apresentado na introdução desta dissertação, a ação de conservação do patrimônio cultural remete à manutenção da integridade absoluta do documento como princípio teórico da disciplina, e que se realiza pelo respeito a uma integridade funcional, testemunhal, estrutural e visual, que se deseja preservada.

Assim, as razões que levam à realização de tratamentos de conservação e restauração de documentos de arquivo são múltiplas; não dependem apenas do estado de conservação, do acesso e do uso, mas também do valor a eles atribuído. Entretanto, identifica-se que as primeiras intervenções realizadas nos documentos gráficos tiveram uma abordagem mais mimética⁷³ de restauração (cf. CASANOVA, 2011, p. 63), embora esta abordagem tenha se dirigido mais à finalidade de recuperação do suporte e do elemento sustentado do que à intervenção praticada para recuperação da autenticidade e simbolismo do documento original.

Até o final do século XIX, a ação de intervenção em manuscritos era realizada pela aplicação de receitas e métodos empíricos de uso pela tradição e, muitas vezes, mantidos em segredo. É apenas quando os documentos de arquivo passam a ser vistos como patrimônio cultural que se explicita a necessidade de adoção dos mesmos princípios e critérios preconizados pela teoria da conservação-restauração de bens arquitetônicos e obras de arte.

Entretanto, para o patrimônio arquivístico (especificamente o textual) não se pode falar de distinção entre o material (materialidade) como suporte e da matéria como 'epifania' da obra, conforme Brandi (2004) define para as obras de arte. Para este autor,

A ligação entre restauração e obra de arte se estabelece, pois, no ato do reconhecimento [enquanto obra de arte], e continuará a se desenvolver em seguida, mas no ato do reconhecimento tem as suas premissas e as suas condições. A partir desse reconhecimento serão levadas em consideração não apenas a matéria através da qual a obra de arte subsiste, mas também a bipolaridade com que a obra de arte se oferece à consciência (BRANDI, 2004, p. 29).

No caso dos documentos arquivísticos parte de sua autenticidade relativa ao caráter comprobatório tem relação estreita com a matéria e seu simbólico com a

⁷² No original: "Todo documento posee una estructura constituida tanto por la materia mediante la cual la representación se hace perceptible (piedra, pergamino, etc.), como por el medio que se adopta para fijar en esa materia la representación (signos gráficos) y por el contenido mismo del documento. Los elementos que componen la estructura documental serían, pues, materia, medio y contenido".

⁷³ Refere-se àquela que se deseja não perceptível, imitando o original e camuflando o dano para parecer que este nunca existiu.

preservação de suas características originais. Talvez por isso, para os documentos de arquivo, a aproximação das teorias da conservação-restauração tenha se dado com alguma demora, posto que a abordagem definiu-se pelo aspecto histórico e jurídico, onde o documento é visto como de valor testemunhal ou evidencial e, especialmente, informativo. Assim, estranha-se que as intervenções tenha se dado de forma tão agressiva. Neste sentido, o que pode ser inferido é que o valor da informação sobrepujou o valor de autenticidade ou probatório, tendo em vista que o registro, a transcrição e a cópia eram processos legitimados de substituição e instrumentos de preservação.

Então, o caráter hierárquico da conservação-restauração dos documentos arquivísticos pode ser dado sob dois aspectos: a subvalorização dos documentos gráficos em relação aos objetos e monumentos; e a necessidade de qualificação de importância dos valores a serem considerados quando das intervenções (neste tipo de acervo). Estes aspectos direcionaram os procedimentos a serem executados e os limites da intervenção. Verifica-se quase uma ausência de discussões sobre a forma em que se davam as escolhas de intervenção.

Muñoz Viñas (2003, p. 60) afirma que, apesar da restauração caracterizar-se por ser uma ação sobre a essência simbólica do objeto – entenda-se aqui documento –, há exceções, e que estas se caracterizam pelos objetos que são estudados ou descritos pelas disciplinas relacionadas com a cultura, como a história, a etnografia, a antropologia e outras; aquelas nos quais o valor atribuído é o ‘etno-historiográfico’. Sob este olhar, as marcas e a forma pela qual os documentos se apresentam ou na qual se encontram organizados ou acumulados, por exemplo, podem constituir o que Brandi (2004) chamou de ‘epifania’ da obra. Muñoz Viñas (2003) aponta, também, que o termo restauração não se encontra apenas alterado pela época ou espaço, mas também conceitualmente é condicionado ao ‘ato do fazer’, segundo a essência simbólica sobre a qual se deseja ‘intervir’.

Por ação de preservação e conservação de documentos em todo período medieval, identifica-se a cópia, a transcrição, o reparo e o ‘reavivamento’ de tintas daqueles documentos que tinham um uso específico. Isto representou a priorização de tratamento dos documentos segundo sua utilidade e não pelo reconhecimento de valores secundários (SCHELLENBERG, 1974, p. 36). Posteriormente se agregaram como prioridades: a transcrição ou nova leitura e a recuperação da informação que não se tinha acesso. Contudo, por outra parte, é possível se verificar também que o reaproveitamento dos suportes para confecção de novos documentos foi praticado, o que significou a constatação da existência de um julgamento ou seleção de documentos, quase sempre

por motivos utilitários e para garantia de direitos (cf. Silva e colaboradores, 2002, p. 99 e 101), valores estes que até o final do século XVIII são definidores das intervenções.

Pode-se afirmar, então, que as práticas empíricas de tratamento de documentos que consideraram o valor informativo do conteúdo subsistiram ao longo de anos, e que elas se caracterizam como o caminho percorrido para a emergência da conservação, enquanto área do conhecimento, até o final do século XIX em especial para documentos gráficos. Ao longo do século XX percebe-se uma lenta alteração no paradigma nesta especialidade, mas é somente quando se estabelece o valor do documento de arquivo como patrimônio que muitas práticas passam a ser revistas.

2.1 – A Produção de Papel e sua Qualidade

O papel⁷⁴ começou a ser introduzido como suporte de uso cotidiano europeu nos séculos XI e XII, trazendo novos desafios à conservação dos documentos. Sua fabricação, nesta época, consistia na fermentação ou apodrecimento e posterior maceração de trapos de algodão, linho ou cânhamo de cor branca (FLIEDER; DUCHEIN, 1993, p. 24; RODRIGUEZ LASO, [199_], p. 39), que resultava numa polpa de fibras desagregadas, que era, então, dispersa em uma grande porção de água.

Para formação da folha, mergulhava-se um molde⁷⁵ em um recipiente contendo uma mistura de fibras, carga⁷⁶ e um aglutinante⁷⁷ e retirando-o em seguida. A pasta ficava depositada como uma camada sobre a superfície do molde, enquanto a água, em excesso, era escoada através da tela. Em seguida, a folha formada, e ainda úmida, era colocada sobre uma superfície de feltro, que ajudava a eliminar a água. Empilhavam-se os feltros com as folhas formadas, e levavam-nos à prensa para secagem sobre pressão, o que conferia uma homogeneidade superficial à folha.

No sentido de melhorar as qualidades superficiais de absorção da tinta, as folhas, após secas, eram impregnadas superficialmente com um aglutinante (geralmente gelatina, cf. MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 51) e depois levadas, novamente, para secar ao ar. Motta e Salgado (1971, p. 38) afirmam que, algumas vezes, se adicionava um sal de alumínio (alúmen) às colas, a fim de evitar a degradação e, simultaneamente, tornar o

⁷⁴ Atribui-se a Tsai Lun, no ano de 105 d.C, a descrição e a popularização do processo de fabricação do papel na China. Naquela ocasião, as matérias-primas eram as sobras de seda, cascas de amoreira e outros materiais fibrosos como o bambu, o cânhamo e as fibras de redes de pesca (KATZENSTEIN, 1986, p. 209 e 211).

⁷⁵ Uma estrutura de madeira com uma rede de fios de arame sobrepostos na forma de uma trama.

⁷⁶ É um material inerte de origem mineral, que tem como função preencher os espaços vazios existentes entre as fibras de celulose, fazendo com que o suporte se torne uma massa compacta, porém com menor custo. São exemplos de carga a argila, o silicato de alumínio hidratado (caolin) ou o carbonato de cálcio.

⁷⁷ É usado na consolidação dos diferentes componentes do papel. São exemplos de aglutinantes o amido, a gelatina, as resinas de emulsão como a colofônia, os estirenos, o acetato polivinílico, entre outros.

papel menos permeável. Algumas folhas recebiam, ainda, um alisamento com ágata, para acabamento superficial, o que as tornavam mais finas e compactas (KATZENSTEIN, 1986, p. 215). Os papéis de trapo, como estes suportes são conhecidos, possuem características de ótima permanência e durabilidade⁷⁸, por utilizarem matérias-primas que têm boa estabilidade química frente ao envelhecimento.

A qualidade dos papéis de escrever e imprimir pode ser avaliada por suas características de resistência mecânica (dobra, estiramento, rasgo, rigidez/carteado) ou superficial (abrasão e Tack⁷⁹), de penetração de líquidos ou printabilidade e pelas chamadas propriedades ópticas, como alvura, opacidade e brilho. O declínio destas qualidades, segundo Katzenstein (1986, p. 234), começou no século XVII, quando seu uso foi ampliado, ocasionando a necessidade de sua produção mais acelerada.

Uma das primeiras modificações do processo foi a introdução da máquina conhecida como 'holandesa'⁸⁰, cujo funcionamento ajudou na produção mais rápida de fibras de celulose de trapos. Neste processo, os trapos passavam por engrenagens dentadas, várias vezes, até alcançar um refinamento desejado, favorecendo a formação de papéis mais compactos e homogêneos (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 55).

Entre os séculos XVII e XVIII, é possível observar, segundo Viñas e Viñas (1988, p. 15) e Flieder e Duchein (1993, p. 24), que o desenvolvimento da química também favoreceu a indústria papelreira. Um exemplo disto foi a descoberta por Berthelot do uso do cloro para branqueamento das fibras de trapo, a partir do século XVIII. Este produto foi largamente empregado, sendo prejudicial às fibras, segundo Corujeira (1971, p. 15), provocando sua degradação por oxidação.

Estas inovações, por si só, não foram capazes de aumentar a produção de papel até o início do século XIX. A situação apenas começa a se alterar com o surgimento de uma máquina desenvolvida para produção de papel contínuo, proposta, em 1799, por Louis Nicholas Robert, cuja patente foi adquirida pelos Irmãos Fourdrinier⁸¹ (RODRÍGUEZ LAZO, [199_], p. 47; MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 58).

⁷⁸ A permanência é um termo utilizado pelos conservadores para caracterizar a boa qualidade do papel, incluindo sua estabilidade à autodegradação. Por este motivo chama-se de qualidade arquivística o conjunto de propriedades materiais dos suportes, que permitem a guarda indefinida dos documentos, sob determinadas condições de controle (CAMARGO *et al.*, 1996, p. 63). Atualizado cientificamente, este termo refere-se à estabilidade físico-química do suporte, que lhe confere características de mínima alteração em longo prazo, quando mantido em condições adequadas. Difere da durabilidade que está mais relacionada à característica de resistência mecânica do suporte.

⁷⁹ Referente à capacidade de resistência do papel a aderência (*tack*) da tinta.

⁸⁰ Esta máquina foi inventada no final do século XVIII (FLIEDER; DUCHEIN, 1993, p. 24), mas foi patenteada em 1804 (MOTTA; SALGADO, 1971, p. 54).

⁸¹ Em 1807, John Gamble introduz uma melhoria na máquina com a inclusão de cilindros de prensagem e distribuição mais homogênea da polpa (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 59). Entretanto, somente em 1920 se

Com o aumento da velocidade de produção da folha, surge a dificuldade para a (en)colagem no processo artesanal. Muñoz Viñas (2010, p. 61) informa que isto pode ser resolvido com a descoberta, pelo húngaro Morig Friedrich Illig, de uma resina (colofônia), que podia ser utilizada como agente colante ainda na polpa de papel, com o auxílio de uma substância mordente (o alúmen). O processo de colagem na “massa” ou colagem interna, como ficou conhecido, tornou-se viável no final do século XIX. A substituição da colagem com gelatina ou amido, anteriormente utilizada, representou uma diminuição na qualidade do papel, em função de que o processo se produz em meio ácido, fazendo com que, no envelhecimento, as fibras do papel sejam mais rapidamente degradadas.

Também no século XIX, a escassez de trapos e a demanda incessante de papéis fizeram com que se procurasse uma nova matéria-prima para produção de fibras. A solução surgiu, em 1840, com o alemão Friedrich G. Keller, que propôs a produção de uma pasta utilizando uma máquina capaz de desagregar mecanicamente as fibras da madeira (FLIEDER; DUCHEIN, 1993, p.24). Assim, a partir de 1850, iniciou-se a produção de polpa mecânica de madeira na Europa e América do Norte, sendo a técnica aperfeiçoada e difundida rapidamente (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 63).

A pasta mecânica, como ficou conhecida, apresentava um alto rendimento da madeira, pois possibilitou o aproveitamento de mais de 90% do vegetal na fabricação de fibras. Entretanto, representou uma redução da estabilidade química do suporte, pois a celulose⁸², além de ter um comprimento de fibra menor⁸³, vinha agregada com muitas outras substâncias presentes no vegetal, consideradas impurezas, como a lignina, as resinas e a hemiceluloses. Neste sentido, a indústria química procurou desenvolver novos processos de produção de polpa de celulose, com a introdução do (bi)sulfito de cálcio (em 1867, por Benjamin C. Tilghman); do sulfato de sódio, conhecido como processo *kraft* (em 1879, por Carl F. Dahl, aperfeiçoado por G. H. Tomlinson, por volta de 1930); e do hidróxido de sódio, conhecido como processo soda (em 1851, por Burgess - EUA e Watts - Inglaterra), com o uso ou não de pressão e calor. Também um processo semiquímico, combinando o processo mecânico com o químico, foi introduzido para conferir certo grau de qualidade às pastas mecânicas, por meio da solubilidade parcial das impurezas (RODRÍGUEZ LAZO, [199_], p. 49).

Cada método apresentava um resultado diferenciado: fibras mais fragilizadas; coloração acentuada para o marrom; grande rendimento de fibras; fibras com alta alvura, entre outros. Por exemplo, o uso do sulfato de sódio produz fibras resistentes (forte =

adicionam os cilindros aquecidos, que fazem a secagem do papel no final do processo da máquina (RODRÍGUEZ LAZO, [199_], p. 47).

⁸² Neste caso está se referindo a celulose oriunda da madeira.

⁸³ Quando comparada às fibras de algodão, cânhamo e linho.

kraft), mas com uma tonalidade marrom (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 63), sendo muito utilizado para produção de papel para embalagens e caixas. O processo com hidróxido de sódio produz uma eliminação das impurezas, fornecendo uma celulose de boa qualidade, porém com dificuldade de clareamento da pasta (MOTTA; SALGADO, 1971, p. 54), resultando, ainda, em fibras opacas, moles e volumosas, usadas na produção de papéis em geral e em papéis absorventes. E o processo com sulfito ou bisulfito produz alto rendimento de polpa e alta alvura, mas fibras frágeis.

Neste sentido, pode-se verificar que os papéis produzidos com as polpas de madeira mecânica ou semiquímica, como os papeis de tipo jornal, alguns de revista e de cartões apresentam um problema de degradação intrínseco, com fibras de menor resistência mecânica e menor estabilidade química, além de amarelecimento acelerado, em decorrência de acidez e da propensão à oxidação. Do mesmo modo, os papéis fabricados para escrita, apesar de serem produzidos por métodos onde as fibras de celulose tinham melhor qualidade, ainda apresentavam como elemento de degradação interna a colagem ácida de colofônia e alúmen. Assim, estes papéis têm a resistência comprometida desde sua fabricação, o que diminuiu a sua permanência e durabilidade, estando as fibras de celulose, conforme afirma Corujeira, “sujeitas a estragos por oxidação, pela ação dos ácidos e álcalis, pela exposição à luz solar e artificial” (1971, p. 9).

Data do século XIX a invenção de outro tipo de papel muito utilizado na impressão de imagens e ilustrações de livros e revistas: o papel revestido ou papel *couché* (como é conhecido). Porém, segundo Rodríguez Lazo ([199_], p. 42), somente no século XX é que sua produção é intensificada. A finalidade era melhorar a impressão de gravuras e de ilustrações em livros e revistas, por meio da aplicação, sobre o papel, e ainda em máquina, de uma camada opaca composta de uma mistura contendo um aglutinante (geralmente gelatina) e uma carga branca (geralmente carbonato de cálcio). Este processo possuía como inconveniente o problema de solubilização do aglutinante em presença de água, que inchava e amolecia, provocando a adesão e, até mesmo, a união das superfícies em contato. Isto resultava numa aderência difícil de ser revertida⁸⁴. No final da década de 1990, este problema foi parcialmente resolvido com a substituição por produtos sintéticos de resinas termoplásticas.

Este pequeno resumo servirá de base às análises realizadas no Capítulo 4, quando se apresentará uma avaliação dos documentos do Arquivo do CFEACB, cujas datas limites se situam entre 1933 e 1968.

⁸⁴ O surgimento de um adesivo sintético, que eliminava este problema, data do final da década de 1990.

2.2 – Os Elementos Sustentados e Suas Qualidades

Os elementos sustentados no suporte são o meio pelo qual a informação pode ser registrada. Assim, é possível afirmar que eles são formadores fundamentais da informação. A enorme variedade de materiais com que se pode registrar uma informação e, muitas vezes, o segredo e variantes das receitas faz com que seja difícil apresentar uma abordagem detalhada das tintas e elementos sustentados utilizados desde o final do século XVIII. Entretanto, ao estabelecer uma revisão na bibliográfica sobre os problemas que afetam a conservação dos documentos do Arquivo do CFEACB, para avaliar seu estado de conservação, fez-se necessário buscar referências sobre estes materiais, que se apresentam indissociáveis do suporte.

Antes do século XV, as tintas de escrever eram basicamente três: a nanquim, o bastão de chumbo⁸⁵ e a metaloácida, quando então foram acrescentadas as tintas gráficas com o surgimento da imprensa. Cada uma delas tinha uma particularidade em termos de aplicação e resultado e de vantagem/desvantagem quanto ao uso.

Entretanto, pode-se afirmar que a composição básica de uma tinta é um pigmento, que confere a cor, poder de cobertura e mancha (ou corpo), e um veículo transportador, geralmente um líquido que evapora. Ao secar a tinta, os pigmentos devem unir-se entre si e ao suporte; para isso pode-se utilizar um aglutinante e/ou um mordente. Em alguns casos, podem ser agregados, também, aditivos como biocidas e espessantes, entre outras substâncias, que têm por função melhorar diversas propriedades.

Um dos mais antigos pigmentos é o negro de fumo ou carvão, que é resultado da queima de vegetais e outros produtos (como velas e candeias, cf. FLIEDER; DUCHEIN, 1993, p.29), o qual era misturado a uma goma (geralmente arábica, cf. MUÑOZ VIÑAS, 2010, p.88) e água, resultando na tinta da China ou nanquim. Esta tinta deve sua estabilidade ao pigmento carbono, porém, tendo o inconveniente de que pode ser mais facilmente adulterada, pois pode ser ‘apagada’ por meio de abrasão mecânica (raspagem).

Por seu aspecto de proteção⁸⁶, as tintas metaloácidas começam a ganhar importância, ainda na Idade Média. Em sua maioria eram constituídas de sulfato de ferro ou cobre, de um mordente (tanino) e um aglutinante (como a goma arábica), misturados ao vinho, vinagre ou água (RODRÍGUEZ LAZO, [199_], p.91). Como fonte de tanino utilizava-se, segundo Muñoz Viñas (2010, p. 87), um extrato de noz de galha, cuja reação

⁸⁵ Lápiz era um bastão fino de chumbo mole (cf. <http://www.induspencil.com/History.aspx>. Acesso em 25 de abril de 2013).

⁸⁶ Já que impregnavam as fibras e não podem ser raspadas sem percepção do ato, representavam uma tinta segura às falsificações.

produz um ácido muito forte. O problema desta tinta é que sua degradação ocasiona tanto uma reação de oxidação (do ferro) quanto de aumento de acidez (pelo meio), ainda podendo mesmo atuar com o dióxido de enxofre presente no ar que, junto a uma alta umidade, frequentemente gera ácido sulfúrico no suporte. Por estes motivos a tinta é altamente corrosiva à medida que envelhece, especialmente se condições ambientais elevadas de umidade e temperatura, não são adequadas à conservação dos documentos.

As tintas gráficas ou de impressão, pelo contrário, possuem boa estabilidade, sendo o pigmento (carbono) aglutinado, geralmente, com um azeite ou óleo secante (como o óleo de linhaça). São tintas consistentes, viscosas e oleosas, geralmente de boa qualidade, embora possam apresentar um halo ao redor do corpo da tinta, se foram produzidas com uma grande quantidade de óleo (RODRÍGUEZ LAZO, [199_], p. 71).

No século XX surgiram outras tintas, como a hidrográfica e carimbos e a esferográfica. As duas primeiras foram produzidas à base de água, álcool e anilina (natural ou sintética), sendo delicadas, transparentes e sem brilho. Seu problema é a baixa estabilidade à luz (esmaecem), devido à instabilidade da anilina e à presença de água e solventes (se solubilizam e desaparecem). A tinta de esferográficas data de 1945 (RODRÍGUEZ LAZO, [199_], p. 99), tendo sido inventada por Ladislav Josef Biro (húngaro refugiado na Argentina). Inicialmente utilizava óleo na formulação, que foi posteriormente substituído por resinas sintéticas. O corante sintético azul, muito comum em tintas esferográficas, segundo Viñas e Viñas (1988, p. 6) foi obtido pela transformação da benzina, antes da industrialização, em índigo.

O problema destas novas tintas é a baixa estabilidade à luz e, em alguns casos, o halo que se forma ao redor da mancha, pelo excesso de óleo, pois podem modificar o aspecto do papel, bem como a sua solubilidade em solventes, segundo Corujeira (1971, p. 18), abrindo caminho para as falsificações.

As tintas de fita de máquina datilográfica e telegráfica são à base de anilina (coloridas) e pigmento carbono (preto) diluídas em óleo e solventes (que servem de veículo) e, posteriormente, em resinas sintéticas (nas máquinas datilográficas eletroeletrônicas). As primeiras têm estabilidade química ao envelhecimento, mas podem esmaecer sob exposição contínua ou intensa à luz e serem alteradas por produtos alcalinos ou solventes. As produzidas de resinas sintéticas são mais estáveis, podendo, entretanto, ser sensíveis à abrasão mecânica.

Segundo Rodríguez Lazo ([199_], p. 105), a primeira copiadora por processo xerográfico surgiu em 1959, utilizando um pigmento seco de carbono e uma resina

sintética, fixada mediante calor, pressão ou ambos, por meio de um processo eletroestático. A fusão da resina dá-se na superfície do suporte, podendo a escrita ter problemas de desprendimento por abrasão, atração eletrostática (em contato com plásticos, que produzem campo magnético por fricção) ou má fixação.

Registra-se, ainda, a utilização, em documentos manuscritos ou impressos, de outros elementos sustentados aplicados a seco, cujos exemplos são o lápis grafite e de cor e os papéis de cópia tipo carbono (com um revestimento pigmentado que se transfere por pressão à outra folha).

Como informa Rodríguez Lazo ([199_], p. 86), o grafite foi inventado na Inglaterra, mas chegou a França apenas 100 anos depois. Constitui um material de emprego corrente a partir do século XIX. Anteriormente fabricados com barras finas de grafite cortadas e envolvidas em pedaços de couro, e posteriormente produzidos pela mistura do pó do mineral grafite (basicamente carbono), que se agrega a argila por meio de altas temperaturas, formando um finíssimo bastão, introduzido num outro bastão de madeira ou não, que lhe serve de meio de uso. A escrita pode ser removida por ação mecânica de borrachas, pois o elemento sustentado é apenas depositado sobre a superfície do papel, sendo esta sua maior fragilidade, especialmente em superfícies muito homogêneas e lisas. No caso dos lápis de cor são, segundo Muñoz Viñas (2010, p. 82), uma mistura de pigmentos com materiais variados, sendo um deles a cera (geralmente carnaúba). São resistentes à água, porém sensíveis à abrasão, tendo uma boa estabilidade química.

Por fim, Muñoz Viñas (2010, p. 93) chama atenção para as alterações ou segredos de fabricação industrial e artesanal, que implicam em diferentes misturas, e podem alterar o comportamento dos elementos sustentados. Assim, ao analisar um documento, planejando um processo de intervenção, é importante calcular a maneira como o material vai se comportar, a partir da realização de testes. Conforme mencionado, este tema será explorado nas análises realizadas no Capítulo 4.

2.3 – As Práticas de Conservação-Restauração do Papel

As primeiras intervenções sobre os textos escritos pode-se inferir que tivessem a intenção de reparar ou dar uma coesão ao suporte, para facilitar seu manuseio, como também “reavivar” a tinta ou “limpar” o texto, favorecendo a leitura.

No que se refere às práticas de conservação-restauração, Bandeira (1995), ao fazer um panorama geral da situação dos arquivos e bibliotecas em Portugal, entre os

séculos XVIII e XIX, apoiada por relato de historiadores e intelectuais como João Pedro Ribeiro, identifica os seguintes problemas:

- uso de dissoluções impróprias para avivar as letras apagadas;
- dobras para conservar os documentos de maiores dimensões;
- falta de espaço de guarda adequada;
- falta de encadernação (proteção) para documentos soltos;
- falta de medidas terapêuticas para animais e insetos inoportunos;
- má escolha dos encarregados (responsáveis);
- falta de uma pena contra a malícia, o descuido e o dano aos documentos.

(RIBEIRO, 1798 *apud* BANDEIRA, 1995, p. 85).

Verifica-se que o diagnóstico apresentado pela autora confirma a situação na qual deviam estar inúmeros arquivos por toda a Europa e América neste período, especialmente pelas incorporações, transferências e acumulações realizadas durante a consolidação dos Estados e países europeus e americanos.

As informações que Bandeira (1995, p. 85) descreve permitem identificar alguns procedimentos realizados em arquivos de Portugal para o tratamento de reparo e guarda de documentos, como exemplo: o uso de cola de farinha na confecção da encadernação; a encadernação como forma de proteção; e o uso de produtos repelentes e pesticidas.

Sobre o tema das intervenções nos suportes, objetivando seu tratamento, Bandeira (1995, p. 18) observa que antes da invenção dos processos técnicos inócuos⁸⁷ de recuperação da informação foi utilizado um método artesanal de “reavivamento” da cor / tinta, sobretudo com o recurso da noz de galha.

Objetivando fazer uma revisão bibliográfica sobre as práticas de conservação-restauração, foram utilizados como referência os manuais e os textos de arquivística já tratados no item 1.2 desta dissertação, além de outros autores que trazem uma visão dos procedimentos efetivados na segunda metade do século XIX e início do século XX, como Viñas; Viñas (1988); Muñoz Viñas (2010), Motta; Salgado (1997) e Corujeira (1971). Estes exemplificam uma característica de restauração funcional, que não considera o aspecto histórico.

Assim, observa-se que no manual dos arquivistas holandeses não houve nenhuma menção sobre práticas de conservação, apesar de S. Muller ter sido presidente do Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, realizado em Bruxelas, em 1910 (CONGRESS, 1910), no qual o tema da conservação foi um dos pontos debatidos.

⁸⁷ A autora nomina como processo técnico inócuo, o uso de lâmpada de quartzo, lâmpada de Wood, de luz negra ou de ultravioleta (BANDEIRA, 1995, p. 18).

Infere-se que tal situação tenha ocorrido pelo fato de que o manual se restringia ao tema do arranjo e descrição de arquivos, não havendo margem para tratar de outros assuntos. Nos manuais de Jenkinson (1922) e Casanova (1928), contudo, é possível verificar que o tema do tratamento do acervo, do ponto de vista da intervenção, recebeu atenção.

Jenkinson (1922, p. 57), por sua parte, relacionou a ação de tratamento de documentos dentro do âmbito do gerenciamento do acervo realizado pelo arquivista, sugerindo a necessidade de definir sobre a presença temporária ou permanente de um “reparador” especializado na equipe. Este profissional deveria atuar sob supervisão do arquivista e ligado a um depósito específico, e ser um bom encadernador, caso houvesse a necessidade deste serviço. Neste sentido, infere-se que este autor tivesse um olhar direcionado à manutenção do uso do documento (funcionalidade).

Em seu manual, Jenkinson (1922, p. 57) recomenda que a compra de materiais e equipamentos deveria considerar a qualidade, sendo esta identificada como: papel feito à mão e papéis forrados de linho ou pergaminhos (para uso na proteção de documentos). O autor aponta como princípio “bíblico” da restauração, que o reparo deveria ter uniformidade relativa ao peso (gramatura) e resistência do suporte onde seria aderido, e que os reforços não deveriam ser cortados em linha reta (JENKINSON, 1922, p. 58). É interessante notar que, nestas orientações, Jenkinson estava fornecendo informações básicas ao arquivista (leitor) e que sua ideia de reparo considerava uma aproximação máxima ao “estado original”, como um bom princípio de intervenção, o que se enquadra dentro da visão praticada naquela época (mimética).

Entretanto, no que se refere às intervenções integrais, Jenkinson (1922, p. 58) faz menção a quatro métodos de laminação/velatura para documentos muito danificados. O primeiro, não detalha nem menciona de onde é adotado, indicando ser dirigido aos documentos com escrita de ambos os lados com o uso da técnica do ‘*split*’, onde o papel é separado em duas partes, na espessura, e ambos os lados remontados sobre um novo suporte. Sugere, como menos danoso e com a obtenção de resultados semelhantes, o uso de tecido delgado (crepeline) sobre um dos lados, aderido por meio de cola⁸⁸. Para alcançar o resultado esperado, o segundo método deveria ter o excesso de cola removido com uma esponja úmida e o documento deveria ser colocado sob pressão entre duas folhas de papel lubrificadas, cuja função seria fazer com que o tecido ficasse despercebido, após a secagem e remoção das folhas lubrificadas (JENKINSON, 1922, p. 58). O terceiro método seria uma variação do segundo, substituindo o tecido por um

⁸⁸ O autor refere-se à cola de amido, indicando o amido de milho como o melhor, segundo ele, por ser o mais puro. Informa, ainda, que se aconselha o acréscimo de um preservante como o óleo de cravo ou timol, embora acredite que se a pasta utilizada estiver fresca seu (do preservante) uso seja dispensável (JENKINSON, 1922, p. 59).

papel japonês, cuja técnica atribuiu a Douglas Cockerell (1910), e o quarto método, seria o utilizado pela Biblioteca do Congresso dos EUA (que utilizava um processo caracterizado por um banho de imersão em água morna para aplainar (relaxar as fibras) antes do procedimento de laminação; cf. Casanova, 1928, p. 103). Este último processo, o autor desaconselhava, por achar que não era um tratamento seguro e por considerar que este tendia a fixar a sujeira (JENKINSON, 1922, p. 58 e 59). Estes procedimentos utilizam o pincel sobre o documento como meio de aplicação, o que Casanova (1928, p. 103) considera uma agressão, mesmo quando executado de maneira delicada. Observa-se nestas referências que estas intervenções drásticas alteravam o aspecto do documento, embora permitissem o acesso a informação e garantissem a manutenção do suporte em longo prazo, sendo de caráter bastante utilitário, remetendo a ausência de considerações quanto ao aspecto histórico..

Observa-se, no texto de Jenkinson (1922), que existe alguma crítica e uma preocupação de fornecer uma informação atualizada, a fim de que o profissional de arquivo pudesse estar ciente dos métodos empregados naquela ocasião e pudesse indicar o que desejava que fosse feito e utilizado. Este autor, ao tratar da técnica de reforço integral da folha, orienta, por princípio, uma intervenção menos drástica, de modo a promover uma cautela quanto à adoção de métodos pouco experimentados. Verifica-se por meio das referências apresentadas que as intervenções consideravam o aspecto funcional do documento, sendo de caráter bastante utilitário: tais critérios remetem a uma intervenção que desconsidera o aspecto histórico.

Casanova (1928, p. 89/90) apresenta uma abordagem um pouco diferenciada e mais detalhada, afirmando que as intervenções executadas entre os séculos XIV e XVIII demonstram a perícia pessoal de restaurador. Infere-se que fossem elas imitativas e pouco aparentes. Entretanto, ao fazer uma exposição sobre os métodos realizados no final do século XVIII e início do século XIX, o autor os divide em dois tipos: um método que ele chama de adesivo (de caráter empírico) e que chama de químico (de caráter científico) (CASANOVA, 1928, p. 90). A distinção entre os dois métodos somente é compreendida quando o autor introduz os argumentos do método químico.

Assim, ao expor os métodos com aplicação de adesivos, Casanova (1928, p. 91 e 92) inicia por uma retrospectiva do trabalho de profissionais italianos que, com seus esforços pessoais, realizaram o estudo e testes de técnicas de reparo e intervenção de documentos danificados e fragilizados especialmente pelas tintas corrosivas (metaloácidas). Este autor apontou que o “reavivamento” de caracteres de escrita não deveria ser confundido com a restauração, pois são atividades distintas e independentes

uma da outra (CASANOVA, 1928, p. 92). O autor delinea, assim, sua visão de restauração, cuja ênfase se dá na conservação física do documento.

Casanova (1928, p. 93 e 94), ao contrário de Jenkinson (1922), fornece detalhes sobre o tratamento de laminação de documentos com a técnica utilizada por Cristofaro Marino, que utilizava uma membrana muito delgada de intestino de boi (*goldbeater's skin*), cujo procedimento de preparo do documento (montagem sobre uma superfície iluminada por baixo) podia vir precedido, quando necessário, de um banho com água. Nesta técnica o documento era “montado” sobre a superfície da membrana, impregnada de gelatina; depois outra membrana era colocada no verso do documento, e o conjunto era levado à prensa durante algum tempo para consolidá-lo, sem aplicação de pincel, o que evitava a abrasão (mesmo que delicada) e o deslocamento de partículas de tinta.

Infere-se que Casanova (1928, p. 94 e p. 104, respectivamente) apontasse ser este um método com muitos bons resultados, indicando seu uso, posto que tece elogios a Marino, ratificando a preferência por este método ao final do texto sobre intervenção, qualificando-o de eficiente em longo prazo, por observação própria. Contudo, informa também que, Marino conseguiu tratar apenas poucos volumes, devido a barreiras de todo o tipo e à destruição sofrida pelo laboratório de restauração onde o encadernador trabalhava, em Nápoles.

Numa abordagem que estabeleceu no âmbito dos relatos realizados por profissionais atuantes em arquivos e bibliotecas, Casanova (1928, p. 96 e 97) descreveu, ainda, sobre outros procedimentos relacionados a impedir a corrosão da tinta. Apresenta, assim, a experiência do cardeal Franz Ehrle, no reparo de palimpsestos, cujo objetivo a ser alcançado, segundo o religioso, era conferir consistência e fixar a escrita. Porém Casanova (1928, p. 97) informa ser este um procedimento desaconselhável por vários motivos. Infere-se que um deles seja o perigo de adesão das folhas em contato, visto que menciona este problema ao fazer referência às alterações produzidas no formato de alguns códices tratados pelo cardeal Ehrle por um método semelhante.

Interessante notar que muitos profissionais, dentre eles o cardeal Ehrle, desaconselham o uso de papel japonês, conforme pode ser observado nos relatos de Casanova (1928) e mesmo de Jenkinson (1922). Neste sentido, é possível verificar, no texto de Casanova (1928, p. 98), como o religioso influenciou a adoção do crepeline (tipo de musseline) como material a ser, preferencialmente, utilizado na laminação de documentos em papel, especialmente após um debate e aprovação na Conferência de San Gallo, em 1898, muito embora tenha se reconhecido, na ocasião, os inconvenientes do uso deste tecido: o escrito passar do verso para a frente e da frente para o verso (um

problema igual ao uso da gelatina, segundo Casanova); a necessidade de uso do pincel, que era visto como um instrumento agressivo; e a textura do tecido fornecer um “nicho” para microrganismos como as bactérias.

Quanto aos métodos químicos, Casanova (1928, p. 99) afirma que os problemas de sua adoção não foram imediatamente identificados, apresentando algumas contribuições trazidas pelos alemães também por ocasião da Conferência de San Gallo. Neste sentido, foi possível identificar o que ele denominou por métodos químicos, quando informa que os métodos desenvolvidos pelos alemães ocuparam-se não apenas de encontrar um material para fixar o material escrito, consolidando-o, mas também para impregnar-se entre as fibras do papel, de modo a constituir um sólido e resistente conjunto tinta-suporte, transformando em certa medida o material original.

Um dos produtos apresentados era uma solução de colódio ou de nitrocelulose em acetato de amila, chamado *Zappon*, que era aplicado com o auxílio de um gás de ácido carbônico; Jenkinson (1922) havia feito menção a este produto e método, indicando especialmente os problemas identificados. Também ao comentar sobre o produto, Casanova (1928, p. 100) faz ênfase sobre a sua instabilidade e acidez, afirmando representar um perigo tanto ao documento como ao operador, não recomendando o seu uso. O autor relata que, na Conferência de Dresden, de 1899, debates foram feitos sobre o problema da autocombustão e do perigo de incêndio provocado pelo método (CASANOVA, 1928, p. 100), especialmente porque o Ministério da Prússia, depois de incêndios, havia solicitado estudos sobre o produto e outros semelhantes, que estavam em uso (como o *Cellit*⁸⁹). Informa, também, sobre a ida para lá de especialistas (que trabalharam em Turim, Nápoles e Pompéia), a fim de desenvolver técnicas⁹⁰ de recuperação de documentos carbonizados (CASANOVA, 1928, p. 101).

Casanova (1928, p. 103) menciona, ainda, uma técnica apresentada pela arquivista Samuelson com o uso da gelatina, sob o nome de *Kitt*, que era mais clara e encorpada do que as utilizadas nos processos de até então. Segundo o autor, este método não passava de uma cola mais pura e clara, sobre a qual se aplicava um papel japonês, podendo ser classificada mais como um método adesivo, que químico.

Por fim, Casanova (1928, p. 103) faz um relato da apresentação de Jenkinson, informando que este exprimiu, uma vez mais, sua preferência pela crepine e pelo trabalho sobre a matéria de escrita, com o uso de uma cola obtida pelo cozimento do

⁸⁹ O Cellit é uma mistura de éter acético, álcool e vinagre (acético) com adição de um pouco de cânfora, formando uma massa plástica elástica (cf. CASANOVA, 1928, p. 102).

⁹⁰ Na página 104 de seu manual, Casanova (1928) retoma este tema relatando, ainda, a tentativa de outros profissionais de tratar documentos carbonizados, com a de Cristofaro Marino, em 1908 (Messina); Francis Marre, em 1916 (França); Chivers Cedric (Inglaterra); e Filiberto Picard (Roma).

pergaminho ou velino. De certa forma, Casanova expõe o conservadorismo de Jenkinson para quem o uso de qualquer outro método seria uma armadilha. Registra, especialmente, a aversão de Jenkinson ao método desenvolvido pela Biblioteca do Congresso de Washington, caracterizado por um banho de imersão em água morna para aplainar (relaxar as fibras) antes do procedimento de laminação, por considerar perigoso ao documento, e que este sugeria o uso do vapor (JENKINSON, 1922 *apud* CASANOVA, 1928, p. 109).

Sobre o problema das tintas metaolácidas, Casanova (1928, p. 106) afirma e reforça a necessidade de sua substituição como elemento de escrita, em função de já ser conhecido o processo de corrosão que ocasionam. Entretanto, ao dirigir sua atenção para apresentação de duas novas receitas de tinta indelével utilizadas naquela época, informou, sem mencionar seus nomes, que uma delas era pouco estável e a outra bastante resistente, inclusive a ácidos e álcalis fortes, o que deveria ser objeto de atenção na ocasião de uma escolha (CASANOVA, 1928, p. 109).

No que se refere às soluções utilizadas no “reavivamento” de caracteres de escrita, Casanova (1928, p. 107) menciona a receita empregada por ele, resultante da fervura e coação de noz de galha em água, e aplicada com auxílio de uma esponja, cujo efeito se verificava após secagem. O autor descreve, ainda, outras experiências sucedidas para avivamento de caracteres, que foram alcançadas, e que pareciam, até aquele momento, inócuas, recomendando, entretanto, precaução quanto ao uso de sulfeto de amônio como agente “reavivador”, pois os estudos sobre manuscritos no Museu Britânico mostravam que este tinha uma ação momentânea, especialmente em pergaminhos, no papel, porém, o produto podia deixar manchas mais ou menos permanentes (CASANOVA, 1928, p. 109).

Ao observar os relatos encontrados no manual de Jenkinson (1922) e de Casanova (1928), pode-se concluir que os autores debruçaram-se sobre o tema da intervenção em documentos e tentaram trazer as principais discussões e métodos vigentes, fazendo, contudo, alguma crítica e apresentando suas preferências. É possível considerar também que estas práticas demonstram preocupações gerais de intervenção, mas com sentido bastante pontual de aplicação, característica de atuação da disciplina Conservação até a década de 1960, quando se iniciam os primeiros debates no domínio do que vem a ser chamado, na década de 1980 de conservação preventiva.

Sobre outro ponto de análise, verifica-se a importância dos debates trazidos pela episteme científica, cujo papel influenciou não só a produção e surgimento de novos materiais, nem sempre com a estabilidade desejada, mas de favorecimento na reflexão

dos métodos e técnicas utilizados, mostrando uma mudança de postura que irá se consolidar apenas com a adoção de princípios e regulamentos éticos a serem seguidos, a partir da década de 1950. Assim, nas descrições feitas tanto por Jenkinson (1922) e Casanova (1928) pode-se observar o embrião destas novas posturas, que se referem não somente às práticas de conservação, mas também de preservação e gestão do acervo.

Ao fazer uma leitura dos autores Furia (1992); James (1991) e Petrioli (1981), Manero faz uma pequena relação, identificando os tratamentos mais efetuados sobre documentos gráficos, segundo esses autores:

reintegrações massivas de margens das páginas; a reintegração de textos perdidos em livros impressos; enxertos para lacunas e áreas perdidas; recostura e consolidação por adesivo dos volumes; substituição de encadernações em mau estado por outras novas; consolidação de suportes atacados por ação de tintas metaloácidas; limpeza, eliminação de manchas e branqueamento; reavivamento de tintas em manuscritos; processos de desmontagem e montagem de gravuras e desenhos⁹¹ (1997, p. 262 – tradução da aluna).

Observando este resumo de procedimentos, pode-se afirmar que ainda não havia uma preocupação com a manutenção da autenticidade, mas, tão somente com a manutenção da condição de uso e legibilidade do documento, bem como dos meios para garantir uma preservação. Do mesmo modo, com a introdução dos tratamentos químicos, a partir do século XVIII, pode-se constatar que se incrementa o desenvolvimento de técnicas conservativas, embora este contexto de preocupação não pareça ter sido alterado, naquela ocasião.

Os métodos de laminação constituem-se um reforço integral do documento por meio da aplicação de um segundo suporte que ofereça consistência necessária à consolidação da folha, fragmentos e danos. Para Viñas e Viñas (1988, p. 35) é um método que não deve ser adotado indiscriminadamente, posto que modifica a superfície e aumenta a espessura do documento, diminui a nitidez da escrita e pode potencializar a degradação intrínseca, se não foram estancados os elementos reativos da degradação que se processou.

Considerando esta observação acima, verifica-se que o tema da autenticidade ganha importância no contexto da conservação de documentos de arquivo, apenas quando têm início os debates sobre os resultados em longo prazo de intervenções

⁹¹ No original: "reintegraciones masivas de márgenes de páginas; reintegración de textos perdidos en los libros impresos; injertos para lagunas y áreas perdidas; recoser y reencolar volúmenes; sustitución de encuadernaciones en mal estado por otras nuevas; consolidación de soportes atacados por la acción de tintas metaloácidas; limpieza, eliminación de manchas y blanqueamiento; reavivamiento de tintas en manuscritos; procesos de desmontaje y montaje de estampas y dibujos".

realizadas sem um tempo mínimo de reflexão e testes, e que resultaram em danos irreparáveis ao patrimônio documental. O embrião desta mudança pode ser inferido através dos relatos apresentados nos manuais analisados neste Capítulo: situa-se nos Congressos realizados em torno do início do século XX.

Segundo Manero (1997, p. 266), vários autores propõem a data de 30 de setembro de 1898 como o dia em que surgiu a restauração de livros e documentos como campo disciplinar, devido à Conferência de San Gallo. A

referida conferencia constitui um acontecimento histórico de singular importância posto que, pela primeira vez na História e frente a um foro internacional, foram solicitadas duas atuações prévias para qualquer ação restauradora: o estudo das causas de sua (sic.) deterioração e a verificação da eficácia da técnica e produtos aplicados⁹² (MANERO, 1997, p. 266 – tradução da aluna).

O evento abriu um importante debate internacional, cujos resultados começaram a ser apresentados em congressos e reuniões científicas realizados em anos posteriores e publicados em anos subsequentes, no Congresso de Arquivistas e Bibliotecários em Dresden, em 1899, no Congresso de Bruxelas (CONGRESS, 1910) e nos manuais de Jenkinson e Casanova.

Para Manero (1997, p. 267), após a Primeira Guerra Mundial, arquivos e bibliotecas se conscientizam não só das condições ambientais inadequadas, mas também da péssima qualidade do papel empregado naquele período, o que fez com que os profissionais procurassem empreender estudos pontuais sobre os constituintes do suporte, como também de tratamentos químicos que minimizassem seus efeitos, como pode ser verificado junto aos países germânicos desde o final do século XIX.

Fazendo uma comparação entre o papel de trapo e o papel de madeira, pode-se afirmar que a introdução da resina de colofônia e alúmen (também conhecida como breu-alúmen) e da pasta de madeira afetou a permanência do documento, trazendo novos desafios às intervenções sobre os suportes a partir do final do século XIX. O uso dos processos de laminação e de clareamento de documentos são exemplos dos esforços no sentido de enfretamento desta situação, que foram seguidos dos processos de desacidificação com o uso de banhos e produtos químicos, empreendidos largamente após a década de 1940.

⁹² No original: “dicha conferencia constituye un acontecimiento histórico de singular importancia puesto que, por primera vez en la Historia y ante un foro internacional, fueron requeridas dos actuaciones previas a cualquier acción restauradora: el estudio de las causas de su deterioro y la verificación de la eficacia de la técnica y productos aplicados”.

Kathpalia (1973, p. 18-19) informa que, na tentativa de resolver os problemas de degradação, começam a ser realizados, a partir daquela década, inúmeros estudos por instituições como: o *National Bureau of Standards* – NBS e Arquivo Nacional dos Estados Unidos; o *Public Record Office* – PRO e o Laboratório de Pesquisa do Museu Britânico, no Reino Unido; o Arquivo Nacional da França; o Centro de Fotoreprodução e Restauração do Arquivo de Estado e o Instituto de Patologia do Livro, na Itália, além de profissionais de diversas áreas dedicadas ao tema.

O problema da produção do papel ácido⁹³ condenava milhões de documentos ao desaparecimento em poucos anos, quando comparado aos suportes como pergaminho e papel de trapo. A situação ainda era agravada com os resultados dos estudos sobre degradação das tintas metaloácidas, que podiam gerar o ácido sulfúrico sobre o papel, cuja migração ocorria à medida que a tinta ia se impregnando para o verso do documento e para outros que ficavam em contato. Motta e Salgado informam que William Barrow foi um dos primeiros a mostrar que os papéis deteriorados encontravam-se na faixa de acidez com valor de índice de pH⁹⁴ em torno de 3,0 e que “resultados similares foram observados no *National Bureau of Standard* dos Estados Unidos” (1971, p. 129). Neste sentido, a desacidificação realizada em documentos pode ser entendida tanto como um método curativo, como um método preventivo de tratamento.

O tratamento para neutralizar a acidez foi proposto com o uso de um produto alcalinizante ou de uma base, e retardava a degradação. Um dos métodos foi proposto pelo próprio Barrow, ainda na década de 1940, e consistia num banho aquoso de imersão do papel em solução de bicarbonato de cálcio. Corujeira (1971, p. 52) descreve outro método, em uso na década de 1970, também atribuído a Barrow, que era realizado antes de uma laminação com película de acetato aplicada por pressão e calor através de uma máquina. O processo (de desacidificação) consistia em um primeiro banho com solução de hidróxido de cálcio e de um segundo banho com bicarbonato de cálcio, alternando estes com banho de água sem químicos, a fim de retirar o excesso de resíduos (KATHPALIA, 1973, p. 106). Após a secagem o papel era laminado. O valor do índice de pH desejável após tratamento deveria ser em torno de 7,0.

⁹³ Papel ácido é um termo utilizado para referir-se àqueles papéis que tem componentes ácidos em sua produção (ex: colofônia) ou alterados a ácido (fibras de celulose de madeira, contendo lignina) ou por seu processo de fabricação ser em meio ácido (processos de colagem interna resina de breu-alúmen). A acidez se caracteriza pela capacidade de uma substância ou íon despende prótons, geralmente de hidrogênio livres (H⁺) (CALVO, 1997, p. 12).

⁹⁴ Denomina-se potencial de Hidrogênio (ou pH), cujo valores são distribuídos numa escala definida de 0 a 14, sendo de 0 a em torno de 6,5, ácido; por volta de 7,0, neutro, e acima de 7,5, alcalino.

Motta e Salgado (1971, p. 130 e 131) e Muñoz Viñas (2010) informam também sobre outros métodos⁹⁵, utilizando produtos diferentes dos estabelecidos por Barrow, e com tempos, concentrações e técnicas também distintas, como o uso de uma solução de bicarbonato de magnésio.

Os banhos aquosos eram empregados apenas nos documentos em que a tinta não apresentava solubilidade em água. Se este não fosse o caso, o tratamento⁹⁶ devia ser evitado ou novo método definido. Assim, em resposta às necessidades de tratamento do papel cuja deterioração química era julgada agravada, e de forma a acelerar e diminuir seus custos, Kathpalia (1973, p. 115) escreve sobre as expectativas do final década de 1960 em torno do desenvolvimento de métodos de desacidificação não-aquosos.

A proposta, caracterizada como de métodos de “desacidificação em massa”, também vinha ao encontro da garantia de manuseio e de melhoria das condições de documentos considerados irreparáveis, visando sua reprodução por (micro)fotografia ou meio eletrônico. Segundo Muñoz Viñas (2010, p. 205), os métodos não-aquosos são propostos para tratamento de volumes inteiros (sem desencadernar), revistas e jornais ou materiais similares, cuja aplicação se faria de forma rápida.

Corujeira (1971, p. 52) menciona um procedimento empregado em tais circunstâncias: o uso de vapor de amônia⁹⁷ diluída em água (1:10), em câmara fechada, cujo processo exigia cuidado e controle, tanto em relação ao documento, como ao operador. Podem ser mencionados, ainda, a partir do final da década de 1950, outros métodos em uso, como o hidróxido de bário cristalino, dissolvido em álcool metílico ou metanol (MOTTA; SALGADO, 1971, p. 130); o carbonato de ciclohexilamina, patenteado por Langwell, em meados da década de 1960 (MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 205); e o dietil-zinco, também conhecido como DEZ, inventado na década de 1970 e abandonado na década de 1990; entre outros. Agregadas aos efeitos de agilidade nos processos de desacidificação não-aquosos estão as desvantagens destes métodos: o uso de solventes orgânicos que, segundo Kathpalia (1973, p. 115), em sua maioria, são inflamáveis, tóxicos e de custo financeiro mediano.

O intenso desenvolvimento tecnológico das pesquisas por processos químicos desacidificantes, materiais inócuos e pela necessidade de adoção de maquinário

⁹⁵ Sobre estes métodos, verificar Kathpalia (1973).

⁹⁶ Idealmente, além de promover uma neutralização da acidez, os métodos de desacidificação como um todo passaram a prover também uma reserva alcalina em torno de 2% no papel, a fim de que esta fosse consumida, retardando o retorno da acidez. De outra parte, o grau de alcalinidade dos tratamentos não pode ser alto, pois se corre o risco de provocar reações de oxidação nas fibras. Assim, Kathpalia (1973, p. 108) informa que estudos empreendidos por alguns profissionais permitem admitir um pH máximo na faixa até 8,5.

⁹⁷ Segundo Muñoz Viñas (2010, p. 205), a proposição do uso deste método é atribuída a Kathpalia, embora em seu texto, a autora informe que há diferença entre o tempo de exposição aplicado por ela (24 até 36h) e por Barrow (8h), por este mesmo método (KATHPALIA, 1973, p. 118).

específico de aplicação, tanto para desacidificação como para a laminação e de obturação (reintegração) mecânica, produziram uma vertente de produção de patentes, a transformação das oficinas e ateliês de restauração em Laboratórios de Conservação-Restauração, marcando a etapa caracterizada pela adoção de práticas científicas. A década de 1970 desponta com o embrião das posturas que vão trazer uma mudança de paradigma definido pela Conservação Preventiva, na década de 1980.

Conforme afirmou Ward (1986, p. 2), foi entre as décadas de 1930 e 1940 que “começou a aflorar uma nova filosofia – uma filosofia que reconhecia a necessidade de prevenir antes que restaurar”. Assim, pode-se inferir que os estudos sobre a influência das condições ambientais na conservação dos acervos foram intensificados a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando se identificou que a deterioração era inevitável “e o envelhecimento é somente um multiplicador de causas conhecidas e geralmente controláveis” (WARD, 1986, p 14). Entretanto, o forte direcionamento às ações de conservação-restauração implementadas até a década de 1970, talvez, explique a emergência, com maior vigor, da conservação preventiva e a preocupação quanto ao planejamento e desenvolvimento de políticas de preservação, apenas no início da década de 1980.

Inicialmente estabelecidas no âmbito do senso comum e dos critérios objetivos e ideais recomendados internacionalmente, a Conservação Preventiva vem se definindo hoje (2013) por uma atividade de grande complexidade e abrangência. Tem uma forte linha científica e um caráter disciplinar de maior amplitude do que a Restauração. Além disto, sua relação como a disciplina Administração é estreita, na medida em que se estabelece na responsabilidade compartilhada dentro de uma estrutura administrativa.

Despontando como resultado de uma evolução conceitual resultante de um originário desdobramento teórico-metodológico, a conservação preventiva hoje (2013), como a restauração, é parte distinta de uma mesma disciplina, que responde pelo título de Conservação. Neste sentido, ao tratar das práticas relativas ao patrimônio documental, pode-se observar que os textos, manuais técnicos e publicações especializadas podem fornecer instrumento para uma reflexão crítica construtiva, útil ao amadurecimento desta área de atuação.

Assim, foi possível observar o quanto a mudança de paradigma das práticas empíricas para as práticas científicas e da ênfase da conservação-restauração para a conservação preventiva podem auxiliar nos entendimentos dos critérios e justificativas de escolhas sobre as intervenções propostas e efetivadas aos documentos de arquivos ao longo dos tempos. Aponta-se, contudo, que a adoção pelo aspecto funcional do

documento ainda é uma realidade em muitas ações interventivas, principalmente relegando o aspecto histórico que caracteriza o original como autêntico.

2.4 – Princípios e Critérios da Teoria e da Prática da Conservação-Restauração e sua Influência sobre o Patrimônio Documental

Como podemos verificar nos itens anteriores, a trajetória da conservação de documentos de arquivo está muito mais relacionada à preservação do que à restauração, embora se verifique que esta última não foi totalmente ausente e teve sua inserção através das necessidades de acesso e uso dos documentos.

Nas teorias da Conservação-Restauração, tomando outra via de abordagem, existem inserções limitadas de reflexão dirigidas ao patrimônio documental. Assim, no desenvolvimento desta disciplina, as práticas aplicadas aos documentos de arquivo foram sendo adaptadas ou experimentadas, o que não se caracteriza como um mérito dos profissionais e instituições de arquivo, mas da ausência de diretrizes próprias e específicas até o início do século XX.

De fato, no final do século XIX, os primeiros teóricos da Conservação-Restauração de monumentos arquitetônicos já haviam ultrapassado o caráter empírico de apenas reparar obras que deixaram de exercer a função para a qual foram concebidas, procurando incorporar justificativas para as ações empreendidas dentro do contexto de uma época que envolvia (SEMERARO, 2011; D'ANGELO, 2011, p. 70):

- o sentido coletivo e cultural de patrimônio, determinado por uma busca de identidade nacional e social;
- o desenvolvimento de uma cultura científica, com o surgimento da química, geologia, paleontologia, entre outras disciplinas;
- a noção de direito e de cidadania, com a valorização da autonomia e da liberdade individual e política;
- o sentido de consciência histórica;
- a busca pelo domínio da natureza;
- as grandes transformações urbanas e o aumento da população nas cidades.

Recordando o final do século XIX, as abordagens da Conservação-Restauração tinham relação com o “restabelecimento” e recuperação de monumentos e monumentos históricos, se voltando ao passado e trazendo-os ao presente (daquela época), resultado do reconhecimento como patrimônio a ser preservado. Esta perspectiva pode ser

verificada nos primeiros esboços teóricos por meio de três correntes de Restauração, refletidas nas posturas de Prosper Merimée (1803-1870) e Eugenne Viollet-Le-Duc (1814-1879), nas de William Morris (1834-?) e John Ruskin (1819-1900); e nas de Camilo Boito (1836-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1947).

Conforme resume Macarrón Miguel (2002, p. 152 a 157), já no século XIX, verificam-se, no campo do patrimônio, preocupações quanto: à abertura de coleções ao público; à busca de materiais mais estáveis; à necessidade de compreensão sobre a alteração ou degradação; às tentativas de maior controle nas intervenções, com o respeito máximo ao que se definiu por original; e ao sentido de consciência histórica.

Assim, Viollet-Le-Duc⁹⁸ representa as ideias de valor em função dos materiais constituintes do monumento e da sua historicidade, procurando, contudo, ‘restaurar’ a perfeição formal do original, até mesmo a que deveria ou poderia ter hipoteticamente sido, definindo uma corrente denominada, como lembra Macarrón Miguel (2002, p. 200), de Restauração Estilística. Manero, ao tratar o tema do patrimônio documental, aponta que:

os princípios teóricos da Restauração estilística aparecem claramente refletidos em alguns textos que fazem menção às restaurações praticadas sobre livros e manuscritos por renomados artífices italianos da época como os florentinos G. Fabroni, P. Ciatti e R. Salan [FURIA, 1992, p. 23-25]. Através destas declarações se observa um conceito de Restauração baseado na reconstrução de elementos ornamentais ou reproduções caligráficas, cujos resultados são tanto mais apreciáveis quanto mais difícil é distinguir o original da imitação ou reconstrução realizada. Como na Arquitetura, se trata, em definitivo, de restituir ao documento sua condição original⁹⁹ (1997, p. 264 – tradução da aluna).

Ruskin, por outro lado, representa o respeito máximo ao original e às marcas da passagem do tempo, aconselhando manutenções periódicas e admitindo a possibilidade de ‘morte’ do monumento (KÜHL, 2002, p. 17), cuja corrente ficou conhecida como Restauração Romântica ou Anti-Restauração (MACARRÓN MIGUEL, 2002, p. 206).

E Boito (2002, p. 61/61), que caracteriza uma postura mais convergente, apoiada em princípios de documentação meticulosa, precisa e exaustiva, da conservação

⁹⁸ O autor escreveu, entre os anos de 1854 e 1871, o *Dictionnaire Raisonné de l' Architecture Française Du XI au XVI Séc* e o verbete sobre Restauração, para explicar a origem e o conceito do termo, que diferiu das ações de reconstrução e dos reparos em edificações realizados até então (VIOLLET-LE-DUC, 2000).

⁹⁹ No original: "los principios teóricos de la Restauración estilística aparecen claramente reflejados en algunos textos alusivos a restauraciones practicadas sobre libros y manuscritos por reputados artífices italianos de la época, como los florentinos G. Fabroni, P. Ciatti y R. Salan [FURIA, 1992, p. 23-25]. A través de estas declaraciones se observa un concepto de Restauración basado en la reconstrucción de elementos ornamentales o reproducciones caligráficas cuyos resultados son tanto más apreciables cuanto más difícil resulta distinguir el original de la imitación o reconstrucción realizada. Al igual que en la Arquitectura, se trata, en definitiva, de restituir al documento su condición originaria."

do aspecto antigo e de uma restauração que, se essencial, demonstrasse que o complemento era novo, a fim de responder normas e dogmas pré-estabelecidos por certezas consolidadas (MANERO, 1997, p. 264). A corrente teórica identificada com Boito ficou conhecida como Restauração Filológica, cuja influência sobre Giovannoni desdobrou-se também na denominada Restauração Científica, no início do século XX, numa postura de quase neutralidade do conservador/restaurador.

Neste período, pode ser citada, ainda, a figura de Alois Riegl (1858-1905), que tratou do tema do julgamento de valor sobre a obra a ser restaurada, relacionando-o à percepção do sujeito que a reconhece, e considerando valores ampliados dos utilizados até então (RIEGL, 1987). Neste sentido, entende-se que à medida que a disciplina Conservação-Restauração vai se consolidando, vão se estabelecendo novas relações entre os responsáveis e suas abordagens para com o que hoje (2013) denomina-se patrimônio.

Ward (1986) afirma que o desenvolvimento de laboratórios de restauração, ainda no final do século XIX, trouxe consigo o conhecimento científico, tecnológico e histórico, e completou a experiência artesanal e artística do profissional. Neste sentido, este fenômeno também contribuiu para o reconhecimento da necessidade de um trabalho em equipe multidisciplinar, cada um com sua própria responsabilidade, bem como a busca de legitimação da Conservação-Restauração enquanto ciência independente.

Estes aspectos requereram novas abordagens e princípios de tratamento, cujos reflexos, na segunda metade do século XX, se identificam com o princípio de que 'cada caso é um caso', evidenciado por Cesare Brandi (1906-1988). Este teórico, cujos méritos se devem à consolidação da ideia de Restauração estabelecida a partir da temporalidade da obra de arte e, especialmente, do reconhecimento desta como tal, acrescentou outras questões e reflexões aos que o antecederam. Para Brandi (2004), a restauração deve responder ao exame particular de cada caso, constituindo-se em um ato crítico, apoiado em princípios, por este motivo a corrente brandiana é denominada Restauração Crítica, e consolida, naquela época, a consciência da necessidade de transmissão da obra ao futuro, apoiada no critério de restabelecimento da unidade potencial da obra, sem cometer um falso histórico ou artístico.

Surge daí um dos princípios de que a escrita perdida não pode ser restaurada, sob pena de induzir ao falso histórico. Mesmo quando se tem outras referências, não se faz a reintegração. Muñoz Viñas afirma que isso se deve por ser muito pouco útil (2010, p. 22). Infere-se que o autor esteja se referindo a que a informação danificada é dada como perdida e quando reposta, fica sujeita ao falso. Neste sentido, o restaurador de

documentos gráficos “restaura muito pouco, mas conserva muito”. Contudo, naqueles casos onde o documento possui uma leitura imagética ou estética, geralmente se procede à recomposição cromática, como é o caso de mapas, fotografias, e outros documentos arquivísticos iconográficos, similar ao que se faz com as imagens pictográficas.

Neste sentido, a conservação pensada na segunda metade do século XX, não está mais relacionada ao uso imediato, mas com uma visão de uso futuro, agregando aos bens originados do passado a preservação dos bens do presente, tanto de caráter público como privado. Estas mudanças estabeleceram sobre o patrimônio cultural uma série de orientações práticas, principalmente de cunho metodológico e ético. Segundo Manero (1997, p. 269), o critério cronológico anterior (histórico-artístico) é substituído pelo critério de testemunho da civilização.

Neste cenário de novas concepções, surgiram os organismos internacionais pós Segunda Guerra Mundial (ICOM, 1948; IIC, 1950, Londres; ICR, 1950, Roma; entre outros), cuja atuação determinou o desenvolvimento do campo disciplinar da Conservação-restauração, onde se destacam: a Carta de Atenas¹⁰⁰, de 1931, a Teoria da Restauração de Cesari Brandi (1963) e a Carta de Veneza¹⁰¹ de 1964, todas centradas na perspectiva artística. Os debates enfatizaram a ação do profissional restaurador, ao mesmo tempo em que definiram as bases teóricas da Conservação e Restauração dos Bens Culturais. Segundo Manero (1997, p. 270), no campo da restauração de livros e documentos esta filosofia se vê refletida na redação de procedimentos por Hilary Jenkinson, em 1954 na Inglaterra, e por Gardner, em 1954 na Itália (refletida na Lei de 13 de setembro de 1957).

Verifica-se, assim, que a tônica oferecida pelas correntes da Restauração Científica e da Restauração Crítica repercute nas propostas normalizadoras da conservação-restauração do patrimônio que passam a serem promovidas no âmbito internacional, após a criação dos organismos como a UNESCO, ICOM, ICCROM, IFLA e ICA (como foi apresentado no item 1.2 deste Capítulo), bem como no das Sociedades e Associações de profissionais locais ou regionalizadas constituídas a partir da década de 1950.

¹⁰⁰ Cujas normativas trazem inúmeras contribuições formuladas por Boito, em 1889, sobre o “monumento como documento” (cf. MANERO, 1997, p. 270). O texto da carta de Atenas (1931) orienta que antes de toda consolidação ou restauração deve haver uma análise escrupulosa do bem, reconhecendo que, de fato, cada caso constitui-se um caso particular (CARTAS, 2004, p. 13), remetendo ao que foi articulado por Brandi (2002), na década de 1960.

¹⁰¹ Outro momento marcante para a conservação-restauração no século XX, a inserção e reforço da adoção de uso de técnicas científicas para avaliação e exames para conhecimento do patrimônio. O documento reclama a adoção de padrões científicos e técnicos a serem seguidos em base internacional, com a finalidade de estudo e salvaguarda do patrimônio monumental (cf. MACARRÓN MIGUEL, 2002, p. 213).

Assim, muitos dos princípios e critérios que, ainda hoje (2013), regem as intervenções sobre o patrimônio cultural, começam a ser esboçados nos textos das denominadas Cartas Patrimoniais, nos Código de Ética daquelas instituições profissionais e não-governamentais e na literatura técnica, e passam a influenciar nas políticas de Estados e nas ações institucionalizadas por diferentes países. Por este motivo, para Manero, as décadas após a Segunda Guerra Mundial caracterizam-se por “um período de forte intervencionismo na proteção de bens históricos e artísticos” (1997, p. 268-269).

Caple (2000) afirma que a conservação-restauração depende, crucialmente, da habilidade do conservador para julgar qual investigação ou medida curativa é mais apropriada e que este julgamento inclui considerações éticas como o melhor caminho para alcançar a conservação. Estas assertivas delineiam os princípios e critérios, que se veem refletidos na síntese apresentada por Philip Ward, em sua publicação *‘La conservación del patrimonio: una carrera contra el reloj’*, de 1986. Ward listou como princípios da Conservação-Restauração:

- Embora o valor dos documentos constitua consideração legítima e as circunstâncias possam justificar diferentes graus de tratamento, ele não deve influenciar nas decisões sobre a qualidade dos tratamentos a serem implementados;

- Antes de iniciar qualquer tratamento deve-se proceder a um exame técnico exaustivo, a fim de garantir a segurança requerida para a ação proposta;

- Os tratamentos devem ser documentados inteira e objetivamente, fornecendo informações para consultas futuras por pesquisadores e outros restauradores;

- As alterações históricas devem ser consideradas no momento da intervenção, pois esta não se resume apenas a conservar a matéria original, senão seu significado histórico;

- Os tratamentos devem ser reduzidos ao mínimo necessário à conservação, assim como a adição de novos materiais;

- A integridade do objeto deve ser respeitada em toda a intervenção;

- O restaurador deve manter seus conhecimentos atualizados (1986, p. 9 e 10).

Ao descrever esses princípios gerais, Ward informa que “as exigências da conservação do objeto em longo prazo devem ter sempre prioridade sobre as vantagens do uso em curto prazo”¹⁰² (1986, p. 9 – tradução da aluna). Pode-se verificar que tal afirmação remete o olhar para o horizonte, às gerações futuras, e a uma postura

¹⁰² No original: No original: “las exigencias de la conservación del objeto a largo plazo deben tener siempre prioridad sobre las ventajas del uso a corto plazo”.

implementada, ainda na década de 1980, nos arquivos e bibliotecas: a restrição de uso e acesso aos documentos como forma de preservação.

No que se refere a algumas observações feitas por Viñas e Viñas sobre os princípios que podem ser aplicados aos documentos gráficos, estes autores dirigem os critérios para:

- a) Renunciar a qualquer tratamento em que os recursos técnicos e humanos excedam a capacidade possível;
- b) Abster-se de qualquer processo que implique na modificação real ou aparente do valor de autenticidade e privativos aos valores da obra;
- c) Respeitar qualquer adição complementar que seja uma parte inseparável da história do bem cultural em si mesmo;
- d) Eliminar qualquer tipo de alteração, que seja alheia a integridade da obra e que afete ou impeça sua interpretação como documento histórico;
- e) Estabilizar e consolidar elementos que sofreram deterioração, ao invés de removê-los ou substituí-los por outros;
- f) Reinsere elementos que estão fisicamente separados da obra e que, obviamente, formam parte do inteiro/conjunto;
- g) Reconstruir os elementos perdidos quando as lacunas são identificáveis. Neste caso, utilizar materiais de qualidade reconhecida que, quando incorporados, sejam facilmente identificáveis como não formando parte integrante do original;
- h) Repor elementos perdidos não identificáveis, quando sua presença for necessária para a compreensão ou preservação física da obra, usando técnicas, materiais e formas com características neutras, harmonizadas, mas diferentes da estrutura original e estilo específico do inteiro/conjunto.
- i) Cuidar para em que todas as operações de restauração da obra sejam utilizados meios e procedimentos de características inócuas e reversíveis;
- j) Registrar todos os trabalhos de restauração, que devem estar refletidos na documentação exaustiva de um arquivo. (1988, p. 5)

É possível observar que Viñas e Viñas (1988) referem-se de forma mais detalhada aos escrúpulos das intervenções, apontando-os como princípios que devem nortear os critérios na adoção de procedimentos e métodos, bem como materiais. Os dogmas acima mencionados caracterizam a filosofia e o amadurecimento do campo da

Conservação-Restauração da década de 1980. Assim, traz-se, ainda, outra referência publicada na mesma década, dos autores Flieder e Duchein (1993)¹⁰³.

Estes descrevem quatro critérios que devem ser considerados pelo restaurador quando da intervenção em livros e documentos: a eficácia e permanência do tratamento; a inocuidade e estabilidade dos produtos; a inocuidade dos processos de aplicação e a reversibilidade das aplicações (FLIEDER; DUCHEIN, 1993, p. 103). Ao analisar tais proposições pode-se fazer alguma reflexão crítica sobre as orientações questionadas e superadas nas duas últimas décadas, como é o caso dos conceitos de inocuidade e reversibilidade.

Sob a luz da compreensão do campo atual (2013) da Conservação-Restauração, considerando documentos em suporte papel: Que produto ou processo é inócuo? Quais são os métodos reversíveis, isto é, os tratamentos em que os produtos utilizados possam ser facilmente elimináveis? Existe sentido em falar em reversibilidade, quando se considera que existimos numa dimensão material onde o tempo é linear? Estes princípios ainda estão sendo recomendados ou já estão superados? Em que medida se aplicam ou foram substituídos por novos princípios como a retratabilidade?

Por outra parte, Flieder e Duchein (1993, p. 99) ainda afirmam que o papel da intervenção é devolver o aspecto e a solidez tão próximos quanto possível do estado original, sem modificar seu valor documental ou artístico. Do mesmo modo, o conceito de estado original, conforme aponta Appelbaum (2009) pode ter distintas formas de abordar: o estado original como o primeiro ou como o atual ou como o usado; ou ainda, como um processo. Neste sentido, é possível observar que o campo da Conservação-Restauração no final do século XX e início do século XXI depara-se com a superação de alguns destes princípios e critérios, estando diante de questionamentos e reflexões ainda em processo.

Segundo Manero (1997, p. 265), as práticas de conservação-restauração empreendidas para reparar a deterioração dos documentos em papel até o início do século XX não podem mais ser aceitas como tal, pois se mudou a perspectiva de entendimento do patrimônio documental; e acrescenta-se, a superação de dogmas. Por este motivo, preconiza que a orientação filosófica seja de cautela e experimentação quanto à adoção de métodos e produtos, especialmente os novos materiais, a fim de evitar problemas devido à escassez de tempo necessário ao amadurecimento. Neste sentido, a Ciência da Conservação tem sido uma das mais exigidas, ampliando a visão de que a pesquisa não só é aliada da técnica, mas a constitui. Neste processo, a

¹⁰³ O ano da publicação original é de 1983 (UNESCO). Utilizou-se nesta dissertação a tradução publicada em 1993 pela BAD, conforme referência no fim da dissertação.

formação e a reflexão devem ser a chave para a profissionalização não só dos restauradores, mas dos conservadores e cientistas da conservação.

No caso da especialidade papel, Muñoz Viñas (2010, p. 111-112) afirma que o conservador-restaurador enfrenta “problemas peculiares”, porque dedica mais o seu tempo de trabalho ao suporte do que sobre os elementos sustentados. Explica que isso deve se dar por razões técnicas, que derivam do fato dos elementos sustentados, salvo algumas exceções, serem mais estáveis; embora em alguns casos sejam também mais frágeis, tornando-se mais difícil agir sobre eles.

Neste sentido, para Muñoz Viñas (2003, p. 80), a restauração de documentos gráficos estaria mais próxima do reparo do que da restauração. Este autor apresenta dois argumentos para esta afirmação. No primeiro, considera que o ato de restaurar não se refere ao bem em si, mas a “seu valor simbólico, sua capacidade de funcionar como símbolo e esta capacidade depende essencialmente de seus traços perceptíveis”¹⁰⁴ (MUÑOS-VIÑAS, 2003, p. 80 – tradução da aluna). O segundo diz respeito à natureza do documento de arquivo e ao entendimento restrito de que este funciona como um veículo de informação. Neste caso, Muñoz Viñas aponta que os documentos de arquivo são reconhecidos não por seu valor simbólico ou historiográfico, mas sim, pela informação que neles foi registrada (2003, p. 73). Infere-se que o autor aponte ser esta uma abordagem reducionista, posto que argumenta em seguida:

Contudo, os objetos podem conter muitos tipos de informação. Os especialistas podem extrair informação de quase todo objeto que para as pessoas não treinadas resultaria completamente inacessível, e [por isso] tendem a defender a conservação sistemática dos próprios objetos e não apenas da informação intencionalmente registrada¹⁰⁵ (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 73 – tradução da aluna).

De fato, estas reflexões podem ser relacionadas com as políticas de conservação implementadas pelos arquivos desde que os mesmos se constituíram como testemunhos, isto é, documentos no sentido próprio (LE GOFF, 1984a), especialmente quando se introduz a ideia de valor intrínseco como justificativa da manutenção dos originais sob proteção e guarda permanente, como será apresentado no item 4.3 desta dissertação.

Considerando outra abordagem, Manero (1997, p. 283) defende que a conservação de documentos se justifica pela função de comunicação por eles exercida,

¹⁰⁴ No original: “[...] su valor simbólico, su capacidad para funcionar como símbolo, y esta capacidad depende esencialmente de sus rasgos perceptibles”.

¹⁰⁵ No original: “Por supuesto, los objetos pueden contener muchos tipos de información. Los expertos pueden extraer información de casi cualquier objeto que las personas no entrenadas resultaría completamente inaccesible, y tienden a defender la conservación sistemática de los propios objetos y no solo de la información intencionalmente registrada en él”.

cuja dependência se dá tanto por seu valor informativo (ligado à sua materialidade), quanto por seu valor intelectual (isto é, pela mensagem que transmitem). Esta capacidade informativa, segundo a autora, não está restrita ao conteúdo documental, mas envolve, também, a mensagem intelectual, isto é, a intemporalidade do pensamento (1997, p. 284). Assim, é possível apontar que o contexto tem relação com o que se pode denominar de imaterialidade do patrimônio arquivístico.

Também para Manero, o objetivo da Conservação: “não é outro senão a busca de soluções ao problema da deterioração física do documento, única razão que pode reduzir a manutenção das características originais, que física e funcionalmente definem a integridade absoluta”¹⁰⁶ (1997, p. 286). Neste sentido, só há duas possibilidades: a prevenção ou a correção. A primeira, não admite opção de descontinuidade. A segunda, somente deve ser posta em prática se foram superadas as medidas preventivas. Sendo assim, são duas possibilidades condicionadas e complementares (MANERO, 1997, p. 286).

Por certo, a perenidade de um documento ou acervo está associada à manutenção da integridade de suas informações e significados dentro de um contexto de materialidade e imaterialidade, o que nota-se já vem sendo uma prática desde o surgimento dos primeiros arquivos, quando se reconhece que para além do documento único, o arquivo é um reflexo das relações de poder, das políticas e ações, das escolhas empreendidas por pessoas e instituições no desenvolvimento de suas atividades. Tal percepção traz foco para as dificuldades e enfrentamentos necessários às tomadas de decisão que serão apresentados no Capítulo 4 desta dissertação.

2.4.1 – A Documentação Como Forma de Proteção

Desde sua constituição como disciplina formal na segunda metade do século XX, a Conservação-Restauração é regida por princípios teóricos de intervenção sobre o patrimônio, que procuraram direcionar ações a partir das práticas e debates empreendidos ainda no século XIX. Desde então, estes vem sendo revisados e sofrem críticas a partir de uma ética social temporal, que se reflete na ética profissional com objetivo de orientar e disciplinar as ações de conservação.

As primeiras formulações teóricas para aplicação de metodologias sistemáticas de intervenção em monumentos e obras de arte, no século XIX, descrevem a necessidade de documentação e exame para efetivação adequada da preservação.

¹⁰⁶ No original: “no es otro que la búsqueda de soluciones al problema del deterioro físico del documento, única razón que puede llegar a quebrantar el mantenimiento de las características originales que física y funcionalmente definen la integridad absoluta”.

Indicam, inclusive, a importância do uso da fotografia nos estudos e da documentação científica produzida a partir das intervenções; cujo objetivo era fornecer documentos e informação que pudessem ser sempre consultados (VIOUET-LE-DUC, 2000). Eugène Viollet-le-Duc já ressaltava a importância dos levantamentos detalhados e suas formas de realizá-lo (2000, p. 47).

Ainda a título de exemplo, John Ruskin também tratava a documentação, no sentido de produção de documentos sobre a obra, defendendo o acompanhamento da trajetória do monumento até a sua chamada “morte”, e tendo preconizado, junto a William Morris, o respeito pelas marcas do ‘passar do tempo’ (KÜHL, 2002, p. 17). Assim, verifica-se o embrião do pensamento que irá ser enfatizado na primeira metade do século XX: a importância da documentação como forma de acompanhamento das fases de vida do monumento.

Camilo Boito também adotou por princípio a reunião de um maior número possível de estudos documentais e levantamentos, como desenhos e fotografias, como antecedentes ao processo de tratamento das obras. Boito teve destaque especialmente porque enfatizou o caráter documental da obra, que implicava no respeito e no conhecimento de todas as fases e história pelas quais ela havia passado (KÜHL, 2002, p. 21-22). Neste sentido, o ato de documentar proposto por Boito, em 1884 – com fotos e descrições justificadas, antes, durante e depois do tratamento –, insere-se numa dinâmica de preservação, visto que agrega informação à obra, permitindo sua compreensão ou, segundo Ferrez (1994, p. 3), gerando informações que estabelecem “seu lugar e importância dentro de uma cultura, e o que o torna um testemunho”. Então, ao proporcionar outras informações sobre a obra, a ação de restauração quando bem estruturada e descritiva, não estaria atuando de outro modo.

Por sua parte, Cesare Brandi condicionou seu trabalho de restauração à compreensão da obra de arte enquanto tal, dando atenção à reunião de um maior número de conhecimentos possível sobre ela, a fim de poder realizar as escolhas e necessidades de intervenção mais adequadas. Para Brandi (2004, p. 92-93), a pesquisa histórica é uma reafirmação da necessidade de tratar, no sentido de que traz a importância desta necessidade, quando eleva o documento ao status de documento histórico. À semelhança de Boito, Brandi assume a “corrente” da consciência histórica e da necessidade de sua preservação, cuja vertente se reflete na documentação não só estética, artística, material e estrutural, mas de registro das diferentes fases temporais pelas quais passou o monumento, embora Brandi (2004) tenha dado ênfase à prevalência de instância estética sobre a histórica.

Assim, no que se refere à conservação e restauração de monumentos, desde as primeiras práticas relatadas por teóricos como John Ruskin, Viollet-Le-Duc, Camilo Boito e, posteriormente, por Cesari Brandi, observa-se que, a produção de documentos sobre estes bens tem várias funções e constitui parte do ato de restaurar, o que, de certa forma, possibilitava justificá-lo em função de cada opção teórica.

Nos exemplos citados acima, a documentação e o ato de documentar já aparecem inseridos nas práticas da disciplina da Conservação-Restauração quando esta deixa a fase empírica e passa a se estabelecer como princípios de base científica. Agrega, assim, novas informações não apenas pelos resultados da pesquisa científica prospectiva, pelo conhecimento histórico e análise formal do bem a ser restaurado, mas também e, especialmente, pelo registro pormenorizado das intervenções, como forma de garantia do respeito às marcas históricas do patrimônio cultural em si.

A publicação da Carta da Atenas, de outubro de 1931¹⁰⁷, em consonância com o pensamento de Boito, expressa essas ideias sobre a importância da documentação nos procedimentos de conservação do patrimônio (CURY, 2004, p. 13). A necessidade de documentar, assim, é incorporada aos princípios de tratamento em nível de abrangência internacional.

Verifica-se neste texto a menção à necessidade de documentar antes de intervir, tornando requisito o diagnóstico completo e correto, elaborado por meio das ciências físicas, químicas e naturais, e pautado pela documentação em todas as suas etapas de ação (CURY, 2004, p. 17 e 18). Para tanto, sob este aspecto, no texto foram recomendados: a elaboração e publicação de inventários; a constituição de arquivos; e a publicação de relatórios sobre os procedimentos e métodos gerais de conservação dos monumentos históricos (CURY, 2004, p. 17).

É interessante perceber, que os arquivos de origem patrimonial são citados não como um patrimônio a ser preservado, mas como ferramenta administrativa de apoio às funções gerenciais e técnicas de proteção ao monumento histórico, considerado como veículo possibilitador do acesso e compreensão destes bens. Verifica-se que, no âmbito dos acervos arquitetônicos, alguma ênfase já vinha sendo dada à proteção de acervos pessoais de arquitetos e de coleções cartográficas (CARVALHO, 2010, p. 70). A Carta de Atenas, porém, não dirige nenhuma observação sobre este aspecto tão particularmente

¹⁰⁷ Nesta conferência foram expostos os princípios e doutrinas gerais referentes à proteção de monumentos de interesse histórico, artístico e científico (no sentido de arqueológico), pertencentes às diferentes nações, onde são recomendados: o abandono de execução de reconstruções integrais de monumentos, de maneira a evitar os riscos de alteração; a adoção de manutenção periódica e contínua, para garantia da sua conservação; nas necessárias intervenções de restauração, que sejam respeitados sua história e estilo artístico; e que o uso seja mantido para assegurar sua continuidade, entretanto que este considere o caráter histórico e artístico da construção.

relacionado às práticas da Arquitetura e que muito acrescentaria em respeito ao reconhecimento de tais acervos como elementos intrínsecos do patrimônio que se desejava preservar (CARTA, 2004, p. 13).

Entretanto, na Carta de Atenas elaborada pelo CIAM, em 1933, verifica-se que o traçado das cidades e sua arquitetura são considerados uma história escrita, e que o que subsiste deles “forma o fio condutor que, juntamente com os textos e documentos gráficos, permite a representação de imagens sucessivas do passado” (CURY, 2004, p. 25). Ainda que apenas uma observação, esta perspectiva já apontava para algum reconhecimento e unidade entre o monumento e a documentação que lhe dá a conhecer.

O texto das Recomendações propostas em Nova Delhi, em 1956, insere, definitivamente, a documentação no âmbito dos princípios da Conservação-Restauração, quando indica a dotação, nos órgãos de proteção, de serviços de administração organizados e uniformizados relativos às pesquisas sobre patrimônio arqueológico, recomendando que estas unidades de serviço tivessem força de lei (CURY, 2004, p. 69). Recomenda, ainda, que, fosse criado um centro de documentação sobre os acervos cerâmicos, iconográficos, ou coleções de pesquisa etc. recolhidos no âmbito dos museus (CURY, 2004, p. 73). Tais orientações referem-se à criação de arquivos ou de dossiês com documentação relativa aos objetos e sítios arqueológicos explorados, com os quais museus e institutos de pesquisas seriam beneficiados pela possibilidade de estudos comparativos. O texto produzido em Delhi considerava que, pelo fato da Arqueologia trabalhar com métodos comparativos, a constituição de coleções centralizadas e regionalizadas favoreceria à compreensão desse patrimônio e à educação do público, de modo a despertar o interesse e desenvolver o respeito e estima pelo passado (CURY, 2004, p. 73 e 74).

Sob outro aspecto este texto de Nova Delhi ainda é relevante: aquele que se refere à importância do conjunto documental, isto é, ao reconhecimento de que a reunião de documentos e acervos em um espaço centralizado facilitaria a consulta e o acesso à documentação e aos objetos pelos pesquisadores e especialistas (CURY, 2004, p. 74). Constatam-se aqui também uma das inúmeras formas de constituição e formação das coleções museológicas e arquivísticas sobre o patrimônio de cunho científico em plena atuação na primeira metade do século XX.

No final da Segunda Guerra Mundial, a área de Conservação-Restauração encontra-se diante de novas posturas preservacionistas, que incorporam a documentação como uma forma de preservação referente não só à trajetória histórica, mas ao acompanhamento do estado de conservação e das transformações constatadas

pelas intervenções e no entorno. Observa-se, ainda, a grande contribuição para com a constituição do patrimônio cultural pela criação de inúmeros arquivos e museus, bem como, em função das legislações reguladoras quanto à circulação, recolhimento, aquisição e comércio do patrimônio na esfera internacional. As consequências se refletem na forma com que os países e as instituições relacionadas ao patrimônio iniciam sua atuação em preservação a partir da década de 1950, como já tratado no item 1.2 desta dissertação.

Dessa forma, os fundos arquivísticos se constituem em patrimônio e, ao mesmo tempo, podem documentar os bens que os constituem ou os processos de preservação por que passam, num círculo virtuoso de agregação de informação e salva-guarda.

CAPÍTULO 3
ACERVOS ARQUIVÍSTICOS EM MUSEUS:
patrimônio a ser preservado

3. ACERVOS ARQUIVÍSTICOS EM MUSEUS: patrimônio a ser preservado

Museus e arquivos podem apresentar-se como instituições com finalidades distintas ou assemelhadas, dependendo do aspecto a ser observado. Ambos têm a preocupação de reunir, guardar, conhecer e dar acesso a materiais únicos em benefício dos usuários e públicos presentes e futuros. Podem adquirir ou recolher acervos, identificá-los e conhecê-los, mantê-los e conservá-los, visando dar-lhes acesso de distintas maneiras. Porém, o seu contexto de atuação, a forma como abordam e tratam tecnicamente seus acervos representam algumas de suas diferenças. Para Przybyla, “o pessoal de museus e arquivos trabalha segundo estruturas teóricas e práticas definidas por suas respectivas profissões, e têm sua formação a partir de suas próprias necessidades institucionais”¹⁰⁸ (2004, p. 3 – tradução da aluna) e, como nos recorda esta autora, apesar da “aparente simbiose, museus e arquivos desenvolveram-se em tipos diferentes de instituições, com histórias e disciplinas separadas”¹⁰⁹ (PRZYBYLA, 2004, p. 3 – tradução da aluna).

Entre suas diferenças e semelhanças, pode-se afirmar que as últimas são em maior número do que as primeiras, especialmente dentro do quadro cultural da sociedade contemporânea: quando o papel dos arquivos tem sido retomado sob as bases de uma política patrimonial.

As instituições da natureza dos museus produzem arquivos, devido às funções intrínsecas de colecionismo (coletar, estudar e conhecer e guardar objetos) e sua gestão, mas também por constituírem-se como uma entidade ou unidade organizacional, sendo-lhes inerente a geração de documentos. Esta produção de documentos é uma tarefa diferenciada da função de coletar, gerir, conservar e dar acesso ao seu acervo (como

¹⁰⁸ No original: “museum and archives employees work within theoretical and practical frameworks defined by their respective professions yet shaped by their own institutional needs”.

¹⁰⁹ No original: “yet in spite of this apparent symbiosis, museums and archives developed as two distinct types of institutions with separate histories and disciplines”.

finalidade primeira – missão – que lhe caracteriza como museu), embora lhe seja resultante e até complementar.

Assim, nos museus, objetos/acervos são intencionalmente (ou voluntariamente) reunidos por meio do processo de colecionamento, coleta ou aquisição que privilegia um assunto ou temas, período, indivíduo ou grupo social. Pomian (1994, p. 54), ao tratar do conceito de colecionismo, afirma que este tem o seu valor nos atributos estabelecidos em função do instinto de propriedade, do prazer sensorial e intelectual, no fato de conferir prestígio e testemunhar o gosto, a riqueza, o poder ao possuidor. O deslocamento do objeto de seu lugar de origem (contexto) para um novo espaço de representação (museu) implica num agregar de valores atribuídos, que fazem com que esses objetos sejam vistos como representantes de diferentes realidades, tangíveis ou intangíveis (GONÇALVES, 2007, p. 15). Como escreve Pomian (1994, p. 66), os objetos são os intermediários, participam do intercâmbio que une o mundo visível ao invisível. Esta convicção ao mesmo tempo lhe atribui um valor simbólico, que faz justificar sua acumulação e preservação. Neste sentido, os objetos de museus são uma representação material e simbólica de uma realidade que deve ser conhecida, reconhecida, preservada, etc., o que lhes caracteriza como patrimônio a ser preservado.

A ideia de representação, entretanto, perpassa o conceito de coleção e de patrimônio sob uma ótica diferenciada, sendo sua percepção mais restrita no primeiro do que no segundo termo (cf. BENJAMIN, 2006). Em sua trajetória de institucionalização, por exemplo, a coleção sofre um processo de ampliação de representatividade a partir do possuidor (do particular para o social). Porém, esta mesma transfiguração do individual para o coletivo, possibilitada pelo seu reconhecimento mais abrangente como patrimônio cultural, processa-se de diferentes formas e contextos. E para Gonçalves (2007, p. 16), o museu é um destes caminhos de ação.

Assim, como nos aponta Bruno, os museus têm por papel auxiliar no entendimento do:

perfil das sociedades que os produziram. De uma forma, ou de outra, a evidência material da cultura é um elemento de crucial importância para estas análises e os museus estão entre as principais instituições que guardam esses indicadores da dimensão cultural das sociedades (1996, p. 9)

Utilizando as afirmações de Wythe (2004, p. 9), e reconhecendo que embora haja diferentes tipos de museu por todo mundo, eles têm uma característica única: a

importância do objeto/coleção¹¹⁰. Este modelo, entretanto, refere-se aos museus ditos tradicionais, ainda que a autora inclua os parques zoológicos e jardins botânicos nesta categoria. Por tanto, nestes museus, os objetos¹¹¹ lhes dão razão de existência. Gonçalves chama a atenção para o fato que os objetos nestes espaços não estejam restritos apenas à função de suportes e instrumentos de representação de significados, mas sejam vividos como fatos, não como ficções (2007). Assim, os objetos cumprem “um papel ativo, ao imprimir realidade, materialidade e visibilidade a categorias abstratamente formuladas, como patrimônio, mediando o visível e o invisível” (POMIAN *apud* GONÇALVES, 2007, p. 100).

Os documentos de arquivo em um museu, por sua vez, são pensados primeiramente como resultantes de atividades administrativas, do exercício das inúmeras funções de produção de conhecimento, das ações e relações que se estabelecem entre os indivíduos e grupos internos e externos e com outras instituições: são, portanto, produtos do planejamento e do exercício da gestão de atividades e de funções realizadas pela instituição museológica. Auxiliam seus profissionais e equipe como evidência, memória e documentação de acontecimentos, ações, realizações, pesquisa, etc., refletindo a atuação e a trajetória institucional, isto é, traduzem uma realidade corporativa.

O arquivo, de forma distinta da acumulação da coleção, contém em si documentos reunidos dentro de um aspecto de organicidade¹¹², e responde à sistematização de informações por necessidades legais, comprobatórias, informativas e documentais. Neste sentido, o papel dos arquivos, é visto, basicamente, ligado ao processo burocrático, jurídico e informativo e, por concessão, relacionado à prerrogativa da História. Entretanto, ao se fazer esta afirmação, verifica-se uma perspectiva limitadora e restritiva, que vem sendo alterada (como apresentado no item 1.1 desta dissertação), desde a Revolução Francesa.

Para Tessitore, os arquivos são: “expressão material da atuação cotidiana de pessoas e entidades nos diferentes campos que se tornaram objeto de um repensar por

¹¹⁰ O conceito de coleção refere-se aquele resultante de uma atitude autônoma (intencional) de recolhimento, aquisição e reunião de documentos de inúmeras procedências, cujo fim é a constituição de um acervo homogêneo em uma temática, assunto ou interesse (POMIAN, 1994).

¹¹¹ Refere-se aqui a objetos não no sentido de sua dimensionalidade, mas, como define Mensch, “são objetos separados de seu contexto original (primário) e transferidos para uma nova realidade (o museu), a fim de documentar a realidade da qual foram separados. Um objeto de museu não é só um objeto em um museu. Ele é um objeto coletado (selecionado), classificado, conservado e documentado. Como tal, ele se torna fonte para a pesquisa ou elemento de uma exposição” (MENSCH, 1992, *apud* LOUREIRO, 2008, p. 104.). Assim, podemos dizer que é um elemento da cultura material, selecionado em função de uma representatividade específica, que se estabelece na relação do homem com a realidade, e entendido por meio de uma perspectiva do simbólico (GONÇALVES, 2007).

¹¹² Conforme o Dicionário de Terminologia Arquivística, é a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas (CAMARGO *et al.*, 1996, p. 57). Organicidade seria então a relação orgânica entre os documentos; sozinhos, fora do seu contexto, eles não informam todo o seu sentido.

parte dos mais variados segmentos sociais” (2002, p. 11). Este entendimento não é recente, mas atualmente se encontra cada dia mais enfatizado e valorizado como tal. Assim, ao reconhecer o arquivo como instrumento de representação de significados, capaz de imprimir realidade, materialidade e visibilidade aos contextos de sua criação (cf. GONÇALVES, 2007), pode-se compreender sua inclusão definitiva no rol ampliado pelo conceito de patrimônio cultural estabelecido no século XX.

Sob essa perspectiva, utiliza-se aqui uma abordagem de que ambas as entidades, Museu e Arquivo, são preservacionistas, tendo seu vínculo com o chamado patrimônio cultural nascido da potencialidade de construção de identidades; da ligação que efetivam entre o passado, o presente e o que será legado para o futuro; da relação com a memória e o passado; e da intermediação entre o homem e seu meio-ambiente e com outros homens (BRUNO, 1996, p. 18).

Do mesmo modo, pode-se considerar que essas ideias estão presentes nas reflexões trazidas por Hugues de Varine-Boham quando iniciou o debate, no âmbito internacional, sobre o entendimento do patrimônio cultural de modo mais abrangente no domínio da Museologia, especialmente pelas necessidades práticas de enfrentamento do tema nos países de terceiro mundo (LEMOS, 1987, p. 8; CURY, 2005, p. 63). No âmbito da Arquivologia, estas discussões entram no cenário na era contemporânea, especialmente a partir do movimento da Nova História e da mudança de paradigma no entendimento de documento, regatado em seu conceito por Suzanne Briet (1954).

Ao trazer para o universo do patrimônio o contexto das relações sociais que um conjunto de documentos pode estabelecer – como fonte de entendimento destas relações sobre diferentes perspectivas, de produção de conhecimento, informação e, especialmente, como produto cultural –, verifica-se a complementaridade que os arquivos exercem dentro dos museus.

3.1 – Os Arquivos dentro de Instituições Museológicas

Przybyla afirma que nos EUA “os arquivistas de museus olham para dezembro de 1979 como o verdadeiro início do movimento dos **arquivos de museus**”¹¹³ (2004, p. 4 – tradução da aluna). Foi neste momento que lá ocorreu a Conferência de Belmont, organizada por Arthur Breton, do Arquivo de Arte Americana (PRZYBYLA, 2004, p. 5). Este evento reuniu no Centro de Conferência do Smithsonian, em Maryland, vinte e dois arquivistas e bibliotecários de dezoito diferentes instituições de guarda de acervos dos

¹¹³ No original: “museum archivists generally look to December 1979 as the true starting point of the “museum archives movement”.

EUA e Canadá. É em função deste evento que o Conselho da Sociedade dos Arquivistas Americanos – SAA¹¹⁴ cria a ‘Força Tarefa de Arquivos de Museus’, em janeiro de 1981, cuja atuação buscou aproximação com a Associação Americana de Museus – AAM, para realização de iniciativas coordenadas junto aos arquivos de museus.

Conway (1987, p. 179) parece corroborar com Przybyla quando aponta que a década de 1980 parece ser o marco da profissionalização dos arquivistas de museus, posto identifica-se um grande aumento de arquivos institucionais em corporações e instituições museológicas.

Przybyla, entretanto, considera que é apenas nos anos 1990 que podemos afirmar que “os arquivistas de museu tiveram sucesso ao se organizar a si próprios dentro de um campo único – ainda que separado”¹¹⁵ (2004, p. 5 – tradução da aluna). Para justificar esta assertiva, a autora informa que foi a partir desta época que arquivistas e historiadores iniciaram os relatos sobre as melhorias que os novos arquivos de museu estavam promovendo nas suas instituições, quando da publicação dos primeiros artigos em periódicos especializados como o *Museum News*, *Curator*, *History News*. (PRZYBYLA, 2004, p. 5-6). Estes artigos eram relativos à informação sobre os acervos, ao processamento documental e à modernização das estruturas de gestão institucional.

Os benefícios referidos trouxeram um novo impulso às instituições museológicas, e não foram reflexo apenas do movimento dos arquivos, senão também decorrentes de novas posturas¹¹⁶ e propostas museológicas implementadas pelos museus entre as décadas de 1970 e início dos anos 1980. E não apenas isto. Com a ampliação das pesquisas em meados do século XX, o próprio Museu voltou a ser objeto de estudo de inúmeros campos do conhecimento, como a Antropologia e a História, entre outros.

Przybyla (2004, p. 3) afirma que os museus, apenas em décadas mais recentes, reconheceram a importância do arquivo produzido por suas atividades próprias de coleta, pesquisa e manutenção e da acessibilidade dos registros de suas instituições. É correto afirmar, entretanto, que a atividade de documentação e pesquisa sempre gerou certa quantidade de documentos, que foram de alguma forma processados, preservados e guardados. Entretanto, para Przybyla (2004, p. 4) os esforços dos museus para cuidar destes documentos (os produzidos por eles próprios no decorrer de suas atividades)

¹¹⁴ A SAA possui um grupo dedicado a Arquivo de Museus criado no evento de Belmont, constituído por profissionais de museus de arte, história, ciências e universidades, além de casas históricas, jardins botânicos e parques zoológicos.

¹¹⁵ No original: “museum archivists had successfully organized themselves into a unified – if still disparate”.

¹¹⁶ Que dizem respeito aos debates ocorridos no âmbito do ICOFOM, 1980, no México, e 1981, em Estocolmo, onde se discutiu Zbynek Z. Stránský e Annna Gregorová sobre o objeto de estudo da museologia, e quando Waldisa Russio aperfeiçoa sua definição de ‘fato museal’ (CURY, 2005, p. 48).

ocorrem apenas intermitentemente. Subliminarmente identifica-se que a autora infere que esta circunstância ocorra pelo desconhecimento, pela ausência de motivação institucional, ou pela ausência de profissionais especialistas em seus quadros.

Percebe-se que, no Brasil, a situação identificada acima por Przybyla (2004) permanece nebulosa em muitas instituições museológicas, especialmente, naquelas onde os arquivos são constituídos a partir do tratamento, gestão e exposição das coleções oriundas da pesquisa científica e documentadas a partir deles. Nestes conjuntos documentais diferem os processamentos técnicos, reunidos sob a guarda do setor de origem, dos outros, que são identificados como de caráter meramente administrativo e, portanto, encaminhados para guarda ou depósito da administração institucional ou central. Do mesmo modo, tal circunstância se verifica nos museus onde o caráter de custodiador de arquivos está presente e onde se confunde um arquivo com uma coleção de documentos. Nestes casos, quase sempre, se perde o elemento integrador e informativo dos contextos, alcançados por meio da organicidade que foi perdida. Este tema será discutido em mais detalhes, no sub-item 3.1 desta dissertação.

Przybyla (2004, p. 7) ainda chama atenção para o fato de que as novas tecnologias de informação vieram também para alterar a motivação de constituir arquivos de museus estruturados e organizados; isto porque estes novos sistemas produzem uma necessidade de padronização e integração das informações institucionais, na medida em que possibilitam uma interação dos objetos com a informação ‘depositada’ nos arquivos. E, sob esta nova perspectiva, a autora diz poder haver uma aproximação da informação histórica encontrada no arquivo institucional com os objetos do museu, visto que os sítios de web institucionais favorecem¹¹⁷ uma reflexão sobre a necessidade de unificação terminológica e, por meio destes busca-se prover novas formas de acesso aos acervos mantidos em locais física e tipologicamente distintos (PRZYBYLA, 2004, p. 7), mas que, todavia, são complementares.

Por seu lado, Wythe (2004, p. 9) reflete que é inegável a habilidade dos arquivos de museus de “prover informação contextual e interpretativa para sua própria coleção”. Entretanto, muitos museus vão além da sua própria biografia, especialmente quando reúnem documentos de outras procedências. Neste sentido, Wythe descreve o relato de Peter C. Marzio, então diretor do Museu de Belas Artes de Houston – MFAH, quando

¹¹⁷ Considerando esta afirmação de aparente otimismo, o que temos observado é um caminhar distinto das instituições na resolução dos problemas advindos da situação colocada: alguns museus lutam por uma integração de suas bases de dados de acervos, com a definição de vocabulários controlados e sistemas comuns de acesso, e outros iniciaram ação em sentido oposto, com o estabelecimento de bases de dados distintas, seguindo cada um as definições específicas de suas áreas. Estas colocações, embora instigantes e importantes no âmbito da relação arquivo-museu, escapam ao escopo desta dissertação.

este afirma que seus “arquivos transcendem a história do próprio museu, pois falam da emergência de Houston como um centro artístico e cultural e de desenvolvimento na arte e arquitetura em geral”¹¹⁸ (WYTHE, 2004, p. xi – tradução da aluna). Esta condição parece ser alcançável quando observamos que as muitas atividades empreendidas pelos museus, nas localidades da qual fazem parte e em função das missões que estabelecem, promovem a produção e reunião de acervos arquivísticos e bibliográficos que vão além de suas coleções museológicas, especialmente quando estes incrementam seu papel institucional e são capazes de ampliar as dimensões do próprio acervo museológico constituído. No caso do MFAH, por exemplo, a autora afirma que os inúmeros acervos que ele mantém, dentre os quais se encontram: arquivos de arquitetos, historiadores de arte, filantropos e artistas, ajudam a potencializar suas coleções e o papel que a instituição exerce no seu entorno, cidade e país (WYTHE, 2004, p. xi).

Então, como pensar os arquivos de museus? Qual é a relação que ali se estabelece com o patrimônio? Ao tentar responder estas questões, buscou-se refletir sobre qual a função dos arquivos de museus e como eles se constituem dentro destas organizações. Para isso, importa diferir os tipos de arquivo que nos museus podemos encontrar.

Para Carlin¹¹⁹ (1999, p.46), os arquivos de museus contêm documentos de três tipos: 1) documentos que formam parte de suas coleções, incluindo itens como mapas, fotografias e materiais audiovisuais; 2) material arquivístico relativo às suas coleções, (fichas de registro dos objetos das coleções, informações sobre aquisição, entre outros); e 3) os próprios arquivos institucionais. Tessitore (2002) faz uma abordagem diferenciada, sob a perspectiva de propriedade: o arquivo institucional e os arquivos de custódia. Esta separação não é unânime, posto que a custódia¹²⁰ refere-se ao lugar ou ato de proteção e guarda de alguma coisa.

Entretanto, será utilizada a distinção descrita por Tessitore (2002), para uso como suporte teórico desta dissertação, considerando o conceito do recolhimento¹²¹ como diferencial e ação inerente à constituição do arquivo institucional. No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a noção de custódia fica mais clara quando se

¹¹⁸ No original: “transcends the museum’s history to chronicle both emergence of Houston as an artistic and cultural center and developments in the art and architectural communities-at-large”.

¹¹⁹ John W. Carlin, “Your Past is Disappearing: What Museums Should Know about the 20th-Century Archives Crisis”. *Museum News* 78, no. 1 (1999): 46-49.

¹²⁰ Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, o termo refere-se à responsabilidade jurídica, temporária ou definitiva, de guarda e proteção de documentos do qual se tem a propriedade (CAMARGO *et al.*, 1996, p. 21).

¹²¹ O termo define o processo de passagem do documento do arquivo intermediário para o arquivo permanente (CAMARGO *et al.*, 1996, p. 64). Neste sentido, o recolhimento é uma etapa a ser realizada no processamento técnico arquivístico em função da identificação do valor de um documento, que obriga sua guarda, isto é, seu recolhimento, ao arquivo permanente.

distingue entidade produtora e entidade custodiadora. Assim, foi denominado de arquivo institucional, aquele constituído pelo conjunto de documentos gerados e recebidos por uma entidade produtora, em decorrência de suas atividades e funções; e de arquivos custodiados aqueles fundos ou arquivos originados de outrem, que são adquiridos ou custodiados por uma entidade, não sendo necessariamente por ela originados (ARQUIVO, 2005, p. 84).

Há escassos estudos sobre arquivos em museus no Brasil, e a maioria deles é recente (últimos 10 anos). Entretanto, pode-se afirmar que, através da leitura de trabalhos relativos aos arquivos de ciência e tecnologia em museus, como os de Santos; Estevão (2003), Romeiro (2003), Lisboa (2006), Borges (2008), Maciel; Borges (2009), Lisboa; Panisset (2009), a trajetória de constituição destas unidades ou serviços foi bastante distinta, envolvendo experiências muito individualizadas.

O tema arquivo é pouco explorado mesmo nos museus de arte e históricos (WYTHE, 2004; 2010; CAMARGO, 2010). Talvez, como afirma Przybyla (2004), o foco interior de interesse das próprias disciplinas e dos profissionais tenha favorecido e ainda mantenha este afastamento. Entretanto, acredita-se que haja perdas para ambos os campos, especialmente hoje quando, cada dia mais, se verifica os benefícios do trabalho interdisciplinar¹²² e que as produções teóricas tendem a reforçar este isolamento com a criação de cursos de pós-graduação restritos. Por fim, o panorama identificado aponta que, apesar das iniciativas de museus e de profissionais responsáveis por coleções em museus – como bibliotecários, historiadores e museólogos – a ausência de arquivistas e a composição de equipes de não profissionais nesta área ainda são algumas das razões para que não se tenham debates e trabalhos sistemáticos, cujo foco seja os arquivos de e em museus.

Para efeito dos estudos desenvolvidos nesta dissertação, propõe-se utilizar o conceito de **arquivo de museus** para o conjunto de documentos resultantes da produção e recolhimento de documentos oriundos das atividades realizadas pela própria instituição e que refletem as ações de aquisição ou coleta, pesquisa, exposição, administração, disseminação, capacitação realizadas para o funcionamento do museu. Do mesmo modo, estamos utilizando o conceito de **arquivo em museus**, relacionando-o aos arquivos ou fundos adquiridos pela instituição no âmbito de sua missão de formação de coleções e

¹²² Vale ressaltar que ao observarmos o movimento de ampliação fornecido pela perspectiva de trabalho interdisciplinar e multidisciplinar em muitos campos do conhecimento, temos dificuldade em compreender a ausência de trabalhos em conjunto nestas áreas, e a resistência e o reforço nos marcos territoriais de algumas disciplinas. A nosso ver, uma mudança nesta situação irá possibilitar que os campos de conhecimento envolvidos nos estudos ampliem não só o conhecimento sobre outra área, mas aperfeiçoem e desenvolvam trabalhos com maior qualidade científica e acadêmica. Ao tratar de patrimônio arquivístico, no âmbito de um Mestrado em Museologia, esta aluna espera estar cumprindo parte deste desejo de mudança.

complementação de conjuntos documentais, que servirão de fonte de pesquisa, tendo como objetivo o cumprimento da missão institucional.

3.1.1 – Caracterizando os Arquivos “de” Museus

Segundo Tessitore, arquivos institucionais são aqueles decorrentes da reunião de documentos de qualquer natureza ou suporte, desde que produzidos e acumulados organicamente no exercício das funções desempenhadas por pessoas ou instituições, tendo, portanto, uma única procedência (2002, p. 6). Estes arquivos são os que se refere Przybyla (2004) e Carlin (1999) ao identificá-los como decorrentes das atividades inerentes às funções do museu, no sentido que são produzidos pelas distintas unidades técnico-administrativas e de pesquisa da instituição.

É importante refletir sobre as funções dos museus e de que maneira isto influencia na configuração dos seus arquivos. Para Camargo (2010, p. 24): “os museus acumulam documentos que escapam à padronização característica dos subprodutos de determinadas rotinas praticadas por seus agentes ou pelas instituições e pessoas com as quais mantêm relações formais”. Tendo em vista o universo amplo de caracterização que os museus assumem, traça-se aqui uma abordagem considerando o museu tradicional. Para tanto, foi utilizado como referência¹²³ o texto *The Museum Context* de Deborah Wythe (2004).

A autora trata da função curatorial (pesquisa) como aquela que irá ser o reflexo da seleção, aquisição ou coleta de objetos e do cuidado mais geral de responsabilidade intelectual sobre o acervo (WYTHE, 2004). No exercício da função curatorial¹²⁴, a produção de documentos irá ser o escopo: da instituição (enquanto instituição científica); da compreensão do acervo e de sua interpretação e comunicação.

Basicamente a função curatorial se estabelece nas atividades de pesquisa e compreensão do acervo, sejam elas de caráter museológico, historiográfico, antropológico, linguístico, educativo, expositivo, etc. e têm seu caráter técnico na gestão do acervo. Estas atividades geram informações num movimento para dentro e para fora do museu, cujos produtos são documentos relativos às coleções e à atividade finalística do museu, e que, em última instância, compõe o acervo arquivístico institucional.

¹²³ Há um texto Johanna Smit (2008) elaborado para uma conferência onde o tema do arquivamento e a distinção de documentos de arquivo são explorados, porém como se direcionava aos arquivos universitários e de instituições de pesquisa acadêmica, não foi aqui utilizado nesta caracterização. Entretanto, ao tratar de arquivo de custódia, utilizaremos algumas de suas ideias para reflexão.

¹²⁴ Barbuy aponta que a curadoria de acervos trabalha em frentes como a pesquisa, coleta de acervos e documentação museológica; a conservação; a museografia e expografia; e a ação educativa e cultural (2008, p. 43). Neste sentido, optou-se por fazer uma aproximação do termo apenas pela nomenclatura ‘pesquisa’.

Granato e Santos (2008), ao longo do capítulo de livro totalmente dedicado à curadoria de acervos, apresentam opiniões formuladas por diversos autores sobre o papel do curador e da curadoria de acervos em museus. Embasados por essas reflexões, procuram problematizar o conceito de curadoria de acervos museológicos, por um lado referindo-se apenas ao gerenciamento de coleções ou incluindo a existência de outros sentidos para o conceito. Concluem que:

o tema está longe de ser esgotado e co-existem desde visões que focam a curadoria de acervos no gerenciamento de coleções, até propostas mais inovadoras que entendem essa curadoria como um processo que perpassa todas as atividades do museu (GRANATO; SANTOS, 2008)

A função de gestão dos acervos também possui um viés de atividade administrativa e técnica. Neste sentido, o conjunto de documentos gerados nas ações, procedimentos e operações técnicas junto aos acervos faz parte do sistema de controle, avaliação e administração arquivística. Esta função envolve, especialmente, as atividades de identificação, controle, avaliação, guarda e acesso aos documentos sobre acervo, incluindo aquelas cujos documentos são relativos aos processos de aquisição e conservação. Entretanto, estes documentos se mantêm sob o domínio dos responsáveis pela coleção museológica, devido à estreita relação que estabelecem com os objetos e seu uso corrente. Assim, apesar do processamento técnico documental dos objetos/coleção ser um tratamento museológico, os documentos gerados constituem-se acervos arquivísticos da instituição.

Documentação museológica, segundo Ferrez é:

o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação da informação capaz de transformar, [...], as coleções dos museus de fonte de informação em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão do conhecimento (1994, p. 1).

Sob outra perspectiva, a documentação museológica é um procedimento que diz respeito ao conhecimento e entendimento do objeto e do seu estado de conservação, entre outras finalidades. Estes dossiês sobre o objeto, entretanto, podem ser considerados constituintes dos acervos institucionais e compoem o conjunto arquivístico desta instituição, visto que retratam atividades executivas e ações para o funcionamento do órgão. Ainda que os objetos sejam alienados, perdidos, emprestados ou danificados, esta documentação constitui prova e testemunho de sua existência e trajetória. Neste sentido, formam parte da coleção e da instituição, tendo em cada um destes *lôcus*, aspectos distintos a serem considerados.

Os profissionais da Museologia costumam conceituar documentação museológica como “a organização da informação sobre os acervos de museus, como base para todos os demais trabalhos institucionais, bem como para tornar a informação acessível a pesquisadores e público externo” (BARBUY, 2008, p. 35) e, esta afirmação pressupõe caracterizar estes documentos numa “zona de penumbra”, conforme apresentam os trabalhos de Camargo e Goulart (2007).

No âmbito da gestão de acervos, podem ser incluídas as atividades desenvolvidas pelo arquivo e pela biblioteca dos museus como atividades de suporte ou registro tanto da trajetória quanto da missão institucional, respectivamente. Neste sentido, estas unidades, de um lado, produzem e recebem documentos no decorrer de suas atividades, que irão tornar-se parte do arquivo institucional e, de outra parte, podem funcionar como unidades colecionadoras e custodiadoras de acervos, como será apresentado no sub-item 3.1.2, desta dissertação.

A função de comunicação das coleções também é produtora de inúmeros documentos administrativos e técnicos, que resultam das ações de interpretação e de divulgação dos acervos e das relações estabelecidas entre a instituição e o público. Neste sentido, os documentos ali produzidos e recebidos articulam, por exemplo, as ações de exposição às de gestão e curadoria; os programas educativos e de divulgação à gestão e serviços administrativos, refletindo, assim, as ações da entidade, cujos produtos resultam em um conjunto de documentos que constituem o arquivo institucional.

Por fim, há os documentos produzidos no exercício da gestão institucional ou gerência do museu propriamente dita; aqueles que são resultantes das funções organizacionais de direção e relativas às responsabilidades fiscais, legais, financeiras e de serviços gerais. Estas funções constituem as engrenagens da instituição para que possa funcionar e alcançar seus objetivos e metas e a visibilidade das atividades fins. Os documentos daí resultantes são os mais facilmente identificados como constituintes do arquivo de museu.

Ao se passar em revista por todas estas atividades, é possível estabelecer uma noção do que aqui está sendo definindo como arquivos “de” museus: são aqueles constituídos por documentos gerados no exercício das atividades realizadas cotidianamente em todas as suas unidades técnicas, administrativas e de pesquisa, compreendendo o que pode ser chamado de arquivo institucional, visto que é o acervo decorrente da produção sistemática e orgânica interna e da recepção externa de documentos, sendo reflexo das ações da entidade museológica.

Com as novas abordagens trazidas pelos novos movimentos historiográficos assumidos também por outras disciplinas, esses arquivos passam a fazer parte do rol de pesquisa não só da Museologia, mas também da História, da Antropologia e demais Ciências Sociais e das especialidades na qual o museu trabalha.

3.1.2 – Caracterizando os Arquivos “em” Museu

Segundo Tessitore, arquivo custodiado é aquele intencional ou voluntariamente adquirido ou recebido por uma entidade arquivística, mas que tem sua procedência/origem em um indivíduo ou instituição outra, que o produziu e reuniu em decorrência do exercício de suas funções e atividades (2002, p. 6). Ampliando a noção apresentada em páginas anteriores, observa-se que a custódia também pode ser definida como uma responsabilidade jurídica de guarda e proteção, utilizada pelos arquivos para aquisição legal de acervos de interesse institucional (ARQUIVO, 2005, p. 62).

Geralmente esta categoria de arquivo (arquivo de custódia) é consequência de uma política de aquisição exercida pela entidade custodiadora, com os objetivos de:

- reunir conjuntos documentais complementares às suas atividades;
- proceder às ações de proteção de conjuntos documentais passíveis de perdas ou destruição; ou
- exercer o papel finalístico da instituição que os adquiri, seja por previsão em legislação ou para uma função socialmente reconhecida.

Nestes tipos de aquisição é muito comum haver mais de um arquivo custodiado, isto é, existirem, no âmbito da instituição, conjuntos de arquivos ou fundos documentais de inúmeras procedências, para além do arquivo da própria entidade.

De certo modo, pode-se afirmar que as políticas de aquisição institucional que se apresentam desta maneira podem ser pensadas como formadoras de uma “coleção” de arquivos. Conforme afirma Tessitore, estes arquivos são “conjuntos de documentos reunidos, de forma artificial, em torno de um tema, função, entidade ou pessoa” (2002, p. 11). Smit informa que o cientista/pesquisador/docente

é um produtor muito diferenciado, pois produtor de muitos documentos determinados pelo seu trabalho intelectual e não por procedimentos rotineiros, razão pela qual ele confunde frequentemente o público com o privado, ao considerar ‘particulares’ documentos produzidos no exercício de sua função acadêmica ou de pesquisa (2009, p. 19).

Por estas e outras razões, os arquivos e museus almejam adquirir conjuntos documentais e coleções pessoais, cuja finalidade é dar maior abrangência, reunir maior conteúdo e possibilitar múltiplas abordagens aos acervos.

Tessitore ainda aponta que:

a aquisição de arquivos pertinentes à sua área de especialização tem sido uma tendência enfatizada pelos museus e centros [de documentação]. Essa tendência se justifica pelo fato de os arquivos serem a expressão material da atuação cotidiana de pessoas e entidades nos diferentes campos que se tornaram objeto de um repensar por parte dos mais variados segmentos sociais (2002, p. 10).

Neste sentido, a instituição museológica possui peculiaridade comum aos arquivos de custódia, isto é, de reunião de documentos¹²⁵, informações, que auxiliem a compreensão e interpretação dos seus acervos e dos contextos nos quais estes foram criados, de modo a servir seus usuários ou público por meio da possibilidade de múltiplas abordagens.

Tessitore, em seu texto, ainda ratifica ou reconhece que é fato comum às instituições científicas do tipo museu terem seu arquivo institucional ao lado de outros adquiridos por compra ou doação, o que sugere, para a autora, o “aproveitamento dos recursos materiais e humanos que estes centros já possuem e a sua preparação para o atendimento ao público, quer interno, quer externo” (TESSITORE, 2002, p. 10).

Assim, verifica-se que os arquivos em museus são resultantes das iniciativas de reunião de arquivos e fundos documentais, relacionados com as atividades e a missão regimental da entidade, adquiridos com o objetivo de promover o cumprimento de sua função museológica. No exercício desta custódia, geralmente o museu implementa um serviço ou uma unidade administrativa que abriga estas “coleções”. Não é incomum, entretanto, que tais unidades sejam responsáveis pela gestão do arquivo institucional, ou, em oposição, estejam subordinadas a área de gestão do acervo museológico, tendo uma separação clara do arquivo institucional.

Em um museu, é possível afirmar que força da unidade de arquivo, enquanto entidade administrativa responsável pela guarda, controle e utilização dos arquivos, deve residir em realizar o seu duplo papel: o de arquivo institucional e de arquivo custodiador. Neste sentido, o papel exercido por esta unidade gestora pode influenciar não só a estrutura na qual se subordina, como as funções que apresenta institucionalmente.

¹²⁵ Retoma-se aqui o conceito de documento ampliado por Briet: qualquer traço concreto ou simbólico preservado ou registrado com o propósito de representar, construir ou comprovar um fenômeno físico ou intelectual (BRIET, 1951 *apud* PINHEIRO, 2008, p. 84). Smit complementa que a “evidência ocupa uma parte importante do texto de Briet” (PINHEIRO, 2008, p. 13).

3.2 – O Museu de Astronomia e Ciências Afins e os Seus Arquivos

O MAST é hoje (2013) uma instituição científica e tecnológica, subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI como unidade de pesquisa¹²⁶, cuja missão é ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos, divulgação e história da ciência e da tecnologia no Brasil¹²⁷.

No Brasil, segundo Andrade (2007, p. 11), a mesma mobilização ocorrida no campo da história política, na década de 1970, ocorreu no campo da história da ciência, objetivando a criação de centros de documentação e pesquisa. Foi neste período que efervesceu o movimento também de criação de

instituições com infra-estrutura adequada para a preservação de acervos de cientistas, engenheiros e instituições científicas, [e] acentuou-se naquele período a preocupação com o destino das coleções de instrumentos científicos que não eram mais utilizados no desenvolvimentos de pesquisas (ANDRADE, 2007, p. 11).

Para Cazelli, esta inquietação achou “apoio no movimento de conscientização da necessidade de preservar a memória científica, que acabou materializado na criação do Núcleo de História Social da Ciência e da Técnica no Brasil, na Universidade de São Paulo” (1992, p. 63-64). No caso particular de antecedentes para a criação do MAST, o movimento da “pesquisa na área de história da ciência no Brasil, que dava sinais e apontava o estado de abandono em que se encontrava o acervo histórico de nossa cultura científica” (CAZELLI, 1992, p. 63) vem ao encontro da preocupação do pesquisador Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, referido a partir de agora como Ronaldo Mourão, quanto à preservação, manutenção e ordenação do acervo instrumental do Observatório Nacional – ON. A autora conclui, então, que:

a institucionalização da história da ciência criava um contexto fora do ON não só de denúncias da condição e da dispersão do acervo histórico da cultura científica brasileira, mas fundamentalmente, de possibilidades de pesquisa sobre as instituições científicas brasileiras e, também, sobre os estudos históricos e filosóficos do processo de desenvolvimento científico (CAZELLI, 1992, p. 63/64).

Assim, o MAST surge num momento em que uma parcela de intelectuais, historiadores e cientistas estava preocupada com a preservação do legado de ciência e

¹²⁶ Regimento Interno do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Portaria MCT nº 640, de 27 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.mast.br/pdf/regimento_interno_do_mast_portaria_640.pdf . Acesso em 25 de novembro de 2012.

¹²⁷ MUSEU de Astronomia e Ciências Afins. Plano Diretor, 2011-2015: planejamento estratégico do MAST. Rio de Janeiro: 2010. 25p.

tecnologia brasileiros, e que emergia um movimento museológico que trouxe transformações nas práticas de comunicação e educativas deste campo, e na abordagem dos acervos e espaços expositivos, fundamentou as ações e cunhou o perfil institucional em suas origens.

3.2.1 – Antecedentes e Constituição do Acervo

As origens do MAST partem dos programas de trabalho e projetos desenvolvidos pelo pesquisador Ronaldo Mourão junto a dois outros pesquisadores em história da ciência (João Carlos Vitor Garcia e José Carlos de Oliveira) recém-chegados ao ON para integrar o Grupo Memória da Astronomia – GMA (CAZELLI, 1992). Este grupo, criado em 1982 pela OI 04/82 do ON, de 24 de fevereiro de 1982¹²⁸, teve uma ação ampliada não só de preservação do legado do ON, da astronomia e ciências afins, mas também atuação na divulgação da Astronomia e da ação do ON para o público em geral.

Para Lisboa, a criação do MAST foi

resultado da mobilização para preservar os vestígios de C&T, de forma a permitir pesquisas em história da ciência e da técnica, a fim de disseminar e popularizar a ciência, objetivando o despertar da curiosidade científica e a redução do distanciamento entre o cientista e o leigo” (2012, p. 26).

Coube ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por sugestão de uma mesa-redonda¹²⁹ organizada pelos pesquisadores do GMA do ON, em agosto de 1982, a iniciativa de transformar este grupo de trabalho no *Projeto Memória da Astronomia no Brasil e Ciências Afins* – PMAC (com existência ainda no âmbito do ON), cuja meta era produzir as bases para a criação de um museu de ciência (CAZELLI, 1992, p. 74). Registra-se, neste mesmo ano, a doação pelo filho César Gama do arquivo pessoal de Lélío Gama¹³⁰, sendo este o primeiro acervo particular entregue aos cuidados do GMA.

¹²⁸ Conforme consta no Plano Diretor MAST, 1986. MCT/CNPq, 24p, fotocópia. Arquivo MAST, caixa MAST/DIR 1986-1999 [ainda não codificada].

¹²⁹ Este evento propunha-se a discutir sobre o perfil e a criação para um novo modelo de museu de ciência no Brasil. Foi importante pelas discussões que trouxe no âmbito da concepção de museu que se desejava criar, bem como pelos desmembramentos que resultaram na criação do MAST (cf. Andrade, 2009 e Cazelli, 1992).

¹³⁰ Lélío Itapuambyra Gama formou-se engenheiro geógrafo e civil, e entre os anos de 1917 e 1919 foi calculador interino do ON, tendo sido designado para o acompanhamento da expedição científica de observação do eclipse do Sol, em Sobral em 1919. Em 1937, foi nomeado astrônomo do ON, onde se tornou diretor, entre os anos de 1951 e 1960, tendo ainda acumulado o cargo de diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, nos anos de 1952 a 1965. Atuou como membro em inúmeras comissões científicas e conselhos, recebendo, entre outros, os Prêmios Einstein (1955) e Murnaghan (1970) da Academia Brasileira de Ciências. Faleceu em 21 de julho de 1981. A doação do acervo de Lélío Gama teve sua formalização por meio do Processo MAST n. 003/95 (Arquivo MAST, dossiê de aquisição – Lélío Gama).

No que se refere às ações a serem empreendidas com a criação do museu, a proposta de criação estabelece a preservação e divulgação do acervo de instrumentos científicos, documentos e iconografias pertencentes à história da cultura científica brasileira, bem como arquivos de eventos contemporâneos, incluindo “neste objetivo o recolhimento e tratamento de arquivos pessoais de cientistas e administradores da política científica governamental e o registro de seus depoimentos orais” (Fonte: MUSEU, 1983, p. 3). Lisboa afirma que esta proposta contemplava:

a preservação de um tipo de fonte que ainda não estava em disputa nos meios acadêmicos dos anos 1980, ou seja: os documentos contemporâneos que tratam da história do tempo presente de instituições de pesquisa, bem como de arquivos de cientistas envolvidos nos processos de consolidação da ciência e da tecnologia no Brasil (LISBOA, 2012, p. 28).

Cazelli (1992) ao fazer um relato detalhado da criação do MAST, afirma que o GMA e, posteriormente, o PMAC tiveram um trabalho cotidiano muito árduo até chegar a concretizar a criação de um museu. A autora também aponta que o perfil de museu que se idealizava era distinto de um museu apenas expositivo de objetos históricos, e reforça esta idéia ao afirmar que, no documento-base intitulado Museu de Ciência: proposta de criação,

é nítida a intenção de preencher uma lacuna da cultura brasileira, deixada pela não existência de espaços próprios para a conservação, pesquisa histórica, divulgação e reflexão crítica da produção científica. Além disto, fica claro que o CNPq deve ser o órgão concretizador dessa antiga aspiração da comunidade científica (CAZELLI, 1992, p. 75).

Em 04 de dezembro de 1984, o PMAC ganha o *status* de coordenação pela RE 142/84 do CNPq¹³¹, sob o nome de *Núcleo de Pesquisa em História da Ciência – NHC* e passa a ser subordinado diretamente à presidência do CNPq (ANDRADE, 2007, p. 13) como unidade técnico-administrativa; ao mesmo tempo em que “tramita o pedido de tombamento do patrimônio histórico oriundo do ON por um elenco de personalidades da época” (GRANATO, 2010, p.8). Para Andrade, a criação do MAST, em março de 1985, ocorre

em momento singular da história dos museus e centros de ciência. Ao lado do crescente aumento do número de instituições voltadas para a divulgação da ciência e da tecnologia em diversos países, naquele período era imperioso renovar a concepção museológica e a proposta pedagógica para atender as demandas da sociedade (2007, p. 14).

¹³¹ Conforme consta no Plano Diretor MAST, 1986. MCT/CNPq, 24p, fotocópia. Arquivo MAST, caixa MAST/DIR 1986-1999, [ainda não codificada].

Esta vanguarda foi claramente caracterizada pelo perfil dos profissionais que se inseriram neste Núcleo, pelo aporte estratégico dado pelo contexto social e museológico, bem como pelas atitudes de valorização patrimonial governamentais de ações abrangedoras e preservacionistas na década de 1980 (como o incremento da abertura de museus, as políticas ampliadas de proteção do SPHAN, a criação do Pró-Memória, entre outros citados no Capítulo 1 desta dissertação). Assim, ao mudar o foco da abordagem estática, de perspectiva histórica (cronológico-evolutiva) e dos grandes vultos e feitos, para a perspectiva do “fazer ciência” como parte do cotidiano, os novos museus de ciência também almejavam trazer referências do “contexto político, social e/ou econômico da construção e utilização dos objetos exibidos” (ANDRADE, 2007, p. 15). Neste sentido, a autora escreve:

o fenômeno da criação dos museus e centros de ciência observado nos últimos trinta anos, bem como a remodelação de antigos museus de ciência e da técnica, não se limitou a países da Europa, América do Norte e Ásia. Também ocorreu naqueles que se encontravam em patamar de desenvolvimento técnico-científico um pouco inferior. A divulgação do conhecimento científico, dos processos e artefatos tecnológicos passou a ser considerada de fundamental importância para ampliar o acesso dos cidadãos à cultura, complementar o ensino formal e dar continuidade ao processo educacional (ANDRADE, 2007, p. 14).

Retomando um pouco à sua origem, verifica-se que o MAST foi criado inicialmente no âmbito do NHC, pela RE-030/85 do CNPq¹³², posto que no documento é citado que um dos seus objetivos era a criação de um Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Nas considerações para aprovação da referida orientação executiva é argumentada:

a necessidade de preencher uma lacuna existente no País, no campo da Museologia, propiciando o desenvolvimento de temas, visando a popularização do conhecimento científico, o estímulo de vocações para a pesquisa e a inserção do cidadão brasileiro na cultura do seu tempo (CNPq, RE 030/85, p. 1)

O NHC foi instituído fora da subordinação do ON, favorecendo a ampliação de visibilidade das ações desta unidade, que foram implementadas com as concepções de um museu de vanguarda “não apenas para a preservação e a pesquisa histórica, mas também para servir como instrumento de formação dotado de recursos pedagógicos” (CAZELLI, 1992, p. 74). Entretanto, esta autonomia institucional não foi realizada de forma tranquila. Segundo Cazelli (1992, p. 77 a 81), apesar quadro político-cultural e

¹³² Conforme Resolução Executiva 030 de 08 de março de 1985 do CNPq. 3f. datilografada. Arquivo MAST, caixa de Regimentos internos, localizada na Secretaria da Direção do MAST, [ainda não codificada].

momento ser favorável, a cessão do prédio-sede e de parte do patrimônio do ON e os protocolos de entendimento para funcionamento das duas instituições no mesmo campus não foram consensuais. Além do prédio-sede e algumas edificações de observação do céu, foram colocados sob a responsabilidade do NHC um acervo de instrumentos científicos históricos, o acervo pessoal de Lélío Gama e outros arquivos de caráter histórico, como os do CNPq (que ficou no Rio de Janeiro, quando este órgão foi para Brasília) e do próprio ON.

No organograma regulamentado¹³³ em 1984 para a criação do NHC, o Museu de Astronomia e Ciências Afins utilizava como sigla MAC e estava subordinado ao NHC. De outra parte, pode-se observar que havia uma unidade de Documentação, responsável pela identificação e pelo inventário dos acervos a serem custodiados. O NHC deveria incumbir-se da criação do museu e dar prosseguimento ao processo de tombamento do acervo histórico e científico do ON, e aquele, que não sendo de sua propriedade, se encontrava na instituição (LISBOA; PANISSET, 2009, p. 149). Consta ainda do documento que este núcleo teria a tarefa de “recolher, tratar e organizar arquivos privados e coleções bibliográficas de cientistas, instituições e autoridades responsáveis pela política científica governamental, sempre que relevantes para sua área de atuação” (CNPq, RE 030/85, p. 2). Neste sentido, desde sua criação, pressupunha-se que o Museu assumiria um papel de custodiador de acervos arquivísticos.

Em 1986, uma nova configuração de organograma é estabelecida pela RN-007/86 do CNPq¹³⁴. O NHC modifica-se para MAST, ao qual foram subordinadas duas coordenações: de Pesquisa e Documentação – CPD e de Museologia e Difusão – CMD, e uma Divisão de Suporte Administrativo – DAS, além de um Conselho Técnico-Científico. Nesta estrutura verificam-se as afinidades que se estabeleceram inicialmente com a Museologia e com o Arquivo: a primeira voltando-se ao acervo arquitetônico e de instrumentos e espaços de observação do céu e de visitação, junto às atividades educativas e de dinamização voltadas ao público em geral; e a segunda, articulando a pesquisa em História da Ciência e ao tratamento documental de acervos arquivísticos e bibliográficos, voltados à pesquisa junto a um público mais especializado.

Corroborando para as assertivas acima, são apresentadas algumas afirmações de caráter geral feitas por Brenni sobre acervos de instrumentos científicos históricos:

¹³³ Conforme consta da Resolução Executiva 142, de 04 de dezembro de 1984. CNPq, Brasília. 2f., datilografadas. Arquivo MAST, [caixa código 006.01.004].

¹³⁴ Conforme consta da Resolução Normativa 007 do CNPq, de 22 de maio de 1986. Brasília, 1f. datilografada. Arquivo MAST [caixa Histórico MAST, não codificada].

- a) [de que] “parte do patrimônio instrumental¹³⁵, apesar de ser extremamente valiosa, não só era desconsiderada como, no início dos anos 1980, estava praticamente toda ela abandonada nos depósitos dos museus, nos porões ou nos sótãos de escolas, universidades e observatórios astronômicos. Pouco ou nada se sabia sobre a história dos instrumentos” (2007, p 163);
- b) “exceto para poucos, embora com importantes exceções, esta história não era uma das prioridades dos historiadores da ciência, cujas pesquisas se concentravam, basicamente, na História das Ideias e das teorias científicas” (2007, p. 163).

Esta perspectiva sobre os objetos científicos, portanto, é muito mais recente, e foi iniciada no MAST apenas em meados dos anos 1990 e não igualmente desenvolvida pelas áreas do Museu, mas mais restrita ao grupo de profissionais ligado à documentação das coleções museológicas.

No que se refere à Coordenação de Pesquisa e Documentação, é importante ressaltar que esta unidade reuniu uma equipe de bibliotecários, historiadores e arquivistas, o que lhe conferiu atividades distintas da ‘documentação’ dos objetos do museu, sendo, pois, realizada no sentido atribuído pela Biblioteconomia ou Ciência da Informação¹³⁶. Uma das ações da CPD foi a de instituir também uma biblioteca, cuja função foi adquirir coleções especiais e publicações na área de História da Ciência, da Museologia e da Divulgação e Educação em Ciências, para apoio à pesquisa e às atividades técnicas do museu.

Especialmente porque foi deixado em custódia do MAST um grande conjunto de documentos textuais, impressos, cartográficos e iconográficos e audiovisuais, isto é, documentação a ser preservado, esta coordenação, antes mesmo de promover políticas de aquisição de acervos, abrigou um setor mais com a função de arquivo custodiador do que institucional. Ratifica-se isso pelo fato de que o MAST era uma instituição recente e o arquivo institucional estava sendo criado na medida em que as unidades administrativas iam assumindo suas funções e realizando atividades, sendo a maioria de seus documentos ainda de uso corrente. Assim, a missão de agregar fontes de pesquisa na área de atuação do museu foi favorecida pelos acervos que lhe foram legados e por outros que foram adquiridos, fruto da proposta inicial de criação do museu.

Neste sentido, os documentos arquivísticos, que se encontravam no conjunto documental tombado junto com o conjunto arquitetônico do ON, tiveram sua organização

¹³⁵ Atribui-se o uso do autor do termo patrimônio instrumental como correlato de coleções de instrumentos científicos históricos (BRENNI, 2007).

¹³⁶ Como noção genérica podemos dizer que são procedimentos de organização da informação. Segundo Pinheiro, Raywar traz “uma visão mais descrição abrangente quando apresenta a documentação constituída por: - repertório bibliográfico nas áreas das especialidades; - repertório de material ilustrativo como fotografias, desenhos e pinturas; e - uma biblioteca abrangente” (RAYWAR, 1997 *apud* PINHEIRO, 2008, p. 83/84).

iniciada em 1985, quando foi organizado o arquivo e a coleção bibliográfica do astrônomo Lélío Gama, cujo inventário¹³⁷ foi publicado em 1988. Neste íterim, o processo de tombamento do campus e dos acervos é aprovado pelo SPHAN, sob o número 1009-T-79/IPHAN, registrado no Livro Histórico, volume 1, folhas 94-97, inscrição 509 e no Livro Arqueológico, etnográfico e paisagístico, inscrição 95, ambas de 14 de agosto de 1986. (MINISTÉRIO, 1994, p. 152).

Neste íterim, em 1987, o MAST passa por uma nova reestruturação, a fim de atender a sua condição de museu e de unidade de pesquisa do CNPq (RN-006/87 do CNPq, 1987¹³⁸). Com a nova reformulação, a Coordenação de Pesquisa e Documentação dividiu-se em Departamento de Pesquisa – DPq e Departamento de Informação e Documentação – DOC. Verifica-se que houve uma autonomia entre a área que cuidava dos acervos arquivísticos e bibliográficos e a área da Pesquisa em História da Ciência. Entretanto, a área de Museologia ainda encontrava-se ainda vinculada às ações de dinamização e divulgação da ciência¹³⁹, como o eram também à educação e visitação pública.

De certa forma, a separação dos diferentes acervos (museológico e arquivístico dos arquivístico e bibliográfico) em coordenações separadas repercutiu em ações dissociadas e na dificuldade de interação entre as áreas museológica e de informação e documentação do MAST, representada por políticas de aquisição e de trabalho individualizadas junto aos seus acervos durante muitos anos¹⁴⁰. A organização dos acervos arquivísticos sob custódia e a conservação e restauração dos documentos cartográficos e iconográficos foi tônica dessa área no período, até o final de 1989.

Entre os anos de 1990 até 2004, o MAST enfrentou vários problemas institucionais, que influenciaram em sua atuação sistemática. Podemos citar, mudanças sucessivas de direção, a necessidade de implementação de sua exposição permanente,

¹³⁷ MAST. Inventário Sumário do Arquivo Lélío Gama. Rio de Janeiro: MAST, 1988, 76 p.

¹³⁸ Conforme consta da Resolução Normativa 006 do CNPq, de 26 de fevereiro de 1987, 2f, reprodução em fotocópia. Arquivo MAST [caixa MAST/DIR 1989-1999, não codificada].

¹³⁹ Cazelli infere que esta situação tenha se dado pela dificuldade em se processar tecnicamente o acervo de instrumentos científicos tão especializados. Até aquele momento, conhecia-se uma parcela ínfima do acervo, e identificava-se a carência de “um estudo que fosse além de saber o nome, fabricante, data e ano de fabricação e que gerasse o conhecimento desse acervo dentro da história da cultura científica e técnica, para, então, [poder] contextualizá-lo” (CAZELLI, 1992, p. 100).

¹⁴⁰ Esta situação apenas veio a ser parcialmente resolvida com a aproximação possibilitada pela integração das diferentes equipes internas: no projeto de redação da publicação Política de Preservação para Acervos Culturais, em 1995, e da Política de Segurança para Museus, Arquivos e Bibliotecas, em 2006; nos debates advindos do Planejamento Estratégico, realizado entre 2004/2005 e em 2010; pela formulação da Política de Aquisição e Descarte Institucional, em 2011; e, mais recentemente, com o planejamento, construção e inauguração do novo prédio de preservação e pesquisa, entre 2005 e 2011, quando se buscou padronizar os sistemas de monitoramento e controle climático e de segurança. Ainda encontra-se em fase de debate o tema das bases de dados de acesso aos acervos, pois não há consenso interno sobre os benefícios de sua integração.

a demissão de pesquisadores e redução dos estágios e bolsas de fomento, o reduzido aporte financeiro, e o movimento de crise das instituições governamentais em função da proposta neoliberal de 'Estado mínimo'. Apesar disso, muitas ações foram realizadas, promovendo a instituição e resultando em reconhecimento pelos seus pares. Podem ser citados: o processamento técnico da coleção de instrumentos científicos, a abertura de vários espaços expositivos de caráter permanente, a realização de inúmeros eventos científicos, a preservação de seu patrimônio arquitetônico, a criação do Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos – LAMET, ligado à Coordenação de Museologia, a formação e titulação do seu quadro de pessoal, o crescimento do acervo de objetos, e coleções bibliográficas, etc.

No que se refere ao Departamento de Informação e Documentação – DOC, sua sigla foi alterada para DID em 1992, pela RN-036 do CNPq¹⁴¹, mantendo quase a mesma estrutura¹⁴². Quanto aos acervos arquivísticos, foram adquiridos os arquivos cientistas e pesquisadores como: Henrique Morize, em 1991; Amoroso Costa, em 1993; Castro Faria, Jacques Danon, Leopoldo Nachbin e Lins de Barros, em 1996; Feiga Rosenthal, Hervásio de Carvalho e Souza Barros, em 1997; Alexandre Giroto, Bernhard Gross e Oscar Matsuura, em 1998; Bartyra Arezzo e Christóvão Cardoso, em 1999; Luiz Cruls, Helmut Sick e Mario Giambiagi, em 2001, 2003 e 2004, respectivamente.

Destaca-se, ainda, uma união de esforços entre o Laboratório e o Arquivo, que fez o DID promover uma parceria com o Museu da República, com o intuito de preparar um documento contendo diretrizes básicas para formulação de programas de preservação em nível institucional. Assim, em 1995, o MAST formulou e publicou a Política de Preservação para Acervos Culturais¹⁴³, cuja elaboração envolveu cerca de trinta e quatro técnicos de 13 instituições brasileiras. O documento trazia o desejo de integração das ações institucionais, ao mesmo tempo em que fornecia instruções para que instituições custodiadoras de patrimônio cultural pudessem, a partir dele, elaborar políticas institucionais individualizadas, porém dentro dos parâmetros de referência nacional e internacional.

¹⁴¹ Conforme consta da Resolução Normativa 036 do CNPq, de 21 de outubro de 1992, 2f., reprodução em fotocópia. Arquivo MAST [caixa MAST/DIR 1989-1999, não codificada].

¹⁴² A Divisão tornou-se Serviço e desapareceu a função de Referência (Documentação). Assim, o DID ganhou as feições muito próximas às que têm hoje: um Serviço de Biblioteca e Documentação Científica – BIB, e um Serviço de Arquivo – SARq. Manteve ainda o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos em Papel, com uma unidade subordinada ao SARq, porém o Setor de Microfilmagem foi desativado, devido à aposentadoria do servidor que executava este serviço, os argumentos de obsolescência dos equipamentos e as perspectivas de uso das novas tecnologias da informação.

¹⁴³ POLÍTICA de Preservação para Acervos Institucionais. Rio de Janeiro: MAST, 1995, 33p. Disponível em: http://www.mast.br/trabalhos_tecnicos_publicacoes.html. Acesso em 06 de janeiro de 2013.

Em nível institucional, o Laboratório de Conservação e Restauração de Papel foi se consolidando institucionalmente como gestor de ações de controle dos espaços e serviços de limpeza, dedetização e vistoria das áreas de guarda dos acervos arquivísticos e bibliográficos, tendo iniciado também um monitoramento ambiental por dois anos consecutivos. Na continuidade da ação de parcerias com outras instituições, o grupo de trabalho de Segurança de Acervos, oriundo do primeiro documento, iniciou em 1997, uma minuta para redação de um texto mais detalhado sobre proteção e segurança de acervo.

Após algumas modificações no nome de algumas unidades da administrativa do organograma durante a década de 1990, em 2000, aconteceu uma nova mudança na subordinação organizacional, quando o MAST passa a ser subordinado não mais ao CNPq, mas, então, ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT (Decreto n. 3.567, de 17 de agosto de 2000 e cf. Medida Provisória n. 2.049-21 de 20 de julho do mesmo ano).

Somente em 2003, com a publicação da Portaria n. 853 de 27 de novembro, instituiu-se o Regimento Interno do MAST. Esta alteração estabeleceu como missão institucional o comprometimento em “ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico, por meio da pesquisa, preservação de acervos e divulgação de história da ciência e da tecnologia no Brasil” (Fonte: REGIMENTO, 2003, p. 21). Consolidava-se a proposta de ser uma instituição multidisciplinar de pesquisa, e ganhou força a inserção da História da Ciência e da Tecnologia.

Um novo rearranjo institucional da instituição, segundo Regimento Interno definido pela Portaria n. 853/2003¹⁴⁴. As atividades do Departamento de Informação e Documentação – DID passam para a então denominada Coordenação de Documentação em História da Ciência – CDHC, que recebeu as atribuições de: “desenvolver as atividades relacionadas à documentação científica e histórica nas áreas básicas de História da Ciência, e em particular da Astronomia e Ciências Afins, com vistas ao alcance dos objetivos institucionais” (Fonte: REGIMENTO, 2003, p. 22).

Assim, a CDHC, responsável pela guarda e preservação do acervo arquivístico e bibliográfico sob a guarda do MAST, buscava visibilidade como área de referência de guarda e tratamento de acervos arquivísticos, e iniciava a tentativa de promover uma política mais agressiva de aquisição de acervos pessoais de cientistas e gestores em C&T. O interesse era consolidar esta coordenação um centro de pesquisa que reunisse

¹⁴⁴ Conforme Portaria n. 853 do MCT de 27 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, n. 232 de 28 de novembro de 2003, p. 21-23, [caixa não codificada, acesso na Secretaria do MAST].

documentos de valor científico e histórico, ampliando assim sua função de arquivo custodiador.

Assim, entre os anos de 2005 e 2012 foram incorporados ao CDHC em torno de doze novos arquivos, e duas coleções bibliográficas (da Academia Brasileira de Ciências e da pesquisadora Erika Zimmermann), enquanto o Laboratório de Conservação e Restauração de Papel incrementou as ações de conservação e diagnóstico do acervo arquivístico de cientistas, e realizou assessoria para o diagnóstico e tratamento de conservação do Arquivo de Antropologia Biológica do Museu Nacional/UFRJ e da Coleção Santos Dumont, do Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica.

Em 2006 foi publicada a Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus¹⁴⁵, numa parceria com o Museu Villa-Lobos, e participação de doze profissionais internos e externos ao MAST.

Posteriormente, com uma reformulação estrutural proposta pelo Planejamento Estratégico do MAST realizado em 2007¹⁴⁶, a CDHC passa a denominar-se Coordenação de Documentação e Arquivo – CDA, onde apenas o Serviço de Biblioteca é mantido (Figura 1, a seguir). O Serviço de Arquivo de História da Ciência não mais figura na estrutura organizacional, embora suas atividades sejam mantidas pelo atual Arquivo de História da Ciência – AHC.

¹⁴⁵ POLÍTICA de Segurança para Arquivos Bibliotecas e Museus. Rio de Janeiro: MAST, MVL, 2006, 121 p. Disponível em: http://www.mast.br/pdf/politica_de_seguranca_para_arquivos_biblioteca_e_museus.pdf . Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

¹⁴⁶ Conforme consta Portaria 640 do MCT, de 27 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, n. 210 de 31 de outubro de 2007, p. 3-6, [caixa não codificada, acesso na Secretaria do MAST].



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST

ORGANOGRAMA 2007

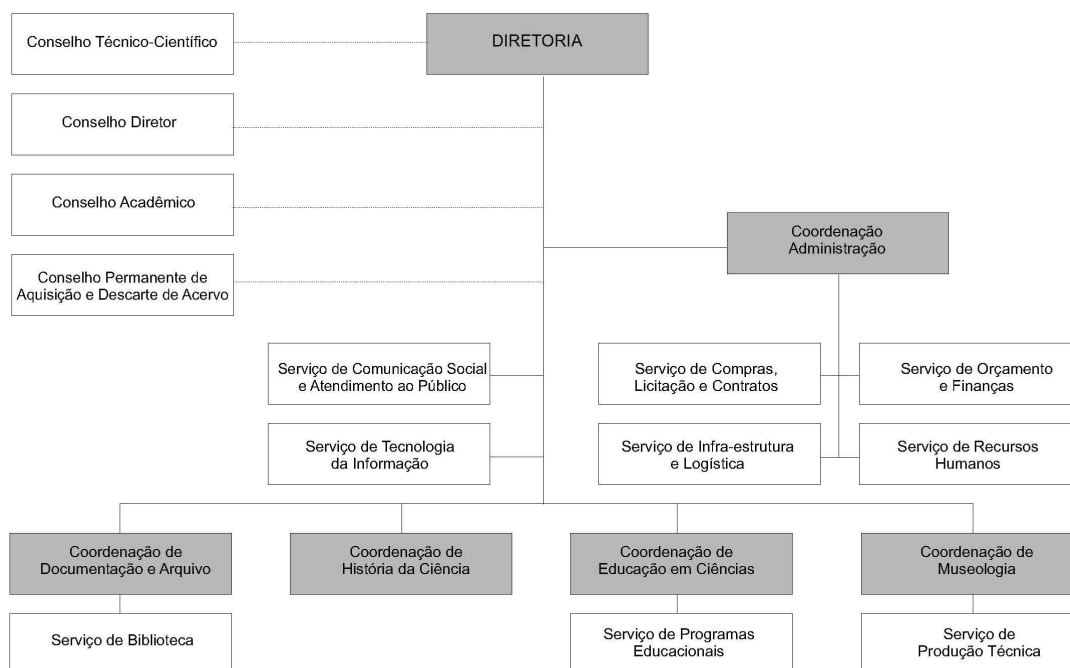


Figura 1 – Organograma do MAST a partir de 2007. Fonte: MAST. Regimento, 2007.

É importante notar que, no MAST, a atividade de tratamento dos arquivos custodiados fundou e antecedeu a função de arquivo institucional. Isto pode ser observado por sua trajetória na entidade e justificado por sua estreita proximidade com a área de história da ciência. Neste sentido, a constituição de uma equipe de arquivistas também foi diferencial, por proporcionar uma distinção para os acervos documentais e consolidá-los dentro dos princípios arquivísticos.

3.2.2 – O Arquivo de História da Ciência e o Tratamento dos Acervos Arquivísticos

Pode-se observar que, desde a primeira iniciativa de criação do MAST, a preservação de documentos de arquivo foi uma preocupação manifesta. Entretanto, os acervos arquivísticos que deram origem ao denominado Arquivo de História da Ciência – AHC não foram, especialmente, os da própria instituição, mas sim aqueles que, no período que antecedeu a criação do MAST, foram julgados importantes para os estudos do *Projeto Memória da História da Astronomia e das Ciências Afins no Brasil*.

Assim, com o tombamento do prédio e dos acervos, em 1986, e a constituição de uma pequena equipe de arquivistas, foram priorizados os trabalhos de identificação e

descrição dos documentos (textuais, impressos, chapas de vidro, entre outros) que se encontravam nos depósitos, prédio e cúpulas, bem como aqueles oriundos de um depósito do CNPq¹⁴⁷, que se localizava no campus do Observatório Nacional.

Estes documentos tiveram suas origens basicamente na documentação acumulada e sem tratamento e também em um acervo que foi considerado passível de descarte por terem sido reproduzidos por microfilmagem ou serem considerados documentos administrativos já prescritos¹⁴⁸. Entretanto, desconhecia-se o seu conteúdo, o que fez com que não fossem sumariamente destruídos¹⁴⁹ pela equipe que os recebeu em custódia.

Ao iniciar o tratamento de identificação desse conjunto de documentos, a equipe do arquivo constatou que havia, pelo menos, quatro fundos arquivísticos distintos, além do acervo de Lélío Gama: o fundo CNPq (de 1951 a 1982); o fundo Observatório Nacional (de 1862 a 1980); o fundo Associação Brasileira de Astronomia – ABA (de 1956 a 1969); e o fundo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFEACB (de 1933 a 1968). Estes dois últimos conjuntos de documentos foram localizados inseridos/misturados aos fundos documentais ON e CNPq, respectivamente, e serviram de objeto de organização prioritária.

Com a constituição de uma equipe de seis arquivistas em formação e recém-formados e um consultor da Fundação Getúlio Vargas/RJ, foi iniciada, entre os anos de 1986 e 1988, a reunião, a identificação e a separação dos diferentes fundos colocados sob a responsabilidade do MAST. Neste período foi destinada uma edificação localizada atrás do prédio-sede como depósito e área de trabalho do setor de arquivo. Os acervos passaram por uma identificação sumária (maços e dossiês), higienização externa e aeração, acondicionamento básico (empacotamento) e uma observação geral do seu estado de conservação. Aqueles reconhecidos com problemas de insetos foram separados para tratamento por um técnico especializado em conservação-restauração, contratado na ocasião, o qual orientou também a higienização e as condições de

¹⁴⁷ Vale explicar que estes documentos constituíam uma parte do arquivo do CNPq em custódia da Agência Rio (uma subsidiária do CNPq no Rio de Janeiro), e que eram relativos à atuação daquele órgão até a década de 1970 (aproximadamente 1975), quando a instituição foi então transferida para Brasília.

¹⁴⁸ Lisboa (2006, p. 78) reúne argumentos de que a experiência do MAST em organizar arquivos de instituições científicas, reforçou sua convicção de que o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública, elaborado pelo Arquivo Nacional para aplicação em atividades-meio do âmbito executivo governamental, não pode ser adotado para os documentos administrativos de instituições científicas, sem antes uma discussão criteriosa sobre o motivo da permanência ou não de alguns destes documentos nessas instituições científicas.

¹⁴⁹ Ao iniciar os trabalhos no MAST em 1986, tive oportunidade de ouvir os relatos do Sr. Elídio, antigo funcionário do arquivo da Agência-Rio, que vendo a importância destes acervos os manteve sob sua guarda antes de serem destinados ao MAST, o que evitou parte de sua perda. Contudo, alguns documentos não tiveram a sorte de serem preservados em boas condições em decorrência do ataque de insetos, especialmente cupim de solo, que atingiu parte do acervo documental acumulado em condições inadequadas de armazenagem.

armazenagem dos documentos e fundos documentais. Em 1987, a equipe do estabelecido Laboratório de Conservação-Restauração de Documentos recebeu o reforço de estagiários graduandos e, posteriormente, de mais um técnico contratado (1988).

Entre 1988 e 1989 o edifício que abrigava o arquivo foi reformado e ampliado, com o tratamento do solo para cupim, a construção de um novo espaço de depósito e a ocupação em parte da área pelo Setor de Conservação e Restauração de Documentos e pelo Setor de Microfilmagem.

O novo depósito, apesar de possibilitar um melhor controle dos documentos armazenados, foi construído para ser provisório, o que fez com que não houvesse preocupação quanto a seguir as recomendações¹⁵⁰ necessárias para uma área de guarda de arquivos históricos e permanentes. A construção apresentou problemas de qualidade técnica dos materiais e de isolamento, o que comprometeu o atendimento de medidas adequadas de proteção e conservação desejáveis para um arquivo histórico ou permanente. A partir desta constatação, as ações implementadas, quando possíveis, foram sempre paliativas.

Neste sentido, o Laboratório de Conservação-Restauração de Papel, subordinado ao Arquivo, passou a promover vistorias planejadas e controle constante da área, prevendo: desinsetização e desratização, preventivas, coordenadas e periódicas do local; a limpeza programada do espaço e das caixas de proteção; a instalação de equipamentos de refrigeração, desumidificação e aeração do depósito; bem como a aquisição de equipamentos de monitoramento climático. Algumas destas medidas foram alcançadas apenas por um curto período de anos (entre 1989 e 1995), posto que o edifício apresentou um acelerado processo de deterioração, conforme consta no Relatório sobre as condições do espaço físico que abriga o Serviço de Arquivo, elaborado por Maria Celina S. de M e Silva, então responsável pelo SAHC (Fonte: SILVA, 1999).

No que se refere ao arquivo permanente da instituição (MAST), a equipe do arquivo, formada em sua maioria por arquivistas, realizou inúmeras discussões sobre a necessidade de tratamento da documentação corrente que estava sendo produzida. Mas é apenas em 1989 que se inicia um processo de intervenção arquivística nos arquivos correntes produzidos pelo MAST, por meio de um projeto que contemplava a ordenação do arquivo corrente e o recolhimento dos documentos de caráter intermediário e permanente. Segundo Lisboa (2009, p. 153), a ideia era possibilitar o rápido acesso aos

¹⁵⁰ No período de construção do depósito já havia manuais e publicações de circulação ou edição nacional sobre este tema, como por exemplo, os textos de Gwan (1966); Bell; Faye (1979), Duchein (1985; 1988), entre outros. No entanto, não houve um planejamento arquitetônico que os tivesse considerado, conforme sugerira Eugênio Casanova, ainda em 1928, p. 45-48.

documentos de arquivo produzidos pela própria instituição e a liberação de espaços nos setores de origem, sem que fosse realizada nenhuma eliminação aleatória.

A ação, contudo, foi pontual e, ainda hoje, é intermitente¹⁵¹, pois faltava espaço e pessoal para realizar um tratamento mais sistemático do fundo MAST. Apesar de não estar dentro do escopo desta pesquisa, faz-se importante notar como a vertente dos arquivos custodiados interfere na visibilidade e articulação do serviço de arquivo institucional com as demais áreas do MAST. E o deslocamento de um técnico da equipe para coordenar e cuidar deste acervo não pode ser alcançado de forma satisfatória, especialmente quando houve inserção da produção, circulação e controle de documentos eletrônicos e digitais, que exige conhecimentos especializados. Neste sentido, Lisboa aponta, em 2009, a sugestão de criação de um “Serviço de Arquivo Institucional, com equipe própria e tempo integral para exercer as atividades que envolvam o sistema de arquivos [do MAST], abrindo uma nova frente para o estudo da preservação da documentação eletrônica gerada pela instituição” (LISBOA, 2009, p. 155).

No que se refere aos arquivos custodiados, após os trabalhos realizados junto ao Arquivo de Lélío Gama (1985-1986) e do CFEACB (1987-1988), foram tratados os arquivos pessoais de Amoroso Costa (1993-1994), Henrique Morize (1991-1994), Leopoldo Nachbin (1996), Jacques Danon (1997-1998), e Feiga Rosenthal (1998-1999) e o arquivo institucional do CNPq (1995-1998), sob a guarda do MAST desde sua criação em 1985. Todos estes trabalhos foram finalizados com a publicação dos respectivos inventários sumários, que atualmente se encontram disponíveis na página¹⁵² do MAST na internet.

Atuando diretamente junto aos documentos manuscritos, impressos, bibliográficos e cartográficos em suporte papel, bem como sob os acervos iconográficos em papel, películas e filmes fotográficos, chapas de vidro, e acervos audiovisuais e multimeios, como fitas magnéticas e mídias eletrônicas e digitais, o então Serviço de Arquivo – SARq foi se consolidando por meio dos documentos que provinham tanto das diferentes unidades institucionais, como também dos acervos adquiridos por compra ou doação, demonstrando uma atuação tanto de arquivo institucional [histórico] quanto de arquivo de custódia.

¹⁵¹ Como arquivo de museu, este serviço conseguiu “normatizar a rotina de recolhimento dos documentos e a orientação às secretárias na organização de arquivos correntes” (LISBOA, 2009, p. 152). Entretanto, avançou limitadamente em relação ao funcionamento como unidade executora do controle, recolhimento e acesso aos documentos produzidos pela instituição, em parte porque a equipe é pequena e concentra-se na execução dos inventários e do acesso dos arquivos custodiados (atividade fim da instituição) e por outro lado pela dimensão que a produção de documentos promove a partir das novas tecnologias e dos novos processos administrativos foram praticados para controle das instituições públicas.

¹⁵² Atualmente o AHC encontra-se com 15 inventários publicados, todos Disponíveis em: http://www.mast.br/acervos_arquivistico.html .

Com a transformação do DID em CDHC, em 2003, o SARq se transforma em Serviço de Arquivo de História da Ciência – SAHC, que recebeu entre outras atribuições (Fonte: REGIMENTO, 2003):

- planejar e gerenciar o sistema de arquivamento dos documentos produzidos pelo MAST;
- implementar a aquisição de acervos arquivísticos.

Inicia-se, naquele mesmo ano, um momento singular para o SAHC, a organização do I Curso de Segurança de Acervos Culturais, que teve por objetivo disseminar noções de segurança física e de preservação para os profissionais de arquivos, bibliotecas e museus. O curso tem sido realizado nos anos sucessivos a partir de então. Ao completar 10 anos consecutivos, o curso de Segurança de Acervos foi reformulado, trazendo em sua dinâmica uma parte prática e possibilitando, no âmbito da Coordenação de Documentação e Arquivo, a criação do I Curso de Preservação de Acervos Científicos e Culturais, em 2011. Em comemoração, o MAST publicou, em 2012, o livro: *Segurança de Acervos Culturais*, organizado por Maria Celina de Melo e Silva, que reuni artigos de professores que ministram ou ministraram aulas no mencionado curso (SILVA, 2012).

O ano de 2003 marca também outras duas importantes iniciativas. Primeiro, a realização do evento Encontro de Arquivos Científicos, cujo objetivo foi tornar-se um fórum para debate sobre a preservação de documentos em Ciência e Tecnologia, contribuindo para a produção de conhecimento arquivístico no país. Este evento teve continuidades nos anos de 2005, 2008 e 2009, com a disponibilização de artigos brasileiros e estrangeiros de interesse para instituições de pesquisa, universidades e museus de C&T. A segunda iniciativa foi de localização, no campus ON-MAST, de um espaço para construção¹⁵³ de um prédio que abrigaria os acervos do MAST em condições mais adequadas. A construção dessa edificação foi iniciada dois anos mais tarde, sendo concluída em 2010. As novas instalações propostas alcançaram o objetivo almejado de proporcionar espaços distintos para os acervos, e melhorias nas condições de trabalho para a equipe e para os usuários do acervo.

Com uma alteração no Regimento Interno do MAST, realizada no ano de 2007, em decorrência do Planejamento Estratégico empreendido pelos institutos de pesquisa

¹⁵³ Foram dois anos de sucessivos projetos, e outros cinco de obra de construção, que culminaram na inauguração, em 2010, do prédio de Pesquisa e Preservação de Acervos. Este veio contemplar a ampliação e melhoria das áreas de trabalho das equipes, inclusive Laboratórios de Conservação e Restauração de Papel e de Objetos em Metal, e das áreas destinadas à consulta de documentos arquivísticos e de guarda dos acervos do MAST.

do MCT, diminuiu-se o *status* e, conseqüentemente, a visibilidade do SAHC, posto que este foi retirado do organograma institucional. Porém suas atribuições e estrutura executiva foram mantidas funcionando no âmbito da, hoje denominada, Coordenação de Documentação e Arquivo, como um setor especializado. A equipe conta hoje apenas com um arquivista e três historiadores, além de três bolsistas graduados, que se encarregam tanto do arquivo institucional, quanto dos arquivos adquiridos pela função de custódia.

As ações do AHC fomentaram, ainda, o estabelecimento de um pequeno núcleo de pesquisa em Arquivologia, que possui hoje (2013) dois projetos: a) Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de Ciência e Tecnologia, coordenado por Dra. Maria Celina Soares de Mello e Silva (iniciado em outubro de 2010), e b) De Imperial Observatório do Rio de Janeiro a Observatório Nacional (1827-2010): pesquisa histórica e pesquisa arquivística como subsídios para a organização de um arquivo histórico quase bicentenário, coordenado por M. Sc. Everaldo Pereira Frade (iniciado em junho de 2010). A vertente dos arquivos custodiados continua sendo uma forte atividade institucional e, apoiada na experiência e formação da equipe, tem sido referência para outros centros de pesquisa e universidades.

O fato de o AHC apresentar, desde suas origens, um perfil diferenciado de apenas constituir-se como um arquivo institucional, possibilitou à equipe consolidar sua experiência no sentido de poder contribuir no estabelecimento de uma política de preservação de acervos de ciência e tecnologia no âmbito do MCT. No entanto, mesmo após iniciativas do CNPq e do próprio MCT terem formulado e iniciado linhas de trabalho nesta direção, ainda não foi encontrado momento político favorável para que uma política nacional se estabeleça nestas bases. Entretanto, trazendo um pouco de luz para instituições irmãs, foi proposto um estudo sobre Arquivos de Laboratório, que culminou na produção de relatórios sobre a situação encontrada em sete laboratórios de pesquisa de institutos de pesquisa do MCT, e da publicação do *Guia básico para Arquivos de Laboratório*¹⁵⁴, em 2010.

Desde o ano de 2010, quando se instituiu o novo Plano Diretor do MAST¹⁵⁵, o AHC vem realizando esforços de promover a digitalização de seu acervo, dentro de uma ação integrada na diretriz estratégica institucional. Para tanto, se adquiriu um servidor de alta capacidade, sendo este primeiro passo realizado naquele ano. Até 2015, foi prevista a implantação do projeto piloto e a disponibilização de cinco fundos arquivísticos. O processo está em fase de testes e digitalização do primeiro fundo, e incluiu a compra de

¹⁵⁴ VER: SILVA, Maria Celina Soares; REGO, Vera Lúcia da Ascensão Lopes. Guia básico para Arquivos de Laboratório. Rio de Janeiro: MAST, 2010, 97 p. Disponível em: http://www.mast.br/pdf/guia_basico_para_preservacao_de_acervos.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

¹⁵⁵ Conforme Diretrizes de Ação, Sub-item Infraestrutura, Diretriz 3, Meta 3 (PLANO, 2006-2011, p. 26).

um *scanner* de última geração, o treinamento de técnicos da equipe e a aquisição do programa gerenciador do acesso. Até o final de 2013 se prevê disponibilizar um fundo de arquivo.

3.2.3 – O Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFEACB

O CFEACB caracteriza-se como um arquivo institucional. Nas palavras de Camargo, os arquivos, são “instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, esses documentos continuam a representá-las mesmo quando as razões, os agentes e os organismos responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir. Daí sua importância [...]” (2010, p. 22).

Apesar da característica de ser institucional, o Arquivo do CFEACB caracteriza-se como arquivo custodiado pelo Arquivo de História da Ciência, salvaguardado quando foi colocado sob a responsabilidade do MAST. De início, desconhecia-se a existência deste fundo documental no legado do Observatório Nacional. Porém, com o trabalho preliminar realizado entre os anos 1986 e 1987, pode-se constatar que se tratava de fundo diferenciado e separá-lo do conjunto de documentos no qual estava inserido.

O CFEACB foi um órgão criado por Getúlio Vargas, em 1933, a partir do Decreto 22.698 de 11 de maio de 1933, que incumbia o Ministério da Agricultura de realizar a fiscalização das “expedições nacionais, de iniciativa particular e as estrangeiras, de qualquer natureza, empreendidas em território nacional” (BRASIL, 1933, p. 1). Seu primeiro Regulamento foi aprovado e publicado pelo Ministro da Agricultura, Juarez do Nascimento Fernandez Távora, em Diário Oficial da União de 28 de Julho de 1933, tornando o CFEACB, a partir de então, um órgão executor do controle e fiscalização das expedições científicas e artísticas no território brasileiro realizadas por pesquisadores e expedicionários estrangeiros de qualquer origem e por brasileiros, desde que fossem de caráter particular. As expedições realizadas por instituições públicas brasileiras não foram contempladas por este decreto e continuaram a ser realizadas em regime próprio das instituições públicas que as promoviam.

Assim, cabia ao CFEACB impedir, entre outras atribuições que:

[...] Art. 5º - Nenhum espécimen [sic.] botânico, zoológico, mineralógico e paleontológico poderá ser transportado para fora do país senão quando existirem similares em algum dos Institutos Científicos do Ministério da Agricultura, ou no Museu Nacional;

Art. 6º - Todo o material científico colhido pelas Missões estrangeiras deverá ser dividido, em partes iguais, entre o Governo Brasileiro e os expedicionários;

Art. 7º - Nenhum monumento natural, histórico, legendário ou artístico do país, poderá, ser transportado para o estrangeiro sem autorização expressa do Governo brasileiro;

Art. 8º - Dos relatórios, plantas ou filmes realizados por qualquer expedição, deverá ser fornecida uma copia autenticada ao Governo brasileiro, que a arquivará, assegurando aos expedicionários todos os direitos autorais (BRASIL, 1933).

Tal iniciativa já indicava as preocupações do Estado brasileiro com a proteção do nosso patrimônio, mas também de uma política que irá se descortinar especialmente a partir da década de 1930. Conforme afirma Lisboa:

em realidade, a questão do patrimônio natural escamoteava os mais variados interesses dos grupos representados no CFEACB, que vão tentar impor certa direção na composição desse aparelho do Estado, construindo uma imagem negativa das expedições estrangeiras (2006, p. 80).

Mas não só isso, Lisboa aponta também que o “grupo representado no CFEACB, vai tentar criar na sociedade brasileira a noção de ‘proteção da natureza’, tida como fundamental num processo de ‘desenvolvimento econômico’ e de afirmação e controle de riquezas naturais” (2006, p. 80). Ao olhar o inventário, é possível verificar ainda uma inserção em ações de constituição de coleções científicas para museus brasileiros e sobre o interesse estratégico no controle das fronteiras e no tema indígena.

O regulamento, que o vinculava à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas do Ministério da Agricultura, previa a composição inicial do Conselho com sete membros, nomeados pelo Ministro da Agricultura, que possuíam funções específicas nos seguintes órgãos: Instituto de Biologia Vegetal; Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil; Museu Nacional (2 representantes); Museu Histórico; Escola Nacional de Belas Artes e Serviço Geográfico Militar (BRASIL, 1941b). As diferentes especialidades dos membros do Conselho davam, teoricamente, credibilidade aos seus pareceres e ações fiscalizadoras, facilitando seus contatos com as expedições científicas e artísticas que vinham ao Brasil (LISBOA, 2004).

Grupioni afirma que é possível notar no conjunto de documentos do CFEACB a divergência entre os conselheiros quanto ao papel a ser cumprido pelo órgão. Porém afirma também que é graças ao cuidado na apreciação dos processos e atuação destes membros que “vários institutos nacionais puderam incorporar aos seus acervos novas coleções oriundas da divisão de exemplares com os expedicionários ou coleções inteiras confiscadas dos expedicionários não licenciados” (GRUPIONE, 1995, p. 25). Para Tavares (2012, p.168), a ação fiscalizadora do Conselho também contribuiu para o aumento das coleções de museus nacionais, seja pelo confisco de amostras coletadas de

forma ilegal ou pelas doações de duplicatas de espécies desconhecidas, coletadas pelas expedições estrangeiras.

Lisboa observa também que numa leitura mais apurada dos documentos pode-se apreender que as ações iniciais dos principais defensores da 'ciência' nesta entidade propuseram um viés naturalista para a noção de patrimônio, que diferia das atitudes empreendidas pelo SPHAN, nomeadamente de cunho mais historicista e modernista (LISBOA, 2006, p. 80). Ao comentar esta afirmação Lisboa chama a atenção para o fato de Marcia Chuva ter argumentado que a criação do SPHAN, em 1937,

se deu a partir de um grupo que não se sentiu contemplado com a ação do CFEACB – os que defendiam a preservação dos espaços urbanos, preocupados com a representação arquitetônica da fachada a desaparecer no processo de industrialização e modernização das cidades brasileiras (CHUVA, 1995 *apud* LISBOA, 2006, p. 81)

Nesta linha de pensamento, podemos inferir que os dois órgãos, a co-existirem por quase trinta anos, tiveram algumas de suas ações concorrentes. Porém, segundo Lisboa, “as redes de informações traçadas entre os membros e seus representantes nos estados, demonstram o envolvimento desses intelectuais no projeto de estadonovista” (2006, p. 81). Neste sentido, a autora aponta para um ponto de convergência que possibilitou a continuidade dos trabalhos do CFEACB dentro da perspectiva patrimonial preservacionista.

A partir da leitura dos documentos deste arquivo, podem-se verificar as inúmeras alterações que o órgão sofreu, seja no intuito de abrandar os dispositivos fiscalizatórios iniciais, conforme cada caso de expedição, seja na modificação de seus membros e, conseqüentemente, nas suas políticas de intervenção (do órgão). Entretanto, Castro (2005, p. 37) chama a atenção que: “não se pode ter certeza a respeito do que havia da parcela de documentação de caráter histórico ou legal acumulada pelo Conselho que foi preservada”, diagnosticando que isso pode dever-se ao fato do Conselho nunca ter tido sede própria. Assim, conclui Castro: “o fato de ter dividido espaço com outros órgãos públicos pode ter contribuído para que em diversos momentos houvesse mistura com outros fundos documentais ou perda de material” (2005, p. 37).

Tavares (2012, p. 171) coloca que em leituras realizadas nas Atas de reunião é possível observar o tema das inúmeras tentativas de Berta Lutz de fazer valer o caráter fiscalizador do Conselho, especialmente no que se referia ao recebimento das cópias de relatórios. O autor cita como exemplo a reunião de 17 de setembro de 1946, onde a conselheira vê a necessidade de fazer constar no ofício de resposta ao pedido de uma expedição realizada pra observação do eclipse de 1947, e também o relatório da

observação científica do eclipse de 1940, que não teria sido emitido. Este episódio, segundo Tavares (2012, p.171) denota que o aspecto da concessão de licenças se sobrepunha ao fiscalizador, tendo Lutz apresentado um estudo sobre isso na referida reunião, que veio a gerar modificações no regimento da instituição.

Numa breve síntese Grupione conclui que:

o controle do fluxo das expedições, bem como de seu produto mais evidente: as coleções científicas, executado sob o aparo de uma legislação específica, configura, como vimos até aqui, o lugar ocupado pelo Conselho na interface dos campos científico e político brasileiro (1995, p. 27).

Pode-se perceber nas observações e afirmações feitas por Lisboa (2006), Tavares (2012) e Castro (2005), o quanto o órgão CFEACB foi importante na consolidação de uma política governamental de patrimônio cultural, mas também de uma política estratégica dos cientistas e pesquisadores brasileiros no fortalecimento do campo científico no país (LISBOA, 2012).

Em 1968, por meio do Decreto 62.203, de 31 de janeiro, as funções do CFEACB foram extintas, passando suas atribuições a serem divididas entre a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (as atividades referentes à preservação do patrimônio), que já existia desde 1937, e o Conselho Nacional de Pesquisas¹⁵⁶ – CNPq (as atividades referentes ao controle dos pesquisadores estrangeiros), criado em 1951 (BRASIL, 1968).

Após a extinção do CFEACB, acredita-se que parte de sua documentação tenha sido transferida para o CNPq, posto que foi entre os documentos desta instituição – que ficaram sob a guarda do MAST, quando o CNPq foi para Brasília – que este fundo foi encontrado. Após identificar que se tratava de outro fundo, os documentos do CFEACB foram separados dos do CNPq, sendo então tratados como fundo fechado¹⁵⁷.

O trabalho de organização do fundo CFEACB foi iniciado, em 1987, pela equipe de arquivistas do MAST, sob a consultoria técnica de Celso Corrêa Pinto de Castro, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Conforme relata Castro em seu artigo sobre este trabalho: “o espaço físico destinado à guarda da documentação e ao trabalho da equipe era muito precário” (2005, p. 34). Este pesquisador expressa, ainda, sua surpresa ao encontrar o fundo documental do Conselho dentro do fundo do CNPq, posto que o fato

¹⁵⁶ Quando de sua reestruturação, em 1971, o CNPq teve este nome modificado, passando a então se denominar Conselho do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sem alterar sua sigla.

¹⁵⁷ Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística fundo fechado é aquele que não recebe mais acréscimo de documentos, em função da entidade produtora não se encontrar mais em atividade (ARQUIVO, 2005, p. 98), e no Dicionário de Terminologia Arquivística refere-se ao arquivo “ao qual se deixou incorporar novos documentos em virtude da unidade produtora” (CAMARGO *et al.*, 1996, p. 41).

era desconhecido igualmente pela equipe do MAST e, especialmente, porque fora gratificante ver que se tratava de documentos referentes a muitas expedições científicas ocorridas em território brasileiro, das quais participaram “personagens como Claude Lévi-Strauss e Curt Nimuendajú, e membros do Conselho do porte de Heloísa Alberto Torres e Berta Lutz” (CASTRO, 2005, p. 34). Por este motivo foi priorizada a organização desta documentação considerada valiosa e inédita, do ponto de vista informativo, histórico e científico.

Por ocasião desta organização, Castro (2005.p. 35) relata que foi realizada uma limpeza superficial e uma identificação sumária dos documentos, informando que nesta ocasião puderam ser localizados todos os livros de Atas de Reuniões dos membros do Conselho, o que ajudou em muito a conhecer sua estrutura de funcionamento e as mudanças pela qual passou a entidade.

Por meio das Atas de Reunião do CFEACB, localizadas neste fundo, conclui-se que entre os anos de 1951 e 1968 o Conselho de Fiscalização existiu simultaneamente ao Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, e que os membros do CFEACB, ao receberem o comunicado de extinção do órgão reuniram-se para encaminhar os processos de solicitação para aquele órgão (Fonte: ATA, 1968 – Arquivo CFE. Acervo MAST, dossiê CFE.T.1.011. Ata n.8).

Conforme consta no inventário¹⁵⁸, e considerando uma abordagem quantitativa por categorias, verifica-se que o arquivo CFEACB possui 10.576 documentos textuais, 257 fotografias e 22 documentos cartográficos. Os primeiros foram distribuídos entre duas séries de dossiês textuais: Série 1 – Estrutura e funcionamento; e Série 2 – Expedição e exportação de material, sendo 57 dossiês referentes à série 1 e 451 dossiês, à série 2. Completam ainda o acervo, os documentos fotográficos e cartográficos, que embora tendo relação com os dossiês textuais, foram descritos em dossiês separados, entretanto referenciados/relacionados, para destacar sua descrição/especificidade de formato no inventário. A opção por este método de arranjo, segundo Castro (2005) informa, foi uma tentativa de dar coerência¹⁵⁹ ao conjunto que havia sofrido uma desorganização e uma quebra na sua estrutura orgânica.

¹⁵⁸ ARQUIVO do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas Científicas no Brasil: inventário sumário. 2. ed. Rio de Janeiro: MAST, 2000. 133 p. Disponível em: http://www.mast.br/inventarios/inventarios_conselho_de_fiscalizacao_das_expedicoes_artisticas_e_cientificas_no_brasil.pdf.

¹⁵⁹ Ao analisar e avaliar os documentos e a relação que estabeleciam entre si, a equipe de arquivistas tentou estabelecer uma coerência com o contexto de produção do arquivo. Este procedimento vem sendo aplicado e aprimorado pela equipe de arquivistas em outros arquivos que chegam ao MAST em condição semelhante, trabalhando assim dentro de uma ideia de recuperação da estrutura e função.

O processo de organização culminou no arranjo, na formação dos dossiês e sua descrição e, por fim, na sua codificação. Os dossiês, por sua vez, foram descritos nas séries em ordem cronológica crescente, segundo o primeiro documento de cada dossiê. Este trabalho foi concluído com a publicação da primeira edição do Inventário Sumário, em 1988. A organização levou nove meses (ARQUIVO, 2000). O inventário teve uma reedição em 2000, quando o MAST submeteu a candidatura do arquivo do CFEACB ao Programa Memória do Mundo.

Além do inventário, pode-se ter acesso às informações sobre o acervo nas Bases de Dados de Documentos Textuais e de Iconografias, que está disponível para consulta na internet pela página do MAST:

[http://www.mast.br/telas/consulta/cons_todos.asp].

Para autores como Grupioni,

mesmo se tratando de uma documentação burocrática e, portanto, limitada, ela permite vislumbrar, de modo particular, a estreita ligação entre a realização de expedições e a formação de coleções científicas no Brasil e compreender o momento singular no qual o Estado Brasileiro busca, em diferentes frentes, definir o que seria um patrimônio científico-cultural brasileiro, formulando políticas para sua proteção (1995, p.4-5).

Nas palavras de Castro Faria, conselheiro do CFEACB:

Trata-se substancialmente de um acervo de documentos oficiais de controle de expedições estrangeiras no Brasil, e portanto da burocracia de um aparelho do Estado, mas também de documentos espontâneos, de expedicionários de origens diversas – nacionalidades diferentes, ligações com institutos científicos de peso e finalidades desiguais, franco-atiradores. Este duplo caráter confere ao conjunto um significado especial. Nele estão presentes duas representações – como o Brasil via os estrangeiros que classificava como expedicionários, e esses expedicionários representavam o Brasil como o lugar preferido. Note-se logo que o aparato fiscalizador do Estado equiparava às expedições (ARQUIVO, 2000, p. 7).

Neste sentido, a importância e os critérios de valorização do acervo do CFEACB foram mais bem explicitados quando da sua candidatura ao Programa Memória do Mundo – PMM, bem como pelo entendimento deste conjunto como parte integrante de uma política institucional de preservação de fontes de pesquisa para a história da ciência no Brasil, que foi e vem sendo desenvolvida pelo Arquivo de História da Ciência do MAST.

3.3 – O Programa Memória do Mundo – PMM: reflexões sobre um patrimônio documental

O PMM foi criado no âmbito da UNESCO, em 1992, para promover a preservação do patrimônio documental dos países, assegurar seu acesso universal e despertar uma consciência sobre sua existência e importância (MEMORIA, 2002, p. 2).

O aporte para este programa foi a constatação de que, apesar de grande parte da ‘memória do mundo’ encontrar-se em bibliotecas, arquivos, museus e outros lugares de custódia, ainda assim, o patrimônio documental encontra-se ameaçado (cf. MEMORY, 1996, p.3-4): seja devido à perda ou dispersão, ao deslocamento arbitrário ou acidental, aos saques de guerra e outras circunstâncias históricas, bem como aos obstáculos práticos e políticos de acesso aos documentos ou devido às ameaças de deterioração que lhe são próprias (cf. MEMORIA, 2002, p. 1).

Define-se como Memória do Mundo:

a memória coletiva e documentada dos povos do mundo – seu patrimônio documental – que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das conquistas da sociedade humana. É o legado do passado à comunidade mundial presente e futura¹⁶⁰ (MEMORIA, 2002, p. 1 – tradução da aluna).

Neste sentido, o PMM considera como patrimônio documental os registros e documentos produzidos “ao longo de toda a história registrada, desde os rolos de papiro ou as tabuinhas de argila até as películas, as gravações sonoras e os arquivos digitais. Nada fica fora dele por ser demasiado antigo ou novo”¹⁶¹ (MEMORIA, 2002, p. 4), o que inclui também, os documentos audiovisuais e eletrônicos. Portanto, embora não exista consenso, posto que o conceito de documento tem uma abordagem mais ampla na perspectiva da sociedade contemporânea, como explicitado na introdução desta dissertação, aqui foram mantidos os limites desta noção segundo o PMM, por ela traduzir-se como referência ao tema estudado por esta dissertação.

No texto com diretrizes atualizadas sobre o referido programa temos as seguintes definições:

¹⁶⁰ No original: “es la memoria colectiva y documentada de los pueblos del mundo – **su patrimonio documental** – que, a su vez, representa buena parte del patrimonio cultural mundial. Traza la evolución del pensamiento, de los descubrimientos y de los logros de la sociedad humana. Es el legado del pasado a la comunidad mundial presente y futura”.

¹⁶¹ No original: “a lo largo de toda la historia registrada, desde los rollos de papiro o las tablillas de arcilla hasta las películas, las grabaciones sonoras o los archivos numéricos. Nada queda fuera de él por ser demasiado antiguo o demasiado nuevo”.

O Programa Memória do Mundo determina o patrimônio documental de importância internacional, regional e nacional; o inscreve em um registro, e outorga um logotipo para identificá-lo. Facilita, do mesmo modo, sua preservação e o acesso sem discriminação. Além disso, organiza campanhas para sensibilizar sobre o patrimônio documental, alertar os poderes públicos, os cidadãos e os setores empresarial e comercial das necessidades de preservação e para arrecadação de fundos¹⁶² (MEMORIA, 2009, p. 1 – tradução da aluna).

Portanto, esta iniciativa da UNESCO visa promover não só a responsabilidade pela manutenção e o acesso do acervo nominado, assim como proporcionar sua valorização, fruto do seu reconhecimento com patrimônio cultural. E, por meio desta marca, intenciona favorecer o acesso a recursos financeiros para preservá-lo e também torná-lo conhecido.

Para integrar o Registro no PMM, o documento ou conjunto documental deve atender aos seguintes critérios (ZAMORANA, 2009, p. 4; MEMORIA, 2002, p. 19 e 20):

- ter autenticidade, isto é, ser um documento original;
- ser um documento único e insubstituível;
- ter significado ou influência que seja mundial, regional ou nacional, conforme o caso;
- representar um descobrimento ou ser o primeiro em seu tipo, considerando que cada documento é produto de seu tempo;
- representar o lugar em que teve origem, que pode ser de importância para a história mundial, regional ou nacional (conforme o caso);
- representar o povo, o contexto social e cultural, uma época de mudanças importantes de indivíduos na cultura, na arte e na política em alguma comunidade;
- representar um assunto ou tema, que pode ser uma contribuição intelectual ou histórica em qualquer dos campos do conhecimento;
- representar uma forma e estilo ou valor estético que sobressaia por representar um costume ou um suporte desaparecido;
- por sua raridade, seu conteúdo e por sua parte externa, que sejam escassos, únicos;
- por sua integridade, isto é, por encontrar-se bem conservado, completo.

¹⁶² No original: "determina el patrimonio documental de importancia internacional, regional y nacional; lo inscribe en un registro, y otorga un logotipo para identificarlo. Facilita asimismo su preservación y el acceso sin discriminación. Además, organiza campañas para sensibilizar sobre el patrimonio documental, alertar a los poderes públicos, a los ciudadanos y a los sectores empresarial y comercial de las necesidades de preservación y para recaudar fondos".

Ao refletir sobre estes critérios, verifica-se que são muitos os componentes que definem se este ou outro documento e/ou conjunto de documentos devem ser admitidos neste programa, fazendo ainda uma distinção na qual os critérios podem ser aplicados também segundo uma hierarquia geográfica (nível regional ou nacional, além do mundial). Outro aspecto observado foi que a dimensão da importância se configura em função de sua representatividade particular ou universal. Neste sentido, esta dimensão está estreitamente relacionada com a hierarquia geográfica citada.

Como foi apresentado no item 1.1 desta dissertação, o contexto se relaciona com a qualidade de testemunho (SCHELLENBERG, 1974, p. 105) ou, como afirma Manero (1987, p. 284), a capacidade informativa do documento não está restrita ao conteúdo documental, mas envolve também a mensagem intelectual, isto é, a intemporalidade do pensamento ali expresso. Assim, embora considerando os critérios aplicados dentro de um universo de valores, o conteúdo apreciado não deve ser desconsiderado, enquanto evidência ou produção humana.

Outro autor, Castro, considera que:

do resultado final de seleção e decisões [...] tomadas no momento em que os arquivos estão sendo organizados, [é] que os pesquisadores, no futuro, retiram dados para seus trabalhos e tentam convencer o público de que “vale a pena conhecer” certos eventos, pessoas e temas. Trata-se de uma via de mão dupla, já que o que é considerado como valioso para ser conhecido, [e] influencia outras decisões sobre o que vale a pena ser guardado (CASTRO, 2005, p. 39).

Deste ponto de partida é possível perceber a dificuldade de uma seleção e, especialmente, da negação de preservação de acervos documentais. Contudo, como aponta Atkinson (2001): escolhas são e devem ser feitas. Assim, para descrever a importância do acervo do CFEACB, definiu-se tratar do tema por meio dos argumentos utilizados para sua afirmação e candidatura ao PMM, e por uma reflexão sobre este patrimônio documental, a partir das atribuições do MAST e do AHC.

Ao considerar os critérios para a candidatura do CFEACB pelo MAST no PMM, a instituição encaminhou como argumentos:

que este acervo foi guardado em um lugar específico e passou a constituir-se em um conjunto documental com alto potencial de informações para conhecer eventos, pessoas e assuntos relacionados às expedições científicas oficiais realizadas no Brasil no período compreendido entre 1933-1968. Entendemos que, desde sua criação, esse Conselho teve papel estratégico no controle de expedições e expedicionários que circulavam no Brasil nessa época (Fonte: FORMULÁRIO, 2008).

Neste sentido, esta assertiva cumpre os requisitos referentes à sua influência nacional e ao contexto social, cultural e político de uma época, entre outros, conforme apresentado nesta dissertação. Ao propor a candidatura, o MAST reconheceu, entretanto, que:

Apesar de ser um arquivo único e insubstituível, é heterogêneo e desigual, tendo em vistas que possui documentos com materiais constituintes diversos e ausências e lacunas de documentação. Ao mesmo tempo em que se constitui num acervo que retrata a burocracia do Estado brasileiro, possui também documentos instintivos de pesquisadores de origem e de instituições científicas com pesos e finalidades desiguais, que vieram ao nosso país em busca de material de coleção e estudo [...] (Fonte: FORMULÁRIO, 2008).

Nos argumentos da candidatura, verifica-se a observação quanto ao conjunto apresentar distintas espécies documentais e também perdas. Contudo, tais circunstâncias são minimizadas em função do valor potencial do conjunto, que não se restringe a nação brasileira, mas pode servir como referência, a partir dela, para outros países que ali estão retratados. Assim, o texto reafirma, ainda, que a candidatura almejou:

recuperar não só seu caráter histórico e legal, mas também, e especialmente, seu papel [do CFEACB] enquanto fonte de produção de novos conhecimentos sobre o Brasil, sobre as políticas estadistas e sobre os atores e partícipes do processo de produção etnográfica, estratégica e científica nacional e internacional. (FORMULÁRIO, 2008).

Percebe-se que tais argumentos vêm ao encontro do interesse de tornar o acervo conhecido e valorizado; ademais disto, que o esforço das instituições em incluir suas coleções em programas como o 'Memória do Mundo', especialmente esteja no fato de inseri-las na dinâmica de preservação nacional do patrimônio, que ainda não alcançou políticas integradas de preservação. Do mesmo modo, como o programa mesmo propõe (MEMORIA, 2009, p. 1), isto as torna aptas a receber recursos para pesquisa e tratamento. Neste sentido, o registro no PMM é uma decisão política que tem repercussão institucional, mas também nacional. No caso da candidatura do arquivo do CFEACB, trata-se de iniciativa que reconhece um acervo científico como patrimônio cultural, o que por si só, já seria importante, em vista de no Brasil não haver uma política de Estado para a preservação desse tipo de bens patrimoniais.

Um ponto a ser observado no PMM é a abordagem que faz quanto aos critérios de seleção, cujo principal destaque está na noção de autenticidade. A autenticidade, como definida no texto do PMM, é relativa ao autêntico, ao genuíno (MEMORIA, 2002, p. 19). No que se refere este critério, pode-se concluir que a noção de autenticidade está

em oposição a cópias, replicas, falsificações (MEMORIA, 2002, p. 19), sendo tanto relativa à ideia de original, o primeiro, quanto de verdadeiro, sem adulteração. Esta afirmativa é reforçada em outro trecho do texto (e que define o PMM), e se refere à justificativa da proposta de Registro, onde se solicita: “explique-se como se sabe que o elemento do patrimônio documental é autêntico. Por exemplo, porque se conhece com certeza sua procedência, ou então porque um especialista demonstrou que é genuíno”¹⁶³ (MEMORIA, 2002, p. 40 – tradução da aluna).

Ainda sobre essa seleção, apesar de não ser um critério, observa-se também no texto do PMM que a integridade do patrimônio documental é considerada no momento da avaliação, sendo essa relacionada às condições físicas de permanência do suporte. Assim, está previsto, que “um elemento do patrimônio documental poderá ser suprimido do Registro no caso de deterioração ou de que sua integridade tenha sido reduzida até o ponto de que já não cumpra os critérios de seleção que justificaram sua inscrição”¹⁶⁴ (MEMORIA, 2002, p. 24 – tradução da aluna).

Assim, pode-se afirmar que quando a deterioração ou o estado de conservação do acervo compromete a sua autenticidade, este poderia ser descredenciado. Tal situação reforça que a instituição deve promover esforços para sua preservação e conservação. Contudo, este critério pode parecer claro e coerente, mas, como um exercício de reflexão é possível analisar que o termo autenticidade, utilizado no âmbito das ações de preservação do patrimônio cultural, encontrar-se dentro de uma área de penumbra, sendo fundamental que seja debatido.

Esta noção pode referir-se, por exemplo, ao que é verdadeiro, fidedigno e genuíno, em oposição ao falso, à adulteração. Esta visão foi e vem sendo reconhecidamente desejável dentro dos preceitos da atribuição de valor do patrimônio e da postura preservacionista, desde o final do século XIX¹⁶⁵. É o aspecto da autenticidade que procura evitar o falso histórico¹⁶⁶, valorizando o autêntico, enquanto verdadeiro, genuíno (CURY, 2004, p. 319). Esta perspectiva que se verifica no texto do PMM e, a

¹⁶³ No original: “explíquese cómo se sabe que el elemento del patrimonio documental es auténtico. Por ejemplo, porque se conoce con certeza su procedencia, o bien porque un experto ha demostrado que es genuino”.

¹⁶⁴ No original: “un elemento del patrimonio documental podrá ser suprimido del Registro en casos de deterioro o de que su integridad haya resultado menoscabada, hasta el punto de que ya no cumpla los criterios de selección que justificaron su inscripción”.

¹⁶⁵ Boito, ao se referir às ações de intervenção, critica as restaurações adulteradoras, enganadoras e dedutivas e postula que não se pode chamar de restauração qualquer operação que tenha influência sobre o que faz do objeto uma obra de arte, afirmando que contentar-se em fazer o menos possível é o ponto chave (2002, p. 39 e 49, respectivamente). Para este teórico, esta postura respeita a obra, mantendo-a genuína (BOITO, 2002, p. 44).

¹⁶⁶ Esta feição da autenticidade tornou-se mesmo princípio no que se refere às intervenções de conservação-restauração do patrimônio cultural, com Camilo Boito e Casari Brandi (verificar no item 1.2 e 2.3), e já a partir na Carta de Veneza, em 1964. Entretanto, em meados da década de 1990 é retomada com ênfase no termo autêntico.

partir da década de 1990, pode ser observada nos textos produzidos na Conferência de Nara, em novembro de 1994, na Carta de Brasília, de 1995, sobre o Cone Sul (CURY, 2004, p. 319 e 323, respectivamente), e na Carta de Cracóvia, de 2000 (CARTA, 2000).

Sob este aspecto, um parêntese é aberto, para trazer a noção de autenticidade relativa aos documentos de arquivo, oferecida pela Diplomática, quando esta caracteriza diferentes tipos de documentos. Berwanger e Leal (2001, p. 21) explicam os 'pseudo-originais' deste modo: um documento lavrado por autoridade ou funcionário designado, de forma enganosa, em parte ou no todo, pode ser diplomaticamente autêntico, mas historicamente falso. Assim, o caráter de falsificação não está no documento, mas no ato, pois o documento é autêntico porque foi produzido na sua essência física, inalterada, como original. Deste modo, esta noção dilui a oposição do autêntico *versus* falso histórico, caracterizando a autenticidade dentro da noção de original, primeiro. Neste entendimento, original e autenticidade são dois aspectos do documento arquivístico que possuem perspectivas diferenciadas.

Entretanto, a autenticidade também pode ser definida, como observado no texto do PMM, pela qualidade do que é primeiro, único, em oposição à réplica, à cópia ou substituto. Então, este aspecto da autenticidade, relativa ao patrimônio, refere-se à ideia de oposição: autêntico *versus* reprodução, no qual o original é reconhecido como de valor intrínseco, enquanto a cópia ou réplica é destituída de tal valor.

Pode-se perceber a influência destas reflexões na Carta de Brasília (CURY, 2004, p. 324 e 326, respectivamente), quando esta estabelece que a autenticidade "se alicerça e se mantém na veracidade dos patrimônios que recebemos e transmitimos à posteridade", e que, tem existência na correspondência entre o objeto material (matéria) e seu significado. Portanto, como apresentado, a noção tem relação estreita com a materialidade, isto é, com o respeito à manutenção das características e qualidades físicas e informativas da base onde se manifesta o 'simbólico' do bem patrimonial, ideia muito próximo do ideal contemporâneo filosófico holístico. Assim, complementa o texto: "o suporte tangível não deve ser o único objeto da conservação" (CURY, 2004, p. 326).

Então é possível afirmar que: o autêntico se define pela matéria e se determina no simbólico, o que pode levar a uma nova afirmação: que o olhar de autenticidade para com os documentos arquivísticos não deve ser dirigido apenas aos documentos únicos, mas referir-se também ao conjunto integral/inteiro do arquivo.

Pode-se dizer que a ideia do simbólico em arquivo está relacionada ao contexto de criação do documento, bem como de constituição do próprio arquivo, apresentando-se, então, em dois aspectos concorrentes. O primeiro refere-se ao arquivo enquanto reflexo

de uma realidade construída por seus proprietários e entidades produtoras, pelo momento histórico da sua origem. O segundo refere-se à autenticidade dos materiais, da sua forma de produção, ordenação, manutenção e proteção, o que em última instância pode-se referir, também, às políticas implementadas para sua proteção ou à ausência destas.

Por certo um debate sobre o uso do termo autenticidade no campo do patrimônio foi explicitado por Garcia Cuentos (2009, p.62), quando a autora afirma que alguns profissionais e entidades, principalmente os americanos, têm preferido adotar mais o termo integridade do que autenticidade, quando se referem aos princípios e critérios que devem reger a intervenção nos bens culturais, de forma a preservar sua essência ou originalidade. Assim, tanto a autenticidade é vista como sendo o que representa o original, o primeiro (constituído pelos valores de evidência, de prova e informativo), como a noção está relacionada fortemente à característica física, que tem estreita relação com a ideia de integridade. Neste sentido, estabelecem-se duas questões distintas de abordagem da noção de autenticidade, que são, contudo, complementares. Percebe-se que no PMM utilizou-se do argumento de autenticidade tanto no sentido de relação ao primeiro em oposição à cópia, quanto no sentido da integridade, porém sem distinção.

Assim, ainda tomando como referência Garcia Cuentos (2009, p. 50 e 53), pode-se afirmar que o efeito físico do 'passar do tempo' é identificado como um valor adicionado pela história, e o seu reconhecimento vai depender, em grande medida, da qualidade das fontes de informação disponíveis sobre o documento e da capacidade de entendimento sobre elas. Então é possível reconhecer que o contexto simbólico de produção, guarda e proteção também irá estabelecer uma relação intrínseca de contribuição ao caráter de autêntico e de representação de um conjunto arquivístico.

Sob outro ponto de vistas, pode-se inferir que a noção de autenticidade sofre influência temporal, daí, portanto, sua associação com o sentido de integridade, notadamente com respeito à integridade histórica, estética, física e simbólica. Com este olhar sob a noção de autenticidade, Appelbaum (2009, p. 182-189) descreve considerações a serem analisadas sobre o 'estado ideal' de autenticidade, no momento de uma intervenção sobre o patrimônio, quais sejam: o estado original como o autêntico; o estado 'como usado' como o autêntico; o estado corrente (atual) como o autêntico; e o estado como um processo, isto é, o acumulativo do tempo.

Então é possível perguntar: a autenticidade do documento é diferente da integridade do patrimônio (e vice-versa)? Elas são complementares? Talvez um relato sobre o arquivo do CFEACB possa levar a algumas respostas.

Pode-se afirmar, inicialmente, que o arquivo do CFEACB tem sua autenticidade na certeza de sua procedência e na veracidade de seus documentos, cumprindo, assim, os requisitos do PMM. Contudo, observa-se que ele é formado por uma variedade de tipos documentais que não necessariamente se enquadram no ideal de autenticidade que se opõe a cópias, haja vista que alguns documentos expedidos pelo órgão, nem sempre estão na sua forma original, 'acabada'.

Por outro lado, constam ainda deste conjunto arquivístico, tipos de documentos que podem ter inúmeras reproduções, como é o caso dos artigos de jornal recortados, inseridos nos dossiês administrativos e nos processos de pedido de autorização de expedições. Tais documentos são fonte de informações e, muitas vezes, deram origem a debates registrados nas atas de reunião dos conselheiros do órgão, podendo ser considerados únicos, pois são fruto de uma seleção específica reunida num conjunto que lhe confere características singulares.

Sob estes aspectos é possível questionar que este arquivo não se constitui como um conjunto de documentos autênticos? Por certo que se constitui, tendo em vista que sua qualificação de autenticidade não está apenas referenciada diretamente ao valor intrínseco de cada documento, mas no seu conjunto enquanto testemunho, evidência, informação, para citar apenas alguns dos valores que lhe qualificam.

De outro modo, ao observar o acervo do CFEACB sob a guarda do MAST, direcionando o olhar para a seleção e priorização de conservação-restauração para tratamentos de documentos arquivísticos, tenta-se identificar como o critério de autenticidade pode interferir nesta abordagem, especialmente considerando as proposições feitas por Appelbaum (2009)

Na atualidade (década de 2010), os princípios que regem as intervenções de conservação-restauração são definidos pelos códigos de ética profissional e, muitas vezes, estão refletidos na escolha dos métodos adotados. Entretanto, no momento da aplicação sobre os documentos, surgem controvérsias, fazendo surgir questões: o que fazer quanto ao uso de grampos metálicos na junção de documentos e encadernações tipo brochura? E quanto aos documentos montados com fotografias e trechos de artigos de jornal e revistas? E quanto às perfurações em documentos, utilizadas anteriormente para sua colocação em pastas de arquivo (pelo órgão, enquanto existiu)? Entre outras situações encontradas. Estas considerações sobre como intervir, considerando a autenticidade e a integridade do documento, ajudam a refletir sobre a importância do juízo crítico e dos referenciais teóricos, em função dos princípios e valores estabelecidos no campo da Conservação, bem como de importância para o PMM.

A tratar do tema da autenticidade Garcia Cuentos (2009, p. 48) observa que a Carta de Cracóvia (2000) renova os preceitos de que a autenticidade está ligada à ideia de refazer pelas mesmas técnicas e usando materiais idênticos, garantindo que assim seja alcançada sua preservação. Estes procedimentos trazem uma 'autenticidade' e têm relação com a 'imaterialidade' da cultura – é o modo de fazer com materiais idênticos, o que se deseja preservar. Neste sentido, autenticidade tem relação com a identidade e com a imaterialidade, o que não exatamente se segue no campo teórico do Ocidente, que questiona ações imitativas, apesar de aceitar quando estas ações introduzem elementos novos desde que os distinga do original.

Garcia Cuentos (2009, p. 19) aponta que, para a UNESCO, a autenticidade, relativa aos bens arquitetônicos, encontra-se no bem cultural desde a sua criação e com toda a sua história, e que preservar a autenticidade, supõe-se que deva salvaguardar a matéria e os efeitos do tempo histórico nela materializados. Neste sentido, a proposta do PMM está ratificando e aplicando este mesmo critério ao patrimônio documental.

Por outro lado, é importante lembrar que a noção de autenticidade tem uma conotação própria para os documentos arquivísticos: a autenticidade definida pelo que é original, tendo isto sido explicitado, também, no PMM. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, o termo original é definido como “a forma pela qual um documento, feito por vontade expressa de seu autor, é conservado no suporte e no formato que foi emitido, com os devidos sinais de validação” (CAMARGO *et al.*, 1996, p. 57). O original, portanto, é o que foi validado. Esta percepção relaciona-se ao caráter jurídico do arquivo, isto é, aquele referente ao seu valor probatório¹⁶⁷, portanto, sendo aquele que recebe uma autenticação. É possível que ao tornar-se patrimônio este aspecto da autenticidade do documento arquivístico seja abrandado ou colocado em segundo plano, quando se pensa na preservação em longo prazo? Pode-se afirmar que este caráter seja desconsiderado ou diminuído em função de outros valores? Quando são feitas tais escolhas para conservação-restauração, como resguardar este valor?

Quer se afirmar, assim, que a ideia do simbólico e da autenticidade tem estreita relação com a adoção de uma perspectiva de olhar o patrimônio e, por sua vez, no arquivo que esta ideia está estreitamente relacionada com o tipo de valorização que lhe é conferido. Assim, deve-se refletir: o valor secundário (cf. nos descreveu Shellenberg, 1974, p. 180) pode ou não sobrepujar o valor primário quando ampliamos o atributo de documento de arquivo para patrimônio cultural?

¹⁶⁷ Mas não o valor evidencial ou informativo.

Assim, identifica-se como importante esta reflexão para efeito de entendimento da noção aplicada aos programas da magnitude do PMM, especialmente, em razão de suas influências na definição da eleição para preservação de documentos e, conseqüentemente, no estabelecimento de intervenções de conservação e restauração. De posse de definições claras, pode-se refletir sobre que autenticidade se quer preservar no universo do que se classifica como patrimônio documental, e quais são as opções que devem ser consideradas quando da seleção e priorização de ações de conservação-restauração, conforme apontou Appelbaum (2009) e nos direciona os critérios do PMM.

CAPÍTULO 4

SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO

DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS:

ferramentas e avaliação em conservação-restauração

*“O difícil não é fazer o que é certo, mas descobrir o que é certo para fazer.”
(adaptado de Robert Henry Srour)*

4. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: ferramentas e avaliação em conservação-restauração

As razões que levam à realização de tratamentos de conservação e restauração de bens culturais são múltiplas, e não dependem apenas do estado de conservação, do uso e do acesso, mas também, e especialmente, dos valores que lhe são atribuídos.

Ao falar sobre ferramentas para seleção e priorização da preservação é importante refletir sobre os critérios que definem as ações de preservação e conservação do patrimônio cultural. Como já apresentado nesta dissertação, estes não foram unânimes, nem comuns, nos diferentes períodos históricos e países. Até a primeira metade do século XX, é possível perceber que as atribuições de valor foram da competência dos especialistas, que definiam, na maioria das vezes, o que era (ou não era) patrimônio, e o que seria (ou não seria) tratado, geralmente relacionado ao conceito de raridade ou excepcionalidade.

Apenas a partir da segunda metade daquele século, com o debate internacional promovido por instituições como a UNESCO e as associações de profissionais constituídas também de âmbito internacional, como o ICOM, o IFLA o CIA, bem como o ICCROM, é possível dizer que se estabeleceram as bases e as orientações que direcionaram as ações de conservação, em nível macro, no estabelecimento de diretrizes de uso comum para arquivos, bibliotecas e museus.

É fácil compreender que uma determinada condição de preservação, seja ela patrimonial, ambiental, política e econômica, não é igual em qualquer parte. As posturas e atividades de preservação e/ou conservação são inúmeras frente aos distintos bens a serem tratados, “implicando, inclusive, as atuações interdisciplinares e julgamentos os mais variados”, conforme afirma Lemos (1987, p. 66). Neste sentido, os valores atribuídos ao patrimônio, apesar de absolutos na sua essência, são relativos na sua aplicação, pois cada lugar, período ou atores podem reconhecê-los de forma diferenciada para justificar, ou não, a preservação.

Brandi (2004, p. 103-104) já apontava tal circunstância quando afirmou que, ao exercer o juízo crítico, cada caso é um caso. Entretanto, é possível traçar referências para intervenção, que sejam utilizadas nas tomadas de decisão para preservação, conservação e restauração do patrimônio. Estas referências dizem respeito tanto à teoria quanto às práticas da disciplina, e são fundamentadas com a introdução da perspectiva científica e dos códigos de ética profissional no campo da Conservação do patrimônio.

Ao refletir sobre a prática da conservação e sobre os métodos e procedimentos para seleção e determinação de prioridades de tratamentos para acervos, identifica-se um crescimento no uso dos instrumentos e métodos oriundos das ciências exatas e biológicas, envolvendo ainda uma área de humanas, que é a Administração. Froerer e Rosado (2008, p. 3) acrescentam que, na conservação, os princípios norteadores encontram-se não apenas apoiados nas áreas da ciência referidas acima, mas também em princípios conceituais historicamente situados.

Assim, a procura pela ciência aplicada à conservação-restauração vem responder a dois enfrentamentos: 1) a necessidade de apoiar-se na ciência para sair do empirismo e das práticas artesanais, o que vem sendo alterado desde o século XVIII; 2) ao apoiar-se em princípios científicos, retomando o positivismo e a verdade, espera-se alcançar a tão almejada neutralidade e a tolerância humanística, o que está em consonância com os processos sociais contemporâneos (ATKINSON, 2001, p. 24).

Entretanto, as avaliações visando à conservação não têm tido êxito apenas nas análises de ordem técnica de observação e documentação das condições dos acervos, mas também no que Brandi (2000) denominou de “juízo crítico”, que pressupõe experiência, habilidades, formação e raciocínio dedutivo (cf. CAPLE, 2000, p. 5).

Como abordado no item 2.4 desta dissertação, os tratamentos aplicados aos documentos não devem, ou não podem modificar o significado do patrimônio. Assim afirmam Avrami, Mason e Torre: “cada decisão de conservação – como limpar um objeto, reforçar uma estrutura, que materiais usar e outras – afeta como o objeto ou lugar será percebido, compreendido e usado, e, além disto, transmitido para o futuro”¹⁶⁸ (2000, p. 8 – tradução da aluna).

Então, a importância de estabelecer políticas de preservação e conservação para o acervo responde às demandas de garantia de sua manutenção, acesso e uso em longo prazo para as gerações futuras. Para Beck (2006, p. 9), a primeira resposta a esta

¹⁶⁸ No original: “every conservation decision – how to clean an object, how to reinforce a structure, what materials to use, and so – affects how the object or place will be perceived, understood and use, and thus transmitted to the future”.

exigência foi a estruturação de práticas de planejamento de infraestruturas de seleção para preservação. E, ao fazer uma reflexão sobre a área de conservação de documentos de arquivo, esta autora argumenta que se pode perceber uma mudança de paradigma na Arquivologia, que contribui para uma nova relação perante aos acervos: quando por um lado, a Arquivologia admitiu sua aproximação mais estreita com a Ciência da Informação, e por outro, quando reconheceu que a preservação documental insere-se num programa responsável de administração arquivística (BECK, 2006, p. 11 e p.18 respectivamente). Para Child (2001, p. 31) a conservação torna-se um componente integral das ações de gerenciamento de coleções, quando faz com que o responsável pelo acervo assuma cada vez mais a tarefa de manter sua coleção para o futuro e não para o presente.

É no contexto das décadas entre 1960 e 1980, onde nasce a preocupação, ainda que não claramente destacada, de como preservar o imenso conteúdo dos arquivos gerados pela sociedade, que surge uma nova filosofia da Conservação, em que se reconhece a necessidade de prevenir antes de restaurar. Tal filosofia foi uma resposta à identificação do enorme volume de documentos acumulados em processo de deterioração, do alto custo das ações de intervenção e do tempo necessário para tratá-los. Entretanto, os esforços para diminuir os itens a serem reparados e restaurados não deram fim às ações de conservação-restauração de documentos. Isto tende a acontecer devido à ausência de políticas anteriores, que fizeram com que muitos dos acervos sofressem ao longo de muitas décadas, e também pela qualidade intrínseca dos materiais constituintes destes acervos, que nem sempre contribuem para sua conservação em longo prazo.

Do mesmo modo que as políticas de conservação preventiva, as ações de conservação-restauração, a partir da década de 1980, passaram a ser pensadas dentro de uma ótica da administração eficiente de recursos financeiros, humanos e de tempo. Ao tratar este tema Cunha (1988) aponta a importância de recolher informações fidedignas sobre as necessidades do acervo; de identificar o porquê dos danos (causas); de estabelecer métodos sistemáticos de observação e registro (dos acervos e do meio ambiente); e, por fim, de avaliar as informações e estabelecer medidas e ações adequadas. Neste sentido, Cunha está reafirmando o que indica Garlick (2001), no momento em que sugere que todo levantamento deve estar apoiado em informações seguras e claras sobre o acervo; isto requer atenção, método, equipe treinada e experiente, para que as decisões sejam as necessárias e bem determinadas. Algumas dessas iniciativas, especialmente aquelas que se referem a documentar os acervos em amplo espectro, se coadunam com o que determinavam teóricos da Conservação, como

Violet-Le-Duc e Camilo Boito, ainda no final do século XIX e início do XX; portanto não são idéias novas, mas apenas a aplicação de orientações antigas sob uma nova ótica.

Ao refletir sobre o “fazer” da conservação-restauração em patrimônio arquivístico musealizado, deseja-se identificar preceitos teóricos que respaldem as políticas de conservação-restauração adotadas, especialmente para aqueles materiais que conformam os arquivos colecionados ou adquiridos (por doação ou comodato) e que formam parte do patrimônio cultural.

Assim, neste capítulo busca-se apresentar duas ferramentas que auxiliam na seleção e priorização de ações de conservação-restauração de documentos. Estas ferramentas têm origem nos debates que se estabeleceram a partir do movimento preservacionista dos componentes essenciais do patrimônio cultural, na década de 1960; por causa da disseminação da pesquisa científica em todos os processos da área de Conservação-Restauração, sendo também favorecida pelo aumento de programas de treinamento em nível de cada país e internacional. Como afirmam Hollós e Pedersoli (2009, p. 73), a seleção para a preservação de volumosos acervos documentais demanda um processo de escolhas, cuja essência é definir menos o que conservar e mais o que menos destruir, e isto requer motivações muito intensas, para a sua realização.

4.1 - A Abordagem Materialística

A abordagem materialística refere-se a uma ferramenta metodológica de seleção de documentos que considera avaliações técnicas e críticas que envolvem o estabelecimento de categorias de materiais a serem preservados, segundo o seu valor e finalidade, e o conhecimento da percentagem e o grau de deterioração do material, segundo cada categoria estabelecida. O método ajuda a responder às questões: o que necessita de preservação? E o que deveria ser preservado? Quais os métodos possíveis de preservação? E que métodos deveremos utilizar? (ATKINSON, 2001, p. 19). Esta ferramenta foi esboçada e proposta por Roy Atkinson, em 1986, para avaliar acervos de biblioteca.

Em seus argumentos, Atkinson (2001, p. 17) destacou a importância de se ter um método adequado de trabalho que fundamentasse a tomada de decisão sobre ações de preservação, para que fossem evitadas sobreposições e duplicação de esforços. Partindo de tal abordagem, buscar-se-á fazer um exercício de reflexão, no uso desta ferramenta para aplicação na seleção de documentos com vistas à execução e priorização de ações de conservação-restauração em arquivo. Este exercício procurou

direcionar-se para os documentos de arquivo que, por inúmeras motivações, passaram pelo processo de 'eleição' determinado por decisões quanto à sua preservação e manutenção em instituições de custódia, como os museus.

Atkinson propôs um método para definição de ações dirigidas a materiais impressos, que foi extrapolado para documentos de arquivo na análise desta dissertação, com a finalidade de que possa ser avaliada sua aplicação de modo corrente ao que está sendo preservado/adquirido, e que permita "assegurar ao futuro uma coleção equilibrada e representativa" (ATKINSON 2001, p. 29).

A abordagem materialística desenvolve-se definindo classes de materiais que necessitam ser preservados segundo critérios de valor/finalidade:

- a) classe 1 – importante pelo valor econômico;
- b) classe 2 – importante pelo valor de uso;
- c) classe 3 – importante pelo valor de pesquisa futura com pouco uso atual.

Na classe 1, o valor econômico é dirigido não só àqueles materiais em que houve um investimento considerável para aquisição, mas também aqueles que são identificados como tendo algum significado especial ou caráter único, especialmente quando o valor do conjunto excede o valor de suas partes individuais. Assim, Atkinson (2001, p. 22) determina que: "todos os materiais de valor econômico significativo nas coleções especiais devem ser preservados", isto é, devem ser contemplados com ações que visem sua conservação na sua forma original. Neste sentido, o segundo passo é então produzir uma estimativa técnica de quantidade e grau de deterioração de todos os itens, a fim de definir quais decisões técnicas e críticas serão formuladas e executadas (macro decisões).

A identificação dos materiais que compõem a classe 2 depende, fundamentalmente, do conhecimento acumulado pelos gestores sobre as necessidades do usuário e as tendências atuais/relativas de interesse. O uso dos métodos estatísticos referentes à consulta, reprodução e exposição dos materiais devem ser orientadores das necessidades de conservação. Esta análise é apoiada na identificação item-por-item definida por Hazen (2001), porque os documentos com alta ou elevada utilização necessitam ser conhecidos e o acompanhamento do seu estado de conservação deve ser constante.

No caso da classe 3, Atkinson (2001, p. 23) informa que os materiais desta categoria são os mais difíceis de identificar, posto que as motivações para sua preservação podem ser inúmeras: desde o interesse da instituição, de seus usuários, até

temas de pesquisa que ainda não tenham ganhado destaque e importância. Para o autor, as dificuldades são significativas, pois o propósito desta conservação “não é simplesmente o de ajudar o futuro a compreender o passado, mas é também o de proporcionar ao futuro a capacidade de compreender a si próprio” (ATKINSON, 2001, p. 1, p. 24). Ainda segundo este autor: os valores vigentes refletem nossa tendência atual de tolerância humanística, holística e abrangente, fazendo com que tenhamos hoje muita dificuldade de estabelecer um distanciamento e, conseqüentemente, quantidade passa a ser sinônimo de qualidade (ATKINSON, 2001, p. 25). Assim, observa-se que o autor produz um axioma, quando afirma que a preservação, deste ponto de vista, não se faz mais na base de seleção, mas na base da inclusão ou exclusão do que é tratado ou deixado deteriorar, seja por negligência, despreparo ou pela ausência de políticas anteriores de gestão, seja por decisões fundamentadas.

Tentando propor uma solução para esta seleção aleatória, Atkinson (2001, p. 25-26) estabelece alguns requisitos a serem considerados, que devem influenciar na efetivação de um programa institucional para a classe 3, de modo a ter uma auto regulação pela dificuldade constatada de estabelecer critérios de seleção para tal classe. Sugere como requisitos norteadores para a instituição:

- constituir uma coleção que seja representativa em longo prazo;
- assumir, responsabilmente, a formação desta coleção através da destinação de recursos;
- ser formada de modo a ser politicamente reconhecida fora da instituição;
- permitir sua expansão na medida em que o tempo e os recursos se tornem disponíveis.

Para Atkinson (2001), as ações de conservação aplicadas para cada classe devem ser distintas. A conservação-restauração será realizada para os documentos da classe 1; o reparo e proteção (ou o que denomina-se conservação curativa) para os da classe 2 e a reprodução e restrição de acesso para os da classe 3. Então, ao definir os documentos referentes a cada categoria, já se estaria pondo em prática um programa coordenado e de operação relativamente imediata junto ao acervo, minimizando perdas e trabalhando dentro de políticas aceitáveis (por estarem apoiadas em decisões técnicas e críticas).

Ao estabelecer um quadro onde sejam considerados a escala de valor (do mais alto para o mais baixo) e o grau de deterioração (percentagem grande, moderada e pequena), Atkinson acredita ser possível tomar decisões mais acertadas sobre os

distintos materiais de cada categoria (2001, p. 26). No que se refere à classe 3, segundo o autor, seria possível não só priorizar adequadamente os materiais da classe 3, mas também, decidir administrativamente sobre a inclusão de materiais (nesta classe), o que torna os critérios mais gerenciáveis, na ausência de usuários e tendências conhecidos (2001, p. 26).

Assim, na abordagem materialística verifica-se a importância de qualificar o documento numa determinada classe, de onde, a partir dela, serão implementadas ações já definidas. Neste método, as definições quanto às ações de preservação são dadas a priori, quando se identifica o valor/finalidade do acervo para a instituição. A prioridade dos materiais a receber a ação será estabelecida pelo seu valor e pelas condições de conservação, ou seja, de acordo com a sua deterioração, sendo uma decisão imediatizada pela classificação atribuída ao documento.

Por fim, Atkinson (2001, p. 29) coloca que, as classes 1 e 2 sempre receberam atenção por parte das bibliotecas, em menor ou maior grau. Entretanto, na contemporaneidade, em que forçosamente é necessário refletir sobre o que é legado para as gerações futuras, há necessidade de inclusão da classe 3 nos programas de preservação, isto é, daqueles materiais que não se tem uma definição segura sobre sua importância para as futuras gerações.

Child (2001), dois meses depois de Atkinson ter apresentado sua proposição, publicou um artigo onde trata do tema da avaliação e seleção para preservação de acervo com vistas à microfilmagem, aproveitando a abordagem metodológica exposta por Atkinson, e trazendo algumas considerações sobre a sua (dele) proposta. A primeira observação de Child (2001, p. 32) refere-se a ampliar a classe 1 para: materiais dotados de valor intrínseco, sugerindo que se adotem como critérios de valor intrínseco os estabelecidos pelo Arquivo Nacional dos EUA, em 1982 (estes critérios serão tratados no item 4.3 desta dissertação). Tal extensão, Child informa (2001, p. 32 e 33), pressupõe reconhecer que estes materiais devam ser preservados no seu formato original, e, a partir deste reconhecimento, lhes sejam garantidos recursos institucionais para mantê-los e salvaguardá-los.

Outra observação da autora é que os critérios que definem os materiais que podem ser enquadrados na classe 3 são mais complexos do que expôs Atkinson (2001), por causa de dois fatores adicionais: a) a expansão da pesquisa em todas as suas formas (histórica, científica, estatística, etc.), e b) ascensão das novas tecnologias, que, segundo a autora, permitem 'salvar' tudo (CHILD, 2001, p. 33). Para Child, tais circunstâncias alteram a perspectiva de abordagem das ações definidas para esta

categoria de materiais, no que tange às considerações sobre a escala de prioridades de seleção (2001, p. 34). Child reconhece que Atkinson tentou responder a este problema com uma lista de critérios que poderiam ajudar a definir um programa para a classe 3, mas que, para ela, não alcançariam completamente a solução desejada (2001, p. 34). Propõe, então, no seu artigo, que na classe 3 se identifiquem materiais ao contrário, isto é, que não devam a receber uma prioridade de tratamento, como por exemplo, separatas, cópias duplicadas, documentos que aparecem tanto como manuscritos quanto em partes de conjuntos publicados, recortes de jornal, entre outros (CHILD, 2001, p. 35). A adoção desta proposta reduziria, em alguma percentagem, o universo do acervo a ser tratado, ao mesmo tempo em que o define, por exclusão através da identificação.

Por fim, Child traz uma última contribuição: a inclusão dos materiais de arquivo nestes programas, com a finalidade de incrementar uma estratégia de preservação de acervos em nível mais abrangente (2001, p. 37).

Observa-se que as considerações de Child (2001) complementam a metodologia elaborada por Atkinson (2001) e ampliam a sua possibilidade de aplicação para acervos arquivísticos. Neste sentido, a autora busca substituir a qualificação de valor monetário ou econômico pelo de valor intrínseco, modificando, essencialmente, a categoria de materiais a serem incluídos na classe 1 (que necessitam ser preservados em seu formato original). De outra parte, mostra que a solução proposta por Atkinson (2001) para a classe 3, apesar de bem fundamentada, não assegura o desejável equilíbrio e neutralidade da seleção, nem a representatividade da coleção em longo prazo.

Focando atenção na proposição de Atkinson (2001), acrescida das considerações de Child (2001), podem ser feitas algumas reflexões sobre a possibilidade de adoção desta ferramenta na seleção e priorização de ações de conservação de acervos arquivísticos de valor permanente: a possibilidade de qualificação antecipada do universo de tratamento em função de categorias de valor pré-definidas, o que imediatiza decisões em bases técnica e crítica; promove uma hierarquização de itens prioritários dentro do universo de tratamento limitado à categoria enquadrada (recorte de proporções gerenciáveis); e possibilita o trabalho item-por-item ou por dossiês e conjuntos de documentos relacionados (trabalho em graus distintos de exaustividade).

Nos processos de aplicação desta ferramenta de seleção estão envolvidos o estudo e a análise referentes aos tipos de materiais que constituem os arquivos (levantamento quanto à composição e estado de conservação, bem como forma dos documentos, que é comum de ser empreendida pelas áreas institucionais de conservação), e uma hierarquização dos materiais num universo mais restrito em função

da classe (reprodução, substituição ou reparo, restauração). Entretanto, apesar do valor definir, a priori, os tratamentos, ainda há necessidade de avaliação sobre a qualificação quanto à intensidade deste valor dentro das próprias classes.

De outra parte, esta metodologia deve ser adaptada, considerando o contexto específico dos arquivos, conforme propôs Child (2001). Neste sentido, seria necessário valorizar os fundos arquivísticos segundo as características dos documentos que os compõem. Tal proposta evitaria categorizá-los entre si, mas por si. De outra parte, exige também que os levantamentos sejam mais detalhados, especialmente quanto à existência de documentos em outros formatos e formas, e quanto aos eventos e projeções quanto ao uso futuro, por exemplo. Assim, uma parceria mais estreita com os gestores do arquivo pode favorecer a estruturação e produção de estatísticas e calendários mais consistentes, visando aprimorar as decisões e escolhas.

Entende-se que as decisões envolvidas na abordagem metodológica apresentada tratam de coordenar as ações de preservação sistemática de coleções, dando ênfase diferente àqueles acervos que possuem requisitos distintos (valor mais alto; percentagem maior de deterioração) em relação à sua necessidade de restauração, conservação/proteção e reprodução (tratamentos definidos).

As vantagens da adoção de tal método são poder identificar de imediato as categorias de materiais que receberão um determinado tipo de tratamento e, a partir desta identificação, priorizar os itens/conjuntos em função da avaliação do seu estado de conservação e de uma qualificação do grau de valor. Caso haja maiores recursos e oportunidades podem ser implementados novos programas de forma imediata. A ferramenta pode ser adotada considerando estabelecer a prioridade item-por-item, por conjunto/dossiê ou acervo. As ações já estão definidas a priori, em função dos valores identificados para cada categoria de material. É necessário, entretanto, ter clareza quanto ao enquadramento e um nível de informação adequado, visto que por eles é que serão definidas as ações.

4.2 – O Gerenciamento de Riscos

A ferramenta de seleção de preservação denominada Gerenciamento de Riscos usa um método de análise que considera o risco com fator a ser observado primordialmente. É a partir da vulnerabilidade e do contexto do acervo que serão definidas as tomadas de decisão sobre as necessidades de preservação, conservação e restauração, buscando minimizar as perdas em longo prazo. Desta maneira, a ferramenta

propõe aceitar certa percentagem de perdas. E a priorização das ações será determinada pelo grau de magnitude do risco.

Para Henampérez (1999), o gerenciamento de riscos vem ao encontro de uma quebra mais recente de paradigma na conservação preventiva, que tem relação com as ideias de que: a) não há valores climáticos aplicáveis genericamente, e b) a flexibilização dos parâmetros de climatização pode fazer com que aconteçam interpretações errôneas e usos indiscriminados desta orientação. Respondendo a esta situação, buscou-se trabalhar dentro de uma abordagem mais completa de análise das condições em que os acervos se encontravam. Neste sentido, essa ferramenta propõe: identificar os riscos e definir os cenários encontrados a partir deles, analisar o valor do acervo e as expectativas que se tem das perdas de valor dos materiais e estabelecer as formas e prioridades de atuação.

Pedersoli (2010, p. 8) informa que os trabalhos utilizando o gerenciamento de riscos iniciam-se na década de 1960, associados à indústria seguradora, e que faz pouco mais de 15 anos que começou a ser introduzido no campo do patrimônio cultural. O método toma por base a norma técnica australiana e neozelandesa, AS/NZ 4360:2006 (de gerenciamento de risco), e sua sucessora, a norma ISO 31000:2009, de aplicação mais internacional. A abordagem metodológica está em fase de desenvolvimento, pelo empenho de Stefan Michalski do Instituto Canadense de Conservação – ICC, e contribuições trazidas pelo Centro Internacional de Estudos para Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural – ICCROM, pelo Instituto Holandês de Patrimônio Cultural – ICN, e de profissionais como Robert Waller, do Museu Canadense da Natureza – MCN (ASHILEY-SMIT, 2001, p. 59); José Luiz Pedersoli Junior, do ICCROM, entre outros, portanto, não é uma ferramenta “acabada”.

Na última versão do Manual de Gestão de Risco de Coleções (MICHALSKI; PEDERSOLI, 2009, p. 8), o método é resumido da seguinte forma:

- i) estimar os riscos, por meio do estabelecimento do contexto (o que será avaliado);
- ii) identificar os riscos, analisá-los e avaliá-los, propondo tratamento ou resposta a cada um dos riscos definidos;
- iii) comunicar e consultar sobre as ações desenvolvidas; e
- iv) monitorar e revisar as ações e prioridades em função das mudanças no contexto. As ações envolvidas nos dois últimos itens são contínuas e permanentes.

Os autores informam que há necessidade de escolha de qual hierarquia do método irá se trabalhar, ou mais abrangente ou mais restrita, a fim de definir as decisões

de modo mais ajustado (MICHALSKI; PEDERSOLI, 2009, p. 15). O enfoque então pode ser dado na: análise de um só risco; estimativa de riscos do mesmo tipo; estimativa comparativa de riscos; gestão global de riscos (todos os riscos); ou gestão integrada de riscos (no âmbito das políticas institucionais e externas).

Definindo o nível de abordagem (se mais restrita ou mais exaustiva), o primeiro passo seria estabelecer o contexto, isto é, reunir dados internos e de fontes externas para produção de uma avaliação inicial, que inclua a organização e o alcance da tarefa. O universo do levantamento inclui a instituição física, técnica e administrativamente e a identificação dos riscos, das coleções e de suas localizações.

Na identificação dos riscos, trabalha-se com uma lista básica de agentes que foi compilada pelo ICC¹⁶⁹, que são: as forças físicas; os atos de vandalismo; o fogo; a água; as pragas; os contaminantes; a luz e o ultravioleta (UV); a temperatura incorreta; a umidade incorreta e a dissociação. Estes agentes são associados a ocorrências de três tipos: eventos raros (menos de uma vez a cada 100 anos); eventos esporádicos (mais de uma vez a cada 100 anos) e eventos contínuos. Ao sintetizar estas informações numa tabela com variáveis por linhas e colunas, a ferramenta possibilita identificar os riscos de maior ou menor frequência e os permanentes.

No estudo de identificação do espaço institucional (contexto) que guarda o acervo, deve-se analisar a área espacial (sob a influência dos dez agentes de deterioração), que têm reflexo sobre o objeto, o que Pedersoli chama de “camadas de invólucro” (2010, p. 10), quais sejam: região, vizinhança e perímetro institucional, edifício, sala/depósito, mobiliário, embalagem.

No âmbito administrativo e técnico, o método sugere que se reúna e compile informações relevantes de documentos elaborados no âmbito da instituição, como plantas, normas de procedimentos, registro de incidentes, registro de monitoramento do ambiente, programas de manutenção, formulários e estatísticas sobre os acervos, entre outros.

Todas estas informações vão ajudar a estabelecer o contexto, a saber: “as possíveis fontes de ameaça; os fatores que contribuem para o risco; os riscos que podem ser acrescentados pela equipe; os lugares a revisar com mais cuidado durante a inspeção do edifício e da coleção” (MICHALSKI; PEDERSOLI, 2009, p. 36), entre outros.

No que se refere à abordagem do método para uso com riscos específicos, considera dois aspectos: i) objetos identificados como vulneráveis a um agente

¹⁶⁹ Ver em : 10 AGENTS. *Canadian Conservation Institute* – CCI ou ICC. Disponível em: <http://www.cci-icc.gc.ca/caringfor-prendresoindes/articles/10agents/index-eng.aspx> . Acesso em 21 de dez. de 2012.

específico; ii) objetos identificados como expostos ao agente em particular (MICHALSKI; PERDERSOLI, 2009, p. 39). Estas duas variáveis vão implicar em um axioma: apenas o que for vulnerável e estiver exposto ao agente será afetado e, neste caso, o risco é iminente e a ação pode ser prioritária.

Finalizando esta etapa será necessário produzir um resumo sobre a identificação de cada risco. No caso de riscos específicos, Antomarch e colaboradores (2005 *apud* MICHALSKI; PEDERSOLI, 2009, p. 42) indicam produzir um cenário sobre o risco específico, que se resume em: assinalar a ameaça; descrever qual é o dano e qual seu resultado; estimar a parte da coleção que será afetada; estimar quão rápido ou a frequência em que isso acontecerá; e estimar a perda resultante do valor.

De posse deste volume de informações, o passo seguinte à composição dos cenários é a etapa de análise para proposição das ações de tratamento. Nesta fase é que vão ser realizadas as avaliações e/ou comparações dos riscos e seus efeitos, com o objetivo de dimensionar as ameaças. Neste ponto implica saber: quanto da coleção será afetado? Quanto valor perderá cada objeto afetado? Com que frequência irá acontecer? O manual remete então a escala ABC (ANEXO 1) de pontuação (MICHALSKI; PERDERSOLI, 2009, p. 56-59):

- na tabela referente à letra A, identifica-se a frequência, em anos, que o risco ocorre, a qual corresponderá uma pontuação de ½ a 5 pontos;
- na tabela B, identifica-se o valor em percentagem que o objeto perderá se e quando afetado pelo risco, chegando-se à nova pontuação correspondente (de ½ a 5 pontos);
- na tabela C, identifica-se o quanto do acervo (parte ou todo) será afetado pelo risco (em percentagem), achando também a pontuação correspondente (de ½ a 5 pontos).

O somatório das três pontuações irá ser estabelecido e localizado, em seguida, na escala de magnitude de risco (Anexo 2) (MICHALSKI ; PEDERSOLI, 2009, p. 60). Hollós e Pedersoli explicam que:

a análise ou quantificação da magnitude dos riscos é feita a partir da quantificação da frequência ou velocidade em que se espera que o dano ocorra, juntamente com a perda de valor para o acervo decorrente da extensão do dano causado e da fração afetada. Uma vez determinadas as magnitudes dos riscos para o acervo é possível compará-los e, juntamente com critérios complementares, estabelecer prioridades para seu tratamento e mitigação (2009, p. 78).

A partir da magnitude chega-se à prioridade de ações a serem implementadas, com base em critérios como: sustentabilidade, custo-benefício, complementaridade, riscos colaterais, entre outros (PEDERSOLI, 2010, p. 10).

Conforme esclarecem Hollós e Pedersoli (2009, p. 78), o gerenciamento de riscos também pode estruturar-se considerando cinco estágios de controle, que foram incorporados na metodologia, segundo uma lista de procedimentos desenvolvidos por Stefan Michalski para serem praticados para a preservação do acervo:

- **evitar**, isto é, eliminar sua origem, remover fontes e condições propícias ao desenvolvimento;
- **bloquear ou impedir**; isto é, colocar uma barreira entre o acervo e os agentes de deterioração;
- **detectar**, definido por identificar ou monitorar quando e quanto o agente está presente ou ativo;
- **atuar**, que corresponde a tomar medidas contra o agente que está presente ou ativo, respondendo de modo a minimizar ou erradicar sua ação; e
- **recuperar ou tratar**, que significa: intervir no material depois do dano, avaliando estratégias e metodologias de prevenção e controle.

As etapas posteriores são de revisão e monitoramento dos riscos, que devem ser realizadas de modo permanente, a fim de identificar as alterações no contexto e nos cenários. Outra etapa contínua é a de comunicação e consulta, que permite não só o conhecimento e, conseqüente, participação de toda a equipe institucional (incluindo aí os dirigentes), mas também a retroalimentação do programa de gerenciamento de riscos implementado (PEDERSOLI, 2011, p. 34-35).

Verifica-se que a abordagem metodológica apresentada no gerenciamento de riscos direciona-se para o agente que influencia na condição do acervo, e não para o dano. Considera a susceptibilidade do material, a existência e intensidade da exposição ao agente e a frequência com que ocorre, para definir o impacto causado no acervo. A partir deste quadro de análise, é que vai se estabelecer o grau do risco e definir as ações e prioridades.

Nesta ferramenta há a necessidade de uma amplitude de conhecimento maior, por se tratar de uma abordagem sistêmica, o que garante a abrangência de utilização do método não só com o foco no acervo, mas também, utilizando-o para o meio ambiente institucional, conforme escolha. Identifica-se uma complexidade maior de instrumental, com o uso de inúmeros referenciais, que promovem a padronização dos parâmetros, ao mesmo tempo em que diminuem a subjetividade.

Requer, assim, um grau maior de refinamento das informações, especialmente, um maior apoio das ciências da Conservação e de estatísticas, para que os riscos sejam

mais bem qualificados e quantificados e, conseqüentemente, avaliados em sua magnitude e interferência no valor do acervo em longo prazo. Contudo, este aspecto pode ser amenizado se se trabalha apenas com a análise de um ou dois riscos específicos, julgados mais prioritários a partir de uma primeira avaliação sumária.

A abordagem metodológica do valor não considera categorias apenas qualificadoras, mas também quantitativas, que terminam sendo uma parte ‘nebulosa’ do método. A definição da percentagem do valor em uma coleção, dentro do todo do acervo, deve ser debatida e encontrada por parte da equipe que participa do programa, a fim de que possa se estabelecer o quanto a perda de valor da coleção vai representar de impacto no valor total do acervo. Esta informação vai afetar a identificação da magnitude do risco e, conseqüentemente, a prioridade das ações necessárias para se alcançar a preservação mais adequada para os acervos. Na tentativa de minimizar essa dificuldade, o manual (MICHALSKI; PEDERSOLI, 2009), na versão *on line*, traz agregado a si outros suportes de tecnologia da informação que servem de auxílio ao desenvolvimento do programa de gestão por aqueles que se propõe a utilizá-lo.

Segundo Pedersoli, o uso desta ferramenta traz vantagens sobre outras, porque:

as instituições tendem, por vezes a concentrar esforços e recursos em apenas alguns aspectos da conservação preventiva de seus acervos, ignorando ou negligenciando a existência de outras necessidades muitas vezes mais urgentes e/ou prioritárias. Por exemplo, um museu pode estar tão determinado em implantar o controle climático nas áreas de depósito do acervo, que negligencia um risco maior de incêndio ou furto. A partir da identificação sistemática e abrangente de todos os riscos ao acervo, e de sua quantificação, a aplicação do gerenciamento de riscos permite a eliminação desse problema e, conseqüentemente, uma gestão mais eficiente por parte das instituições patrimoniais (2001, p. 26).

Percebe-se que esta ferramenta possibilita dimensionar e comparar os problemas entre si, favorecendo uma decisão global mais ajustada às necessidades mais imediatas. Entretanto, verifica-se a importância de reunir e produzir um número de informações bastante amplo e detalhado, que apoie a formulação de cenários confiáveis. Neste sentido, o aspecto da percepção do risco é um exercício que deve ser bem cultivado/cuidado. Conforme apontam Otway e Thomas (1982 *apud* FREITAS, 2000, p. 119), “apesar de podermos conhecer, pelo menos em princípio, cada aspecto acerca da percepção de riscos, devemos considerar que esta percepção dependerá das informações que as pessoas têm recebido, bem como, em que tipos têm escolhido acreditar”. A localização de dados disponíveis e o apoio em dados confiáveis e a experiência da equipe proporcionarão que a ferramenta alcance os resultados esperados.

Por todas essas considerações, é necessário concordar com Hollós e Pedersoli quando afirmam que o gerenciamento de riscos deve ser pensado e realizado de forma interdisciplinar, conjugando “a ciência da conservação e outros ramos das Ciências Naturais, Sociais e Humanas” (2009, p. 79). Observa-se ser esta uma postura enquadrada adequadamente na prerrogativa de atender a uma demanda das decisões no âmbito, bastante atual, da conservação preventiva e do planejamento estratégico.

4.3 – O Valor Patrimonial e o Valor Arquivístico

Ao analisar o caráter global das iniciativas de preservação/conservação, é possível verificar o impacto potencial da necessidade de definição da seleção e da priorização de documentos/acervos, o que fundamentalmente leva à questão: qual a capacidade de avaliação do agente responsável pela ação, considerando que a sociedade contemporânea está comprometida com a inclusão?

Atkinson (2001, p. 24) relata que qualquer seleção é feita com base nos valores vigentes ou, de preferência, apoiada na ideologia dominante no momento da decisão. Este argumento também pode ser verificado em Muñoz Viñas (2003, p. 166), quando este autor afirma que as justificativas para as intervenções de conservação-restauração já não podem mais ser respondidas pelas teorias que ele denomina de clássicas, em consequência da ampliação e variedade de valores considerados na atualidade.

Retomando o que diz Atkinson, este considera que o problema do final do século XX, é que os valores utilizados na decisão para preservação, especialmente quando o valor de uso futuro é examinado, estão permeados de uma rede altamente desenvolvida e abrangente de relativismo ético e epistemológico, de tolerância humanística. Por esta razão, as políticas de preservação estão cada vez mais dirigidas por um ideal de “inclusividade” (ATKINSON, 2001, p. 25). O autor assim afirma:

a razão pela relutância do descarte de materiais é que nos falta, no momento atual [(1986)], aparato epistemológico para distinguir um nível de qualidade ou veracidade que claramente permita uma decisão pela rejeição ou pela aceitação (ATKINSON, 2001, p. 25).

E conclui, neste ponto, que:

o desconforto extremo da seleção para preservação deriva, em grande parte, da compreensão de que uma decisão negativa, isto é, uma decisão pela não preservação representa uma reversão – e em muitos casos uma reversão permanente – de uma série de decisões positivas de preservação tomadas ao longo da história do texto [entenda-se aqui: documento]. (ATKINSON, 2001, p. 18)

Atkinson (2001) quis afirmar, assim, que as escolhas entre os itens durante a aquisição já valorizaram uns em detrimento de outros. Então, ao considerar a necessidade de priorização para preservação em longo prazo, está se fazendo uma nova seleção, que estabelece outra escala de valorização.

No que se refere aos arquivos são distintas as noções de valor que, de certa forma, definiram o conjunto documental resultante das escolhas que constituíram e constituem o patrimônio arquivístico do qual se dispõe e tem-se construído, em muitos países, nos dias atuais (2013). Tais circunstâncias procuraram responder a um objetivo concreto, segundo Silva e colaboradores: “conservar um máximo de informação, preservando um mínimo de documentos” (2002, p. 131).

Considerando a eleição ou seleção para preservação de documentos arquivísticos, o critério do valor passa a ser examinado a partir da segunda metade do século XIX. Porém fazia referência apenas aos aspectos administrativos e históricos, conforme apresentado no Capítulo 1 desta dissertação. Na segunda metade do século XX, outros critérios de valor começam a ser mais claramente esboçados e descritos.

Nos Estados Unidos, Philip Brooks, em 1940, fez uma das primeiras proposições sobre as “categorias de valor” que poderiam ser aplicadas aos documentos de arquivo: importância para a instituição de origem, para o estudo da história administrativa da entidade produtora; e para a história em geral (BROOKS, 1940 *apud* SILVA *et al.*, 2002, p. 131). Esta visão se detém na observância da finalidade do documento, que pode ser restrita ou mais ampla, dentro de uma perspectiva de valorização ainda muito histórico-administrativa.

Estes critérios de valor representam aqueles que foram esboçados em textos arquivísticos como o manual dos arquivistas holandeses (1898) e o de Jenkinson (1922), e que foram assumidos nos processos de seleção para guarda e preservação de documentos em fase de transferência e recolhimento aos arquivos permanentes. Rousseau e Couture (1998, p.112) parecem concordar, quando afirmam que a abordagem arquivística, por muito tempo, baseou-se em dois valores: o valor administrativo e o valor de evidência, sendo este último associado à necessidade histórica.

Uma nova forma de olhar os valores dos documentos de arquivo surge em 1956, quando Schellenberg (1974, p. 180) afirma a existência de um valor primário, que se refere a quem o produziu (administrativo, fiscal, legal e executivo), e um valor secundário, que é o de interesse para outros que não os utilizadores oficiais. Segundo Rousseau e Couture (1998, p.114-117), esta perspectiva apontada por Schellenberg (1974) surgiu

quando se constatou a necessidade de adoção de critérios de avaliação da massa documental acumulada, sendo uma resposta, também, a busca de uma gestão de documentos correntes equilibrada, visando o recolhimento destes ao arquivo permanente. Neste sentido seria um critério de avaliação de documentos para identificar aqueles de guarda permanente.

O valor dos documentos de arquivo também pode ser descrito por meio de outras características ou atributos. Para autores como Cunha e Cavalcanti (2008, p. 373-374), o valor de evidência tem relação com o poder esclarecedor dos documentos/arquivos sobre a natureza do seu produtor, por serem estes (os documentos) provedores de evidência da sua origem, funções e atividades. Esta afirmação encontra-se no âmbito do que pode ser identificado como valor histórico. Por outra parte, estes autores afirmam que o valor probatório seria aquele que se refere à utilidade e qualidade que um documento tem, em função de sua capacidade de provar a existência ou veracidade de um fato (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 375), o que pode ser relacionado com o valor legal. O valor informativo, segundo Silva e colaboradores, se insere na perspectiva de comunicação, isto é, no potencial do documento de transmitir algum dado, que possa configurar-se num novo conhecimento (2002, p. 23 e 24). Assim, comparando com o sugerido por Schellenberg (1974), verifica-se que essas propostas não são confrontadoras, mas complementares, podendo ser utilizadas simultaneamente, sendo mais de caráter prático e funcional que filosófico.

Constata-se que nas práticas arquivísticas de meados do século XX surge, ainda, outra perspectiva de abordagem do valor: a noção de valor intrínseco. Este busca justificar a manutenção de documentos históricos na sua forma original, sendo uma resposta aos discursos de reprodução como solução para a preservação de documentos e diminuição dos problemas quanto ao acesso e manutenção das grandes massas documentais. Estes discursos tiveram um novo apelo a partir da Segunda Guerra Mundial, quando se constatou a impossibilidade de intervenção em todos os itens danificados, obtendo-se então novas respostas técnicas e metodológicas.

Segundo os autores Cunha e Cavalcanti (2008, p. 170), o valor intrínseco é aquele “decorrente da utilidade de um documento tendo em vista fatores tais como: seu conteúdo, circunstâncias de produção e da presença de uma assinatura específica e de selos”. O tema do valor intrínseco ganhou importância nos Estados Unidos na década de 1980, quando o *National Archives and Record Service* – NARS (atualmente denominado *National Archives and Record Administration* – NARA) iniciou um trabalho de análise e avaliação de documentos, objetivando a tomada de decisão sobre aqueles que deveriam

ou não ser mantidos no seu formato original, para fins de guarda permanente. Para isso, constituíram um Comitê nacional para redação de um relatório normalizador (NARS, 1980, p. 1).

No relatório, o Comitê referiu-se ao valor intrínseco como o valor identificado nos documentos de valor permanente, que lhes conferiria a qualidade e características arquivísticas para sua preservação ser aceitável somente na forma física original. Estas variáveis tiveram relação com a base física na qual a informação estivesse registrada ou, igualmente, eram relativas ao conteúdo intelectual da informação contida no documento (NARS, 1980, p. 1). Assim, o relatório definiu nove características e qualidades que um documento permanente deveria ter para possuir valor intrínseco (CHILD, 2001, p. 38-39; NARS, 1980, p. 1-2):

- 1) forma física que fornecesse documentação importante e amostras significativas sobre a técnica e desenvolvimento tecnológico do seu material de constituição;
- 2) qualidade estética e artística;
- 3) aspecto físico único e curioso;
- 4) idade que lhe conferisse qualidade de único;
- 5) valor para uso em exposições;
- 6) autenticidade, data, autor ou outras características questionáveis, que fossem significativas e determinadas pela forma física;
- 7) o interesse público geral ou substancial;
- 8) importância documental em função de base legal;
- 9) importância documental sobre as decisões políticas de nível executivo superior e de amplitude de efeito.

Verifica-se, assim, que a linha arquivística americana, na década de 1980, buscou uma forma de selecionar documentos permanentes para diferenciar a aplicação de ações de preservação distintas, seguindo um critério que foi ao encontro da ferramenta de abordagem materialística, apresentada neste Capítulo. Esta abordagem não foi totalmente abandonada, visto que Demb, ao tratar do tema da preservação de documentos de arquivo em um museu, considera que “materiais arquivísticos são valorizados tanto pela informação que eles contém (valor informativo), quanto como

produto (valor intrínseco de artefato)”¹⁷⁰ (2004, p. 101 – tradução da aluna). Porém, segundo esta autora, um conflito pode se instaurar quando o original está deteriorado e é necessário preservá-lo, pois pode ser necessário escolher entre conservar o documento original (conservação física) ou preservar seu conteúdo (preservação intelectual) (DEMB, 2004, p. 101). É possível afirmar que tal abordagem ainda encontra seu conflito na perspectiva de valorização referente ao âmbito administrativo e histórico ou informativo, legal e patrimonial.

Quando há o reconhecimento do documento de arquivo enquanto elemento componente da cultura e da identidade de um grupo ou povo, nomeadamente patrimônio cultural, verifica-se que a multiplicidade de valor ganha em importância para conservação. E com ela, surge, também, a necessidade de criar normas e critérios para mantê-los no seu suporte primeiro (original), pois se altera a perspectiva de olhá-lo.

Ao considerar o tema da seleção e priorização em preservação de documentos, é possível fazer duas observações: 1) que os atributos referentes aos valores definem as ações a serem implementadas; e 2) que a informação deliberadamente registrada sobre um suporte é apenas uma dentre as muitas que podem ser obtidas, pois nossa capacidade atual de obter informação parece inalcançável, conforme sugere Muñoz Viñas (2003, p. 74). Desta forma se entende que reproduzir um documento “não equivale a conservá-lo ou restaurá-lo, do mesmo modo que fotografar a *Venus del Espejo* não constitui uma operação de restauração”¹⁷¹ (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 75). Assim, quando há necessidade de conservar um documento por seu valor intrínseco, a reprodução não deve ser ponderada apenas como uma forma de prevenção ao dano físico. Ainda que a reprodução seja uma das formas de preservação, não é a única¹⁷².

Na medida em que um conjunto com o valor intrínseco se constituiu razão para uma seleção, recolhimento, permanência e preservação dos documentos em arquivos e se ampliaram os atributos como patrimônio, estabeleceu-se uma profusão de novos valores de justificação. Assim, outras circunstâncias foram delineadas, favorecendo ao aparecimento de novas qualificações de arquivos, por exemplo, arquivos científicos,

¹⁷⁰ No original: “archival materials are valued both for the information they contain (informational value) and as artifacts (intrinsic or artifactual value)”.

¹⁷¹ No original: “no equivale a conservarlo o restaurarlo, del mismo modo que fotografar la *Venus del Espejo* no constituye una operación de Restauración”.

¹⁷² Esta afirmação é particularmente importante de ser reforçada quando, por razões de acesso, os meios de reprodução são colocados como alternativa ao adiamento da conservação física dos documentos e mesmo em substituição aos tratamentos, haja vistas ao consenso da necessidade de conservação dos documentos para que a reprodução seja de qualidade e realizada com segurança.

religiosos, artísticos, entre outros¹⁷³. Esta mudança do paradigma repercutiu na esfera do patrimônio arquivístico, com a perspectiva de uso ampliada, como tendo valor estético, educativo, comercial, entre outros. Manero (1997, p. 289) assim afirma: a condição de patrimônio cultural exige a conservação física de documentos para transmissão a gerações futuras. Portanto, esta autora é taxativa em relacionar que o atributo de patrimônio consolida o documento dentro de uma visão de materialidade ocidental, obrigando sua conservação física nos moldes dos princípios de valores a ele conferidos.

Neste sentido, o estabelecimento de critérios para as ações praticadas na preservação de acervos arquivísticos, como é possível verificar, implicaram não apenas na seleção para preservação (ATKINSON, 2001; CHILD, 2001; HAZEN, 2001), mas também para conservação de documentos de arquivo (CUNHA, 1988). Então, as tomadas de decisão que consideram o valor, de certa forma, passaram a definir as escolhas de tratamento, os limites da intervenção e obrigaram à adoção de padrões éticos e profissionais nas intervenções a partir do século XX.

Para Avrami, Mason e Torre, “o processo de atribuição de valor não é nunca singular nem objetivo, e começa antes mesmo do objeto tornar-se patrimônio”¹⁷⁴ (2000, p. 8 – tradução da aluna), quando lhe é atribuída uma qualidade de representação. Assim, enquanto patrimônio cultural, os documentos de arquivo assumem significados e usos mais amplos do que aquele para o qual foram gerados (cf. SCHELLENBERG, 1974). Estes distintos valores se caracterizam como referência para indivíduos e grupos sociais: podem ser elementos de comprovação, de comemoração, de conformação de identidades, de demonstração de poder, de informação ou de memória. O conceito de valor do documento, como o do patrimônio, será sempre subjetivo, pois depende do julgamento, da experiência e da crítica do gestor, do pesquisador, do conservador e do debate profissional, bem como dos que o reconhecem (seja um indivíduo, grupo social ou a própria instituição que o recebe) e daqueles que o receberão (no futuro).

Verifica-se, entretanto, nas duas últimas décadas, que uma acentuação no uso dos valores vem sendo introduzida nas práticas de gestão de acervos, tanto na seleção para preservação quanto na seleção para conservação-restauração. Avrami, Mason e Torres (2000, p. 8) introduziram esta assertiva quando afirmam que, na contemporaneidade, as classificações de valor vêm sendo descritas em várias

¹⁷³ É importante esclarecer que o adequado seria dizer: arquivos de ciências; arquivos de religião, arquivos de arte, etc. Entretanto, optou-se por manter a denominação geralmente observada de uso mais corrente na literatura.

¹⁷⁴ No original: “this process of valuing is neither singular nor objective, and it begins even before the object becomes ‘heritage’.”

publicações de campos disciplinares¹⁷⁵ que se relacionam com o patrimônio, com a tentativa de associá-las aos materiais que estão sendo colocados sobre proteção e cuidado em instituições de memória e de preservação.

Abrindo um parêntese: sob este aspecto pode-se afirmar que no campo da Museologia não foi diferente. O tema dos critérios e princípios que envolviam a seleção de objetos para preservação em museus foi discutido em um encontro do ICOFOM, 1984, realizado em Leiden. Segundo Cury (2005, p. 51) “a proposta foi pensar a coleta contemporânea, tendo-se em vista o futuro e partindo-se de uma crítica ao colecionismo”. No seu artigo, esta autora informa que a conclusão alcançada, no evento, foi que “os critérios e políticas de seleção de objetos deveriam ser norteados pela representatividade, testemunhalidade, documentalidade, fidelidade e significação dos objetos” (CURY, 2005, p.51).

Entretanto, para Avrami, Mason e Torre (2008, p. 8), no campo da conservação-restauração, tais debates já haviam se esboçado no início do século XX, quando Alois Riegl propõe as primeiras tipologias sobre valor vinculadas às tomadas de decisão para conservação física dos bens culturais (RIEGL, 1987). Berducou (2007, p. 48 e 50) compartilha desta ideia, ao afirmar que Riegl prestou uma contribuição fundamental ao trazer de volta o tema do valor ao cerne das políticas de conservação e restauração com o seu trabalho *O culto moderno aos documentos: suas características e origens*, publicado em 1903. A autora acrescenta, também, que Riegl foi a primeira pessoa a demonstrar, não só “a coexistência de valores contraditórios; [mas também] a relatividade destes valores do ponto de vista e perspectiva do observador que os aprecia; e o impacto que a restauração pode ter sobre a legibilidade destes valores”¹⁷⁶ (BERDUCOU, 2007, p. 52 – tradução da aluna).

Appelbaum (2009) resume estas considerações quando afirma que há diferentes tipos de valor e de motivação para a percepção do patrimônio pelos distintos grupos e indivíduos; cada um o percebe de uma forma, segundo seu sentimento, razão e localidade (origem). Do mesmo modo, acrescenta a autora, o valor atribuído também pode mudar com o tempo, o que agrega outra variável. Assim, cada instituição irá estabelecer seus critérios, apoiada na sua missão, em seus acervos, no contexto político e social no qual está inserida, e em função das análises e capacidades de julgamento da equipe. Neste sentido, quanto maior o nível de informações reunidas sobre o acervo e

¹⁷⁵ Pode-se verificar não só na Arquitetura, mas também na História da Arte, na Arqueologia, na Ecologia, na Arquivologia, etc.

¹⁷⁶ No original: “the coexistence of contradictory values, the relativity of these values from the point of view and origin of the observer who appreciates those values, and the impact that restoration can have on the readability of these values”.

maior o número de especialistas a definir prioridades, melhores e mais adequadas são as escolhas.

No campo do patrimônio cultural, o conceito atual (2013) de “cultura” tem permitido abarcar múltiplos valores, que são utilizados para justificar as ações de preservação, conservação e restauração de documentos. Neste sentido, conforme aponta Appelbaum (2009, p.86-87), durante os processos e avaliações para proposição de tratamentos, os conservadores devem ter claro e explícito o valor que os objetos possuem, a fim de poder decidir com segurança o que será preservado e em qual estado. A autora faz uma relação de valores a serem considerados, que são relevantes para ajudar a decidir que aspectos do objeto necessitam ou não ser conservados, pois podem afetar a sua interpretação, quais sejam: o valor de arte; o valor estético; o valor histórico; o valor de uso; o valor de pesquisa; o valor de idade; o valor de novidade; o valor sentimental; o valor monetário; o valor associativo; o valor comemorativo; o valor educacional e a raridade (APPELBAUM, 2009, p. 88).

Estas categorias de valor, segundo Appelbaum (2009, p. 89), podem ser divididas em função de considerações individuais ou de grupos sociais, resultando em considerações pessoais ou culturais, o que interfere também nos dilemas com os quais o conservador se depara quando precisa decidir sobre algum tratamento. Guiar-se pela ética baseada no valor cultural seria o melhor caminho, sugere Appelbaum (2009, p. 89).

Muñoz Viñas, diferentemente de Appelbaum (2009), analisa como diferentes autores apresentam as categorias de valor que devem ser observadas para se definir a restauração sobre um objeto. Dentre as propostas, o autor trata de um esquema de eixos tridimensionais, proposto por Michalski (1994 *apud* MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 62): um eixo representando o valor científico; outro representando o valor narrativo impessoal (ou social) e o terceiro representando o valor narrativo pessoal. Neste esquema, Muñoz Viñas (2010, p. 63) faz uma alteração terminológica dos valores, substituindo o valor narrativo pelo valor simbólico, coletivo/social e privado, respectivamente (cuja relação se estabelece por seu efeito de comunicação, cf. MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 43), e o valor científico, ele altera para etno-histórico, explicando que estes três eixos abarcam os valores que definem quando uma ação pode ser definida como restauração, visto que são sobre estes valores que se estabelece a “restauração”.

Apesar de sua intenção ter sido discutir o tema no âmbito dos valores considerados nas práticas de restauração, pode-se observar que ainda está longe o consenso sobre o universo dos atributos de valor. Observa-se que as articulações propostas por Appelbaum (2009) e Muñoz Viñas (2010) pretendem estabelecer modelos

de análise a serem apreciados nas decisões de intervenção, no primeiro caso (Appelbaum) como um auxílio na decisão, no segundo caso (Muñoz Viñas) como uma estreita relação do que seja o ato de se restaurar. Entretanto, esses autores estão refletindo sobre um ponto convergente, isto é, visando uma justificativa mais acertada e clara das decisões sobre os métodos e as ações estabelecidas a serem realizadas. Observa-se que estas proposições não fazem menção a um grau ou escala de valor, mas considerações acerca da identificação e reconhecimento destes valores que, segundo os autores, afetam as decisões de intervenção.

Recapitulando as considerações apresentadas sobre os valores examinados por diferentes autores, é possível afirmar que o valor arquivístico coaduna-se com a abordagem do patrimônio na perspectiva da conservação-restauração. Assim, aos agentes responsáveis pela conservação caberia compreender que valores e significados estão “em jogo” no momento da tomada de decisão sobre o patrimônio. Então, como resultado, apresenta-nos um axioma: a natureza dos valores é arbitrária, entretanto, sua aplicação reconhece aquele valor como absoluto para o julgamento da decisão.

4.4 – O Diagnóstico Técnico para Tomada de Decisão

A partir da década de 1980 é possível observar a preocupação crescente quanto às condições de armazenagem e com o grande volume de documentos em suporte papel depositados em arquivos e bibliotecas de todos os países (CRESPO, 1985; CUNHA, 1988; ROPER, 1989), agravado pela constatação da instabilidade do estado de conservação dos suportes e materiais sustentados e das precárias condições de guarda e manutenção dos acervos. Entre as décadas de 1980 e 1990, surgem os primeiros formulários para levantamento e sistematização de informações sobre os acervos, representando uma tentativa de efetivar algum controle junto às necessidades e possibilidades de tratamento da grande massa de documentos acumulados, como anteriormente apresentado nesta dissertação. Aponta-se, assim, que essas preocupações têm relação com uma necessidade de seleção por razões de economia, sejam elas de volume, de quantidade e de qualidade, tendo em vistas as limitações de todos os tipos (financeiros, materiais, humanos, de espaço, e etc.) e funções desempenhadas pela instituição.

Estes levantamentos e avaliações tinham por objetivo o diagnóstico e o estabelecimento do estado de conservação dos documentos e de seus materiais constituintes para, em conjunto com outras informações, definir estratégias de tratamento, isto é, tornar estas informações indicadoras de necessidades e ações

práticas, a serem implementadas em consonância com os princípios e critérios que aportam as ações de Conservação-Restauração. Pinheiro (1996 *apud* PINHEIRO, 2008, p. 88) apresenta uma abordagem sobre a obra de arte que pode ser utilizada, por analogia, a esta afirmativa quando diz que o estudo da representação do conteúdo informacional e do objeto/obras de arte, a partir de sua análise e interpretação, faz com que a obra de arte se torne fonte de informação. Igualmente, pode-se dizer do diagnóstico para da Conservação-Restauração em toda a sua completude de ações.

Assim, o levantamento documental para Conservação-Restauração pretende, por meio dos termos usados, explicitar um conteúdo informacional do e sobre o documento. Isto se dá a partir da análise e interpretação de sua materialidade, sendo o documento fonte de informação para o estabelecimento do seu estado de conservação, marcas históricas, necessidades de intervenção e sua dimensão formal. Especialmente as marcas históricas informam para além do objeto em si. No caso dos documentos de arquivo, Muller, Feith e Fruin (MANUAL, 1973, p. 65) informam que, em alguns casos, as marcas eram indícios externos que poderiam ser utilizadas na reconstituição de dossiês e arquivos, que haviam perdido o arranjo original.

Keene (2000, p. 66), ao tratar do tema da análise e avaliação dos cuidados com a coleção, relacionou em uma tabela os objetivos dos levantamentos, quais sejam: a avaliação comparativa das condições de objetos e coleções; a identificação das causas de deterioração; a avaliação da condição de tendência geral (isto é a comparação do passado *versus* presente); a identificação do que principalmente afeta o acervo; a avaliação dos recursos necessários; avaliação dos benefícios de diferentes ações (presente ou potencial); e prioridades recomendadas.

Assim, para além da observação das marcas, o diagnóstico considera aspectos fundamentais que “retratam” um momento “instantâneo” do documento e sua identificação, materiais, forma, características únicas, degradação e histórico, favorecendo a identificação das possíveis causas de degradação, necessidades e possibilidades de intervenção no presente, mas com o olhar para o futuro. Isto permite fornecer como resultado informações que proporcionam um conhecimento mais amplo do documento/acervo, por meio de formulários, fichas, fotografias e métodos sistemáticos e científicos de levantamento.

O exame técnico deve estar refletido na ficha de diagnóstico ou relatório sobre o documento, dossiê ou acervo. E, apesar de mais lento, muitas vezes é preferível trabalhar com uma ficha-diagnóstico mais exaustiva – onde se apresentam não apenas os danos e necessidades de tratamento, mas as características, materiais e outras

informações detalhadas sobre o material – do que uma ficha sucinta. Para além de identificar o estado de conservação e os danos do acervo, a documentação constituir-se-á parte do documento/acervo, de modo a subsidiar o monitoramento da degradação em médio e longo prazos e o histórico dos danos e das intervenções, sendo uma importante fonte de informação sobre os métodos e materiais utilizados e sobre os resultados alcançados. Neste sentido, é importante possuir informações que sejam fidedignas.

Para uma avaliação adequada, pode ser proposta uma identificação segundo categorias de materiais a serem tratados, a fim de que se possam realizar comparações entre semelhantes, e não entre materiais de categorias distintas (o que pode ser feito numa segunda etapa, quando da verificação das prioridades e das possibilidades de ação). Neste sentido, segundo indica Beck, apoiada em Drott (1969 *apud* BECK, 2003, p. 56): uma coleção que apresente grande volume de documentos, que impeça sua abordagem total em curto prazo, deve ter seu levantamento por amostragem.

Por outra parte, um levantamento por meio de fichas padronizadas e com variáveis pré-definidas possibilita a agilidade no trabalho e a restrição de termos, o que leva a uma avaliação mais coesa e segura. Neste sentido, Keene (2000, p. 67) sugere que para definir os diferentes graus de degradação do acervo deve-se considerar importante a identificação dos seguintes aspectos: a urgência necessária à conservação; a aparência do objeto; e a condição de conservação. Assim, na oportunidade de realização de um diagnóstico, este deve prover, na medida do possível, um detalhamento das informações e uma exaustividade de dados e imagens. Inclui-se não apenas o conhecimento material do objeto e seus problemas de deterioração, como também os graus de urgência dos tratamentos.

Tais indicações mostram que o levantamento ou diagnóstico do acervo não é um procedimento a ser realizado apenas em função da implementação de uma ação de tratamento, seja de conservação-restauração, seja de preservação, mas deve ser uma ferramenta de motivação para o conhecimento do acervo e para a produção de informação descritiva sobre o contexto no qual elas se encontram em todas as suas etapas, servindo de elemento de comparação em longo prazo. Por outro lado, deve favorecer a identificação das prioridades de tratamento.

4.4.1 – A Normalização da terminologia do diagnóstico

Procurando um novo enfoque para a abordagem sobre o uso dos termos e conceitos adotados na representação de conteúdos informacionais úteis no conhecimento do documento/acervo, é possível trazer como exemplo a forma como Lima

(2008) trata do tema em Museologia. A autora pesquisa a chamada “linguagem de especialidade” ou linguagem profissional, afirmando-a como de essencial importância na constituição de uma normalização terminológica (como linguagem documentária), que permita o entendimento, o tratamento e o acesso no campo da Museologia e dificulte a existência de ruídos no processo comunicacional (LIMA, 2008, p. 183). Para tanto, faz-se aqui um pequeno exercício de reflexão, onde se propõe uma analogia na aplicação desta abordagem (ainda que de forma muito incipiente) no estudo dos termos e conceitos utilizados no diagnóstico dos danos e nas indicações de tratamento, bem como no estudo dos termos usados para o estabelecimento do estado de conservação, envolvendo a documentação do objeto analisado.

Assim, entender o que significa o “estado” de um documento quando este está classificado em ótimo, bom, regular ou ruim, ou igualmente se há diferença entre um documento em estado ruim, precário, péssimo e grave, são alguns exemplos da importância da adoção de um quadro de classificação que seja compartilhado por todos os que realizam ou que se servem da informação sobre o estado de conservação de um documento/acervo. Também quando se refere aos tratamentos, os termos reforço, reparo, restauro, remendo e sutura, ou os termos velatura, reforço integral e laminação, são outros exemplos de uma linguagem de especialidade ainda não normatizada, que pode representar diferenças significativas quanto ao tipo de ação, método, produtos ou resultados alcançados e necessários.

Outro exemplo prático que pode apresentar de modo mais contundente a busca por uma padronização é o uso dos termos dobras e vincos (que foram adotados no diagnóstico dos documentos do arquivo do CFEACB) para definir um tipo de dano usado no mapeamento em documentos em suporte papel. Pode-se dizer que, no senso comum, estes termos são quase sinônimos, mas na Conservação-Restauração podem ter significação distinta. Infere-se que uma dobra é uma virada no papel, onde uma parte se sobrepõe sobre a outra, este procedimento é feito deliberadamente para redução do tamanho do suporte com fins de guarda ou como marca de atenção, quando na condição de uso corrente do documento. No caso do vinco, atribuí-se a uma marca ou sulco ocorrido, involuntária ou voluntariamente, por meio de um processo feito a máquina e intrínseco à fabricação do documento ou então que foi resultante de uma ação indireta, intencional ou não, sendo o vinco¹⁷⁷, algumas vezes resultado da dobra. Ambos se tornaram, em algum momento, parte da história do documento, porém o primeiro é passível de ser modificado, o outro, não. Assim, a indicação do tratamento a ser realizado para um ou outro problema difere enquanto número de processos para sua conservação,

¹⁷⁷ Identifica-se em algumas instituições o uso do termo “estrias” com a noção similar ao termo vinco.

especialmente porque no primeiro caso será necessária uma planificação antes da execução do reforço do suporte, e no segundo caso, apenas um reforço ou nenhum tratamento imediato seja necessário. O uso equivocado do entendimento destes termos pode gerar expectativas diferentes dentro do sistema de informações, bem como dos resultados e expectativas a serem alcançados com o tratamento, embora visualmente possam resultar em marcas similares.

Assim, o diagnóstico pressupõe o uso de um sistema coerente e consistente de informações que reflita uma realidade. Este sistema compreende o uso de terminologia padronizada e de representações e referências que possam não só ser do domínio de Conservadores-Restauradores, mas também de outros agentes responsáveis pela coleção. Para executá-lo é necessário reforçar a ideia de que a equipe que está fazendo o levantamento esteja coesa e que o vocabulário e conceito utilizado sejam os mesmos para toda a equipe, a fim de não haver dúvidas ou distorções na avaliação, o que se traduz na importância do consenso. A adoção de termos que representem um uso mais disseminado na área possibilita o intercâmbio e a comparação dos tratamentos também entre os pares (profissionais). Neste sentido, seria interessante trabalhar com referências visuais por exemplo, do mesmo modo que torna-se fundamental o uso de quadros classificatórios e escalas quantitativas (fracionais, percentuais ou numéricas) que auxiliem na sintetização de informações mais realistas.

Para Hernampérez (1999, p. 17), a busca de uma linguagem de especialidade é comum a toda disciplina em processo de consolidação, pois é próprio de uma ciência em fase embrionária. Segundo o autor, a linguagem profissional é estruturadora e homogenizadora do pensamento, facilitando intercâmbios, a clareza de idéia e a organização dos métodos e atividades (HERNAMPÉREZ, 1999, p.18). Por isso, a definição dos termos e conceitos torna-se essencial.

Como nos diz McGARRY (1994, p.18/19) “cada estudo, que se reclama sistemático e autônomo, cuidará de seu vocabulário, quando mais não seja pelo propósito de comunicar idéias”. Lima (2008, p. 185) também corrobora com esta assertiva em sua pesquisa sobre os termos e conceito em Museologia, especialmente quando informa que seu estudo contribui para uma melhor compreensão da área nos processos de intercâmbio. E ainda justifica que estudar “tais contextos, vinculando linguagens e comunidades especializadas, apresentam fontes/dados de caráter: normativo, teórico, político, administrativo, entre outros” (LIMA, 2008, p. 183). Na perspectiva de Manero (1997, p. 283), a indeterminação terminológica é favorecida pela existência de correntes conceituais dentro da própria disciplina, o que acarreta, ainda, a inadequada transposição

dos termos de um idioma para outro. Vislumbrando diminuir esta situação, definiu-se neste estudo a adoção de uma planilha de levantamento de dados, cujas variáveis foram pré-definidas, bem como se fez uso de alguns quadros de classificação, que estabeleceram os referenciais de qualificação por meio de exame comparativo visual e de cumprimento de requisitos estabelecidos nas categorias determinadas. Por outra parte, fez-se uso também da abordagem quantitativa percentual, a fim de delinear uma escala de graus de representatividade do dano.

Para finalizar esse tópico, chama-se atenção para uma observação feita por MacGarry, para quem: “um sistema de informação utiliza os recursos da linguagem para ordenar, identificar, selecionar os signos e os símbolos contidos nos títulos de livros, periódicos e outros meios de informação” (1994, p. 24). De igual modo e por analogia, no diagnóstico de documentos e objetos gera-se um sistema de signos, que devem ser singulares e bem compreendidos, a fim de que novas informações possam ser produzidas, para e sobre os acervos, favorecendo o acúmulo de conhecimento, como um elemento facilitador de estudos comparativos e prospectivos em longo prazo. Pode-se afirmar, assim, que estes elementos vêm ao encontro das necessidades da ferramenta estudada que é a do gerenciamento de riscos, que demanda informações prospectivas como apoio à análise no próprio diagnóstico de situação.

4.5 – Análise Prospectiva dos Documentos Arquivísticos do CFEACB

Ao focar o estudo no exercício articulado da seleção e priorização de ações de conservação-restauração dos documentos arquivísticos para aplicação no arquivo do CFEACB sob responsabilidade do MAST, deseja-se refletir sobre como o conteúdo antes apresentado poderá fornecer subsídio aos argumentos e proposições para a definição do tipo de tratamento a ser adotado e da forma de estabelecer as prioridades.

Assim, a seguir, são expostas, neste estudo, as ações de articulação e levantamento de informações, apresentado um contexto e uma perspectiva de avaliação do acervo, para depois fazer considerações e proposições quanto aos métodos e instrumentos a serem implementados a partir desta análise, visando sua adoção na seleção e priorização das ações de conservação-restauração dos documentos do arquivo CFEACB.

4.5.1 – Arquivo do CFEACB e Seu Contexto

O tema do valor dos documentos do arquivo CFEACB reflete-se no seu reconhecimento como patrimônio. Conforme foi apresentado nesta dissertação, os

documentos de arquivo, para além de seu caráter legal, comprobatório e histórico, têm sua noção de valor ampliada na perspectiva cultural como tendo valor informativo, científico, associativo, entre outros. Silva (2007, p. 161-164), ao fazer uma análise sobre os documentos oriundos da prática científica propõe que os documentos produzidos no âmbito dos laboratórios de ciência, isto é, aqueles oriundos das práticas científicas, sejam avaliados considerando quatro valores principais, com vistas à sua guarda permanente:

- 1) o valor científico – o qual a autora apresenta como aqueles para o qual foram produzidos no decorrer da pesquisa científica e que ainda estão de uso na prática corrente da investigação.
- 2) o valor histórico – o qual a autora apresenta como aqueles que tem seu valor científico alterado a produto das atividades de pesquisa. São aqueles que podem assumir outro valor e emprego distinto de sua função inicial, e serem estudados no âmbito da pesquisa histórica.
- 3) valor administrativo – segundo a autora define, seriam aqueles que se apresentam como necessários à comprovação, ao testemunho das ações implementadas no âmbito da pesquisa, e que permitam uma avaliação pela viés da administração.
- 4) valor arquivístico – segundo a autora, seriam aqueles nos quais a preservação se justifica pelos seus atributos de autenticidade, organicidade, valor de prova, entre outros.

Este último valor pode ser associado pelo que alguns autores (cf. CHILD, 2001) referem como valor intrínseco. Para Silva (2007), o valor científico tem estreita relação com o valor primário referido por Schellenberg (1974). Entretanto, considera-se aqui que estes documentos não se destituem de seu valor científico ao passar do uso corrente ao intermediário ou permanente, tendo em vistas que seu reconhecimento justifica ações para conservação de acervos em longo prazo e suas características lhes conferem uma leitura de documentos “sobre” ciência e “de” ciência.

No caso do Arquivo do CFEACB, é possível constatar, nos relatos de Grupioni (1995), Lisboa (2006; 2012) e Tavares (2012), que este acervo tem como característica refletir a atividade burocrática e histórica do órgão, embora possa ser considerado um arquivo de valor para a ciência, em especial, para a história da ciência no Brasil. Por outro lado, verifica-se que em alguns dossiês há uma forte presença do tema da etnografia, inclusive tendo em alguns dossiês textuais uma correlação com documentos fotográficos e cartográficos relativos a expedições e seus propósitos de estudo. Assim, se

estabelece seu valor arquivístico, entendido aqui como um valor relativo agregado pela complementaridade oriunda do conjunto documental.

De outro modo, pode-se observar que as categorias de valor para este acervo irão depender, fundamentalmente, do tipo de olhar e interesse subjetivo do observador, podendo estabelecer-se no valor informativo, sobre a existência de um órgão preocupado com políticas de proteção do patrimônio brasileiro na década de 1930. O conjunto também se constitui na qualidade de único, valor bastante característico aos documentos de arquivo, ou com valor associativo, visto que por meio dele, por exemplo, pode-se identificar a origem de coleções de diferentes museus brasileiros.

No que se refere aos valores analisados sob a perspectiva do valor intrínseco, pode-se refletir sobre a existência de documentos individuais que não atendem a este requisito, como os artigos de jornal e as cópias de documentos pelo processo de fotocópia. Entretanto, enquanto conjunto documental, este aspecto pode não influenciar diretamente nas prioridades do dossiê, quando os documentos são avaliados como parte de um todo. Por outro lado, quando às prioridades dentro de um mesmo dossiê, este fator pode representar uma diferenciação nos tratamentos e suas urgências, com opção de restauração ou conservação curativa para uns, e reprodução ou acondicionamento individualizado, para outros. Assim, a abordagem do diagnóstico por documentos tanto favorece à identificação de necessidades distintas dentro de um mesmo dossiê, quanto a um planejamento integrado das ações de preservação, conservação e restauração. Ainda um ponto a ser considerado é a representatividade deste acervo com o seu reconhecimento pelo Programa Memória do Mundo. Sob este aspecto, as ações de manutenção na sua forma física original não podem ser desconsideradas, mesmo quando analisadas sobre as ponderações acima efetuadas.

Apesar de o acervo ter sido microfilmado no final da década de 1980, e não se tem informações atualizadas sob as condições de acesso e uso deste meio material (microfilme), que tem sua guarda em condições adequadas, embora este não tenha sido revisado quanto ao estado de conservação nos últimos 30 anos. Além disto, as condições de acesso ao microfilme encontram-se hoje limitadas pela ausência de equipamento e pessoal especializado na sua manutenção, o que faz com que os rolos originais encontrem-se armazenados em um arquivo de segurança em outra instituição, sendo estas circunstâncias limitadoras do seu acesso.

Cabe ainda mencionar o compromisso que o MAST firmou para disponibilizar o acesso a estes documentos em meio digital, através do Programa de Digitalização de Documentos do Arquivo de História da Ciência, onde o CFEACB tem prioridade. Deste

modo, prevê-se que o acervo seja tratado na perspectiva da conservação-restauração, a fim de garantir condições adequadas de manipulação e “captura” por ocasião deste trabalho. Tal iniciativa se reconhece que irá favorecer, ainda, a possibilidade de restrição da consulta direta aos documentos, ao mesmo tempo em que proporcionará um registro imagético atual de todos os documentos¹⁷⁸, para acompanhamento das condições de degradação dos documentos nos anos vindouros. Entende-se assim, que a digitalização também pode servir de subsídio à documentação.

4.5.2 – As Condições de Uso e Conservação do Arquivo CFEACB

A preocupação com as condições de conservação do legado sob custódia institucional do MAST permeou as ações da atualmente denominada Coordenação de Documentação e Arquivo – CDA desde suas origens, em 1985. Inicialmente as ações desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Conservação e Restauração de Papel – LAPEL foram realizadas em conjunto com as etapas de iniciais de organização dos arquivos, especialmente porque a documentação estava acumulada e sem tratamento. Isto se refletiu nas tarefas de higienização, vistoria e acondicionamento, simultaneamente à realização da identificação.

O trabalho de conservação dos documentos do acervo CFEACB deteve-se, primeiramente, na higienização superficial sumária e no acondicionamento individualizado dos dossiês com o uso de papel tipo glassine¹⁷⁹, enquanto o acervo estava sendo processado tecnicamente pela equipe de arquivistas. Ao final da organização, foram selecionados em torno de 35 documentos de distintos dossiês para serem restaurados, por ocasião da Mostra de Documentos do CFEACB, realizada pelo MAST, em novembro de 1988, quando foi realizado o lançamento da primeira edição do Inventário de documentos desse conjunto.

Apenas no ano de 1994, o “olhar” para o arquivo CFEACB pode ser retomado, fruto da dificuldade de trabalho com uma quantidade reduzida de dois técnicos conservadores e a ênfase aplicada em outras atividades e acervos. Naquela ocasião, buscou-se trabalhar em duas frentes: no reacondicionamento, com a troca do invólucro inicial por outro de papel alcalino 68 gramaturas (g/m²); e no tratamento de conservação-restauração de dossiês com maior uso. Ainda neste período, um dos técnicos do setor

¹⁷⁸ Considerando-se que este registro “fotográfico” momentâneo nem sempre é possível de ser realizado para todos os documentos, por ocasião do diagnóstico.

¹⁷⁹ Refere-se ao papel de aspecto muito semelhante ao papel vegetal, de pasta química branqueada, alto refino e supercalandragem para alcançar a transparência e com baixa absorção de água (impermeabilidade elevada). Sua opacidade é dada pelo efeito de cargas minerais, que lhe confere um aspecto leitoso. Sua característica define-se pela translucidez e lisura superficial (CELULOSE, 1981).

estava sendo capacitado e parte do trabalho de reacondicionamento foi realizado com o auxílio de um bolsista de graduação, cuja concessão teve uma renovação consecutiva.

O tratamento de conservação-restauração foi mais lento que a organização, e o diagnóstico foi realizado apenas nos dossiês que foram tratados, conforme as necessidades de acesso e uso identificadas pela equipe de arquivistas. Este acervo ainda hoje (2013) não alcançou a totalidade de tratamento desejável, devido à que grande parte dos recursos operacionais do setor foram incrementados¹⁸⁰ somente após 2004, e porque, até 2009 havia uma pequena capacidade de trabalho da equipe (1 conservador e 1 técnico).

No que se refere ao acondicionamento, os dossiês são guardados em caixa de papelão corrugado tradicional¹⁸¹. Por este motivo foi proposto a forração destas com papel cartão alcalino de média espessura (300 g/m²), como proteção interna e isolamento do contato direto. Além disto, todos os dossiês e alguns documentos, individualmente, encontram-se acondicionados em invólucros de papel alcalino (tipo *folders*) 68 g/m², de maneira a favorecer ao manuseio e à conservação.

O acervo arquivístico do CFEACB inclui, ainda, 14 dossiês de fotografias, cujo acondicionamento da totalidade do conjunto foi individualizado (documento a documento), em folder de papel neutro de 65 g/m², dispostos em conjunto de 5 a 6 *folders* dentro de envelopes de papel cartão alcalino de 120 g/m². Os invólucros foram armazenados por ordem de codificação dentro pastas suspensas em um arquivo¹⁸² de gavetas. Todas as fotos são em preto e branco, identificadas entre um período que vai de 1935 a 1964, inclusive, o que se caracteriza pela formação da imagem sobre processo de gelatina de três camadas (papel, barita e gelatina). Os dossiês fotográficos, em sua maioria (12 dossiês de 14), estão relacionados aos dossiês de expedições, inseridos na série 2. Desenho e mapas foram acomodados aplainados em mapoteca, estando também acondicionados, em sua totalidade, individualmente em *folders* de papel alcalino de 68g/m². Do mesmo modo que as fotografias, os dossiês formados referem-se às expedições (25%).

Conforme mencionado, alguns dossiês, referentes às expedições etnográficas, como as de Claude Lèvi-Strauss (CFE.T.2.054), Bandeira Piratininga (CFE.T.2.129), Helmut Sick (CFE.T.2.175 e CFE.T.2.298), Curt Nimunendajú (CFE.T.2.027 e

¹⁸⁰ Quando o LAPEL/CDA foi modernizado com recursos financeiros conseguidos junto à Fundação Vitae.

¹⁸¹ Refere-se ao papelão do tipo Kraft, com três chapas de cartão, sendo a do meio, micro-ondulada. Este papel não tem as qualidades adequadas de acondicionamento. No mercado brasileiro não havia outro tipo de papel de qualidade para confecção de caixas arquivo com qualidade arquivística, nem de plástico polionda com tais características.

¹⁸² Arquivo de gavetas refere-se ao significado da letra "d" do termo, apresentado na Introdução desta dissertação.

CFE.T.2.438) e Marcel Homet (CFE.T.2.254), foram tratados na sua íntegra com procedimentos de conservação-restauração¹⁸³. A prioridade dada a estes conjuntos ocorreu por solicitações constantes de consulta aos documentos destes dossiês, em relação a outros do acervo.

A estatística de consulta aos dossiês, produzida pelo AHC¹⁸⁴ nos últimos cinco anos, pode ser observada na Tabela 1, compilada para este estudo, e segue abaixo:

Estatística de consulta e uso do CFEACB			
Ano/Série	Número de consultas	Número de dossiês consultados	Número de dossiês reproduzidos
2008 Série 1	2	2	1
2008 Série 2	10	9	1
2009 Série 1	10	6	5
2009 Série 2	17	10	4
2010 Série 1	0	0	0
2010 Série 2	46	21	6
2011 Série 1	11	7	1
2011 Série 2	201	127	9
2012 Série 1	23	17	0
2012 Série 2	110	94	3

Tabela 1 – Dados referentes ao uso do acervo CFEACB nos últimos 5 anos.

Nesta tabela é possível verificar que, nos últimos dois anos, tem havido um aumento no número de consultas; entretanto, o número de reproduções¹⁸⁵ se mantém pequeno em comparação ao número de dossiês consultados. A partir desta avaliação, foi realizada uma compilação dos dados referente à consulta dos dossiês. O resultado, comparando dentro do universo total de dossiês que compõe o arquivo, com o percentual que representa o número de dossiês que foram consultados, é apresentado no Gráfico 1, que segue:

¹⁸³ Estes procedimentos referem-se à higienização a seco detalhada; ao reparo ou reforço, utilizando papel japonês e cola metil celulose; ao banho de limpeza aquosa e desacidificação; à re-encolagem; e ao aplainamento das folhas, bem como remoção de fitas adesivas ou colas.

¹⁸⁴ O levantamento foi realizado por Monica Viol, para quem agradeço as informações.

¹⁸⁵ A reprodução de documentos e dossiês, realizada a pedido dos usuários, é feita por processo fotográfico, em câmara digital, sem flash, e executada por um técnico da equipe do AHC. A qualidade da imagem produzida é de alta resolução. Para o usuário é fornecida um arquivo ou imagem em baixa resolução, a exceção se for para publicação.

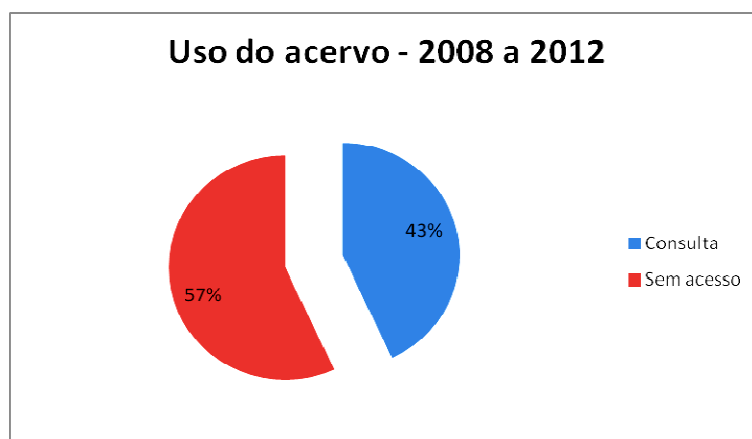


Gráfico 1 – Percentual de dossiês consultados (ou não) entre os anos de 2008 e 2012.

É possível verificar que nos últimos cinco anos, o arquivo do CFEACB teve uma consulta em 43% dos dossiês, representando que pouco menos da metade do conjunto foi manuseada, o que caracteriza seu alto uso. Da percentagem do acervo que foi consultada, produziu-se um novo gráfico, de número 2, cuja imagem é apresentada abaixo:



Gráfico 2 – Percentagem da consulta em dossiês dos últimos 5 anos, considerando as séries documentais do arquivo CFEACB.

Observa-se que dentro do percentual consultado, a sua maioria corresponde aos dossiês referentes às expedições. Apenas 10% correspondem à série relativa aos documentos de ordem administrativa do órgão (estrutura e funcionamento do Conselho):

Dos 21 dossiês consultados da Série 1, os dossiês que apresentaram mais de uma consulta, no período analisado, podem ser observados na Tabela 2 (a seguir), e referem-se aos relatórios anuais, incluindo histórico da criação, relação dos Conselheiros representantes, delegados e subdelegados, etc. (CFE.T.1.017); às modificações no regulamento do Conselho (CFE.T.1.001), às atas de reunião (CFE.T.1.010 e CFE.T.1.011), bem como a documentos relacionados com o Serviço de Proteção aos Índios (CFE.T.1.022).

Dossiês	N. Consultas
1.001	5
1.006	2
1.010	4
1.011	4
1.017	8
1.022	4
1.042	2
1.049	2

Tabela 2 – Dossiês da Série 1 com maior nível de consulta entre os anos de 2008 e 2012.

No conjunto de dossiês relativos à Série 2, dos 198 dossiês consultados no período analisado, destacam-se três dossiês com maior nível de consulta¹⁸⁶: CFE.T.2.027 (referente a Curt Nimuendajú), CFE.T.2.054 (referente a Claude Lévi-Strauss) e CFE.T.2.175 (referente a Helmut Sick). Os temas destas expedições são relacionados, especialmente, à etnografia e à fauna e flora brasileiros.

Estas informações são de cunho prospectivo. Um levantamento sobre as possibilidades de uso do acervo nos próximos cinco anos não foi realizado. Seria interessante observar as tendências de pesquisa futura, que podem ser indicadas por datas comemorativas, definição sobre o planejamento de exposições ou por uma pesquisa motivada junto aos pesquisadores, entre outras possibilidades. Tais dados poderiam também ser aproveitados como indicativo na seleção e priorização de dossiês/documentos, em função da ferramenta definida, conforme será tratado no item 4.6, desta dissertação.

4.5.2.1 – O diagnóstico técnico do arquivo CFEACB

Em documentos de arquivo, a unidade de arquivamento é o dossiê, formado por um documento único, ou um conjunto de documentos. Nestes pode haver uma grande variedade de tipos de papel, material e meios de escrita/impressão, tamanhos e formatos e condições de conservação distinta. Calmes, Schofer e Erberhardt afirmam que:

um particular problema de preservação pode ser a distribuição aleatória [dos documentos] por todo o acondicionamento. Por exemplo, materiais em boa condição física podem arquivados junto com materiais que deterioram rapidamente, tornando extremamente difícil situar tipos

¹⁸⁶ A lista completa dos dossiês da Série 2, consultados no período entre 2008 e 2012, encontra-se no Anexo 3.

específicos de problemas de preservação¹⁸⁷ (1988, p. 97) (tradução livre da aluna).

Não é diferente no caso do CFEACB, que tem dossiês constituídos por documentos em papel tipo jornal em contato com papel de escrita comum ou nos quais documentos com tinta ferrogálica estão em contato direto com os adjacentes, por exemplo. Estas situações, muito comuns em acervos arquivísticos, remetem a questionamentos do tipo: como garantir que as ações de conservação e restauração respondam às necessidades de tratamento e pós-tratamento do conjunto de documentos, e à sua guarda e ao uso adequados?

Para Calmes, Schofer e Eberhardt (1988, p. 97), a necessidade de preservação estabelece-se em função das condições de conservação do documento, de seu valor intrínseco e de sua expectativa de uso; entretanto, só um exame sistemático dos problemas de conservação pode revelar critérios adicionais às estratégias de preservação. Esta perspectiva vem ao encontro de uma abordagem materialística do acervo, apresentada neste Capítulo, que é típica do final dos anos de 1980. Além disto, corrobora de algum modo com as considerações apresentadas por outros autores como Child (2001), Berdoucou (2007) e Appelbaum (2009), já citados anteriormente nesta dissertação (item 4.3).

Assim, objetivando o estabelecimento do estado e problemas de conservação do acervo CFEACB e sua vulnerabilidade, e devido a que o diagnóstico dos documentos ainda não havia sido realizado de forma sistemática, foi proposta a realização de um levantamento das condições de conservação deste fundo documental. Para tanto, considerou-se adotar uma metodologia de amostragem, visto que a quantidade de documentos era muito grande para realizar este procedimento de forma exaustiva e haveria dificuldade no manuseio e compilação dos dados no período de tempo disponível para este estudo. Por uma opção metodológica utilizou-se como instrumento uma ficha/planilha de diagnóstico, cujas variáveis têm estreita relação com a abordagem materialística.

Para a amostragem aleatória, realizada nos documentos textuais, utilizou-se a ferramenta proposta por Carl Drott¹⁸⁸ para o cálculo do número de amostras, considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3%. Do universo

¹⁸⁷ No original: "a particular preservation problem may be randomly distributed throughout the holdings. For example, materials in good physical condition may be interfiled with rapidly deteriorating materials, making it extremely difficult to locate specific kinds of preservation problems".

¹⁸⁸ Drott, M. Carl. Random Sampling: a tool for library. *College and Research Libraries Rea*, p. 119-125, Mar. 1969.

total de 10.576 documentos, por essa metodologia, deveriam ser avaliados 1.067 documentos; número que foi arredondado para 1070 documentos.

Para realização da seleção aleatória considerou-se que os documentos estavam dispostos sequencialmente dentro dos dossiês, e estes, ordenados também sequencialmente nas séries estabelecidas. Como não seria possível renumerá-los de um até dez mil quinhentos e setenta e seis, e por considerar que estes documentos já se encontravam dispostos de maneira aleatória¹⁸⁹, em quantidade e em posição dentro das caixas, foi proposto trabalhar com uma tabela de números aleatórios a partir da atribuição de numeração sistemática das caixas (que eram em menor quantidade), conforme sua disposição sequencial nas prateleiras da estante. A sequência de caixas obedece a ordem da série e, dentro desta, dos dossiês que contém os documentos. A opção da amostragem por caixa foi preferida também porque não seria necessário renumerar os dossiês sequencialmente, o que poderia provocar uma confusão na análise dos dados, em função dos códigos.

Assim, foram quantificadas as caixas de documentos¹⁹⁰ e atribuído o número de 1 a 37, conforme o desenho da estante, inserido como Anexo 4 desta dissertação. Posteriormente, utilizou-se uma tabela¹⁹¹ de números aleatórios para selecionar as caixas em que os documentos passariam pelo diagnóstico técnico. Após sua identificação, foram quantificados os documentos nela contidos. A tabela foi utilizada até se chegar ao número de documentos do total da amostra, considerando a quantidade máxima de até, aproximadamente, 100 documentos por caixa. Assim, foram selecionadas as caixas de número 6, 8(a), 12, 14, 17, 19, 21, 24, 27, 28, 31, 35 e 36, totalizando 11 caixas.

O levantamento dos documentos textuais foi realizado com um total de carga horária de 48 horas, sendo produzido com base na planilha de diagnóstico utilizada pelo LAPEL, tendo esta sido adaptada para consolidação no formulário avaliação, inserido como Anexo 5 desta dissertação, que foi baseado no formulário proposto por George Cunha (1988).

Posteriormente, as informações recolhidas no diagnóstico foram utilizadas para alimentar uma planilha de dados produzida em programa *Excel*, estruturada na forma de quadros para compilação dos gráficos que mostram os problemas e o estado de conservação do acervo, conforme será tratado em seguida.

¹⁸⁹ Uso como aporte as afirmações de Calmes; Schoefer e Erberhardt (1998, p. 97) citadas na página anterior desta dissertação.

¹⁹⁰ Para efeito da contagem das caixas utilizou-se a seguinte normatização: no dossiê que ocupasse duas caixas, apenas uma delas seria contada, para não correr o risco de repetição.

¹⁹¹ A tabela de números aleatório está disponível no site http://gaius.fpce.uc.pt/mips/spss_prc/O_organ/tabela_na/tabela.htm. Acesso em: 23 de outubro de 2012.

No que se refere à caracterização do papel, foram estabelecidas as seguintes classificações para definir os diferentes tipos de papéis observados na amostra: Papel jornal¹⁹² – pj; Papel revestido¹⁹³ – ppr; Papel calandrado/satinado¹⁹⁴ – pps; Papel cópia¹⁹⁵ – pcp; Papel bond ou comum¹⁹⁶ – bond; Papel outros¹⁹⁷ – outp, relacionando-os com à gramatura: baixa, média e alta. O processo de identificação foi realizado por meio de exame visual a olho nu e/ou com apoio de lupa conta-fio de 5 e 10X de aumento. A compilação dos dados é mostrada no Gráfico 3, apresentado a seguir:

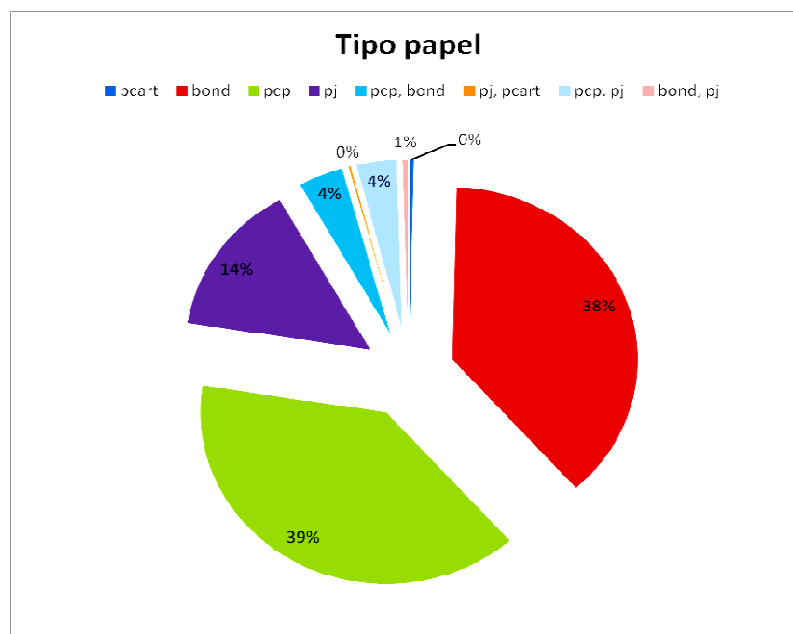


Gráfico 3 – Percentual que define o tipo de papel constituinte do arquivo do CFEACB.

É possível observar neste gráfico que há uma predominância de dois tipos de papéis no acervo, cujas características de produção enquadram-se na qualidade de papéis fabricados em processo ácido e de polpação com celulose branqueada ou parcialmente branqueada. Assim, a degradação esperada é a acidez da folha, em decorrência do uso de um aglutinante ácido como a resina de breu-alúmen, o que causa, em longo prazo amarelecimento e fragilidade mecânica do suporte. Neste sentido, foi

¹⁹² Esta definição enquadra-se no que Flieder e Duchein (1993, p. 111) denominaram de papel jornal: caracteriza-se pelo uso de pasta mecânica em grande proporção, mais de 80%, representando baixo preço, ótima absorção da tinta de impressão e má qualidade de permanência.

¹⁹³ Papel que contém uma camada superficial de revestimento a base de um aglutinante e uma carga, que lhe confere características de boa qualidade de impressão de imagem. Também denominado papel *couchê*.

¹⁹⁴ Papel com qualidade muito próxima ao do papel jornal por ser feito também de pasta mecânica, mas que apresenta uma das faces, ou ambas, lustrada e acetinada, característica da sua passagem pela calandra.

¹⁹⁵ Esta definição enquadra-se no que Flieder e Duchein (1993, p. 112) denominaram de papel translúcido: fabricado com pasta mecânica ou química, sendo de baixa gramatura, e utilizado com suporte de cópias de máquina de escrever ou para uso como suporte de cópias em carbono (segunda via). Também denominado papel *florpost*.

¹⁹⁶ Produzido com pasta química ou termo-química, natural ou branqueada, destinado à escrita e a impressão em geral.

¹⁹⁷ Qualquer papel que não se enquadra nas definições anteriores.

realizada a compilação dos dados do diagnóstico, considerando estas duas variáveis, conforme apresentado nos Gráficos 4 e 5, abaixo:

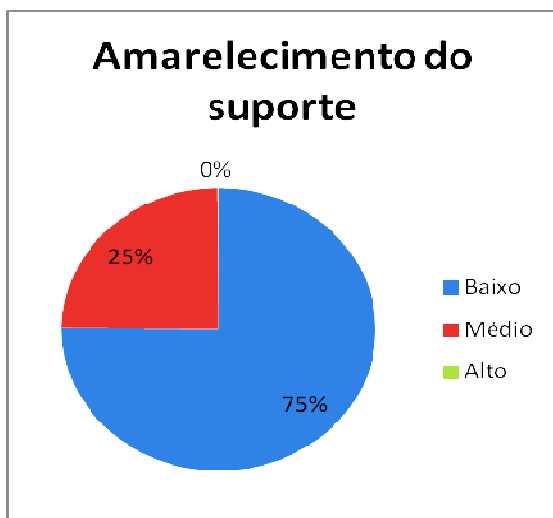


Gráfico 4 – Percentual de documentos referente às condições de amarelecimento do suporte.



Gráfico 5 – Percentual de documentos referente às condições de fragilidade do suporte

A análise deve considerar que a observação foi realizada por meio apenas de um exame organoléptico, com o uso, no caso da variável amarelecimento, de uma folha de papel comparativo às três intensidades definidas (baixa, média, alta). As condições de amarelecimento e de fragilidade do suporte verificadas sugerem que a influência da acidez ainda é pequena, embora possa em médio prazo interferir nas condições de uso, especialmente dos papéis em baixa gramatura. Considerou-se importante pontual o problema do amarelecimento, pelo qual é possível associar ao que propõe Keene (2000), como um elemento a ser analisado: a desfiguração.

No caso dos papéis-cópia, deve-se considerar que estes podem apresentar uma tonalidade levemente coloreada desde sua fabricação, resultante da adição de um corante na massa (ação de uso particular neste tipo de material), o que dificulta sua avaliação quanto ao aspecto do amarelecimento como caracterização do início do processo de acidificação da folha. Contudo, neste tipo de material, caracterizado pela baixa espessura do suporte, a atenção volta-se, especificamente, para os danos mecânicos de ruptura e perdas em função do manuseio, uso ou reprodução por contato superficial (por exemplo, fotocopiadoras e *scanners*), associando a acidez com a fragilidade.

Assim, foi realizada também uma caracterização da espessura dos papéis presentes na amostra, por meio do estabelecimento de uma classificação relacionada à gramatura. Neste sentido, se utilizou três classes: baixa (b) – para papéis mais finos,

abaixo de 55 gr/m²; média (m) – para papéis entre 55 e 95 gr/m²; e alta (a) – para papéis acima de 95 g/m².

Assim, no Gráfico 6, apresentado em seguida, observa-se que cerca de 46% do percentual de documentos identificados possuem baixa gramatura, o que representa uma vulnerabilidade do acervo quanto às condições de uso e acesso inadequadas. Verifica-se ainda que outros 51% têm uma espessura média, muito comum em papéis de escrita e impressão, que favorecem à sua resistência física.

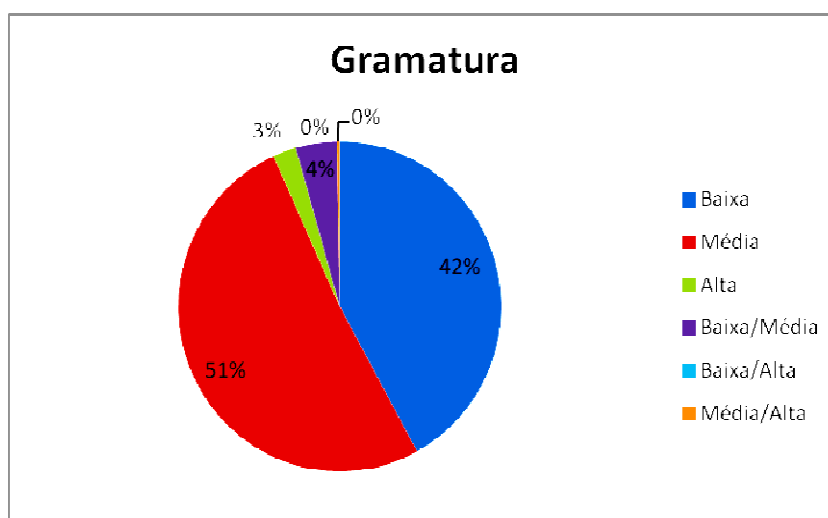


Gráfico 6 – Percentual de gramaturas de papel identificadas em documentos do arquivo CFEACB.

Neste gráfico é possível verificar também que os documentos que apresentam papéis com diferentes gramaturas representam menos de 1% do total da amostra, e os que têm folhas de alta gramatura situam-se no percentual de até 3%. Assim, o conjunto de documentos caracteriza-se por papéis de escrita comum (Bond) e papéis do tipo cópia e jornal.

No total de amostras diagnosticado foi identificado também o tipo de técnica de escrita utilizada, que tem relação com a estabilidade da informação e com sua vulnerabilidade quanto ao esmaecimento, corrosão, desfiguração, entre outros. Para o diagnóstico se estabeleceu as seguintes classificações quanto à técnica de produção: Manuscrito – M; Datilografado – Dt; Telegrafado – Tg; Impresso – I; Mimeografado – Mm; Fotocópia (Xerox) – Fc ; Cópia Térmica – Ct.

Nos gráficos produzidos em seguida foi dado destaque à quantificação em termos de porcentagem referente à presença ou ausência de tintas metaloácidas nos documentos examinados. Assim, foi elaborado o Gráfico 7, no qual se identifica a porcentagem de escritos produzidos em tinta metaloácida no montante total da amostra,

onde o **Ox tt**, refere-se à presença de tinta metaloácida, **Sem tt**, a ausência desta tinta e **Não Class.**, documentos em que não foi possível avaliar meramente por exame visual se eram ou não em tinta metaloácida.

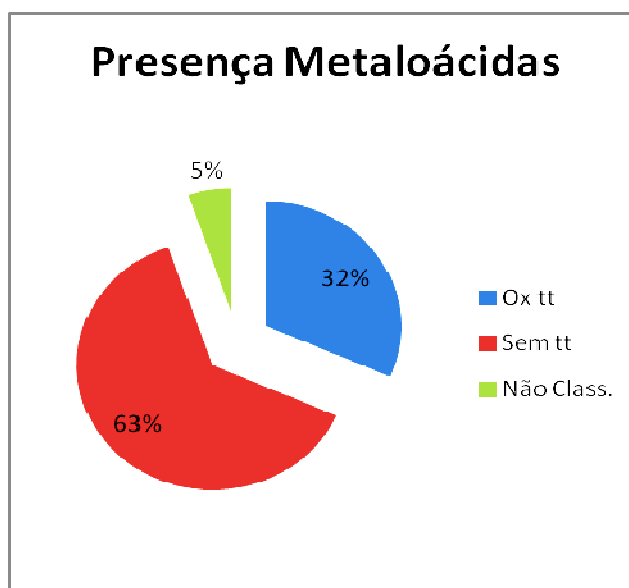


Gráfico 7 – Percentual da presença de escritos em tintas metaloácidas nos documentos do arquivo CFEACB.

Observa-se que entre os 724 documentos identificados como apresentando informações produzidas com o uso da técnica manuscrita, 63% deles têm escrita com alguma informação em tinta metaloácida. Considerando a importância de identificação do estágio de degradação deste elemento sustentado, foi adotado como referência de caracterização do estado de conservação da tinta ferrogálica o quadro de classificação proposto por Birgit Reißland (REIßLAND; GRAAFF, 2001), do *Institute for Cultural Heritage of Netherland* – ICN (atual Cultural Heritage Agency of the Netherlands), onde são definidas 4 fases de degradação deste tipo de material, a saber:

Fase 1 – representa o primeiro estágio de degradação, no qual a tinta ainda não apresenta sinais claramente identificáveis, tendo um tom amarronzado leve ou médio, sem migração para o verso.

Fase 2 – representa o segundo estágio de degradação, no qual já é notada a migração para o verso e uma intensidade do tom marrom na superfície da tinta. Verifica-se, por meio do exame com luz ultravioleta, sinais de fluorescência próxima aos limites da mácula ou mancha (da tinta).

Fase 3 – representa o terceiro estágio de degradação da tinta, quando já há uma forte migração no verso, com um tom intenso de marrom, em alguns casos com migração, na forma de uma sombra da escrita, para as folhas próximas (da frente e do verso).

Fase 4 – representa o estágio de maior degradação da tinta, quando está já corroe o papel, ocasionado rupturas e perdas de informação.

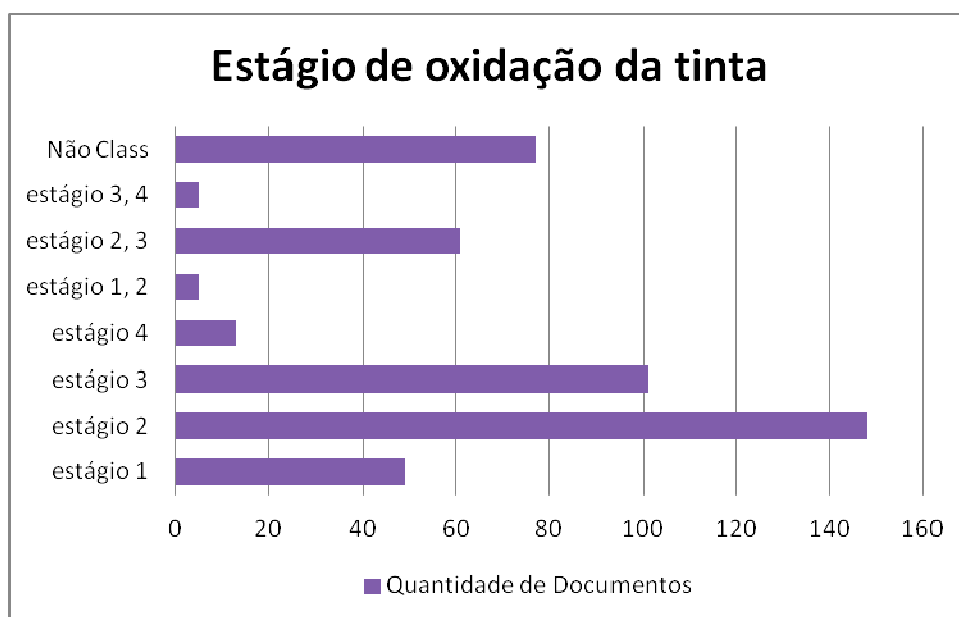


Gráfico 8 – Quantidade de documentos segundo o estágio de degradação identificado para tintas ferrogálicas

No Gráfico 8, mostrado acima, pode-se considerar que 67,5% dos documentos da amostra apresentam-se dentro das fases 2 e 3 de degradação da tinta. Assim, é possível sugerir, empiricamente, que estes documentos levaram, em média, 60 anos para chegar neste estado, em ambiente de guarda não controlado. Isto representa um alto grau de vulnerabilidade atual (2013) e futura, se não for efetivado nenhum tipo de estabilização da oxidação e acidez, decorrente do processo de degradação desta tinta. Por outro lado, verifica-se que ações que visem desacelerar a degradação devem ser promovidas de forma mais enfática, como algum nível de proteção e/ou de restrição ao acesso, reprodução ou manuseio dos documentos, a fim de evitar favorecer danos mecânicos na mancha da tinta, onde o processo de corrosão tornou-se acentuado, até que sejam definidas as prioridades de tratamento nestes documentos e mesmo antes de sua digitalização.

Passando para uma análise em que se levaram em consideração aspectos referentes aos danos físicos identificados na amostra, foram estabelecidas para o diagnóstico as seguintes variáveis a serem observadas: rasgos; perdas de suporte; dobras/vincos; perfurações ou furos; abrasão ou desgaste do suporte. Os dados

compilados são apresentados no Gráfico 9, mostrado abaixo, onde se acrescentou outra variante, que foi o percentual da área do documento comprometida pelo tipo de dano:

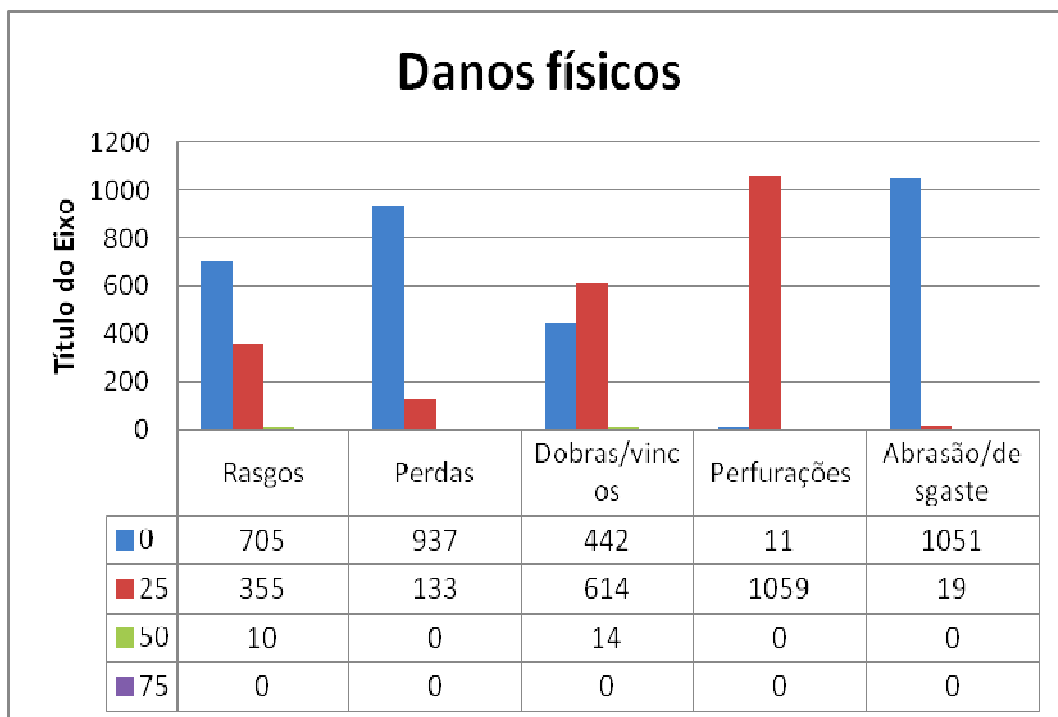


Gráfico 9 – Quantidade de documentos do arquivo CFEACB que apresentam danos físicos, segundo o percentual de área comprometida.

Para compreender facilmente este gráfico, é necessário esclarecer, por exemplo, que no item Dobras/Vincos a coluna azul (0) identifica número de documentos da amostra que não apresentava este tipo de dano. A coluna vermelha mostra que 614 documentos apresentam até 25% de dobras/vincos na área do documento. Do mesmo modo, a coluna verde informa 14 documentos se encontram com 50% da sua área comprometida com danos referentes a dobras/vincos. Os outros resultados seguem o mesmo raciocínio.

Os dados indicam que as perfurações são o maior dano. Estas se referem aos furos originários da ação de furadores para colocação dos documentos em pastas de arquivo, originados, provavelmente, por ocasião de seu arquivamento ainda pela instituição produtora. Apesar de ser em grande quantidade, este dano não representa perdas significativas de informação, pois geralmente estão localizados em uma área do documento com número baixo ou inexistente de informação. Contudo, podem representar uma demanda de reforços no suporte, para evitar que se ampliem os problemas. Ao refletir sobre o uso desta variável é possível constatar que o problema não é a perfuração

em si, mas os rasgos, as perdas de informação e as fragilidades associadas a esta situação inerente. Isto mostra que a adoção desta variável prevendo a avaliação necessita ser revista.

Considerando o somatório da quantidade de documentos em função dos danos, retirando-se a variável 'perfurações', foi produzido o Gráfico 10, apresentado abaixo, onde se pode inferir que a arquivo CFEACB apresenta em quase metade da amostra, danos decorrentes do tipo de papel constituinte e do uso, o que representa a necessidade de ações mais direcionadas à orientação do usuário, ao manuseio e uso adequados, bem como, um especial reforço nas medidas de proteção dos documentos em tinta ferrogálica.

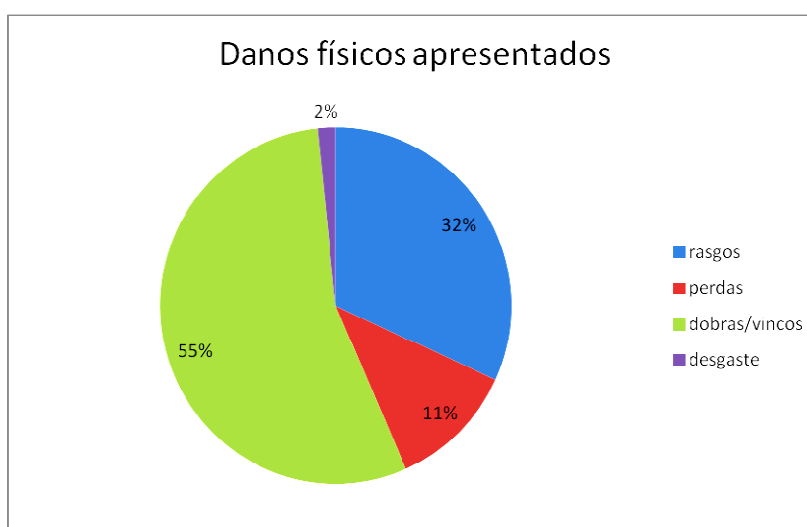


Gráfico 10 – Percentual de danos físicos encontrados nos documentos do arquivo CFEACB, excetuando a variável 'perfurações'.

Por fim, considerou-se o aspecto visual do documento, característica avaliada pela observação quanto à presença de manchas e de sujeira no suporte, que contribuem na definição da característica de desfiguração que pode chegar o documento (cf. KEENE, 2000). No diagnóstico foram estabelecidas variáveis de acordo com a seguinte classificação: *foxing/fungo*; água ou líquido; acidez ou luz; ferrugem ou oxidação; adesivos; outras.

No Gráfico 11, apresentado em seguida, é possível visualizar o número de documentos identificados com as variáveis definidas, considerando a área do documento afetada por tais danos.

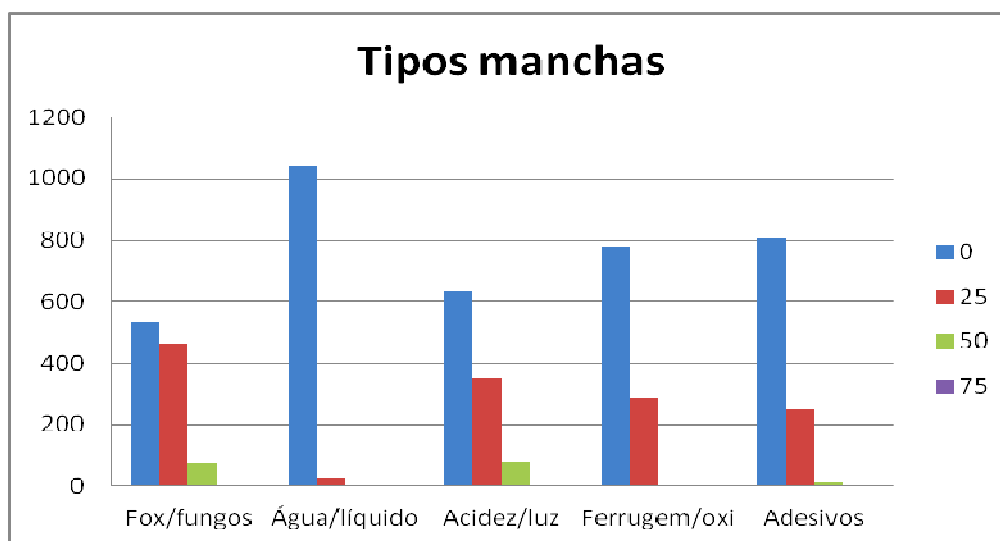


Gráfico 11 – Volume de manchas nos documentos

Assim é possível inferir que os danos que mais afetam os documentos da amostra são: a mancha de *foxing*/fungo, seguido em menor número por manchas decorrentes de acidez/luz, ferrugem/oxidação e de adesivos. Verifica-se a quase ausência de manchas decorrentes de água/líquidos. Neste sentido, é possível afirmar que a constituição do documento junto com as condições de uso e guarda pela instituição produtora influenciaram mais este aspecto da degradação, do que o uso do acervo, visto que as manchas relativas à ferrugem e adesivos são anteriores à sua custódia pelo MAST.

Por fim, são apresentados dois gráficos gerais sobre o estado de conservação do acervo, definido a partir de um quadro de classificação utilizado pelo LAPEL/CDA, o qual identifica 5 estágios de degradação, por meio de uma classificação de cor, onde:

AZUL – significa: documento em boas condições, que necessita apenas de um acondicionamento e/ou limpeza, sem danos maiores observados;

VERDE – significa: documento em condições regulares, que precisa de alguma ação de reforço de suporte, limpeza mais delicada ou de pequenos reparos da encadernação, apresentando boa estabilidade ao uso;

AMARELO – significa: documento apresenta necessidades maiores de conservação, sendo seu estado classificado como “alerta” e passível de entrar em condições de

prioridade em médio ou longo prazos¹⁹⁸, demandando ações de reforço generalizado, de re-encadernação ou de reparos na encadernação que sejam mais trabalhosos ou que apresentem fitas adesivas ou manchas que comprometam a sua leitura em médio prazo.

VERMELHO – significa: documento com prioridade de restauro, em função do comprometimento de sua informação ou da perda de sua função, representando maior tempo de tratamento, devido aos danos e à necessidade de análises mais apuradas ou de uso de diferentes técnicas.

PRETO – significa: documento que está em adiantado estágio de degradação, apresentando-se em condições péssimas de manuseio e utilização, sendo difícil sua recuperação. Necessita ser reproduzido de imediato, a fim de que a informação possa ser resguardada, antes que uma proposta de tratamento químico ou físico seja efetivada ou definida como desejável.

Para efeito do uso do formulário de Cunha, foi proposta uma adaptação nesta classificação, definindo-se três categorias de estado de conservação: 1) Bom – quando o documento enquadra-se nas classificações de cor azul; 2) Regular – quando o documento enquadra-se na classificação de cor verde e amarela; e 3) Ruim – quando o documento enquadra-se nas classificações de cor vermelha e preta. Após compilação dos dados referentes ao universo da amostra obteve o resultado percentual apresentado no Gráfico 12, que segue:

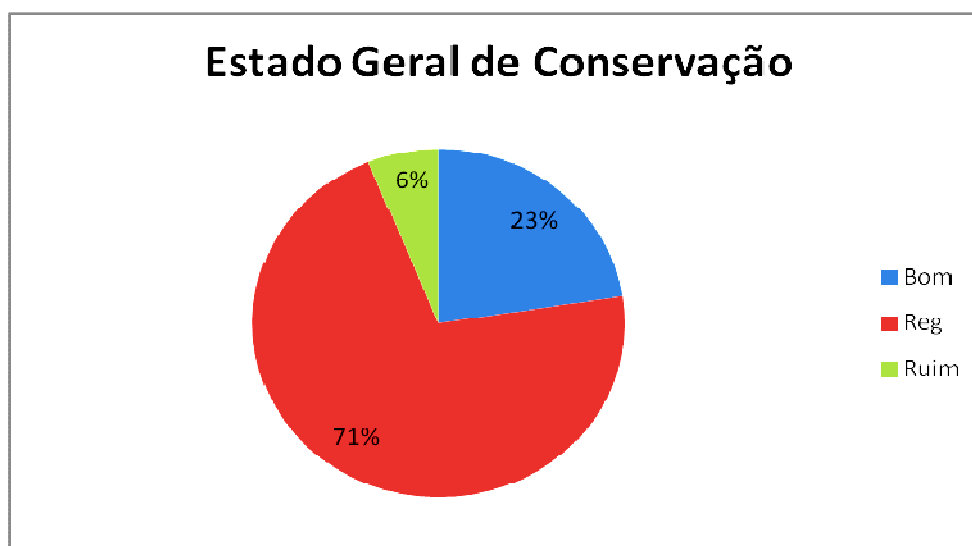


Gráfico 12 – Percentual de documentos do arquivo CFEACB segundo seu estado de conservação

¹⁹⁸ A referência referente aos prazos foi estabelecida considerando a seguinte definição: curto prazo significa até três anos; médio prazo, de três até dez anos; longo prazo acima de dez anos.

É possível observar que os resultados da amostra estabelecem que os documentos do arquivo CFEACB se encontram em estágio regular de conservação, ou seja, na condição em verde e amarelo definida pelo LAPEL/CDA, o que sugere uma necessidade de implementação de ações tanto no âmbito da conservação-restauração, mas também no da conservação preventiva. Buscando selecionar e priorizar os documentos que devem ser tratados de forma mais imediata, foi realizada uma análise, a partir das informações levantadas acima, sobre a ferramenta que poderia auxiliar nesta tarefa. Assim, a parte final deste Capítulo foi dedicada à reflexão sobre as ferramentas apresentadas, de forma a identificar uma delas para adoção pelo LAPEL/MAST, não só junto ao arquivo do CFEAB, mas aos demais acervos de responsabilidade do setor.

4.6 – Analisando o Uso das Ferramentas de Seleção e Priorização no CFEACB

Como já mencionado nesta dissertação, a seleção de documentos para tratamento envolve um grande número de considerações técnicas e críticas. A fim de responder de modo menos subjetivo e mais ajustado, ao longo das últimas décadas, profissionais da Conservação tem se empenhado em buscar elementos que auxiliem, na sua prática, a visão do conjunto e não de itens individualizados. Como foi apresentado neste Capítulo, os recursos, sejam eles financeiros, humanos ou de economia de tempo foram alguns dos agentes motivadores em nível administrativo. Por outro lado, a Conservação avançou nos métodos, alterando paradigmas de trabalho e aproximando-se, em grande medida, dos recursos científicos de apoio na tomada de decisão. Esta situação representou um amadurecimento da disciplina, ao mesmo tempo em que tem exigido dos profissionais uma nova gama de conhecimentos e informações para enfrentamento do trabalho prático na contemporaneidade.

Neste sentido, ao analisar as duas ferramentas, abordagem materialística e gerenciamento de riscos, observa-se que a perspectiva de olhar os problemas é diferenciada. A primeira estabelece o estado de conservação e de uso como variável de apreciação, considerando-os a partir de uma pré-identificação do valor do documento dentro do universo da coleção, e que define, a priori, o tratamento. A segunda ferramenta busca identificar os riscos que estão implicados na conservação do acervo como um todo, propondo por meio da análise do seu impacto (em quantidade e intensidade) quanto de perda de valor o documento terá e o que isto implica, em curto, médio ou longo prazo, sobre a perda de valor da coleção, estabelecendo a partir destas variáveis, as prioridades e necessidades de intervenção.

Como parte de um trabalho acadêmico, avalia-se que estas ferramentas de trabalho apresentam-se como métodos distintos, que levam a um fim comum de

identificação e eleição de documentos/acervos e de priorização de ações necessárias. Assim, articulou-se um exercício comparativo de sua aplicação, tendo como “pano de fundo” o arquivo do CFEACB.

No que se refere ao tema do valor verifica-se que a abordagem materialística apresenta-se de forma sucinta a apreciar apenas três categorias de valor. Neste sentido, tomando-se em consideração o Arquivo do CFEACB, pode-se avaliá-lo com um conjunto íntegro ou, em alguma medida, como a reunião de itens individualizados. Ao observar o acervo é possível identificar sua característica de único, histórico, evidencial, porquanto foram identificados e registrados no livro do patrimônio cultural. Assim, seus documentos estariam enquadrados na classe 1, ampliada por Child (2001), pelo valor intrínseco do acervo. Por outro lado, também poderiam estar enquadrados na classe 2, pelo valor de uso, haja visto que a documentação vem recebendo um incremento das consultas.

Analisando estas observações pode-se afirmar então que a adoção da conservação-restauração para os documentos é uma premissa para este acervo, do mesmo modo que o acompanhamento do estado de conservação de alguns documentos (os de maior uso) deve ser realizado objetivando os reparos e a proteção necessários. Do mesmo modo também o é a necessidade de reprodução, visando minimizar a consulta nos documentos, tendo em vista seu potencial de danos.

A priorização dos documentos/dossiês seria então estabelecida a partir de um diagnóstico exaustivo do acervo, para estabelecer o que receberia tratamento mais imediato em função do seu estado de conservação e de seu uso. Em função de seu grau de necessidade, alguns documentos já poderiam ser identificados e tratados, por necessidades de uso, sem que o diagnóstico tivesse sido concluído para todo o conjunto.

Estas avaliações vêm sendo de algum modo implementadas pelo LAPEL/CDA, caracterizando, assim, o *modus operandi* deste setor até o presente momento (2013).

Na ferramenta de gerenciamento de riscos, a percepção do valor do acervo não se dá da mesma maneira, sendo menos claro quanto à necessidade de identificação de classes distintas de valor, especialmente porque este será apreciado apenas quando da formulação do contexto. Por outro lado, sentido de valor adotado pela ferramenta é de valor relativo ou comparativo, sendo tanto para o documento, quanto para a sua participação no valor do conjunto de acervos da instituição. Ao definir o percentual de participação de um acervo dentro da coleção, estabelece-se o grau admitido de perda para aqueles que representam um menor valor e que terão menos prioridade das ações.

Neste sentido, ao fazer um exercício de aplicação deste método junto ao CFEACB, há que se considerar, antes de tudo, o percentual de valor que este acervo

representa para o valor da “coleção” de arquivos do Arquivo de História da Ciência, o que não foi alcançado neste estudo, embora se saiba que este acervo seja o único arquivo do MAST que se encontra hoje (2013) sobre a égide do Programa Memória do Mundo. Assim, esta análise deve levar em conta a ameaça de perda em função de danos e de suas consequências, que implicam na perda de valor do acervo para a instituição. Portanto, articular o impacto de não poder mais dispor de um dossiê muito utilizado, devido a problemas de constituição do suporte ou tinta, irá implicar na perda de interesse do pesquisador por este acervo, e, conseqüentemente, na perda de sua representatividade frente a outros arquivos da “coleção” e junto ao PMM. A prioridade se estabelece no desdobramento destes cenários, isto é, a partir do impacto de seu resultado (magnitude do risco) junto ao arquivo e à “coleção”. Do mesmo modo, ao identificar o grau de aceitabilidade da perda de valor de alguns documentos em função de outros, pelo seu impacto sobre ele ser menor, é possível estabelecer a priorização, dentro do arquivo do CEACB, dos documentos/dossiês a serem tratados de forma mais imediata.

No exercício do uso da ferramenta pode-se verificar que apesar da avaliação privilegiar a série referente aos documentos de expedições ser de maior interesse à pesquisa (como observado em item anterior) o conjunto arquivístico exige uma manutenção na sua integralidade. Os riscos rotineiros são de força física, em função do uso e manuseio frequentes, o que pode representar grande perda de valor ao conjunto do acervo do MAST. Assim, a ação já prevista de digitalização do acervo seria uma medida de prevenção a este risco, minimizando o seu impacto sobre o conjunto. Contudo, como foi apresentado anteriormente os documentos necessitam de tratamento de conservação-restauração para que este processo de reprodução possa ser realizado com segurança (sem risco ao acervo e informação) e em conformidade com as práticas para conservação.

Verificou-se, no procedimento de exercício ora efetivado, a importância de reunir um número de informações adequadas para cada uma das ferramentas analisadas, especialmente no que se refere ao diagnóstico. Pode-se avaliar que a planilha utilizada para o levantamento das condições do acervo e de seu estado de conservação alcançou níveis diferenciados de atendimento a estas ferramentas. No caso da abordagem materialística, por se tratar de um método mais simples, seria necessário promover uma análise dos dados levantados, na forma de um cruzamento de informações para que fossem estabelecidas as ações necessárias e uma listagem com os dossiês mais prioritários, até que todo o acervo fosse considerado tratado. Neste sentido, seria importante, ainda, promover a identificação de uma tendência de interesse de

pesquisadores, e formular uma política de acompanhamento de diagnóstico periódica para documentos que não tiveram prioridade de restauração imediata, mas que serão passíveis de alcançá-la em médio prazo, ainda que não tenham utilização constante. Acredita-se que o diagnóstico técnico, da forma como foi promovido, precisa ser apenas estendido para o restante dos documentos do arquivo.

No que se refere à ferramenta de gerenciamento de riscos, o “olhar” deve ser alterado. Assim, seria preciso observar quais são os maiores riscos em função da vulnerabilidade dos documentos, e quais aqueles que se pode desconsiderar ou aceitar. Neste sentido, uma lista básica de agentes deveria ser criada, considerando estar se pensando na adoção da ferramenta para a conservação-restauração. Tal lista poderia conter, como proposição: força física, agentes químicos, agentes fotoquímicos, agentes biológicos e agentes intrínsecos. Manter-se-ia a associação com o tempo de ocorrência. O estudo poderia começar a partir do documento, e ir se ampliando para as “camadas” mais externas, dossiês, séries, arquivo, etc..., ao contrário do que é feito na ferramenta atual, a fim de produzir os contextos e, posteriormente, os cenários, que levam as escolhas e priorização das ações.

Ao articular esta ferramenta com o diagnóstico do CFEACB, verifica-se que seria importante reunir maior número de informações sobre os efeitos de certos agentes de degradação em longo prazo, a fim de estimar mais adequadamente a ameaça. Neste sentido, dados científicos sobre a acidificação de suportes, exames mais especializados e *spot-test* deveriam ser implementados junto ao acervo. Do mesmo modo, as prospecções são de extrema importância. Assim, uma previsão de acompanhamento e diagnóstico periódico deve ser realizada, não apenas para realização de ajustes nas prioridades estabelecidas, mas também, a fim de obter um maior número de informações e acúmulo de conhecimento útil para descrições mais fidedignas dos contextos.

Verifica-se que, no gerenciamento de riscos aplicado à seleção e priorização de conservação-restauração, deve ser dada uma ênfase no detalhamento dos dados com aporte de exames científicos e referências da literatura especializada, o que não foi alcançado no estudo ora realizado. Contudo, haveria possibilidade de promover novos exercícios junto à equipe do LAPEL/CDA para adoção da ferramenta na tarefa que foi proposta por esta dissertação.

Para iniciar uma finalização deste Capítulo, falta, ainda, dois pontos a serem abordados. O primeiro trata do aspecto do uso e da guarda, que tem relação com a identificação, através das ferramentas, de ações paralelas e complementares à seleção e priorização. Estas estão no âmbito da conservação preventiva e da preservação. Assim,

no caso do uso da abordagem materialística, verifica-se que as definições estabelecidas para classe 3 também poderiam ser implementadas junto ao fundo do CFEACB, visto que algumas delas irão desacelerar a necessidade de imediatização de algumas ações de restauração. Um exemplo disto é a digitalização e a restrição de acesso direto aos documentos de maior consulta e mais fragilizados ou vulneráveis.

Por outro lado, verifica-se que, em alguns casos, até mesmo para digitalização será necessária alguma intervenção em documentos muito danificados, em especial, os que estão rasgados ou com ruptura no suporte devido à corrosão por tinta metaloácida. Assim, a avaliação dos documentos deveria também contemplar o acompanhamento antes e depois do processo de digitalização, para analisar que procedimentos poderiam ser adotados para diminuir os riscos durante esta tarefa.

No que se refere ao gerenciamento de riscos, a ferramenta por si já se destina a trabalhar no âmbito de uma gestão global. Assim, indica-se a adoção da ferramenta na sua forma original, a fim de identificar ameaças em nível mais abrangente, conforme sugerido anteriormente, quando se indicou a necessidade de um diagnóstico de acompanhamento, que poderia ir sendo ampliado e melhor direcionado.

Neste sentido, no momento atual, está se indicando a adoção, pelo LAPEL/CDA, da ferramenta gerenciamento de riscos. Para isso, alguns procedimentos metodológicos deveriam ser implementados, a fim de aprimorar os que hoje estão sendo realizados. Enquanto se faz a transição, poderiam ser mantidos os atuais procedimentos, que se enquadram na perspectiva da ferramenta abordagem materialística. Não se vê como conflitante os dois métodos, mas complementares. A partir do amadurecimento e das discussões junto com a equipe, bem como da reunião de um maior número de dados, vislumbra-se o desdobramento da aplicação apenas da ferramenta de gerenciamento de riscos. Acredita-se que o aprimoramento quanto ao uso de método e instrumentos, com pequenas adaptações, como a aqui sugerida, favoreceriam e auxiliariam decisões mais ajustadas e adequadas aos diferentes tipos de arquivos que se encontram na custódia do MAST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*De um certo ponto adiante não há mais retorno. Esse é o ponto que deve ser alcançado.
(Franz Kafka)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desejar abordar o tema da conservação-restauração do patrimônio arquivístico buscava-se fazer um exercício sobre a questão: qual é a mensagem que o documento transmite que se deseja salvaguardar? Quando surgiu uma nova questão: como selecionar e priorizar documentos nos quais se deseja salvaguardar sua mensagem? Esta mudança de foco refletiu-se Na proposta desta dissertação e no empenho de trazer da prática angústias e questões que são de difícil resposta no cotidiano de trabalho; talvez por ali não ser o espaço adequado ou por não haver tempo necessário para o amadurecimento de uma resposta ajustada, pela forçosa imediatização das ações.

Ao tratar do tema dos arquivos em museus, buscou-se aproximar o objeto de estudo (patrimônio arquivístico) do trabalho que vem sendo executado nos acervos arquivísticos sob a guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Neste sentido, a proposta enquadrou-se dentro da linha 2 – Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável, com o viés no patrimônio arquivístico de Ciência e Tecnologia.

Durante o período acadêmico pode-se verificar o quanto o conceito de patrimônio cultural funciona como elemento de mediação entre os documentos de arquivo “em” e “do” museu, por vezes eliminando algumas fronteiras quanto a documentos administrativos e culturais; quanto aos objetos e os documentos gerados em função deles; e pela transformação de arquivos em uma “coleção” de museu. Então patrimônio, que transmite informação, propicia a geração de novos conhecimentos e configura-se como elemento simbólico e representativo de um indivíduo, grupo ou nação; mais que informação: elemento de comunicação.

No estudo, buscou-se apresentar uma perspectiva particular da relação museu-arquivo por meio do MAST. Esta instituição concretizou uma trajetória de valorização dos documentos arquivísticos e bibliográficos históricos em igual condição, e conjuntamente, aos instrumentos científicos e ao seu patrimônio edificado, ambos ditos acervo museológico. Estas áreas constituíram, entretanto, trajetórias diferenciadas, que foram

reflexo da existência, em maior ou menor grau, de profissionais dos campos disciplinares distintos. Assim, verificou-se uma aproximação muito grande com o que foi diagnosticado, nos EUA, pela autora Przybyla (2004), quando esta apresenta alguma separação das áreas, identificada, especialmente, pela ênfase diferenciada na projeção finalística e por uma iniciativa tímida na integração do arquivo dentro da conjuntura administrativa institucional dos museus. No caso do MAST, contudo, não ocorre desta maneira. Andrade indica que isto se dá pela instituição pretender consolidar:

suas características de museu de ciência e tecnologia no sentido amplo: instituição de pesquisa e ensino voltada para o estudo da ciência e de sua história, que privilegia a divulgação científica e as atividades inerentes à preservação do legado nacional da ciência e tecnologia (2007, p. 16).

Assim, o apoio inicial à atuação junto ao acervo arquivístico, desde a criação do MAST, alimentou e foi alimentado por uma forte influência no papel institucional de consolidar-se como uma instituição de História da Ciência no Brasil. Assim, sem os arquivos e sua política de aquisição, isto não seria viável, o que marcou a presença destes junto ao acervo museológico e arquitetônico de caráter histórico. É possível afirmar, então, que a ideia de patrimônio arquivístico permeia o MAST em suas origens, o que não é comum em museus brasileiros, especialmente naqueles que tem como particularidade a Ciência e a Tecnologia.

De outra parte, verificou-se também, ainda que não tenha feito parte deste estudo, que a forte atuação junto aos arquivos custodiados, fez com que o Arquivo de História da Ciência - AHC não alcançasse promover uma atuação mais efetiva junto ao acervo produzido pela instituição. Assim, há hoje (2013) uma grande massa acumulada que, embora identificada, não cumpre totalmente seu potencial de servir de memória institucional, por não estar completamente conhecida e controlada. Desde modo, implementar o tratamento deste acervo favoreceria a visibilidade do seu potencial de pesquisa não só institucionalmente, mas, também, no âmbito externo, como por exemplo, na pesquisa em Museologia¹⁹⁹, tendo em vistas o papel desempenhado pelo MAST desde os movimentos de renovação museológica do final dos anos de 1980, no Brasil, e a sua trajetória institucional marcada recentemente pela criação em colaboração com a UNIRIO do primeiro Programa *stricto senso* de Pós-Graduação na área.

Assim, é possível identificar que o MAST, enquanto instituto de pesquisa, tem perseguido uma trajetória em consonância com uma vertente contemporânea do conceito de Museu, articulando a pesquisa nos seus distintos campos de atuação e buscando promover um fortalecimento de suas áreas estruturantes de forma equilibrada. Parte

¹⁹⁹ De caráter institucional podemos citar as iniciativas de Cazelli (1992) e de Valente (2008)

desta tarefa tem sido conseguida através da formação de pessoal especializado, das consultorias e das parcerias institucionais realizadas. Além disto, o incentivo à capacitação de seu quadro funcional permite atuar na perspectiva de reflexão sobre as ações que vem sendo e são implementadas institucionalmente no âmbito dos seus setores, nos quais se “encaixa” esta dissertação.

Neste estudo, buscou-se identificar as bases e os fundamentos com os quais se poderia abordar o tema da seleção e priorização das ações de conservação dos documentos arquivísticos em suporte papel, entendidos na perspectiva de patrimônios arquivísticos sob a guarda de um museu. Desejou-se, no âmbito acadêmico, responder a questionamentos emergidos da prática cotidiana, a fim de explorar, no universo epistêmico e teórico, os potenciais caminhos que embasarão e sustentarão as respostas.

Assim, ao fazer a revisão teórica no campo da Preservação e da Conservação do patrimônio cultural, constatou-se que o alargamento do conceito de cultura favoreceu a emersão dos arquivos, de conjuntos de documentos reunidos por caráter legal, probatório, informativo e de memória/história, para de um repositório cultural, indo além do chamado “lugar de memória” explicitado por Nora (1995). O arquivo passa a ser visto também como um elemento definidor de sentidos, representante de uma política, de uma autoridade, impregnado de símbolos subliminares por conhecer.

A seu tempo, a primeira legislação sobre a proteção do patrimônio, no âmbito do governo francês, o decreto de 18 de Brumário, funda um novo paradigma que vai se refletir nas práticas e formulações teóricas de disciplinas como a Museologia, Arquivologia, Arquitetura, entre outras. No campo dos arquivos, identificou-se que, ainda que apoiadas em medidas de caráter empírico, a partir deste período, a preservação do patrimônio arquivístico vai se estruturando sobre novas bases, do administrativo-probatório, ao administrativo-histórico até alcançar o sócio-cultural, já na segunda metade do século XX.

Observou-se, com este estudo, que foram muitas as iniciativas de adoção de princípios e práticas que resultaram no que foi ou não preservado em arquivos públicos e privados dos diferentes países. E que estas foram reflexo da trajetória empírica, das mudanças de paradigma e das mutuas influências do *habitus* e *campus* disciplinar sob o poder governamental, e vice-versa. Este quadro geral foi acompanhado pela profissionalização dos agentes promotores da preservação, e repercutiu, também, nas práticas de acesso, uso, valorização e descarte de documentos. No Brasil, pode-se observar que os marcos da preservação, em alguns momentos, anteciparam as

tendências internacionais, especialmente no que se refere às políticas de preservação, e tiveram como modelo básico, a abordagem francesa.

Em relação à conservação-restauração, verificou-se que, as práticas experimentais subsistiram ao longo de anos e que apenas após o esboço dos primeiros princípios da Restauração, no final do século XIX, consolidou-se o sentido da percepção da Conservação como disciplina autônoma, o que alterou o modelo artesanal-artístico para o teórico-científico. O século XX fornece novos elementos dogmáticos, quando consolida-se nos regimes democráticos e de garantia de direitos e na afirmação da ciência como base ao *corpus* disciplinar, fazendo com que a área seja influenciada e influencie o movimento das políticas de proteção e de intervenção em diferentes países.

Observou-se que este foi o momento da reflexão crítica, onde as abordagens se estabelecem no princípio de que “cada caso é um caso”, e em que surgem variáveis como: autenticidade, reversibilidade, e distintas categorias de valor. Junto a isto, catástrofes de grandes proporções, como na Primeira e Segunda Guerra Mundiais trazem novas perspectivas ao trabalho, e não menos, difíceis enfrentamentos. Mobilizam-se profissionais e sociedades, que tendem a buscar ações globalizantes e padronizadas em nível internacional. Os arquivos seguiram às margens, buscando uma consolidação e um reconhecimento dentro de seu papel social, reconhecidamente histórico e informativo.

A partir da segunda metade do século XX, é possível identificar que as ações sobre o patrimônio não estão mais apenas relacionadas ao uso imediato, mais ao uso das futuras gerações, do mesmo modo em que não se conserva apenas o patrimônio do passado, mais também do presente. É o momento de início das ações preservacionistas da década de 1950, onde emergem instituições não governamentais em nível internacional. Os enfrentamentos deste período, no caso dos arquivos é o de tratamento das grandes massas documentais acumuladas, o acesso a esta informação e a preocupação com a produção exponencial de dados. Surge o medo da perda.

Os desdobramentos deste quadro, na década de 1960, foram observados no entendimento da Conservação sob duas vertentes: a preventiva e a conservação-restauração, que almejam “dar conta” do imenso patrimônio disponível e ameaçado, constituído pelas diversas formas de registro da memória individual e coletiva. Acrescenta-se, ainda, a constatação de ‘finitude’ dos materiais e a necessidade de aprimorar as ferramentas de seleção e priorização das ações de preservação e conservação para efetivar intervenções. Assim, surgem: o Programa Patrimônio Mundial da Humanidade, em 1972 e o Programa Memória do Mundo, em 1992, ambos em âmbito não governamental internacional.

Na esfera da disciplina Conservação, identificou-se que este processo se refletiu na busca de estruturação de modelos metodológicos ou ferramentas de auxílio nas decisões de eleição e de priorização da preservação, sendo uma delas a abordagem materialística, tratada neste estudo. Deste modo, integrou-se, na análise, a ferramenta gerenciamento de riscos, que nos últimos anos vem despontando como o instrumento mais atual de abordagem.

Conquanto que os métodos de trabalho sejam distintos, ambas as ferramentas requerem a reunião de informações prévias para sua utilização. Como apoio à discussão das ferramentas, e visando fazer um levantamento prospectivo das práticas de conservação de documentos em papel, buscou-se realizar um histórico das políticas e procedimentos descritos na literatura, tanto em nível técnico quanto teórico. Com isso, pode-se observar que o olhar dado pela ferramenta “abordagem materialística” é característico da área de conservação até o final do século XX, embora ainda continue a sendo adotado, com menor ou maior ênfase, por inúmeras instituições em diferentes países.

Por outra parte, a ferramenta “gerenciamento de riscos” surge num momento em que a gestão integrada é consolidada pela vertente da Conservação Preventiva, trazendo uma necessidade de visão macro, do ponto de vista administrativo, técnico e científico. Pela sua envergadura, este instrumento torna-se potencial de trabalho reconhecidamente atual e, conseqüentemente, “objeto de desejo” de qualquer instituição. Contudo, demanda conhecimento mais sistemático do acervo e da organização e enfrentamentos ainda não alcançados no cotidiano de muitas instituições, especialmente de registros de caráter prospectivo.

No que se refere aos aportes fornecidos pelas teorias da Restauração, verifica-se que o tema do valor torna-se o elemento motivador e, ao mesmo tempo, requisito, para a eleição/seleção das intervenções. Entretanto, atualmente (2013) se reconhece que os valores são subjetivos, ou melhor, dependem da perspectiva de quem observa. Neste sentido, os elementos mediadores das escolhas necessitam ser ampliados, tendo em vistas que interferem na decisão de restauração.

Reconhece-se a importância da diversidade, ao mesmo tempo em que se busca entender a autenticidade, cuja noção, segundo Garcia Cuentos (2009), sofre influência temporal. Seguindo esta linha de raciocínio, Appelbaum (2009) descreve e identifica cinco possibilidades de entendimento da autenticidade, conforme foi descrito. Entretanto, para o Programa Memória do Mundo, a noção de autenticidade tem uma conotação própria: original como o autêntico, ou o original como primeiro. No caso dos documentos de

arquivo como entender o autêntico, na sua forma legal ou na sua forma patrimonializada? É necessário, assim, ter claro o ponto a partir do qual se observa e buscar uma linguagem que promova um entendimento sem ruídos, equívocos ou dubiedade.

Ao aproximar das duas ferramentas analisadas, observa-se que ambos os métodos consideram o aceite da perda, seja através da simples separação dos documentos de valor intrínseco (na abordagem materialística), seja pela comparação de valor entre os acervos da coleção (no gerenciamento de riscos). Este aceite define-se tanto pelo reconhecimento das características físicas inerentes à qualidade de produção dos documentos como pelo reconhecimento de seu valor perante à coleção, à instituição ou à coletividade. Desta forma, os preceitos teóricos auxiliam apenas na definição de metodologias, enquanto certo grau de subjetividade continua a influenciar as escolhas.

De outra parte, o exame técnico ou diagnóstico continua sendo um instrumento viabilizador do conhecimento sobre o acervo. Contudo, ao realizar este estudo foi possível observar que as abordagens de cada ferramenta requerem métodos de exame com refinamentos distintos, sendo importante adequá-los para adoção nas análises. Sob este aspecto, as práticas encontradas na literatura da área de Conservação são muitas, desde questionários, listas de checagem, mapeamento de acervo, planilhas de diagnóstico, formulários, entre outras. Estes instrumentos são mais acertadamente utilizados quando se definem padrões e referenciais de classificação de uso como, por exemplo, um vocabulário controlado, ou um quadro de classificação de estado de conservação ou de deterioração da tinta. Assim, eis uma das razões para sua adoção: a produção de conhecimento sobre os fenômenos específicos e o registro de histórico, o que favorece à documentação e à análise.

Ao debruçar sobre o levantamento por amostragem da situação em que se encontra o acervo, verifica-se que as estatísticas e os registros de reprodução são importantes instrumentos a serem considerados em qualquer análise, seja ela sobre a materialidade do documento ou sobre os riscos que gera. Assim, a fim de prosseguir nos estudos ora iniciados, sugere-se que o LAPEL possa introduzir novos quadros referenciais e padrões de classificação que promovam um diagnóstico sob bases mais ajustadas e controladas. Uma revisão da ficha de diagnóstico atualmente utilizada deve ser feita.

Do mesmo modo, é possível antever que a adaptação da lista básica de agentes, do modo como foi sugerido por esta dissertação no item 4.6, poderá significar um avanço no delineamento da aplicação da ferramenta gerenciamento de riscos especialmente para seleção e priorização de conservação-restauração, o que deve ser

implementado como projeto piloto no MAST. Neste sentido, os próximos passos seriam, ainda, elaborar os cenários relativos aos dossiês/documentos para cada série do arquivo CFEACB, a fim de que pudessem ser analisadas, em primeira instância, as prioridades quanto aos documentos que devem sofrer intervenção, cuja avaliação deve ser levada em consideração junto à equipe de gestores do acervo.

Este estudo de caráter acadêmico não teve a intenção de esgotar o tema da seleção e priorização, mas levantar algumas considerações e reflexões sobre os enfrentamentos de rotina nas práticas da conservação-restauração de documentos arquivísticos considerados patrimônio cultural e científico, sob a guarda de museus. Não obstante, pretendeu contribuir na pesquisa sobre os discursos e metodologias envolvidas no fazer contemporâneo, no qual se observa a dificuldade de compreensão quanto aos critérios de autenticidade, valorização e intervenção. Deste modo, verifica-se que há conflitos de todos os tipos, seja dentro linguagem de especialidade, seja na adoção de princípios teóricos que não respondem totalmente às demandas de uma época em que a diversidade, inclusão, participação e amplitude de abordagem estabelecem-se como premissa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. O nascimento de um museu de ciência. In: ---- (org.). **Caminho para as estrelas: reflexões em um museu**, Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 8-19
- APPELBAUM, Barbara. **Conservation Treatment Methodology**. Inglaterra: Elsevier, 2009. p. 87-119.
- ARQUIVO do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: inventário sumário. 2. ed. Rio de Janeiro: MAST, 2000. 133p.
- ARQUIVO Nacional (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005. 232p.
- ASHLEY-SMITH, Jonathan. Practical Uses of Risk Analysis. **The Paper Conservator**, v. 25, n. 1, 2001. p. 59-63. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/toc/rcon19/25/1> . Acesso em 14 de outubro de 2012.
- ATKINSON, Ross W. Seleção para preservação: uma abordagem materialística. In: **PLANEJAMENTO de preservação e gerenciamento de programas**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. p. 17-29. (CPBA, 34).
- AVRAMI, Erica; MASON, Randall; TORRES, Marta de la. Report on research: the spheres and challengers of conservations. In: --- (ed.). **Values and Heritage Conservation**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000, p. 3-11.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão. **Pergaminho e papel em Portugal: tradição e conservação**. Lisboa: CEPAL; BAD, 1995, 125p.
- BARBUY, Helena. Documentação museológica e a pesquisa. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (orgs.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 33-44 (MAST Colloquia; 10).
- BECK, Ingrid. **O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional**. 2006, 109p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Niterói, 1996.
- BELL, Lionel; Faye, Bernard. **La Conception des Batiments d'Archives en Pays Tropical**. Paris: UNESCO, 1979. 190p. (Documentation, Bibliothèques et Archives: études et recherches, n. 9).
- BELTRAME, Roberto. Il restauro librario verso l'era moderna: la Conferenza Internazionale di San Gallo del 1898. **Kermes**, ano XIII, n. 37, p. 21-15, gennaio/marzo, 2000.
- BENJAMIN, Walter. "O colecionador". In: BOLLE, Wille. **Passagens**. São Paulo: IMESP, 2006. p.237-246.
- BERDOUCOU, Marie. The "values" of cultural property and conservation-restauration: a historical perspective. In: VAROLI-PIAZZA, Rosalia (ed.). **Sharing Conservation Decisions**, Rome: Italy, 2007, p. 48-52.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes F. **Noções de Paleografia e Diplomática**. Santa Maria: Editora da UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 1991. 96p.
- BOITO, Camillo. **Os Restauradores: Conferência feita para a Exposição de Turim em 7 de junho de 1884**. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2002. 63p. (Coleção Artes & Ofícios, 3).

BORGES, Renata Silva. Objetos tridimensionais em arquivos científicos: Levantamento preliminar nos arquivos de custódia do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, III, 26 a 27 de setembro de 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008, p. 23-31.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. 261p. (Coleção Arte & Ofícios, 5).

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm . Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/constituicaotextoatualizado_ec71.pdf . Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm . Acesso em 15 de janeiro de 2013.

BRASIL, **Decreto 22.698**, de 11 de maio de 1933. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22698-11-maio-1933-505601-publicacaooriginal-79942-pe.html> . Acesso em 15 de janeiro de 2013.

BRASIL. **Decreto 20.303**, de 2 de janeiro de 1946a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20303-2-janeiro-1946-327737-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

BRASIL. **Decreto 62.203**, de 31 de janeiro de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62203-31-janeiro-1968-403321-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

BRASIL. **Decreto 1.173**, de 29 de junho de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1173.htm . Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

BRASIL. **Decreto-lei 25**, de 30 de novembro de 1937b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm . Acesso em 20 de dezembro de 2012.

BRASIL. **Decreto-lei 3.365**, de 21 de junho de 1941a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm . Acesso em 20 de dezembro de 2012.

BRASIL, **Decreto 6.735**, de 21 de janeiro de 1941b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6735-21-janeiro-1941-331965-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei 8.543**, de 3 de janeiro de 1946b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8543-3-janeiro-1946-382973-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em 15 de janeiro de 2013.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 1**, de 17 de outubro de 1969. Disponível em : http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1738/Emenda_01_1969.pdf?sequence=2 . Acesso em : 20 de fevereiro de 2013.

BRASIL. **Lei n. 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br> . Acesso em: 26 mar. 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Política nacional de museus. In: NASCIMENTO Junior, José do; CHAGAS, Mário de Souza (org.). **Veredas e construções de uma política nacional de museus**, Brasília: MinC, 2007. p. 13-38. Disponível em : http://www.museus.gov.br/sbm/downloads/politica_nacional_museus.pdf . Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

BRENNI, Paolo. Trinta anos de atividades: instrumentos científicos de interesse histórico. In: ANDRADE, Ana Maria R. (org.) **Caminho para as estrelas**: reflexões em um museu. Rio de Janeiro MAST, 2007, p. 162-179.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce la documentation ?** Paris : Éditions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1954. 48p.

BRUNO, Cristina. Museologia: algumas idéias para sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 9, n. 9, p. 9-33. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1996. (Museologia e Educação). Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/26/showToc> . Acesso em: 16 de maio de 2012.

CALMES, Alan; SCHÖFER, Ralph; EBERHARDT, Keith R.. Theory and practice of paper preservation for archives. **Restaurator**, n. 9, p. 96-111, Munksgaard, Copenhagen, 1988.

CALVO, Ana. **Conservación y Restauración**: materiales, técnicas y procedimientos de la A a la Z. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1997. 256 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida de. Arquivos de Museus. In: MAGALHÃES, Ana Gonçalves (org.). **Seminário Internacional de Arquivos de Museus e Pesquisa**, I, São Paulo, 9 e 10 de novembro de 2009. São Paulo: MAC-USP, 2010, p. 22-27.

CAMARGO, Ana Maria de A.; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida *et al.* **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional São Paulo; Secretaria de Estado e Cultura, 1996, 142p.

CANADIAN Conservation Institute. **10 Agents**. [199?] Disponível em <http://www.cci-icc.gc.ca/caringfor-prendresoindes/articles/10agents/index-eng.aspx> . Acesso em 21 de dezembro de 2012.

CAPLE, Cris. **Conservation Skills**: judgement, method and decision making. Londres : Routledge, 2003, p. 46-55.

CARLIN, John W. "Your Past is Disappearing: What Museums Should Know about the 20th-Century Archives Crisis". **Museum News**, v. 78, n. 1, p.46-49, 1999.

CARTA de CRACÓVIA: princípios para a conservação e o restauro do patrimônio construído. Cracóvia (Polônia) de 26 de outubro de 2000. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> . Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

CARVALHO, Ana Paula Garcia de. **Preservação de plantas arquitetônicas**: identificação e conservação de cianótipos. 2011, 153p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2011.

CASANOVA, Eugenio. **Archivística**. 2. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928. Disponível em: <http://archivi.beniculturali.it> . Acesso em: 06 de abril de 2012.

CASANOVA, Maria Conceição Lopes. **De artífice a cientista: evolução da Conservação e do estatuto profissional do conservador-restaurador de documentos gráficos no AHU (1926-2006)**. 2011, 397p. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Conservação e Restauro: Teoria, História e Técnicas, Lisboa, 2011.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A Trajetória Histórica da Conservação-Restauração de Acervos em Papel no Brasil**. 2008. 152 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 33-42, jul-dez. 2005.

CAZELLI, Sibebe. Alfabetização científica e os museus interativos de ciência. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Educação da PUC/RJ, para obtenção do título de Mestre em Educação, agosto, 1992 p. 61 a 109 (Capítulo III).

CHILD, Margaret S. Considerações complementares sobre “seleção para preservação: uma abordagem materialística”. In: **PLANEJAMENTO de preservação e gerenciamento de programas**. Rio de Janeiro : Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001a. p. 31-40. (CPBA, 35).

CHILD, Margaret S.. Planejamento para preservação. In: **PLANEJAMENTO e prioridades**. Rio de Janeiro : Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001b. p. 7-15. (CPBA, 30).

CHILD, Margaret S.. Políticas de desenvolvimento de coleção e preservação. In: **PLANEJAMENTO e prioridades**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e arquivos: Arquivo Nacional, 2001c. p. 17-20. (CPBA, 31).

COCKERELL, Douglas. Bookbinding and the care of books: a handbook for amateurs, bookbinders & librarians. New York: W.R. Lethaby / D. Appleton and Company, 1910. Disponível em: <http://archive.org/details/bookbindingandth26672gut> . Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

COLETÂNEA de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro : IPHAN, 2006. 320p.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898 and the future paradigm shift. Disponível em: http://mybestdocuments.com_cookt-pastprologue-ar43fnl.htm . Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

CONARq. Recomendações para construção de arquivos. 2000. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_construcao_de_arquivos.pdf . Acesso em 25 de abril de 2013.

CONARq, Resolução n. 17, de 25 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=68&sid=46> . Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

CUVELIER, J. ; STAINER, L. **Actes de Congres Internationaux des Archivistes et des Bibliothecaires**. Bruxelas: Commission Permanent des Congres. 1912. Disponível em: http://extranet.arch.be/congres1910/8B887_A_0000.pdf . Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

CONGRESSO Brasileiro de Arquivologia, 6, 1986 Rio de Janeiro. **Caderno de Resumo do VI Congresso**. São Paulo: CENADEM, 1986.

CONGRESSO Brasileiro de Arquivologia, 1, 1972. Rio de Janeiro. Anais Brasília: [Senado Federal, Centro Gráfico], 1979a, p. 451-483 e p. 545-651.

CONGRESSO Brasileiro de Arquivologia, 3, 1976. Rio de Janeiro. Anais.... Brasília: [Imprensa Nacional], 1979b, p. 385-438.

CONWAY, Paul. Perspective on Archival Resources: the 1985 Census of Archival Institutions. **American Archivist**, n. 50, p. 174-191, 1987.

CORUJEIRA, Lindaura Alban. Conserve e restaure seus documentos. Salvador: Itapoã, 1971. 55p.

CRESPO, Carmen; VIÑAS, Vicenta. **The preservation and restoration of paper records and books: a RAMP study with guidelines**, Paris (UNESCO), France 1985, 115p. (UNESCO-PGI-84/WS/25).

CUNHA, George M. **Métodos de evaluación para determinar las necesidades de conservación en bibliotecas y archivos: un estudio del RAMP con recomendaciones prácticas**. Paris: UNESCO, 1988. 47p.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2008. 451p.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais** (relação de cartas patrimoniais) 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.. Também Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&retorno=paginaLegislacao>. Último acesso em: 15 de junho de 2012.

CURY, Marília Xavier. Museologia – marcos referenciais. **Cadernos do CEOM**, ano 18, n. 21, p. 45-73. Chapecó: junho, 2005.

DECLARAÇÃO Universal sobre os Arquivos. 2010. Disponível em: http://arquivistasocial.files.wordpress.com/2011/05/ica_2010_universal-declaration-on-archives_pt-1.pdf . Acesso em: 05 de janeiro de 2013.

DEMB, Sarah R. Preservation. In: WYTHE, Dedorah. **Museum Archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivist, 2004, p. 101-108.

DROTT, M. Carl. Random Sampling: a tool for library. **College and Research Libraries**, n. 30, p. 119-125. mar. 1969.

DUCHEIN, Michael. **Les bâtiments d'archives: construction et équipements**. Paris: Archives Nationales, 1985.

DUCHEIN, Michael. **Archive Buildings and Equipment**. 2nd edition. Munich: K.G. Saur, 1988. (International Council on Archives Handbooks Series, Volume 6).

ELIAS, Isis Baldini. **Conservação e Restauro de Obras de Arte em Suporte Papel**. 2002, 143p.. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Arte, Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação, São Paulo, 2002.

FAVIER, Jean; NEIRINK, Danièle. **La pratique archivistique française**. Paris : Archives Nationales, 1993. p. 19-39 e p. 594-606.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Estudos de Museologia**. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN, 1994. p. 65-74 (Cadernos de Ensaio, 2).

FLIEDER, Françoise; DUCHEIN, Michel. **Livros e Documentos de Arquivo: preservação e conservação**. Lisboa: ABAD, 1993, 121p.

FONTAL MERILLAS, Olaia. **La educación patrimonial**: teoría y práctica para el aula, el museo e internet. Gijón: Ediciones Trea, 2003, p. 23-83.

FRANCO, Vincenzo. **Introduzione all' Archivistica**. 14 p. Disponível em: <http://lettere2.unive.it/ridi/wplis04.pdf> . Acesso em 15 de janeiro de 2013.

FREITAS, Carlos Machado de. A contribuição dos estudos de percepção de risco na avaliação e gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In: SISINNO, Cristina Lucia Silveira; OLIVEIRA, Rosália Maria de (Org.). **Resíduos sólidos, ambiente e saúde**: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p. 111-128.

FRONER, Yacy-Ara ; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: UFMG, EBA, 2008. 24p.

FUNDAÇÃO Nacional Pró-Memória. **PROGRAMA Nacional de Preservação Histórica**: Pró-Documento. Rio de Janeiro:, 1984, 47 p. (texto datilografado).

GAGNON-ARGUIN, Louise. A história dos arquivos. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 20-53 p.

GALENDE DIAS, Juan Carlos; GARCÍA RUÍPEREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y Documentación**, v. 13, n. 2, p. 7-35, 2003. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/issue/view/RGID030322/showToc> . Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

GARCÍA CUENTOS, Maria Pilar. **Humilde Condición**: el patrimonio cultural y la conservación de su autenticidade. Gijón : Ediciones Trea, 2009. 267p.

GARLICK, Karen. Planejamento de um programa eficaz de manutenção de acervos. In: **PLANEJAMENTO e prioridades**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva para Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. p. 21-29 (CPBA, 32).

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 2002. 156p.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos Objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania). 251p.

GOMES, Neide Aparecida. **O Ensino de Conservação, Preservação e Restauração de Acervos Documentais no Brasil**. 2000, 99p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Pós-Graduação em Ciências de Informação. Brasília, 2000.

GRANATO, Marcus. **Imagens da Ciência**: o acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2010. v. 1. 296p.

GRANATO, Marcus; CAMARA, Roberta N. da. Patrimônio, ciência e tecnologia: inter-relações. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. v. 1, p. 175-204.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Coleções e expedições vigiadas**: o caso Nimuendajú e o caso Lévi-Strauss no Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1995. 92p. Trabalho apresentado como conclusão de curso no Programa de Formação de Quadros Profissionais do CEBRAP. (texto não publicado).

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Coleções e expedições vigiadas**: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil. São Paulo: Hucitec: Aspoc, 1998. 341p.

GUINCHEN, Gaël. Medio siglo de Conservación Preventiva [entrevista de GOMEZ, Marisa; TAPOL, Benoît]. **Ge-conservación**, Madrid, n. 0, p. 35-44. 2009. IIC-GE (Grupo Espanhol). Disponível em: <http://www.ge-iic.com/ojs/index.php/revista> . Acesso em 23 de novembro de 2011.

GWAM, L. C.. The construction of archives building in tropical countries. In: PÉROTIN, Y. (ed.). **A Manual of tropical archivology**. Paris: The Hague; Mouton, 1976. p. 77-92.

HANNESCH, Ozana *et al.* Gestão da Conservação-Restauração do Patrimônio Cultural: algumas reflexões sobre teoria e prática. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/pesquisa/estudos/631.html> . Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

HAZEN, Dan. C. Desenvolvimento, gerenciamento e preservação de coleções. In: **PLANEJAMENTO de preservação e gerenciamento de programas**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. p. 7-15. (CPBA, 33).

HERNAMPÉREZ, Arsenio Sánchez. **Políticas de Conservación em Bibliotecas**. Marid: Arco/Libros, 1999. p. 11- 45.

HÓLLOS, Adriana Lucia Cox. **Entre o passado e o futuro**: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil. 2006, 96p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, *Programa de Pós Graduação em Memória Social* . Rio de Janeiro, 2006.

HOLLÓS, Adriana Cox; PEDERSOLI Junior, José Luiz. Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72-81, abr. 2009. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3314/2424> . Acesso em 06 de janeiro de 2013.

ICCROM. **Brief History**. Disponível em : http://www.iccrom.org/eng/00about_en/00_03history_en.shtml . Acesso em 20 de janeiro de 2013.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/439/397>. Acesso em: 14 de dezembro de 2009.

JENKINSON, Hilary. **A Manual of Archive Administration**. Oxford: Claredon Press, 1922. 251p. Disponível em: <http://archive.org/details/manualofarchivea00jenkuoft> . Acesso em 20 de dezembro de 2012.

JOHNSON, Charles. **The care of documents and managment of archives**. London: Society for Promoting Christian Kwonledge, 1919. 47p. (Help for Students of History, n. 5). Disponível em: <http://archive.org/details/careofdocuments00john>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

KATHPALIA, Yash Pal. **Conservation and restoration of archive materials**. UNESCO, 1973. p. 231. (Documentation, libraries and archives: studies and research, 3).

KEENE, Suzanne. Audits of care: a framework for collections conditions survey. In: KNELL, Simon. **Care of Collections**, London and New York: Routledge, 2000, p. 60-82.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os Restauradores e o Pensamento de Camillo Boito sobre Restauração. In: BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 9-28.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABRACOR, 13, 2009, Porto Alegre. [Conferência Inaugural] Disponível em: <http://www.abracor.com.br/novosite/downloads/textobeatrizmk.pdf> . Último acesso em: 15 de junho de 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984a, v.1, p. 95-106. (Memória-História).

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984b, v.1, p. 11-49. (Memória-História).

LE MOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 115p.

LISBOA, Araci Gomes. **O Conselho de Fiscalização das expedições Artísticas e Científicas no Brasil: ciência, patrimônio e controle**. 2004. 173 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social. Niterói, 2004.

LISBOA, Araci Gomes. Reflexões acerca da avaliação de documentos em C&T. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, II, 22 a 23 de setembro de 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006, p. 75-83.

LISBOA, Araci Gomes; PANISSET, Bianca Theresinha C. O Arquivo Institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast): o compromisso com a história e memória da ciência no Brasil. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, IV, 8 a 11 de setembro de 2009, Rio de Janeiro. **Anais da Conferência SUV e VI Encontro...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009, p. 148-155.

LISBOA, Araci Gomes. **Preservação do Patrimônio científico nacional (1970-1990)**. 2012. 252p.. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2012.

LORENÇO, Marta. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 47-53, jan-jun/2009. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. Acesso em: 27 de junho de 2011.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M. A documentação museológica entre arte e ciência. GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (orgs.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 103-113 (MAST Colloquia; 10).

MACARRÓN MIGUEL, Ana Maria. **História de la Conservación y la Restauración: desde la Antigüedad hasta el Siglo XX**. 2.ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2008. 267p.

MACIEL, Laurinda Rosa; BORGES, Renata Silva. Preservação e Acesso a Arquivos Científicos: O Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz e o seu papel na preservação e acesso dos arquivos científicos. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, IV, 8 a 11 de setembro de 2009, Rio de Janeiro. **Anais da Conferência SUV e VI Encontro...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009, p. 44-49.

MANERO, Maria Adelaida Allo. Teoría e historia de la conservación y restauración de documentos. Universidad de Zaragoza. **Revista General de Información y Documentación**, v. 7, n. 1, Servicio de Publicaciones, Universidad Complutense. Madrid, 1997.

MANUAL de Arranjo e Descrição de Arquivos. 2. ed. WANDERLEY, Manoel Adolpho (trad.). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf . Acesso em: 06 de junho de 2012. [*Original*: MULLER, S; FEITH, J.A.; FRUIN, T. A. **Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven**: ontworpen in opdracht van de Vereeniging van Archivarissen in Nederland. Groningen : Erven B. van der Kamp, 1898. 156 p.]

MANUAL de Gestión de Riesgo de Colecciones. Italia: ICCROM, 2009. 97 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001862/186240s.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2011.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005. p. 315.

MAROTTA, Claudia Otoni de Almeida. **História das mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 56p.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. Os cursos de Arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional e delineamento de um campo científico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA: 15 : 30 de junho a 04 de julho de 2008, Goiânia, Brasil [recurso eletrônico] / Associação dos Arquivistas Brasileiros, Associação de Arquivologia do Estado de Goiás. – Goiânia: AAB : AAG, 2008. 18 p. Disponível em: http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/angelica.pdf . Acesso em 04 de fevereiro de 2013.

MATTAR, Eliana. Dos arquivos em defesa do Estado ao estado de defesa dos arquivos. In: _____ (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 13-35.

MEMÓRIA del mundo: directrices para la salvaguardia del patrimonio documental (ed. rev. 2002), preparada por Ray Edmondson. París: UNESCO, 2002, 71p. (CII-95/WS-11Rev.).

MEMORY of the World: Lost Memory, Libraries and Archives destroyed in the Twentieth Century, prepared for Hans van der Hoeven (IFLA) and Joan van Albada (ICA), Paris: UNESCO, 1996. 70 p. (CII-96/WS/1).

MICHALSKI, Stefan; Pedersoli, José Luiz. Manual de Gestión de Riesgo de Colecciones, 2009_03_27, v.t.1 carta. ICCROM, 2009, 93 p. [DRAFT VERSION]) Disponível em <http://colectionrisk.info.MCRM/MCRMWelcome/htm> . Acesso em 16 de novembro de 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens móveis e imóveis inscritos nos livros de tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4 ed (revista e atualizada). Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, 251p.

MORENO, Augustín Vivas. El tempo de la Archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 3, p.76-96, set.-dez./2004.

MOTTA, Edson; SALGADO, Maria Luiza Guimarães. O papel: problemas de conservação e restauração. Petrópolis: Museu de Armas Ferreira da Cunha (MAFC), 1971. 191p.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría contemporánea de la restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, [2003]. 205p.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **La Restauración del papel**. Madrid: Editorial Tecnos, 2010, 265p.

NARA, NATIONAL Archives and Records Administration. Intrinsic value in archival material, **Staff Information Paper**, n. 21. Washington, DC (EUA), 1982. 12 p.

- NASCIMENTO Junior, José do; CHAGAS, Mario de S. Panorama dos Museus do Brasil. In: _____ (org.). **IBERMUSEUS**, 1: panorama museológico da Ibero-América, Salvador/Ba, 2007. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2008. p. 35-56.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez, 1993
- OTLET, Paul. *Traité de Documentation: le livre sur le livre*. Bruxelas : Editions Mundaneum, 1934. 431p.
- PATRIMÔNIO Cultural. Legislação Federal. 1922-1945. São Paulo: FAUUSP, 1974, v. 3.
- PEDERSOLI Junior, José Luiz. ENTREVISTA com José Luiz Pedersoli. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, v. 23, n. 2, jul/dez, 2010. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 7-12.
- PEDERSOLI Junior, José Luiz. Gerenciamento de risco para acervos culturais. **Apostila do I Curso de Preservação de Acervos Culturais**, 21 a 25 de novembro de 2011, Rio de Janeiro: MAST / Coordenação de Documentação e Arquivo, 2011, p. 21-39.
- PINHEIRO, Lena Vania R. Horizontes da informação em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (orgs.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 92-102 (MAST Colloquia; 10).
- PLAN para la preservación de colecciones. Apoyo; Library of Congres [Estados Unidos] (editores), com apoio do ICCROM, 2000. Disponível em: http://www.cci-icc.gc.ca/bookstore/viewCategory_e.aspx?id=20 . Acesso em 15 de janeiro de 2013.
- PLANO Diretor do MAST 2006-2010. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005. 41p.
- PLANO Diretor, 2011-2015: planejamento estratégico do MAST. Rio de Janeiro: MAST, 2010. 25p.
- PODGORNY, Irina. Las rutas del saber. El tráfico de manuscritos iberoamericanos en la primera mitad del siglo XIX. In: LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda (Org.). **Coleccionismo, práticas de campo e representações**. Campina Grande/Paraíba: EDUEPB, 2011. p. 47-60.
- POLÍTICA de Preservação de Acervos Culturais. Rio de Janeiro: MAST, 1995. 33p..
- POLÍTICA de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus. Rio de Janeiro: MAST / MVL, 2007. 121p.
- POMIAN, Krzystof. Coleção. In: Le GOFF, Jacques (Org.). **Enciclopédia Einaudi. Memória / História**. Porto: Imprensa Nacional , Casa da Moeda, 1984. v.1, p.51-86.
- PORCK, Henk J.; LIGTERINK, Frank; BRUIN, Gerrit de; SCHOLTEN, Steph. Valuation model for paper conservation research: a new approach for setting research priorities. In: GORMAN, G.E.; SHEP, Sydney J. **Preservation management for libraries, archives and museums**. London: Facet Publish, 2007. p. 83-96.
- POSNER, Ernest. **Archives in the ancient world**. Chicago: Society of American Archivists, 2003. 283p. (Archival Classics Series).
- PRZYBYLA, Ann Marie. An Introduction. In: WYTHE, Dedorah. **Museum Archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivist, 2004, p. 3-8.
- RANGEL, Marcio. Políticas Públicas e Museus no Brasil. In: GRANATO, Marcus SANTOS, Claudia P. dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M.. **O Caráter Público dos Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2010. p. 117-138. (Mast Coloquia, 12).

REIS, Luís. O Arquivo e Arquivística: evolução histórica. **Biblios**: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información, v. 7, n. 24, p.1-12. Julio Santillán Aldana (ed.), Lima/Perú, abr-jun/2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402> . Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

REIBLAND, Birgit; GRAAFF, Judith Hofenk. Condition rating for paper objects with iron-gall ink. **ICN Information**, n. 1, Amsterdam: Netherlands Institute for Cultural Heritage (ICN), nov./2001. 4p.

RESOURCE: The Council for Museums, Archives and Libraries. **Parâmetros para Conservação de Acervos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2004. 154 p. (Museologia: Roteiros Práticos; 5).

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. **O acesso à informação nos arquivos**. Parte 1: o acesso à informação no quadro do desenvolvimento dos arquivos em Portugal. 1998. 791p. Tese (Doutorado em Arquivística) - Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Porto, 1998.

RIEGL, Alois. **El Culto moderno a los monumentos**. Madrid: Editora Visor, 1987.

RODRIGUEZ LAZO, M. Dolores Rodríguez. **El soporte de papel y sus técnicas: degradación y conservación preventiva**. [Espanha]: Sevcío Editorial de la Universidad del País Vasco, [199?].191p.

ROMEIRO, Doralice dos Santos. O museu Paraense Emílio Goeldi e a memória científica da Amazônia: gestão, preservação e acesso. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 20 a 21 de outubro de 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 140-146 [trabalhos apresentados].

ROPER, Michael. **Planning, equipping and staffing an archival preservation and conservation service: a RAMP study with guidelines**, Paris (UNESCO), France, 1989, 78p. (UNESCO-PGI-89/WS/4).

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 356p.

SANTOS, Maria Célia Teixeira. Política Cultural e os Museus no Brasil: tentando desvelar e entender para estabelecer um novo ponto de partida. **CADERNOS de Sociomuseologia**, v. 7, n. 7, p. 23-97. 1996.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa; ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura. O Museu Nacional e seu legado documental para a História da Ciência no Brasil. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, I, 20 a 21 de outubro de 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 126-139 [trabalhos apresentados].

SCHÄDLER-SAUB, Ursula. Theoretical Fundamentals in the conservation and restoration of books: How helpful are the theories of Alois Riegl and Cesare Brandi in practice? In: ENGEL, Patricia *et al* (ed.). **New Approaches to Book and Paper Conservation-Restoration**. Wien: Verlag Berger, 2011. p. 13-91.

SCHÄRER, Martin R. Things + Ideal + Musealization = Heritage: a museological approach. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 85-89, jan-jun/2009. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus> . Acesso em 27 de junho de 2011.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas** (2ª tiragem). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SHELLENBERG, Theodore R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2.ed.. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SILVA, Armando Malheiros da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002, v.1. p. 23-201. (Biblioteca das Ciências do Homem; Série Plural, 2).

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Visitando Laboratórios**: o cientista e a preservação de documentos. 2007, 211p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2007.

SILVA, Maria Celina S. de M. Arquivos históricos de museus: o arquivo de história da ciência do MAST. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (orgs.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008a. p. 61-68 (MAST Colloquia; 10).

SILVA, Maria Celina de Melo e (org.). **Segurança de Acervos Culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação na Arquivística contemporânea. **Arquivo e Administração**, v. 5, n. 1, p. 41-56. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, jan.-jun./2006.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros: FAPERJ, 2008b. p. 99-114.

SMIT, Johanna. Usos e usuários de arquivos de C&T: variáveis dependentes. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, III, 26 e 27 de setembro de 2007, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: MAST, 2008a, p. 61-73.

SMIT, Johanna. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (orgs.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008b. p. 11-22 (MAST Colloquia; 10).

TAVARES, Heráclito Duarte. Planos e negociações para observar o céu: a "National Geographic-Bureau eclipse expedition" e o eclipse total do Sol de 1947 no Brasil. **Revista Histórica**, v. 1, n. 4, p. 159-178. Salvador, 2012. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_1/a08.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2012.

TEIJGELER, René. **Conservação preventiva da herança documental em climas tropicais**: uma bibliografia anotada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, 400 p. (Publicações Técnicas sobre P & C, 4).

TESSITORE, Viviane. **Os Arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002, 15p. (Scripta, 4).

THIESEN, Icléia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, M. L. N. (Org.). **Museu e Museologia**: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009. (MAST Colloquia, 11). p.61-82.

THOMPSON, Gary. **The Museum Environment**. London: Butterworth-Heinemann, 1986. 293p.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. **Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970**. 2008. 276p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, Campinas, 2008.

VALLE, Clarimar Almeida. **Subsídios para uma política de preservação e conservação de acervos em bibliotecas universitárias brasileiras**. 1991, 105 p. *Dissertação (Mestrado)* - Universidade de Brasília, *Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia e Documentação*. Brasília, 1991.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000. 70 p. (Coleção Arte & Ofícios, 1).

VIÑAS, Vicent; VIÑAS, Ruth. **Técnicas tradicionales de restauración**: un estudio del RAMP. Paris: UNESCO, set./1988. 80p. (PGI-88/WS/17).

WARD, Philip. **La conservación del patrimonio**: uma carrera contra reloj. Marina Del Rey: The Getty Conservation Institute, 1986. 69p.

WEBER, Harmut. Preservação de acervos arquivísticos e materiais raros de bibliotecas. In: **A Informação: tendências para o novo milênio**. Brasília, IBICT, 1999. p.166-178.

WYTHE, Dedorah. *Museum Archives: an introduction*. Chicago: Society of American Archivist, 2004.

WYTHE, Deborah. Reinstrumentalização dos arquivos de museus para o século XXI: novas coleções, novos públicos, novas parcerias, novas tecnologias. In: MAGALHÃES, Ana Gonçalves (org.). **Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa**, I, São Paulo, 9 e 10 de novembro de 2009. São Paulo: MAC-USP, 2010. p. 28-59.

ZAMORANA, Rosa María Fernández. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 75th. IFLA General Conference y Council; 98 Meeting Latin America and Caribe. 23-27-aguost, 2009. Milan. Disponível em <http://conference.ifla.org/past/ifla75/98-fernandez-es.pdf>. Acesso em 18/05/2012.

ZUBIAUR CARREÑO, F. Javier. **Curso de Museologia**. Gijón: Ediciones Trea, 2004. p. 240-257.

ZUÑIGA, Solange Sette Garcia de. **Documentos como objetos de políticas públicas em preservação e o acesso à informação**: o caso das bibliotecas e arquivos. 2005, 261 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2005.

Fontes: Arquivos do MAST

ATAS do CFEACB. Rio de janeiro, 1968. (manuscr. encad.). Código CFE.T.1.011, livro 8, caixa 11B, localizada no Arquivo de História da Ciência.

FORMULÁRIO de candidatura do CFEACB, 2008. Rio de Janeiro, 2008. (impressão em laser). Pasta Programa Memória do Mundo, localizada arquivo na Coordenação de Documentação e Arquivo.

MANUAL de organização [institucional]. Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de janeiro, [198-]. (datilografado/fotocópia). Caixa Histórico do MAST, localizada no Arquivo de História da Ciência.

MANUAL de procedimentos do LAPEL/CDA (minuta). Rio de Janeiro, [2010]. Localizado no Laboratório de Conservação e Restauração de Papel.

MUSEU de Ciência: proposta de criação [ON-PMAC / CNPq]. Rio de Janeiro, ago. 1983. (mimeo). Caixa Histórico do MAST, localizada no Arquivo de História da Ciência.

CNPq, Regimento Interno do MAST. [Rio de Janeiro], 1985. (fotocópia). Caixa Histórico do MAST, localizada no Arquivo de História da Ciência.

REGIMENTO Interno do MAST. Diário Oficial da União, n. 232, Seção 1, p. 21-23, **Brasília**, 2003. Caixa Regimentos, localizada no arquivo na Diretoria do MAST

REGIMENTO Interno do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Portaria MCT nº 640, de 27.09.2007. (impressão a laser) . Caixa Regimentos, localizada no arquivo da Diretoria do

MAST. Também Disponível em:
http://www.mast.br/pdf/regimento_interno_do_mast_portaria_640.pdf . Acesso em 25 de novembro de 2012.

CNPq, **Resolução Executiva 29**, de 08 de março de 1985. Brasília. (fotocópia) . Caixa Histórico do MAST, localizada no Arquivo de História da Ciência.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Relatório sobre as condições do espaço físico que abriga o Serviço de Arquivo/DID**,1999. (impressão matricial). Localizado no arquivo da Coordenação de Documentação e Arquivo.

ANEXOS

ANEXO 1

Escalas ABC para avaliação de riscos às coleções

Versão detalhada: abril de 2008 (autoria: Stefan Michalski, Canadian Conservation Institute).

Tradução: José Luiz Pedersoli Jr.)

2007
2008
????

A Para eventos, com que frequência ocorrerá o risco? Para processos contínuos, em quanto tempo ocorrerá o risco?

Para eventos que ocorrem mais de uma vez por ano, considere-os como riscos contínuos.

Para riscos contínuos, selecione um grau de deterioração relevante para o seu contexto e determine o tempo necessário para que essa deterioração ocorra. O grau de deterioração selecionado pode ser a deterioração máxima possível para aquele risco, pode ser uma deterioração apenas perceptível, ou um grau intermediário.

Pontuação	Eventos: tempo médio entre 2 eventos consecutivos. Processos contínuos: tempo necessário para que o grau de deterioração avaliado em B ocorra.	Probabilidade em 1 ano	Probabilidade em 100 anos	Eventos por 10 anos por 1000 museus
5	~ 1 ano			10 000
4½	~ 3 anos	0,3		3 000
4	~ 10 anos	0,1		1 000
3½	~ 30 anos	0,03		300
3	~ 100 anos	0,01		100
2½	~ 300 anos	0,003	0,3	30
2	~ 1 000 anos	0,001	0,1	10
1½	~ 3 000 anos	0,000 3	0,03	3
1	~ 10 000 anos	0,000 1	0,01	1
½	~ 30 000 anos	0,000 03	0,003	



B Qual é a perda de valor em cada objeto afetado ?

Use a perda de valor média considerando todos os objetos afetados.

Para riscos contínuos, assegure-se de utilizar o mesmo grau de deterioração e o mesmo período de tempo utilizados em A.

Pontuação	Definição verbal	%	Número de objetos afetados equivalente à perda total de 1 objeto
5	Perda de valor total, ou quase total, em cada objeto afetado	100%	1
4½		30%	3
4	Perda de valor significativa em cada objeto afetado	10%	10
3½		3%	30
3	Perda de valor pequena em cada objeto afetado	1%	100
2½		0,3%	300
2	Perda de valor muito pequena em cada objeto afetado	0,1%	1000
1½		0,03%	3000
1	Perda de valor minúscula em cada objeto afetado	0,01%	10 000
½		0,003%	30 000



C Quanto da coleção é afetada ?

Esta quantidade é medida em termos da distribuição relativa de valores da coleção ("collection value pie")

Em grandes coleções com objetos de igual valor relativo, esta quantidade pode ser medida a partir da contagem de objetos, folders, estantes, etc.

Pontuação	Definição verbal	fração	%	decimal
5	Toda ou a maior parte do valor da coleção	1	100%	1
4½		1/3	30%	0,3
4	Uma fração significativa do valor da coleção	1/10	10%	0,1
3½		1/30	3%	0,03
3	Uma fração pequena do valor da coleção	1/100	1%	0,01
2½		1/300	0,3%	0,003
2	Uma fração muito pequena do valor da coleção	1/1000	0,1%	0,001
1½		1/3000	0,03%	0,0003
1	Uma fração minúscula do valor da coleção	1/10 000	0,01%	0,0001
½		1/30 000	0,003%	0,00003

$$A + B + C = \text{Magnitude do Risco (MR)}$$

ANEXO 2

Escala de Magnitude de Riscos: A+B+C

Manual de Gestão de Riscos às Coleções - Abril de 2008 (autoria: Stefan Michalski, Canadian Conservation Institute; tradução : José L. Pedersoli Jr.). Caso você tenha comentários, por favor contacte stefan_michalski@pch.gc.ca

<p>15 – 13½ Prioridade catastrófica. Todo ou quase todo o valor da coleção provavelmente será perdido em poucos anos ou menos. Apenas possível para coleções recentemente colocadas em áreas de elevado perigo, como em construções extremamente mal planejadas e em localização incorreta, ou para coleções sabidamente na iminência de um desastre, como no caso de situações de guerra ou furacões.</p>	<p>15 14½ 14 13½</p>	<p>Exemplos de pontuações onde o risco ocorre em 30 anos, ou seja, $A = 3\frac{1}{2}$</p> <p>$13\frac{1}{2} = 3\frac{1}{2} + 5 + 5$ Todo ou quase todo o valor dos objetos de toda ou da maior parte da coleção é perdido em 30 anos.</p>
<p>13 – 11½ Prioridade extrema. Dano significativo em toda a coleção, ou perda total de uma fração significativa da coleção é possível em uma década ou menos. Estas pontuações tipicamente ocorrem nos casos de riscos de incêndio ou furto em larga escala, ou em casos de taxas de deterioração extremamente elevadas decorrentes de iluminação intensa, radiação ultravioleta ou umidade em edifícios novos mal planejados.</p>	<p>13 12½ 12 11½</p>	<p>$11\frac{1}{2} = 3\frac{1}{2} + 4 + 4$ Perda de valor significativa para uma fração significativa da coleção em 30 anos.</p>
<p>11 – 9½ Prioridade alta. Perda de valor significativa para uma pequena fração da coleção é possível em uma década, ou perda significativa para a maior parte da coleção é possível em um século. Estas pontuações são comuns em museus onde a conservação preventiva nunca foi uma prioridade, ou onde alguns objetos valiosos podem ser facilmente roubados.</p>	<p>11 10½ 10 9½</p>	<p>$9\frac{1}{2} = 3\frac{1}{2} + 3 + 3$ Pequena perda de valor para uma pequena fração da coleção em 30 anos.</p>
<p>9 – 7½ Prioridade média. Perda de valor pequena para a maior parte da coleção é provável apenas após muitos séculos. Em um século, perda significativa aos objetos é possível apenas para uma fração muito pequena da coleção, ou menos. Estas pontuações aplicam-se às melhorias em andamento que mesmo os museus conscienciosos devem fazer após lidarem com todos os riscos de maior magnitude.</p>	<p>9 8½ 8 7½</p>	<p>$7\frac{1}{2} = 3\frac{1}{2} + 2 + 2$ Perda de valor muito pequena para uma fração muito pequena da coleção em 30 anos.</p>
<p>7 e inferior Este nível de risco significa que se espera que uma deterioração muito pequena ou minúscula ocorra em uma fração muito pequena da coleção em séculos. Caso alguém considere este caso como um risco prioritário, talvez o valor relativo dos objetos afetados não tenha sido estabelecido corretamente.</p>	<p>7 6½ 6 5½ 5 <5</p>	<p>$5\frac{1}{2} = 3\frac{1}{2} + 1 + 1$ Perda de valor minúscula para uma fração minúscula da coleção em 30 anos.</p>

ANEXO 3

Relação de Dossiês mais consultados da Série 2 – CFEACB

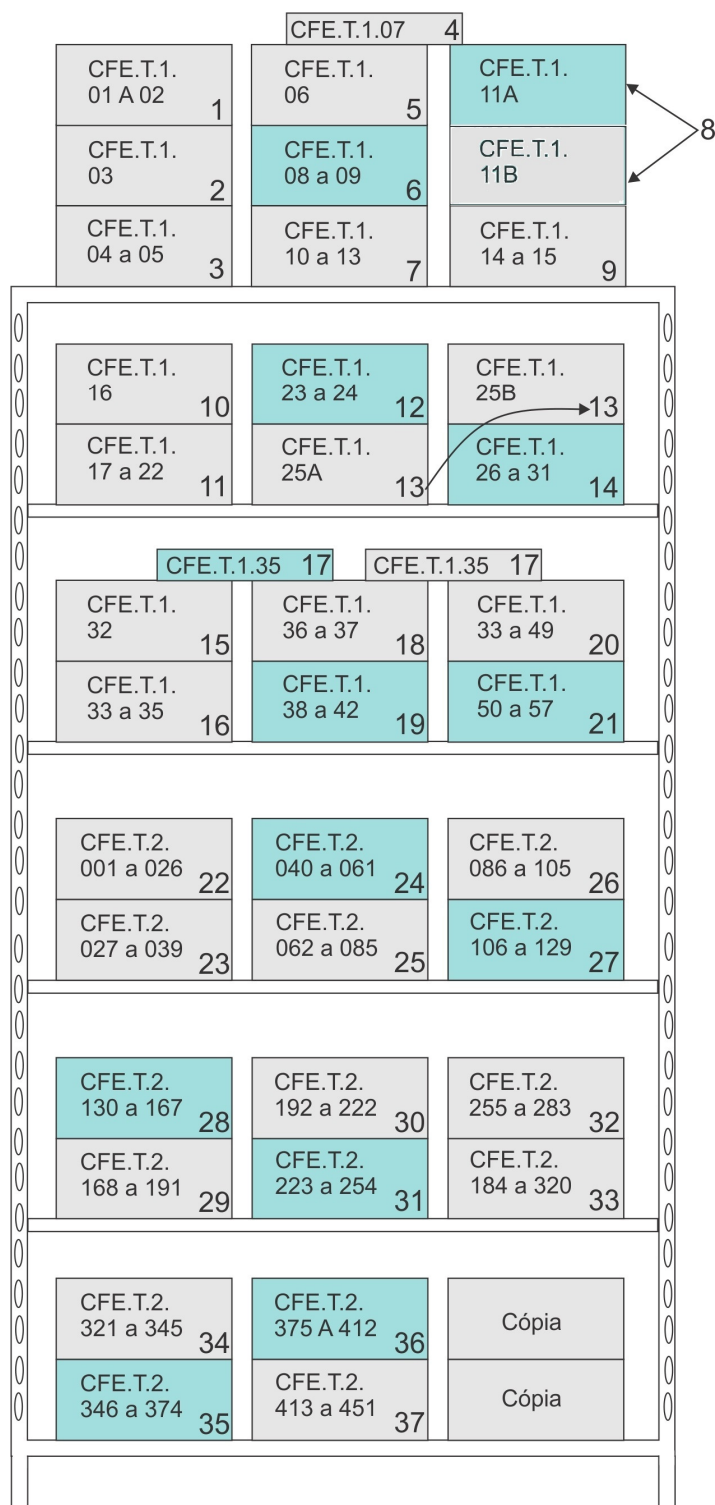
Código CFE.T.	Número de Consultas 2008-2012
2.001	3
2.002	3
2.004	3
2.008	2
2.010	4
2.012	5
2.017	2
2.018	4
2.020	2
2.022	3
2.027	21
2.032	2
2.037	2
2.038	4
2.039	4
2.040	2
2.041	2
2.046	3
2.054	10
2.055	2
2.069	2
2.090	5
2.092	3
2.093	3
2.100	5
2.102	2
2.105	5
2.107	2
2.116	2
2.117	2
2.126	4
2.127	3
2.129	5
2.134	5
2.154	2
2.175	10
2.181	6
2.208	2
2.216	2
2.223	2
2.224	2
2.234	2
2.236	5
2.247	2
2.250	4

Código CFE.T.	Número de Consultas 2008-2012
2.251	2
2.255	3
2.298	5
2.303	2
2.316	2
2.320	3
2.333	2
2.345	2
2.349	5
2.359	2

OBS.: Compilação realizada por Ozana Hannesch, com base em informações fornecidas por Monica Viol, do Arquivo de História da Ciência do MAST, através dos registros estatísticos de consulta entre os anos de 2008-2012.

ANEXO 4

Desenho da estante de caixas de armazenagem do Arquivo CFEACB



OBS.: Cor verde representa as caixas que foram selecionadas na amostragem.

Desenho: Luci-Meri Guimarães da Silva, 2013, a pedido da autora desta dissertação.

ANEXO 5

Formulário de Consolidação de Dados do Diagnóstico adaptado de George Cunha (1988)

DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Nome do fundo/arquivo:

Forma: () Av; () Enc; () Mont

Codificação

N. doc.:

N. fol.:

Cópias:

Data produção:

Referência:

Tipo de materiais constituintes	Gramatura
papel jornal	baixa# (fino)
papel revestido / revista	média
papel calandrado / satinado	grossa* (cartão)
papel cópia	
papel escrita comum (bond)	
papel outros (especificar)	

abaixo de 60 g/m² ; * acima de 100 g/m²

Técnica	Elemento sustentado
Manuscrito	grafite
Datilografado	esferográfica
Impresso	hidrográfica
Mimeografado	metaloácida
cópia carbono	lápiz de cor
cópia Xerox	impressão
cópia térmica	anilina
Telegrafado	pigmento (carbono)
Outras	outros

Estado da coleção () Ótimo; () Bom; () Regular; () Ruim

1) Aspecto:

Sujidade profunda ()

Sujidade superficial ()

Uso e desgaste

- perdas de suporte; 0% até 25% até 50% mais
- rasgos; 0% até 25% até 50% mais
- dobras/vincos; 0% até 25% até 50% mais
- perfurações 0% até 25% até 50% mais
- abrasão/desgaste 0% até 25% até 50% mais
- outros 0% até 25% até 50% mais

Manchas

- pontuais distribuídas densas e localizadas generalizadas
- Foxing/fungos 0% até 25% até 50% mais
- Água/líquido 0% até 25% até 50% mais
- Acidez/luz 0% até 25% até 50% mais
- Ferrugem 0% até 25% até 50% mais
- De adesivos 0% até 25% até 50% mais
- Outros 0% até 25% até 50% mais

2) Danos por acidez

- Amarelecimento Baixa; Moderada; Alta
- Estado de fragilidade Baixa; Moderada; Alta - quebradiço
- pH do suporte

3) Dano microbiológico

- Crescimento microbiano ativo 0% até 25% até 50% até 75% 100%
- Manchas de umidade/microbianas 0% até 25% até 50% até 75% 100%
- Estado físico-mecânico – suporte frágil - sim não regular

4) Danos por macrorganismos ativos inativos

- insetos 0% até 25% até 50% mais
- roedores 0% até 25% até 50% mais

5) Tratamentos anteriores

- Adequado Inadequado Não se aplica

Data do preenchimento:

Preenchido por:

- Comentários gerais